UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

DANIELLE GOMES SAMIA

FLUIDEZ DAS PAISAGENS

Arqueologia na Confluência dos rios Parnaíba e Poti





TERESINA
2022

DANIELLE GOMES SAMIA

FLUIDEZ DAS PAISAGENS
ARQUEOLOGIA NA CONFLUÊNCIA DOS RIOS PARNAÍBA E POTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Orientadora:Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento

Coorientador:Francisco Silva Noelli



TERESINA
2022



FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Sistema de Bibliotecas da UFPI – SIBi/UFPI
Biblioteca Setorial do CCN

S187f Samia, Danielle Gomes.
Fluidez das paisagens: arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti / Danielle Gomes Samia. – 2022.
210 f .

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Teresina, 2022.
"Orientadora: Profª. Drª. Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento".
Coorientador: Prof. Dr. Francisco Silva Noelli

1. Arqueologia. 2. Decolonialidade. 3. Mapeamento Profundo. I. Nascimento, Ana Luisa Meneses Lage do. II. Título.

CDD 930.1

Bibliotecária: Caryne Maria da Silva Gomes - CRB3/1461



DANIELLE GOMES SAMIA

FLUIDEZ DAS PAISAGENS: ARQUEOLOGIA NA CONFLUÊNCIA DOS RIOS PARNAÍBA E POTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.
Orientadora: Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento

Coorientador: Francisco Silva Noelli

Aprovada em:19/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento
Orientadora da discente e docente permanente do PPGArq/UFPI

Dr.ª Marianne Sallum
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Flávio Rizzi Calippo
Docente permanente do PPGArq/UFPI



Dedico aos meus pais José Otávio (in memorian) e Maria, meus irmãos Dênis e Daisy, meu esposo e filho Ângelo e Otávio e a minha sogra Maria Madalena (in memorian).



Agradecimentos

Agradeço a CAPES pelo financiamento desta pesquisa por meio da bolsa de demanda social, a qual sem está o desenvolvimento desta pesquisa seria comprometido.

A orientação da Professora Doutora Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento, pela orientação, amizade, apoio incondicional e sororidade, quesitos fundamentais para finalização desta dissertação.

A parceria, amizade e coorientação do Francisco Noelli, cujo a ele agradeço o meu resgate, sendo o maior estimulador para o meu regresso a acadêmico. Apoio nos momentos difíceis, sempre como uma palavra de acolhimento e palavras de incentivo.

A Marianne Sallum pela disponibilidade sempre imediata e a amizade constituída durante este processo, com olhar atento e contribuições precisas suleando minhas perspectivas.

As contribuições e amizade de quase 20 anos com Vinicius Melquiades, cuja trocas e parceria nestes últimos anos, estimulou um “outro” olhar.

A leitura, aportes e considerações da professora do PPGArq-UFPI Dra. Maria do Amparo.

A acolhida, ensinamentos e amizade das professoras Andrea Scabello, Jônia Borges e Marcia Pessoa que proporciona grande apoio neste percurso tanto na vida como na parceria acadêmica.

A contribuição das professoras Jacionira Coêlho, Maria da Conceição Laje e Sonia Campelo, pela manutenção da chama da arqueologia do meio norte piauiense.

A coordenação do PPGArq-UFPI representados figuras do coordenador Luiz Carlos, a servidora da secretaria do programa Luciana e em espacial ao David Capucho cujo estes últimos anos construí afeto e amizade.

Aos professores da pós-graduação Aline Freitas, Carlos Façanha, Claudia e Greg pelos ensinamentos diretos e indiretos ao ministrar suas disciplinas.

Amizade e contribuição da Acilene, Francisco Junior, Antônio Lucas, André Ibiapina, Giovanna, Hebert, Geifance, Lauro, Yanna, Naira, Cássia (Fly), Daniel Ribeiro, Danyel, Yan, Daline e Werverton (Saha) pela troca de referências e conversas.

Apoio e amizade dos amigos, Maveste de Argos, Juliana Freitas, Francisco Stuchi, Waldyr Borim, Josy Ibanhez, Carla Pequini, Fabiana Fátima e Filho Sousa.

Apoio do Prof. Dr. Leandro Surya da UNIVASF, acolhida nas idas e vindas pelo Piauí.

Ao casal amigo Glória Tenga e Flávio Callipo, pela amizade, dicas e conversas.

A Luzia Leal, servidora do IPHAN Piauí, pela ajuda que contribuiu para identificação de mais um sítio arqueológico na capital.

Ao auxílio do Bruno Mesquita, funcionário no NAP/UFPI, pela paciência e confiança na pesquisa do acervo material e impresso da instituição.

A toda comunidade da Boa Esperança, pela breve acolhida, que por conta da pandemia teve o desenvolvimento da pesquisa em campo comprometido, mas o contato distante foi possível o desenvolvimento.

Aos meus pais José Otávio (in memorian) e Maria da Conceição, meu eterno agradecimento pela dadiva da vida, valores e ensinamentos, cujo exemplo de perseverança, resiliência e amor, foram fundamentais para formação do meu caráter.

Aos meus irmãos e melhores amigos Dênis e Daisy, na qual a força das nossas alianças sanguinas perdura perante as adversidades da vida, me proporciona um ambiente de acolhimento.

Os meus familiares tias Tereza, Maria José (in memorian), Maria de Fátima, Mônica, Ana Maria e Vó Zélia que apesar da distância, sempre estou em suas lembranças e orações. E primas queridas Mara Rosa, Cristiane Rosa e Leila Resende pelo apoio dicas, ajuda e conselhos.

Ao meu companheiro em todos os aspectos da vida, Ângelo Corrêa, cujo a amor, dedicação, apoio, paciência e leitura atenta proporcionou uma jornada menos árduo.

Ao meu filho Otávio, minha interconexão cósmica, fonte inesgotável energia e superação, na qual sua presença estonteante é motriz para eu ser cada dia uma versão melhor de mim mesma.

Enfim, a todos os colegas e professores que não foram mencionados, mas cuja participação indireta reforçou meu entendimento que interações humanas são trocas e que cada um somente dá o que têm a oferecer.



O amor é a única coisa que transcende o tempo e o espaço. (

Dra. Brandt.

Interestelar. 2014





Jurei mentiras
E sigo sozinho
Assumo os pecados
Uh! Uh! Uh! Uh!

Os ventos do norte
Não movem moinhos
E o que me resta
É só um gemido

Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos
Meu Sangue Latino
Uh! Uh! Uh! Uh!
Minh'alma cativa

Rompi tratados
Traí os ritos
Quebrei a lança
Lancei no espaço
Um grito, um desabafo

E o que me importa
É não estar vencido
Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos
Meu Sangue Latino
Minh'alma cativa

Sangue Latino - João Ricardo e Paulinho Mendonça (1973), interpretação Ney Matogrosso.



RESUMO

Todo rio corre de montante a jusante, num fluxo constante e unidirecional, pelo menos podemos dizer isto de suas águas, mas apenas de suas águas. Um rio, portanto, pode ser bidirecional e porque não multidirecional, já que como fenômeno se expande para muito além “do rio abaixo, rio acima” de suas margens. Para quem navega sempre rio abaixo, só resta seguir o fluxo..., ou sair dele. Para quem enfrenta a corrente rio acima sempre terá de escolher o caminho nas confluências. E assim me posiciono contra a corrente buscando ter mais caminhos do que simplesmente seguir a corrente. Nas últimas décadas a Arqueologia tem repensado sua prática e seu comprometimento com as pesquisas e narrativas, considerando múltiplas epistemologias e buscando romper paradigmas. No presente algumas pesquisas arqueológicas têm buscado atuar de forma reflexiva e fluída perante as construções das teses e antíteses, devido ao imbricamento de conhecimentos das humanidades e saberes locais. Assim, a perspectiva adotada nesta pesquisa se baseia no desenvolvimento do mapeamento profundo para especializar eventos, com intuito de compreender a continuidade da ocupação na confluência. Partindo dos conceitos das geohumanidades e incitado pela virada espacial o mapeamento profundo vem trazendo interpretações profícuas para as narrativas multivocais. Os resultados aqui apresentados se referem ao levantamento e estudo de quarenta sítios arqueológicos correlacionados aos eventos de ocupação humana na confluência. Considerando os dados numa perspectiva decolonial e crítica a historiografia positivista busquei a compreensão do fluxo de ocupação humana na Confluência e suas relações com a paisagem. Os resultados foram expostos em forma de textos, planilhas, mas também explorando a abordagem do mapeamento profundo e *ArcGis Story Maps (ERSI)*. Durante o percurso do estudo foi possível perceber como o fluxo dos rios, coisas e pessoas nos permitem compreender os processos de ocupação humana na confluência.

Palavras-chave: Arqueologia, Confluência dos rios Parnaíba e Poti, Mapeamento Profundo, Decolonialidade



ABSTRACT

All rivers run from upstream to downstream in a constant, unidirectional flux, at least we may say this of their waters, but only of their waters. Therefore, a river may be bidirectional and, why not multidirectional, since as a phenomenon it spreads beyond " down river, up river " from their banks. For those who always sail downriver, the only thing to do is follow the flux... or leave it. For those who face the flow upriver, will always have to choose the path at the confluences. And so, I take my position against the current, seeking to have more paths than just following the flow. In the last decades, the Archaeology has re-thought their practice and their compromise with the research and the narratives, taking into consideration several epistemologies and trying to break the paradigms. Currently, some archeological researches have sought to act in a reflective and fluid way facing the constructions of thesis and anti-thesis, due to the articulation of humanities knowledge with the local knowledge. Therefore, the approach adopted in this study relies on the development of deep mapping to specialize events, to understand the continuous occupation at the confluence. From the concepts of the geohumanities and spatial turn, the deep mapping is bringing useful interpretations to the multivocal narratives. The results presented here refer to the survey and the study of forty archaeological sites related to human occupation events at the confluence. Considering the data from a decolonial perspective and from a critical viewpoint against the positivist historiography, I sought to understand the human occupation flux at the Confluence and their relations to the landscape. The results were presented as texts, worksheets, but also by using the approach of the deep mapping and ArcGis Story Maps (ERSI). Along the study it was possible to see how the flux of the rivers, things, and people allows to understand the human occupation processes along the confluence of the rivers.

Keywords: Archaeology, Confluence of Parnaiba and Poti Rivers, Deep Mapping, Decoloniality



LISTA DE FIGURA

Figura 1 “A Anésia é fascinante” / Fonte: Lispector, Clarice; Willtirando, 2015 22
Figura 2 Padronização dos indivíduos (Fonte: Grup Antimilitarista Tortuga, 2013)..24
Figura 3 Marimba Ani e sua obra Yungu (fonte: Samim, 2020).....26
Figura 4: Paulina Chiziane (fonte: O Povo, 2017) 27
Figura 5 Professora Ativista Indígena (fonte: culturadoria, 2021).....28
Figura 6 Milton Santos (Bauru tv, 2016).....29
Figura 7: Abya Yala (aler.org, 2022) 30
Figura 8 Inferência a composição musical de Chico Buarque e Gilberto Gil/Fonte: Folha 32
Figura 9 Incêndio no Museu Nacional / fonte: Agência Brasil/Tânia Rêgo 33
Figura 10: Abya Yala história "do outro" (fonte: combate racismo ambiental 34
Figura 11: Participantes do Seminário do Pronapa na ilha do Marajó. (MEGGERS, 2007) 36
Figura 12: Sátira Spacca direcionada hipocrisia cientifica diante do patrimônio (fonte: Megalitos Amazonia, 2012).....38
Figura 13: Dolores Cacuango também conhecida como Mamá Dulu e Catherine Walsh (fonte: Publeo Kayambi).....40
Figura 14 Crise sanitária, política e ética (fonte: CDL João Pessoa, 2021.....41
Figura 15 Maria Lúcia de Oliveira moradora e liderança do coletivo (Fonte: Jairo Moura/Rumos Itaú).....42
Figura 16 Figura 17:Composição de fotorreportagens do coletivo Boa Esperança (Ocorre Diário, 2020) (1) A Deusa Dança - Oxum (2) Dos saberes e brincadeiras da terra (3) O Chico, antigo oleiro descansa sobre os tijolos (4) Reservatório de areia retirado do rio Para.....43
Figura 17 Esboço segunda fase do Programa Lagoas do Norte (MOURA, 2014) 44
Figura 18 Planta técnica realizada através de informações do Programa Lagoas do Norte/ SEMPLAN – elaboração Luan Rusvell (POKEMON, 2019).....44
Figura 19 Mapa produzido pelo coletivo em oficina de cartografia afetiva na comunidade Boa Esperança (POKEMON, 2019). 45
Figura 20: Encontro dos Rios Parnaíba e Poti (foto: Juscelino Reis- @julcereis) 45

Figura 21 Confluência e/ou adjunção Rio Parnaíba e Poti (Fonte: ANA) 49
Figura 22 Hierarquia do Conhecimento adaptado (DARVILL, 2015; MOUNT, 2004) 53
Figura 23 Modelo Dialético Europeu de Andrew Sherratt (adaptado de DARVILL, 2015 apud SHERRATT, 1996) 54
Figura 24 Fragmento do documento que aprova o projeto financia por Evans e Meggers (fonte: Rosa, 2008, p.60) 57
Figura 25 A tendência tecnicista e especialização do conhecimento (Fonte: slideplayer) 58
Figura 26 Abaporu e Tarsila do Amaral (fonte O livre, 2020) 62
Figura 27 Pensando fluidez (foto: Juscelino Reis @juscelreis). 74
Figura 28 Representação Humanidades Espaciais (fonte: Spatial Humanities 2018) 88
Figura 29 Fluxograma Banco de dados & Eventos (adaptado BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2015) 92
Figura 30 Fluxograma Mapeamento Profundo. 97
Figura 31 Estudo de Abraham Wald sobre o reforço das aeronaves (fonte: CBD, 2019) 107
Figura 32 Niède Guidon e Pedra Furada (Fonte: Ciência da Unicamp, 2015 e Projeto Colabora, 2020). 109
Figura 33 Museu de Arqueologia e paleontologia (fonte: UFPI, 2020) 110
Figura 34: Gráfico cronológico 116
Figura 35: Líticos identificados, (1) Floresta Fóssil, (2) Sítio Torre, (3) Sítio Torre I, (4) Floresta Fóssil, (5) Lua Nova II, (6) Floresta Fóssil (Acervo NAP, 2021 fotos: Danielle Gomes Samia). 120
Figura 36 Material Arqueológico Sítio Ininga (Fonte: LATEC) 121
Figura 37: Mapa da costa e rio Parnaíba, entre o rio Maranhão 123
Figura 38 "El Matador", escultor Carlos Martins 124
Figura 39 Cerâmica Paulista (1) Ruínas do Abarebebê (2) Sítio Poti Fossil I Fonte: Sallum e Noelli, 2020 e Latec 2022. 125
Figura 40: Mapa fazendas Piauí seculo XVII (Fonte: SOBRINHO, 1946) 126
Figura 41: Carta Geográfica da Capitania do Piauí (1761) 128
Figura 42 Mappa geographico da capitania do Piauhy (1760) 128

Figura 43 Mappa geographico da capitania do Piauhy (1816) 128
Figura 44 Recorte mapas capitania do Piauí 129
Figura 45: Barra do Poti 134
Figura 46 Miniatura do Plano Saraiva (Fundação Monsenhor Chaves (1987) 139
Figura 47 Planta Teresina (Fonte: IPHAN) 140
Figura 48: Igreja Nossa Senhora do Amparo, foto Romulo Piauilino (fonte: pmt.pi.gov.br, 2019) 141
Figura 49: João de Castro, um dos vapores da Companhia de Navegação a vapor do Rio Parnahyba - Therezina – Piauhy (sec. XX) (Fonte: Briquet de Lemos) 142
Figura 50 Linhas Postaes 1915 143
Figura 51: Pontão da Santa Maria da Codipi (Foto: Assaí Campelo) 144
Figura 52: Ponte de Madeira rio Poti, 1936 (Fonte: Acervo Teresina Antiga, 2015) 144
Figura 53: Linha Ferrovia A E. F. São Luiz-Teresina (Fonte: IBGE, 1957) 145
Figura 54: Linha Ferroviária A E. F. São Luiz-Teresina (Fonte: EFSLT, 1935) 145
Figura 55: Pescadores rio Poti, foto Javè Montuchô (Fonte: Oitomeia, 2018) 146
Figura 56: Ponte Juscelino Kubitschek, 1957 (Fonte: IBGE) 146
Figura 57: Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense (Fonte: lehmt, 2020) 148
Figura 58: Praça da Constituição 1910 (Fonte: Gandara, 2011) 148
Figura 59 Ilustrações de acordo com esboços feitos pelo próprio Guimarães Rosa, redesenhados depois pelo desenhista Luís Jardim, especialmente para "A Terceira Margem do Rio" (WIKIPEDIA) 149
Figura 60 Proposta cronologia sítios arqueológicos da confluência 155
Figura 61 Casas de pau-a-pique, 1970 (Fonte: Fundac) 159
Figura 62 Mapa da costa e rio Parnaíba, entre o rio Maranhão 160
Figura 63 Colonização do Piauí (adaptado superinteressante, 2011) 161
Figura 64 Arraial do Puty 162
Figura 65 Carta Maranhão, (1854) (Arquivo Nacional) 163
Figura 66 Carta Corografica (1857) (Arquivo Nacional) 163
Figura 67 mapa humanizado configuração das quadras de Teresina (Fonte: extensãopesquisa, 2011) 164
Figura 68 Ponte Metalica (IBGE) 165
Figura 69 Estrada de Livramento (Teresina Antiga) 165

Figura 70 Navegação (Arquivo Publico Piauí).....166
Figura 71: Lazer e segurança crianças e adolescentes (Fonte: Marcozero, 2020, ilustração Aline Guimarães e foto Moura Alves).....167
Figura 73 Imagem enchentes 1947(Fonte: IBGE, 2017).....167
Figura 74 Cabeça de cuia (Fonte: Cordel Pedro Monteiro e Cartunista Joaquim Monteiro).....169
Figura 75 Museu Boa Esperança página virtual.....170
Figura 76: Demarca Boa Esperança (página web).....171
Figura 77: Aquela gente que se trasforma em catitu (Fonte: FFLCH.USP, 2019, obra Denilson Baniwa).....175
Figura 78: Mapa Linhas Postaes Piauí, seculo XX (BR_RJANRIO_F4_0_MAP_0595_m0001de0001).....209

LISTA DE MAPA

Mapa 1: A Confluência dos Rios Parnaíba e Poti suleado 21
Mapa 2 Teresina e munícipios adjacente 46
Mapa 3 Confluência composição Carta Topográfica 1976 (Fonte: BDGex, 2022) ...47
Mapa 4: Panoramas grupos 101
Mapa 5 Vazio de pesquisa arqueológica no meio norte. 103
Mapa 6 Comparativo Densidade Sítios Arqueológicos e Empreendimentos 105
Mapa 7 Sítios Arqueológicos da confluência 114
Mapa 8: grupos caçadores-coletores 117
Mapa 9 Mapa dinâmico (Fonte: Brazilian Radiocarbon Database – BRC14Database) 119
Mapa 10: Grupos Indígenas 122
Mapa 11 Confluência de gentes 127
Mapa 12: Povoamento da América do Sul (adaptado Bueno e Dias, 2015) 153
Mapa 13 Acréscimo de novas rotas (adaptado Bueno e Dias, complementação Danielle Samia) 154
Mapa 14 Agricultores confluência 156
Mapa 15 Mapa Curt Nimuendajú recorte confluência 157
Mapa 16 Relatos etno-históricos da confluência 158
Mapa 17 Mapa lugar de persistência 159
Mapa 18 Projetos FCA 201
Mapa 19 Bem Materiais 204
Mapa 20 Bem Imaterial 205



LISTA DE TABELA

Tabela 1: Coleta de Dados e Sistematização da EVENTOS 93
Tabela 2: Sistematização de FONTES PRIMÁRIAS e Secundarias 93
Tabela 3: Sistematização ICONOGRÁFICAS 94
Tabela 4: Bases Cartográficas Interativas.....95
Tabela 5: Comparativo dos registros arqueológicas no IPHAN.....108
Tabela 6: Sítios Arqueológicos registrados (IPHAN,2022).....112
Tabela 7: Grupos, Cronologia e Sítios Arqueológicos.....115
Tabela 8 Relação das Pessoas, Fazendas, sítios até dezembro de 1772 135
Tabela 9: Pontes que interligam Teresina.....147
Tabela 10 Sítios Arqueológicos foco do estudo 2022 194
Tabela 11 Projetos Arqueologia Preventiva e Acadêmica 1998/2022.....197
Tabela 12 – Bens Patrimoniais Materiais 202

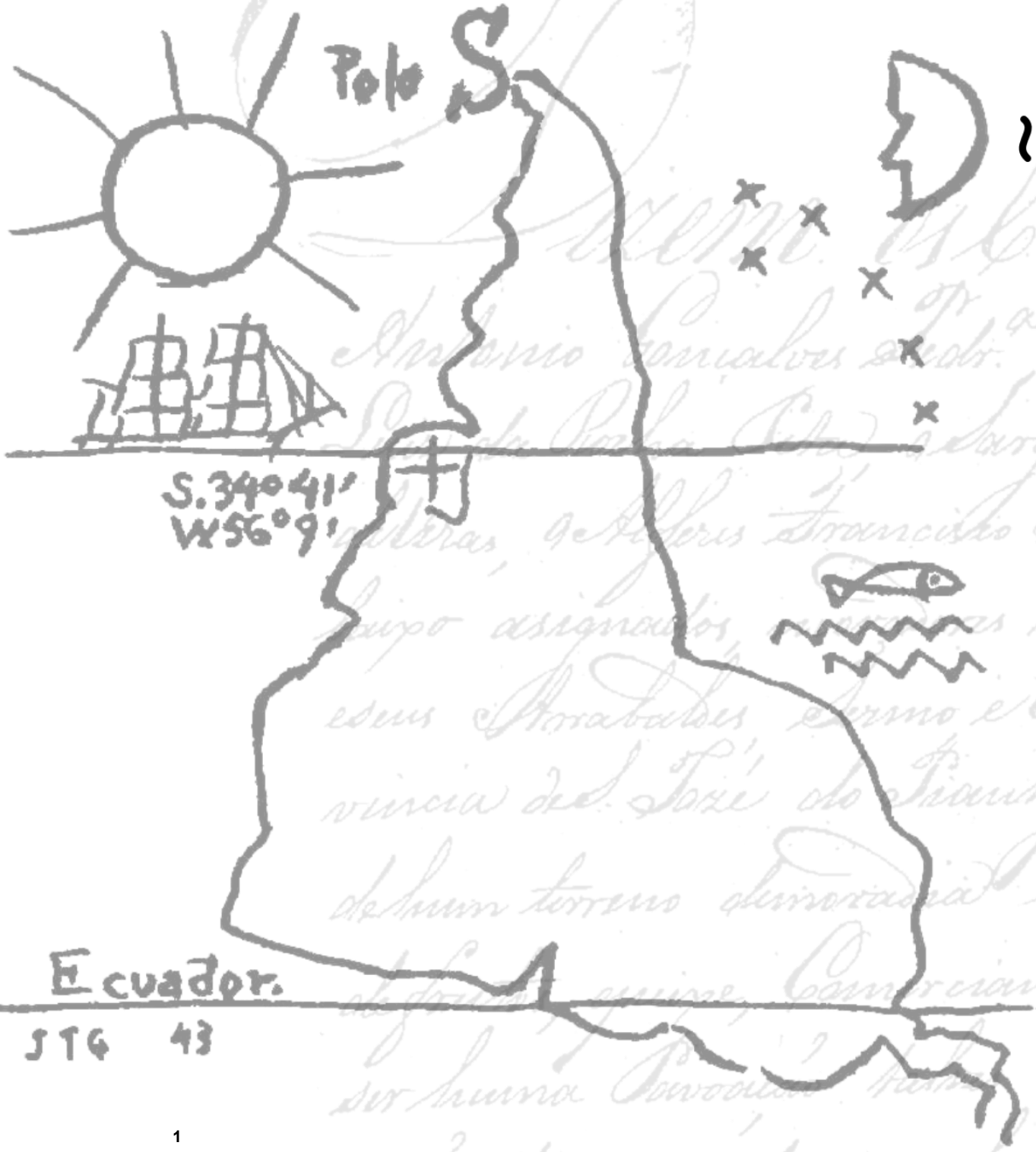


SUMÁRIO

Introdução 22
Súmula da Confluência na Contemporaneidade 44
Breve apresentação da confluência e o foco da pesquisa 45
Capítulo 1 A arqueologia fluindo nos caminhos e percalços numa confluência de perspectivas 49
1.1 Convergências e divergências: 50
1.2 Rio Abaixo 52
1.3 Rio Acima 60
Capítulo 2 Rumo à montante.....66
2.1 Confluência Reflexiva.....72
2.2 Por uma arqueologia mais fluida 73
2.3 Virada Espacial 81
2.3.1 Repensar espaço e lugar ontológica e metodologicamente 90
2.4 Sistematização dos eventos.....91
2.4.1 Bases Cartográficas contemporâneas.....94
2.4.2 Espacialização dos Eventos.....95
2.4.3 Mapeamento Profundo 96
Capítulo 3 Fluidez normativa: Contexto Arqueológico, Etno-histórico e Histórico Regional 100
3.1 Integridade dos dados arqueológicos:.....101
3.2 Arqueologia no Piauí e o seu início 109
3.3 Arqueologia e os panoramas de ocupação humana na Confluência 110
Capítulo 4 A fluidez das paisagens 151
4.1 Fluidez na confluência: fator do tempo e espaço 151
4.2 A história profunda da confluência 152
4.3 Os Potienses Persistem 166
Considerações Finais.....173
ANEXO A.....194
ANEXO B.....197
ANEXO C.....202

ANEXO D.....205
ANEXO E.....206
ANEXO F 209
ANEXO G.....210

INTRODUÇÃO



1

1 Sulear Abya Yala (ou mapa invertido da América do Sul) é uma obra icônica de Joaquím Torres García 1874 – 1949). O artista uruguaio inspirava-se na arte aborígene, africana, pré-colombiana contrapondo a rigidez abstrata formalista (Molina, 2011).



A CONFLUÊNCIA DOS RIOS PARNAÍBA E POTI

O desenvolvimento desta dissertação compreenderá a confluência dos rios Parnaíba e Poti. Ao apresentar "a confluência" suleada, desvinculei a configuração tradicional, que utiliza as unidades da federação, adotando a organicidade das regiões hidrográficas (Atlântico Nordeste Ocidental e Parnaíba), que conjuga estudos hidrológicos e socioambientais formada as "delimitações". Vejo ser necessário abraçar outras perspectivas, afim de enxergar "a confluência" na sua complexidade de interações e emaranhamentos com a história profunda.

Mapa 1: A Confluência dos Rios Parnaíba e Poti suleado

Fontes: IBGE, ANA e SAMIA 2022
CGS SIRGAS2000 Julho 2022
Elab.: Danielle Gomes Samia

0 100 200 km

Introdução

Perdi muito tempo até aprender que não se guarda as palavras: ou você as fala ou as escreve ou elas te sufocam. Clarice Lispector

Na epígrafe, Clarice Lispector fulgura autoconhecimento. Esta singularidade marcante denota afago e aflição, predicados da sua perspectiva (figura 2). A sua literatura que areja anseios, revigora em mim habilidades adormecidas e desconhecidas. Mesmo diante das manifestações autoritárias, ora opressivas, ora debochadas ou até mesmo diante dos reiterados delitos cometidos para corromper, manipular, reconsiderar e apropriar das minhas "palavras" liberadas.



Figura 1 "A Anésia é fascinante" / Fonte: Lispector, Clarice; Willtirando, 2015

Forjada na resiliência e obstinada a prosseguir, acolho aspirações mesmo quando acometida por tentativas de violências. Liberta, hoje sei que "enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever" (LISPECTOR, 1999, p. 21), não permitindo jamais me asfixiar novamente. Compreendendo que são nas fissuras as oportunidades de fraturar e demolir as estruturas criadas pela tradição epistêmica eurocentradas.

Silenciamento e apagamento, são violências arremetidas pelo patriarcado heteronormativo, para garantir a permanecia de "epistemologias eurocentradas", e assim, privilegiar o monopolismo "ego-política do conhecimento" (GROSFOGUEL, 2006, p. 20, 2007, p. 32). A desqualificação, inferiorização, subalternização e desautorização são estratégias para manter "um mundo de "pensamento único" que

não permite pensar “outros” mundos possíveis” (GROSFOGUEL, 2007, p. 33). Pensamento monopolista, que “privilegia um padrão de pensamento ocidental”, que objetifica o “outro”, sem discernir como sujeito produtor de conhecimento (GROSFOGUEL, 2007, p. 32). Lógica amparada pela “tradição epistêmica” eurocêntrica, que vê como única maneira de alcançar “a verdade” e a universalidade. Para transcender esse “monopólio epistêmico eurocêntrico do sistema-mundo moderno/colonial” (2007, p. 33), segundo Ramón Grosfoguel, é preciso investir na “diversidade epistêmica” com o desenvolvimento de

> Propostas anticapitalistas, antipatriarcais e antiimperiais diversas, que aprensentam diferentes maneiras de enfrentar e solucionar os problemas produzidos pelas relações de poder sexuais, raciais, espirituais, lingüísticas, de gênero e de classe no presente “sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2007, p. 34)

Este sistema mencionado por Grosfoguel (2007), usurpou discursos com intuito de apagar e (GROSFOGUEL, 2006, 2007), calar vozes, impedindo quaisquer manifestações de autonomia antagônica a tradição epistêmica eurocêntrica. Mignolo (2008b) reforça ao afirmar que a teoria política moderna desde Maquiavel, negou agenciamento político e epistêmico “às pessoas classificadas como inferiores (em termos de gênero, raça, sexualidade, etc)” (MIGNOLO, WD, 2009, p. 11). Logo, “toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica”, sendo somente na conjunção destas, a libertação “dos jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas” (MIGNOLO, WD, 2009, p. 11).

Ao retomar à epígrafe, cuja metáfora da asfixia inicia esta dissertação, delato a negação do agenciamento reportado pelo sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial. Este sistema, que subestima indivíduos negando-os o desenvolvimento crítico e autônomo. Desvirtua os indivíduos a propagarem padrões e perfis tecnicistas, “modelados” conforme apetece “o sistema” (figura 3), assim garantindo a manutenção do tradicionalismo. A ausência de diálogos nos ambientes acadêmicos, não alcança outros lugares de fala e nem contribui com a representatividade, assim, prioriza e impõe a visão torpe do hetero-patriarcado branco. Este hetero-patriarcado branco vem se colocado na posição de vitimistas e

(in)justiçados, ao induzir a ideia de colonialismo e racismo reversos. A visão imatura, fanática e dis(turbe), submersa e infecta através da obscurecida da matrix, manifestando seu desgosto das insurgências. Enfadonha, deslumbra-se pela falácia da “hierarquia”, e desconhece que ela (hierarquia) foi inventada pelo colonialismo para acicatar corpos (SAMIA, 2021a)

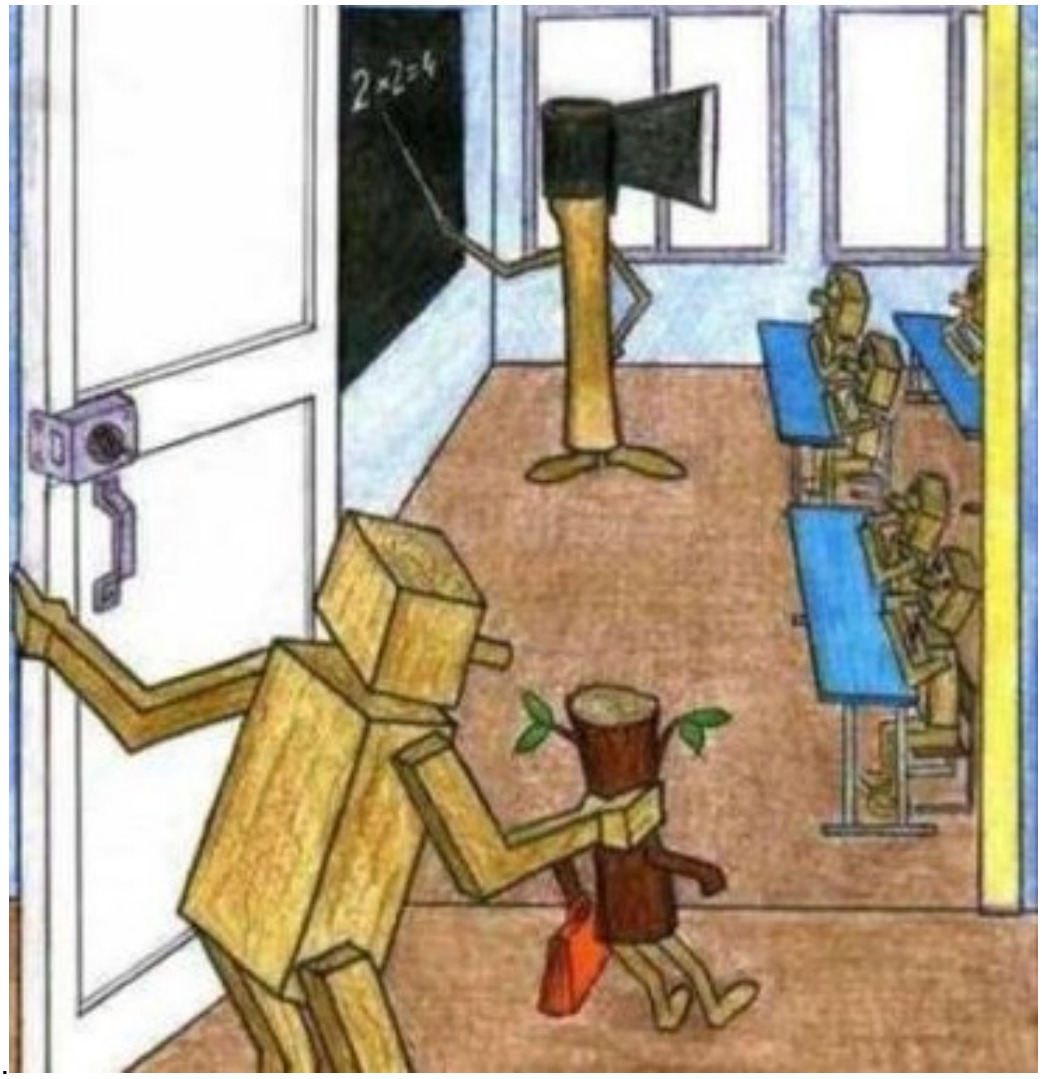


Figura 2 Padronização dos indivíduos (Fonte: Grup Antimilitarista Tortuga, 2013)

Envolvida em percalços, constatações e percepções, compreende que meu lugar de fala pode dialogar com outros lugares de fala. Ação que proporciona quebra do silenciamento, permitindo a expansão do diálogo em prol de outros lugares de fala maiores. Ato que coaduna sororidade[2], dororidade[3] (PIEDADE, 2017), altruísmo e

2 Aliança entre mulheres, fundamentada em partilha e empatia em prol de alcançar objetivos comuns.
3 Dororidade, termo cunhado por Vilma Piedade (2017) “é a dor que se transforma em potência e, também, a dor e nem sempre delícia de se saber quem é”.

solidariedade, reforçando a insurgência dos povos e comunidades originários e tradicionais pindorâmicos de Abya Yala. Neste anseio proporcionar oportunidades de diálogos acerca destes “lugares de fala” (RIBEIRO, 2017) é necessário também constituir representatividade como esclarece Gonçalves e Feitosa (2020):

> A colonialidade do saber determinou o conhecimento válido, legítimo onde sujeitos subalternos não possuíam o direito do discurso, da produção do conhecimento. Para a autora, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, negros, homossexuais, latinos, indígenas precisam exigir seus espaços de fala, ter representatividade para que assim consigam descolonizar o saber e propor outras vertentes da história (GONÇALVES; FEITOSA, 2020, p. 45),

A perda da inocência, beneficia reconhecer “que nossa dita “ciência” não cumpre apenas a tarefa de produzir conhecimento, mas atende aos interesses de uma infinidade de indivíduos e grupos” (PELLINI, 2013, p. 155). Padrões impostos pela “modernidade” institui a” tradição epistêmica” eurocêntrica que engendrou “processos ideológicos, simbólicos e históricos” como estratégias de silenciamento e apagamento (MARTINS; MOITA, 2018, p. 2). Mecanismos que promovem a manutenção da dominação colonial, sobretudo nos âmbitos do ser, saber e poder. Assim, promovendo a colonialidade como um “conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para a sobreexplorar ou para excluir como descartável” (SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA, 2010, p. 37). Acepções transcendidas por epistemologias “outras” como afirma Grosfoguel;

> diversidade de propostas de epistemologias “outras” subalternizadas e silenciadas pela epistemologia eurocêntrica aprensentaria uma maneira de transcender a modernidade eurocentrada para além das propostas de culminar na modernidade (6) ou de desenvolver a pós-modernidade. Essas últimas constituem críticas eurocêntricas ao eurocentrismo [4](GROSFOGUEL, 2007, p. 34)

Esta epistemologia “outra” associada com a desobediência epistêmica e a cosmopercepção pode ser constatada em diversas obras como a Yurugu de Marimba Ani[4]. Justa, ela reforça que a inter-relação orgânica do “ser” está presente nas culturas

4 Marimba Ani O trabalho de Ani de 1994, Yurugu: uma crítica centrada na África do pensamento e comportamento cultural europeu, examinou a influência da cultura europeia na formação de estruturas institucionais modernas, por meio do colonialismo e do imperialismo, de uma perspectiva africana.

Entrevista com Marimba Ani.

majoritárias nativo-americanas e oceânicas (figura 4). Fundamentada na espiritualidade essencial de um verdadeiro cosmos, na sua concepção metafísica. Acepção que exclui a objetificação da "natureza", reforçando a influência psíquicas ou espirituais sobre o *ser* físico e material, vista pelo racionalismo europeia como casualidade (ANI, 1994). Ao compactuar com a cosmopercepção de Ani, enxergo "a confluência"*5*, pela sua complexidade. Crendo que a racionalidade imposto pela epistemologia universal, não é transmissor de verdade, e sim mais uma perspectiva. Para Marimba Ani (1994) em sua obra Yurugu[6];

> A "descolonização" intelectual é um pré-requisito para a criação de estratégias de descolonização política e reconstrução cultural bem-sucedidas. O sucesso imperialista (político) do Cáucaso pode ser creditado, não tanto ao poderio militar superior, mas à ARMA da cultura. " (ANI, 1994, p. 33)[7]

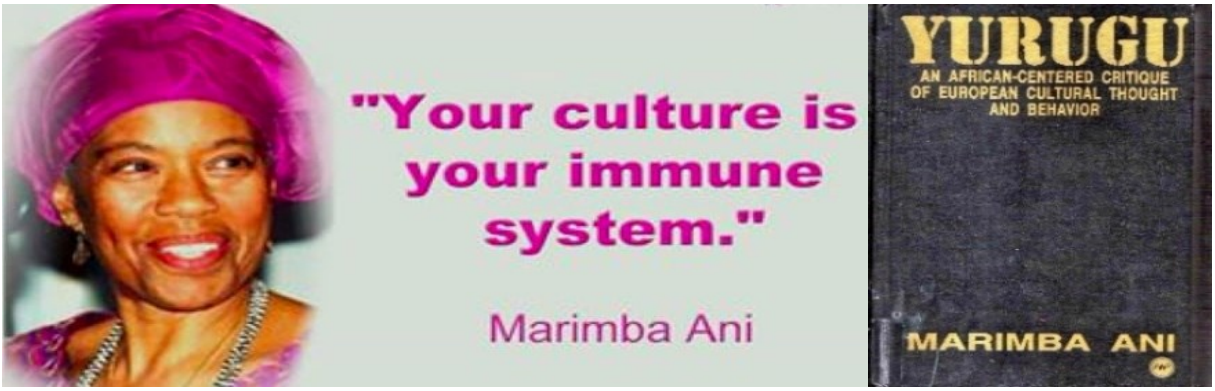


Figura 3 Marimba Ani e sua obra Yungu (fonte: Samim, 2020)

5 A confluência e como irei nomear o foco principal da pesquisa, compreendendo que a escala de abrangência desta varia conforme os eventos e fatos referentes a este espaço. O mapa inicial circunscreve este espaço, desvinculado de conceções administrativas que podem pendenciar a pesquisa.

6 "Um ser na mitologia Dogon que é responsável pela desordem no universo. Este é um ser concebido na negação da ordem natural, que então atua para iniciar e promover a desarmonia no universo. Na cosmologia africana, tal ser é deficiente em sensibilidade espiritual, está perpetuamente em conflito, é limitado cognitivamente e é uma ameaça ao bem-estar da humanidade"(ANI, 1994, p. 28). – Texto original - "A being in Dogon Mythology which is responsible for disorder in the universe. This is a being conceived in denial of the natural order, which then acts to initiate and promote disharmony in the universe. In African Cosmology such a being is deficient in spiritual sensibility, is perpetually in conflict, is limited cognitively, and is threatening to the wellbeing of humanity".

7 Intellectual "de-colonization" is a prerequisite for the creation of successful, political decolonization and cultural reconstruction strategies. The Caucasian's (political) imperialistic success can be accredited, not so much to superior military might, as to the WEAPON of culture."(ANI, 1994, p. XX).

Entrevistas Café Filosófico com Pauline Chiziane

Percepção também constatada por outros autores como a mocambiquenha, Paulínia Chiziane[8] (figura 5). Ela afirma que a construção colonial entende “o mundo escrito ou o mundo dito mais evoluído” em comparação com a oralidade considerada “como um lugar menor”(CHIZIANE, 2018). Olhar vinculado a “epistemologia universal”, que se entende capacitado a “julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais”(ALCOFF, 2016, p. 131). Esta posição se legitima por entender possuir o controle do “domínio do regime discursivo”. Este entendimento se embasa na dominação da linguagem como “veículo mais importante pelo qual aquele poder fascinava e mantinha a alma prisioneira. A bala era o meio de subjugação física. A linguagem era o meio de subjugação espiritual[9]”(NGUGI WA THIONG’O, 1994, p. 9)



Figura 4: Paulina Chiziane (fonte: O Povo, 2017)

Manifestao Cultural Célia Xacriabá.

A subjugação implícita e explicita trás urgência no desenvolvimento de contranarrativas que busquem “desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como as identidades foram construídas nesses contextos”(RIBEIRO, 2017, p. 17). Para tanto é necessário cunhar meios, como afirma Célia Xakriabá[10] (2020)(figura 5):

8 Paulina Chiziane ganhadora do prémio Camões 2021, é nascida em Moçambique em meados da década de 50 do século XX, e marcada como celebre autora africana privilegiando oralidades e ancestralidade.

9 “vehicle through which that power fascinated and held the soul prisoner.. The bullet was the means of the physical subjugation. Language was the means of the spiritual subjugation”.

10 Professora Ativista Indígena do povo Xakriabá, doutora em antropologia social pela UFMG.

> Se não existe caminho aberto, comece fazendo uma picada; se já existe a picada, abra um carreiro; se já existe carreiro, alargue-o, torne-o uma estrada. Somente com esse exercício podemos ampliar os horizontes e construir uma educação territorializada e inspirada nas experiências dos povos indígenas e, assim, efetivar as práticas decoloniais para além do discurso (XAKRIABÁ, 2020, p. 117).



Figura 5 Professora Ativista Indígena (fonte: culturadoria, 2021)

Entrevista Milton Santos (Roda Viva, 1997)

O geógrafo Milton Santos (1997), mencionava da necessidade de abandonar as “teorias do norte” e estimular a produção de “teorias indígenas”, para ele, não devemos continuar copiando teorias do norte, ele enfatiza dizendo ser “uma grande bobagem, um grande erro, um grande equívoco e uma grande subserviência”. De acordo com ele, “analisar a situação atual a partir de elementos que constituem o imperialismo”, teremos dificuldades para produzir soluções locais. Não podemos vislumbrar soluções partir das “premissas que nos foram **dadas** (impostas), assim não há avanço. (...), devemos partir do mundo da forma que ele se dá hoje, tentar entender como ele se constrói” e estimular a produção de teorias indígenas. Esta argumentação corrobora com a crescente divulgação das epistêmicas sulistas associadas com desobediência epistêmica (figura 7). Logo,

> Milton Santos era contundente ao afirmar que, para entrarmos num processo de descolonização, era preciso que aprendêssemos a olhar comos nossos próprios olhos; isto é, construir um pensamento endógeno, um pensamento a partir de nossa realidade. Assim, numa

> de suas falas no Programa Roda Viva da TV Cultura, em 1997, ele sugeriu que o Brasil construísse teorias indígenas. Para Santos, teríamos que parar de copiar a Europa ou os Estados Unidos, para pensarmos em como produzir propostas endógenas para o desenvolvimento, e que este fosse apresentado aos países centrais como uma proposta possível. Assim, as teorias indígenas não seriam propriamente algo ligado às ações de nações indígenas, mas uma referência a nossa origem enquanto povo brasileiro (CERQUEIRA-NETO; SANTOS, 2017, p. 13)



Figura 6 Milton Santos (Bauru tv, 2016)

Perante as viradas ontológicas, outras cosmopercepções estão sendo incluídas e incorporadas. A virada decolonial (giro decolonial) vem ao encontro das antigas reinvindicações de inúmeros povos indígenas e quilombolas, contrapondo a homogeneidade cultural, verticalização e centralização do autoritarismo. Como exemplificado na falácia do “descobrimento” que induz enxergar eventos numa única perspectiva a eurocêntrica. Neste contraponto, nas últimas décadas, um crescente movimento de resistência, vem dialogando sobre a colonialidade em Abya Ayla[11](figura 6). Conferida na divulgação cientifica de diversos autores como Anibal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh, Paulo Freire, Milton Santos, Ailton Krenak, Celia Xekrilaba, Antônio Bispo, entre muitos outros (SAMIA, 2021a)

11 Segundo a enciclopédia latino-americana Abya Yala vem da língua do povo Kuna, que significa “Terra Madura” ou “Terra em florescimento” denotando a ciclicidade.

Estas autorias discutem colonialidade através das perspectivas das suas próprias regiões Pindorama, Tawantinsuyu e Anahuác. Assim sendo,

> Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama –, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada por esses povos, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26)



Figura 7: Abya Yala (aler.org, 2022)

Debruçados a dialogar com a virada decolonial[12] e pós-colonial contrapondo a hegemonia eurocêntrica fortificada pela modernidade ocidental. Ao esmiuçar o conceito de “colonialidade[13]” nas diversas derivações "colonialidade do poder[14]", "colonialidade do ser[15]” e "colonialidade do saber[16]" (DULCI; MALHEIROS, 2021). Interlocução que prima pelo diálogo do giro decolonial (QUIJANO, 2000; WALSH, 2014) e pela valorização de epistemologias do sul[17] (SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016).

No entanto, mesmo perante os estrangeirismos mansplaining[18], manterrupting[19], gaslighting[20] e bropriantig[21], ainda se presencia padrões e recorrências nos ambientes acadêmicos e profissionais. Vistos como meras casualidades, revelam a pífia tentativa de dissimular e escamotear o modus operandi[22] dos opressores, que incessantemente buscam remodelar o seu autoritarismo,

12 Virada decolonial consiste numa virada ontológica que tem como relevância a investigação dedicada aos impactos da colonização nos povos originários e tradicionais.
13 Colonialidade conceito introduzido por Anibal Quijano na década de 1980, que consiste envolver a “natureza” e os “recursos naturais” em um sistema predatório intrínseco a cosmologia ocidental.
14 Colonialidade do poder consiste na inter-relação de práticas e legados do colonialismo europeu em arranjos sociais e na forma de subestimar o conhecimento do “outro”.
15 Colonialidade do ser define-se definida como uma realidade do mundo moderno colonial, que faz com que se inferiorizem pessoas, logo, uma forma de se destituir a existência humana
16 Colonialidade do saber compreende instrumentalizar e legitimar a exploração da “natureza” em prol de interesses hegemônicos por parte do sistema-mundo colonial
17 Epistemologias do Sul consiste na reafirmação do sul global quando o desenvolvimento epistemológico, sendo a alternativa de autonomia do conhecimento.
18 Mansplaining - “man” (homem) e “explaining” (explicar): “é um mecanismo utilizados pelos omi para nos explicarem coisas óbvias, triviais, próprias do corpo feminino ou mesmo da área de formação pela qual somos graduadas. É aquela velha ideia de eles nos devem apresentar o mundo, explicar a razão de tudo, pois são eles que detém todo o conhecimento do universo. Isso também remete à ideia de que somos incapazes de entender as coisas por nós mesmas, que somos intelectualmente inferiores e que são eles que possuem o papel de nos dar esclarecer os enigmas da vida, por mais óbvio que seja” (SABINO, 2018)
19 Manterrupting - “man” (homem) e “interrupting” (interrupção): “acontece quando homens interrompem o raciocínio da mulher, impedem que ela o conclua e, assim, ela não consegue expor seus pontos de vistas, suas opiniões. Ela simplesmente não consegue fala” (SABINO, 2018).
20 Gaslighting - Gaslight, ‘a luz [inconstante] do candeeiro a gás’: “é um abuso psicológico sofrido por várias mulheres em seus relacionamentos” tanto profissionais e afetivos, “e que afetam a sua sanidade mental”. “É uma forma de manipulação que transforma o abusador em vítima, já que, ao dizer que sua parceira “está louca”, (...) o homem cria um escudo por trás da suposta loucura (...) e a responsabiliza por ter tido aquele pensamento ou suposição. (SABINO, 2018).
21 Bropriating - “bro” (de brother, irmão, mano) e “appropriating” (apropriação): isso “acontece quando um homem se apropria da ideia ou do pensamento de uma mulher, torna-se o “dono” dela e recebe o mérito em seu lugar. Isso acontece porque, inicialmente, o que a mulher tem a dizer é constantemente desmerecido, desacreditado, mas quando um homem discursa, ele já traz uma carga legítima de poder e de propriedade sobre sua fala. Assim, uma ideia brilhante de uma mulher pode não ter efeito algum sobre sua carreira profissional, mas, quando apropriada por seu colega, pode lhe causar a ascensão a um cargo de gerência, por exemplo. Isso pode acontecer bastante, também, no meio acadêmico, no de patentes, nas demais pesquisas cientificas, nas criações e nas invenções tecnológicas”.
22 modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades ou opera (definição Oxford Languages).

Cálice composição Chico Buarque

hierarquia e coerção para prevalecer intencionalmente, acicatando-se a cada “não”, pois essas práticas não existem sem premeditação e nada se faz sem antes planejar dentro de uma instituição de ensino. São comportamentos análogos dos membros da inquisição, onde a mera presença do inquisidor já configura uma tática de repressão para intimidar a corporalidade e o pensamento. O inquisidor sente prazer ao farejar o temor, ao perceber que pode exercer covardemente o seu poder, cuja habilidade só é possível porque tem a tranquilidade de agir dentro de um sistema, do “cálice”[23] (figura 7), que lhe permite ditar regras e ouvir aquilo que deseja. É preciso resistir ao colonialismo e o colonialismo interno, implacáveis a todos que ele impacta, eliminando autonomias e identidades de pessoas e comunidades para convertê-los à força. Apagar é remover todos os vestígios de algo, visando sua destruição (WOLFE, 2006)



Figura 8 Inferência a composição musical de Chico Buarque e Gilberto Gil/Fonte: Folha

A violência epistêmica, engendrada na colonialidade do poder, serve para apagar o pluralismo e garantir o *status quo*[24] de grupo que deseja suprimir o outro (DE LONEY, 2019; MIGNOLO, WALTER D, 2008a; QUIJANO, 2000) A lógica da

23 “Cálice se tornou num dos mais famosos hinos de resistência ao regime militar. Trata-se de uma canção de protesto que ilustra, através de metáforas e duplos sentidos, a repressão e a violência do governo autoritário”. Escrita em 1973 foi censurada e somente lançada em 1978, devido ao conteúdo crítico a ditadura (MARCELLO, [s. d.]).
24 no estado em que (se encontrava) antes (definição Oxford Languages).

eliminação, reforça "manutenção das relações coloniais" (MANGUEIRA, 2019, p. 1). Segundo Marguerite de Loney a lógica:

> (...) subjacente à arqueologia e aos discursos do desenvolvimento está firmemente situada dentro da colonialidade do poder (QUIJANO 2000; MIGNOLO 2011), um conceito que encapsula o que Charles E. Orser Jr. (1996) chama de os quatro redutos da arqueologia histórica: colonialismo, modernidade, eurocentrismo e capitalismo. Usando a colonialidade do poder como uma estrutura analítica, descrevo como a ideia de "mercado livre", a que me refiro como "o mercado", é um mito baseado na neutralidade desencarnada e não localizada da produção de conhecimento eurocêntrica que se difunde em todo o mundo por meio da violência epistêmica de disciplinas como a arqueologia. Ao fazer isso, procuro demonstrar que nós arqueólogos, como atores detentores de poder, somos instrumentais na formação de trocas e exploração desiguais que servem para contribuir com capital social e econômico em um sistema capitalista (DE LONEY, 2019, p. 697)

Como alicerce das minhas escolhas, tomei minha jornada em prol de uma ciência com pensamento crítico, com o desejo de não ser governado (SALLUM; NOELLI, 2020). Creio que pensar criticamente a produção do conhecimento científico é estar ciente do contexto sociopolítico vigente e que este refletirá no conhecimento produzido (SOUZA, 2020). Há que se combater a intenção de "passar a boiada" e colaborar no desmonte e evitação dos projetos autoritários, destruindo a automação da predileção por padrões acadêmicos estabelecidos sob "integridade duvidosa" que vai para além da educação e reforça projetos políticos como o vigente, cuja prerrogativa de impactar nossos maiores bens para remodelar a nossa História (figura 8). Prerrogativa estruturada pelo

Incêndio Museu Nacional



Figura 9 Incêndio no Museu Nacional / fonte: Agência Brasil/Tânia Rêgo

neoliberalismo, que traça estratégicas econômicas que não enfrenta as questões sociais na sua complexidade.

Com a assustadora crescente de adeptos ao "*populismo reacionário*"[25], alguns pesquisadores aderiram a politização da ciência como meio de combate a sua ascensão. Por acreditar que através da politização é capaz "abrir o espírito, despertar o espírito, dar luz ao espírito" (FANON, 2006, p. 205). Esta postura ressignificada por resistência, enxerga na redefinição das relações com a sociedade, meios de barrar o "*populismo epistêmico*"[26] e reacionário (CRIADO-BOADO; BARREIRO, 2013; GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018; HABER, 2019).

Neste movimento abdicar do autoritarismo acadêmico tradicional, no qual trata as pessoas o "outro" como se fossem menores, julgando as competências através do nível de escolarização (figura 9). O conhecimento científico propagado e fomentando pelo eurocentrismo tem cada vez mais reforçado a perda dos vínculos humanos com os pluralismos e fomentando a superioridade com o "natural"[27]. Ao racionalizar os saberes orgânicos e artificiais adota a fundamentação lógica, valoriza a artificialidade para manutenção do cientificismo. Preconiza a agência algorítmica como comprometendo a estabelecer padrões para estabelecimento de presságios em cima de estatísticas tendenciosas que distorcem a realidade por simples motivação tecnológica (GILLINGS; HACIGÜZELLER; LOCK, 2020). Assim reforçam o que Palmiro Togliatti, adverte "quem erra na análise erra na ação".



Figura 10: Abya Yala história "do outro" (fonte: combate racismo ambiental

25 O "populismo reacionário" pode ser definido como uma forma política que é iliberal em termos de sua identidade política, mas ele é liberal em sua política econômica (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018).
26 Consiste numa forma de bajulação, que máscara e sede os anseios do populismo reacionário.
27 Defendo a dissolução desta definição já que natural vai além do que pertence ou refere-se a natureza. Para mim tal termo ainda traz uma designação dual na qual compreende uma separação do humano com o natural.

Creditar nos saberes orgânicos nos aproxima das cosmologias possibilitando “ler sinais da terra, das árvores e dos bichos”; “ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas”; “falar com os mortos” e ter “contacto com nossos antepassados” (COUTO, 2009, pp. 12–13). Entendendo que a credibilidade cientifica não está por si só na racionalização monopolista da tradição epistêmica, reduzindo a arqueologia ao registro arqueológico (DUNNELL, 1992). Ou mesmo a categorizações a partir de marcadores de diagnostico natural ou temporal para inserir “os lugares” e as pessoas em um sistema “taxonômico pré-existente” (BEAUDOIN, 2016).

Resistente a esta tendencia, não vejo na descrição física do ambiente ou mesmo na forma pronapiana (figura 11) de tratar o patrimônio a melhor abordagem a ser conduzida, pois compreendo que os híbridos são condicionantes, não determinantes. Desta forma, a linha tênue que leva a descrição, também carrega o determinismo ambiental como aliado principal. E nesta racionalidade técnica-cientifica originário do cientificismo ocidental, que se defendia o registro de campo como forma de “salvar” informações do “outro”[28] que estava em vias de desaparecer. Na concepção euclidiana[29], que concebe “viver é adaptar-se” (CUNHA, 1984, p. 183), fomente na sociedade a estrutura determinista do determinismo ambiental, sempre frequente e sorrateiro nas pesquisas acadêmicas (LOIOLA *et al.*, 2015). Nestes contextos reforça-se a perspectiva que somos subproduto ambiental, repercutindo uma certa “visão de mundo colonialista” (FUNARI; NOELLI, 2002, p. 52). Para Loiola et. al. (2015) o determinismo ambiental:

> demostra as limitações de intelectuais que tentam justificar a dominação pelo determinismo ecológico, e as limitações induzidas na sociedade, já que essa perspectiva leva a interpretações equivocadas acerca da teoria da evolução, ao supor que tendências evolutivas podem ser preditas (GONÇALVES, 2002; LORENZ, 1986; CAPRA, 2001). Conforme Souza (1997), por teorias derivadas, o determinismo induziu formas enganosas de pensar o desenvolvimento por etapas obrigatórias e universais, referenciadas nas histórias dos países do norte, de climas temperados, outros ambientes, culturas e interesses (LOIOLA *et al.*, 2015, pp. 50–51)

28 “A perspectiva da arqueologia do outro foi herdada principalmente da arqueologia colonial europeia do século XVIII, cujos modelos foram seguidos tanto por europeus como brasileiros que inauguraram a prática da pesquisa arqueológica no Brasil” (BARRETO, 1999, p. 204)
29 Referência ao escritor Euclides da Cunha com a obra, Os Sertões (1902).



Figura 11: Participantes do Seminário do Pronapa na ilha do Marajó. (MEGGERS, 2007)

O colonialismo do poder fomenta a postura de superioridade, confabulada em abordagens que deprecia a noção de patrimônio cultural, tendenciando em escolhas “de estudo por sua exoticidade, suas diferenças em relação aos padrões culturais europeus, e sobretudo por se prestarem a exercícios interpretativos condizentes com a mentalidade colonial” (BARRETO, 1999, p. 204). Movimento que encorpou através da racionalidade comunicativa favorecida pela “lógica tecnicista na educação” que é gerida pela racionalidade instrumental[30]”, obstruindo movimentos emancipadores (MEDEIROS, 2008, p. 19). Racionalidade instrumental, que mesmo com bases filosóficas enfraquecidas, se sustenta na dimensão técnica-cientifica que suprimi “as esferas da subjetividade, da cultura e da sociedade um rastro quase inapagável, marcado pela ideologia da sociedade capitalista ocidental” (MEDEIROS, 2008, p. 22). De acordo com Lucio Ferreira (2021) os saberes estariam a serviço da dominação da natureza e do outro.

30 “A Racionalidade instrumental é uma manifestação da razão sobre as esferas de mundo, a cognição, os saberes espontâneos e, consequentemente, as ações sociais” (MEDEIROS, 2008, p. 19)

Sendo necessário, investir e comprometer por práxis pedagógicas direcionada para uma arqueologia crítica e reflexiva (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018). Esta consiste em práxis educacionais que dão autonomia aos indivíduos e assim associe as críticas sociais e arqueologia fomentando combater o preconceito, racismo, machismo, xenofobia e questionar as desigualdades sociais. No entanto, pesquisas com comprometimento social deve dissolver o populismo epistêmico ainda recorrente nas pesquisas atuais. A demagogia também deve ser afastada, pois agrada e manipula os movimentos desmantela as ações descoloniais.

González-Ruibal no prefácio do livro “A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito”, define a arqueologia crítica e emancipatória como um concerto de vozes, “algumas vozes têm que ser ouvidas mais do que outras: as vozes dos que nunca tiveram voz ou dos que nunca foram ouvidos” (CAMPOS; RODRIGUES; FUNARI, 2017, p. 22). A multivocalidade, ao contrário de ser um fenômeno ambíguo como em outros contextos, ganha outra posição, como esforço pela justiça social (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018). E, com este sentido, colocar o patrimônio como tópico popular e sucumbir ao ideário de um patrimônio universal e bom para todos, são ações essenciais para a práxis educacional crítica e reflexiva. Segundo González-Ruibal, conjungir a multivocalidade com a educação crítica freiriana consiste na perspectiva de uma arqueologia que procure:

> ensinar com humildade e estar pronta sempre para escutar, com a certeza de que o conhecimento que pode oferecer é valioso cientificamente e, acima de tudo, socialmente. A verdadeira educação, como a verdadeira multivocalidade, consiste em fazer retornar às comunidades que ficaram marginadas na produção e no usufruto do patrimônio o que é delas, legal e moralmente (CAMPOS; RODRIGUES; FUNARI, 2017, p. 22).

Na mesma direção, os arqueólogos González-Ruibal, Alonso González e Criado-Boado (2018) propõem que a arqueologia seja socialmente comprometida, que repele o populismo epistêmico e a demagogia, e que deveria expressar o que não é confortável, problematizar e complexificar narrativas, histórias e identidades (figura 12).



Figura 12: Sátira Spacca direcionada hipocrisia cientifica diante do patrimônio (fonte: Megalitos Amazonia, 2012)

Eles promulgam por uma arqueologia envolvida em explicações históricas e não apenas em análises arqueométricas hiperespecíficas ou em boas práticas de contar histórias. Dizer as verdades incômodas para aqueles que já estão convencidos e dispostos a ouvir (nosso público regular) não é suficiente: precisamos nos relacionar com aqueles que estão nos antípodas do (até!) pensamento liberal (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 4). De acordo com Peter Sloterdijk (2001) é essencial promover uma arqueologia que provoque o povo, em vez de lisonjear e flertar com ele.

> Qualquer que seja a abordagem que tomemos, no entanto, ela deve começar nos reconhecendo como agentes da colonialidade. A esta altura, deveria estar óbvio para nós que a promessa do capitalismo e de sua modernidade é falsa e que não pode atender às necessidades das pessoas em todo o mundo. Por esta razão, a necessidade de um

> verdadeiro espírito radical encontrado no pensamento anarquista e descolonial nunca foi tão grande[31] (DE LONEY, 2019, p. 697)

Em suma é necessário desenvolver uma arqueologia pedagógica, que ensine sobre arqueologia, mas também use a arqueologia para ensinar. Assim galgando rumo ao um conhecimento público de arqueologia, investindo numa educação com e para o social, repelindo os moldes tradicionais que verticaliza o conhecimento afastando a autonomia dos indivíduos (FREIRE, 2011; GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, pp. 4–5). Portanto a pedagogia aqui proferida, está afastada da concepção do senso comum, que está relacionada à escolarização normativa e a transmissão de saberes dentro das instituições de ensino. Em vez disso, concebe no cerne da pedagogia crítica freiriana no qual tem como metodologia essencial as lutas de libertação social, política, ontológica e epistêmica (FREIRE, 1987, 2011; WALSH, 2014, p. 8).

Na atualidade, promulgar em prol de práticas que proporcionem autonomia dos indivíduos pode provocar a abdução, pois as concepções tradicionalistas ainda pairam subjugando os discursos horizontais. São práticas constituídas na "objetificação[32]" do outro, conduzindo na desumaniza todos aqueles externos a sua cultura. Instituía pela ideologia imperialista, na qual enxerga a "outra cultura" como "não humana"(ANI, 1994). Para Catherine Walsh[33] (2014, p. 26) (figura 13), não surpreendendo em práticas dos agentes coloniais o apagamento ou mesmo a imposição e modelamento de "uma racionalidade fundada em binários dicotômicos" como homem e natureza, mente e corpo e civilizado e

Catherine fala sobre decolonialidade.

[31] *"it is time for our profession to participate in developing a socially transformational praxis that undermines alienation and dehumanization. We can find possibilities for alternatives by engaging in archaeology as a craft (Shanks and McGuire 1997), as a process of (re)assembling (Harrison 2011), as critical semiopraxis (Grosso 2015), or as dissent (Kintz 2010). Whatever approach we take, however, it must begin by recognizing ourselves as agents of coloniality. By now it should be obvious to us that the promise of capitalism and its modernity is false, and that it cannot meet the needs of people all over the world. For this reason, the need for a true radical spirit found in anarchist and decolonial thinking has never been greater" (DE LONEY, 2019, p. 697).*

[32] *Objetificação – "Uma modalidade cognitiva que designa tudo o que não seja o "eu" como objeto. Esse processo exige um ego despiritualizado e isolado e facilita o uso do conhecimento como controle e poder sobre os outros". – Texto original - Objetificantion - A cognitive modality which designates everything other than the "self" as object. This process mandates a despiritualized, isolated ego and facilitates the use of knowledge as control and power over other (ANI, 1994, p. 27) .*

[33] *Catherine Walsh perpetua seu trabalho com a temática pedagoga da decolonialidade.*

bárbaro, reforçando “ideias de "raça" e "gênero" como instrumentos de classificação hierárquica e padrões de poder”. Em oposição aos mecanismos de poder dos agentes coloniais, Mamá Dulu (figura 13) revela que as práticas político-pedagógica vinculadas à diversos contextos sociais proporcionam esperança, justiça, dignidade, liberdade e



Figura 13: Dolores Cacuango também conhecida como Mamá Dulu e Catherine Walsh (fonte: Publeo Kayambi)

humanização.

Marimba Ani (1994), revela que o pensamento ocidental possui dificuldade de lidar com ambivalência e ambiguidade, tornando-se avassaladora, uma barreira paradoxal intransponível. Já culturas majoritárias[34], possui mecanismos sofisticados engendrar experiencias humanas em outras formas de interligar pessoas espiritualmente. Sendo a dissolução dos dualismos, conectividade a educação, conceitos-chave que orientam nossa inter-relação com o social, e os setores da sociedade que permaneceram enublados (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 6). E as diversas pedagogias contribuem para que os participantes (arqueologues e povo) exercem suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação (FREIRE, 1987, 2011; WALSH, 2014, p. 8). Sendo fundamental pensar nas mais diversas pedagogias como práxis de escolarização, mas sim como ferramentas para pensar, produzir e proporcionar autonomia ao povo (FREIRE, 1987, 2011; GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ;

34 Culturas majoritárias - Os membros das culturas indígenas centrais do mundo considerados coletivamente, excluindo a minoria europeia. Texto original – Majority peoples - “The members of the indigenous core cultures of the world regarded collectively, excluding the European minority” (ANI, 1994, p. 26).

CRIADO-BOADO, 2018). Resgatar a autoridade epistêmica, não andando pelos nossos títulos, mas reformulando as relações e valores que conectam a disciplina com o público (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 7).

Os autores supracitados e outros que estarão presentes no decorrer da estrutura desta dissertação me inspiraram a pensar numa arqueologia que considero fundamental nos dias de hoje. Desde quando iniciei minha trajetória acadêmica e profissional exerci minhas atividades com muito amor, respeito e resiliência. Pode ser clichê para alguns, mas abraço a visão de Freire (2011, p. 80):

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto da alegria, gosto da vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica.

Reportagem sobre a pandemia COVID-19

Diante da atual conjuntura sob um contexto pandêmico (figura 14), parece mais do que nunca ser necessário estimular perspectivas para além de nossos limitados horizontes. A saída da zona de conforto é essencial para a fluidez, (des)construção e (re)aprendizagem. Portanto, para mover-se como pesquisador-educador, antes é necessário mover-me como gente. Só assim saberei construir minha autonomia de forma consciente e com autenticidade (FREIRE, 2011, p. 64), em qualquer ciência.



Figura 14 Crise sanitária, política e ética (fonte: CDL João Pessoa, 2021

Destarte, embasada na concepção da caixa de ferramentas, compreendo a necessidade de afastar a “questão de fé” que atribui Lima (2006) as escolhas teóricas de alguns arqueólogues. Compreendendo que a adoção de qualquer dos “ismos” (p.

ex. historiculturalismo, processualismo e pós-processualismo) como única corrente teórica, limita o pesquisador e pode comprometer a construção do conhecimento. Sendo mais desejável e mais produtivo, partir da compreensão sobre o tema da pesquisa para, posteriormente, adotar teorias e métodos que dialoguem com o debate proposto. A arqueologia como uma ciência das humanidades possui uma caixa de ferramentas única para compreender o mundo de forma crítica (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 22).

A pretensão deste trabalho é contribuir com a produção de conhecimentos sobre um espaço socialmente, culturalmente e historicamente negligenciado. Na busca de fortalecer as narrativas que favoreçam os plurais, se entende aqui a necessidade de valorizar saberes orgânicos que poderão suplantar o saber artificial, que geralmente é manipulado para apagar o conhecimento e as práticas locais, pois se trata de estratégias para dominar um espaço e excluir seus ocupantes que estão no caminho dos "colonizadores"(figura 15). Para Maria Lúcia, “Esta obra é uma nova colonização!” (Lunetas, 2014).



Figura 15 Maria Lúcia de Oliveira moradora e liderança do coletivo (Fonte: Jairo Moura/Rumos Itaú)

Essa dissertação manifesta a aliança a favor das cosmologias e das histórias de persistências de pessoas e comunidades ao longo do tempo, no espaço híbrido[35] da confluência, articularam práticas e atitude crítica contra a transformação de seus territórios e lugares significativos em empreendimentos imobiliários (figura 16).



Figura 16 Figura 17:Composição de fotorreportagens do coletivo Boa Esperança (Ocorre Diário, 2020) (1) A Deusa Dança - Oxum (2) Dos saberes e brincadeiras da terra (3) O Chico, antigo oleiro descansa sobre os tijolos (4) Reservatório de areia retirado do rio Para

35 Espaço híbrido – Milton Santos concebe o espaço "como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações", partindo de um espaço híbrido com o imbricamento da natureza e o social (SANTOS, 2002, p. 21).

Súmula da Confluência na Contemporaneidade

Em 2014 o coletivo de resistência articulado pela comunidade da Boa Esperança demostra a resistência do coletivo, pelo direito à moradia constantemente ameaçado pelo Projeto da Prefeitura Lagoas do Norte (MOURA, 2014) (figura 19). Em antítese, a este projeto o coletivo, articulou junto com a Associação Centro de Defesa dos Direitos Sociais Ferreira Sousa o movimento *Lagoas do Norte, pra quem?* (POKEMON, 2019). (figura 18).



Figura 17 Esboço segunda fase do Programa Lagoas do Norte (MOURA, 2014)



Figura 18 Planta técnica realizada através de informações do Programa Lagoas do Norte/ SEMPLAN – elaboração Luan Rusvell (POKEMON, 2019)

O mapa afetivo (figura 19), produzido pela comunidade Boa Esperança, entrelaça os saberes da Comunidade Boa Esperança, por meio de colaboração de várias pessoas do coletivo. Composta pelos moradores Antônio Oliveira, Cecília Santos, Chico Oliveira, Davina Oliveira, Dorany Costa, Estrela de Jesus, Heloísa Barros, José Dallyson, Lúcia Oliveira, Maria Júlia Alencar, Miúda Oliveira, Raimundo Novim, Rayna Costa, Vera Oliveira, a atividade foi desenvolvida por Luan Rusvell,

Regina Veloso e Maurício Pokemon publicado no Inventário Verde da Boa Esperança (POKEMON, 2019).



Figura 19 Mapa produzido pelo coletivo em oficina de cartografia afetiva na comunidade Boa Esperança (POKEMON, 2019).

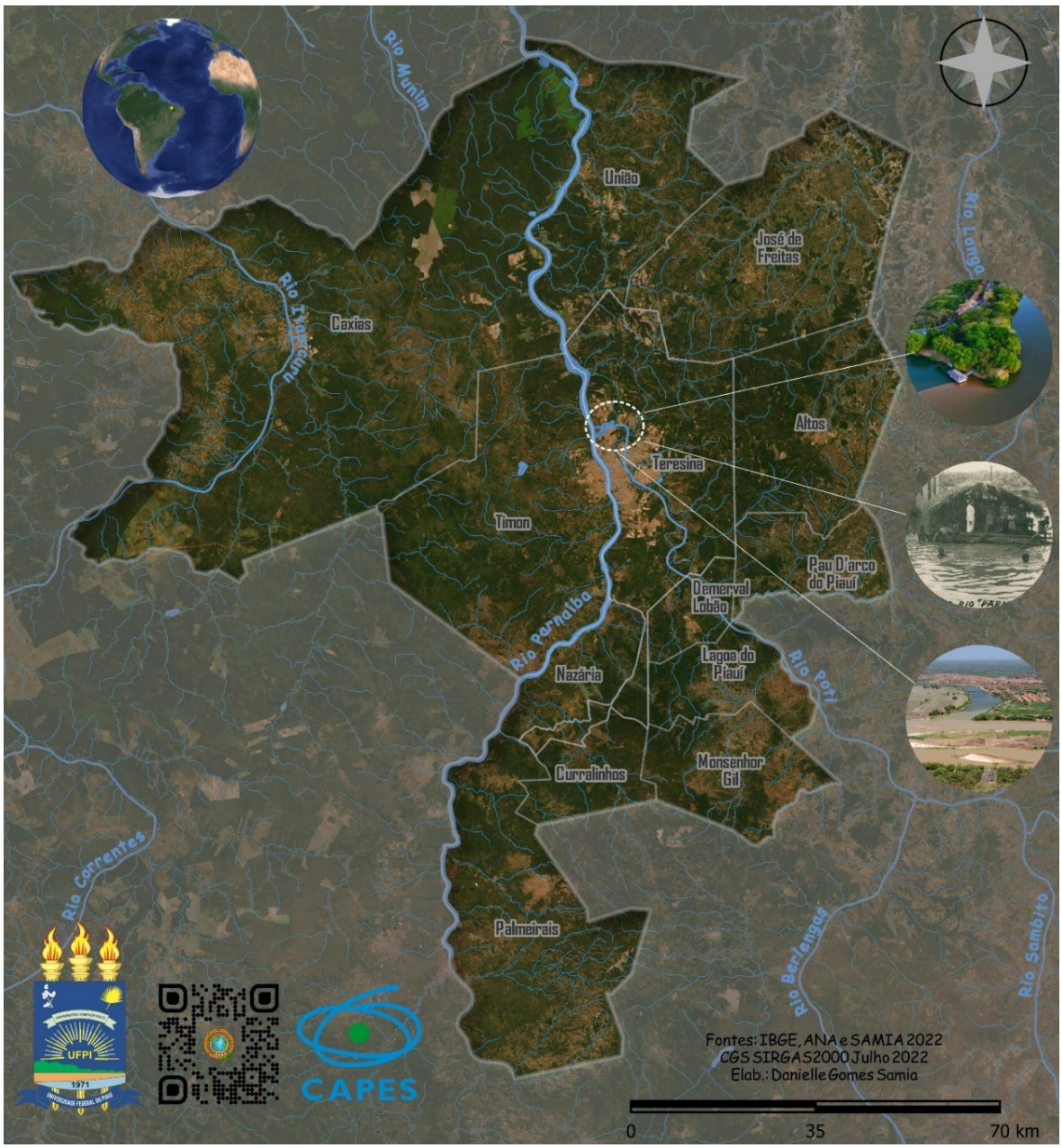
Breve apresentação da confluência e o foco da pesquisa

O foco da pesquisa em questão e a confluência do Rio Parnaíba com o Rio Poti figura (20), compreendendo atualmente como território administrativo do município de Teresina e adjacências (incluindo os municípios de Altos, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Nazária, Palmeiras, Pau D'Arco do Piauí e União no estado do Piauí, Caxias e Timon no estado do Maranhão).



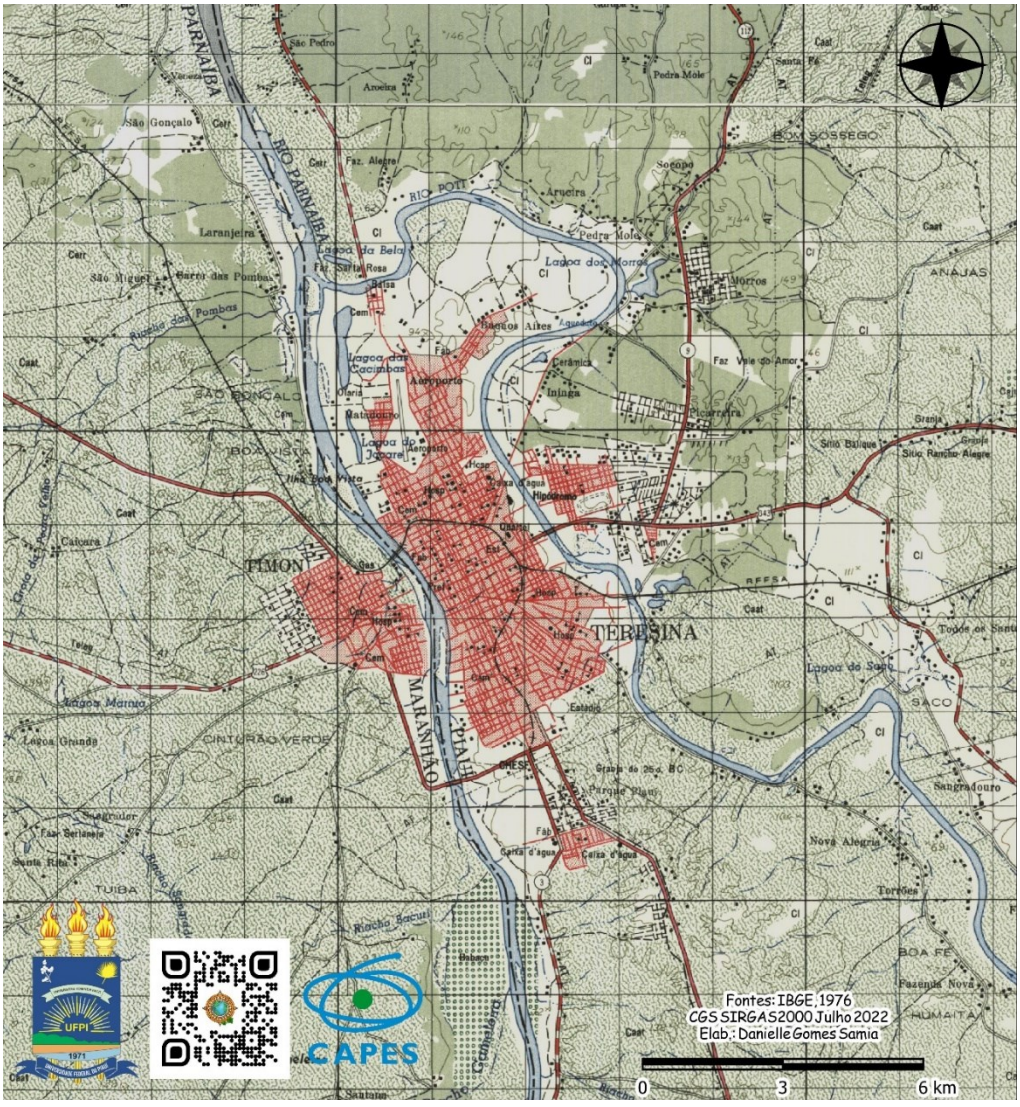
Figura 20: Encontro dos Rios Parnaíba e Poti (foto: Juscelino Reis- @julcereis)

Visando a coleta de dados pontuais, delimitarei uma área formada por várias divisas municipais estabelecidas no século XX (Mapa 2). Entendo que no caso de documentação históricas (fontes escritas e gráficas) estes limites municipais serão *relativamente* considerados, por não existirem ou pela imprecisão dos seus limites. As narrativas aqui imbricadas necessitam de contextualizações que conduzem as construções sobre a arqueologia muito além das características físicas da confluência, sendo necessário contextualizar o estado da arqueologia na área de estudo.



Mapa 2 Teresina e munícipios adjacente

No mais, a delimitação da área consiste simplesmente no ato de circunscrever meu foco de estudo. Portanto, desvinculando quais quer delimitações no escopo físico ou administrativo no âmbito de atribuir conceitualizações relacionadas a regiões ou regionalizações. No mais, pensar numa área de estudo restrita a limites seja geográfico, históricos ou administrativo, arbitra no entendimento das mais distintas escalas de análise. Para efeito de referência, no decorrer da dissertação o termo *"a confluência"* englobara uma variedade escalar, muito além da estaticidade no mapa da Mapa 3. Compreendo, portanto, que *"a confluência"* consiste no imbricamento de várias ciências que corroboram para as interpretações necessárias à compreensão do processo de ocupação.



Mapa 3 Confluência composição Carta Topográfica 1976 (Fonte: BDGex, 2022)



CAPÍ1

Confluência e/ou adjunção Rio Parnaíba e Poti
(Fonte: Pinterest – Itallo Victor)

Capítulo 1 A arqueologia fluindo nos caminhos e percalços numa confluência de perspectivas

"Ser como o rio que flui" Paulo Coelho

Todo rio corre de montante a jusante, num fluxo constante e unidirecional, pelo menos podemos dizer isto de suas águas, mas apenas de suas águas. Pois um rio é muito mais que um fenômeno unidirecional. As coisas do rio (animais/pessoas, plantas, moléculas, átomos, partículas) se movem pelo rio em ambas as direções. Um rio, portanto, pode ser bidirecional, mas também multidirecional, já que como fenômeno se expande para muito além do bidirecional contido em duas margens. Assim, olhar a junção de dois rios nos permite ver convergências na sua confluência de montante a jusante. Mas também nos leva a entender divergência na sua disjunção acima e abaixo. Para quem navega sempre rio abaixo, só resta seguir o fluxo..., ou sair dele. Para quem enfrenta a corrente rio acima sempre terá de escolher o caminho nas confluências/disjunções. E assim me posiciono contra a corrente, mas também saindo do rio ou mergulhando nele, buscando mais caminhos do que simplesmente seguir a corrente (figura 21).



Figura 21 Confluência e/ou adjunção Rio Parnaíba e Poti (Fonte: ANA)

1.1 Convergências e divergências:

No presente algumas pesquisas arqueológicas têm buscado atuar de forma reflexiva e fluída perante as construções das teses e antíteses, devido ao imbricamento de conhecimentos tanto entre humanidades, ciências sociais e ciências naturais (EDGEWORTH, 2012; LAYTON; THOMAS; STONE, 2001) como dos saberes locais de diferentes pessoas e comunidades (ATALAY, 2006).

De forma semelhante, Ulpiano Meneses, reflete a necessidade de conduzirmos pesquisas considerando o emaranhamento, caracterizada pelas relações entre humanos e objetos materiais, seus sistemas, instituições, ambientes, contextos, situações, circuitos (DE MENESES, 2015, p. 22; HODDER, 2012).

Na contramão do que convencionalmente vinha sendo trabalhado em arqueologia, Charles Mount, fomentado pelas ideologias de George Eogan*36*, defende que a arqueologia tem a função de criar, organizar e difundir *conhecimento*, não somente gerar dados (MOUNT, 2004). Vere Gordon Childe (1956), mobilizado pela ideologia marxista, salienta a necessidade de o *conhecimento* ser público, transmissível e útil à sociedade. Atualmente é muito raro alguém que pense e argumente que a arqueologia serve somente para gerar dados, contudo, na grande maioria das pesquisas vemos isso acontecer quando os resultados não produzem saberes transmissíveis a sociedade.

Alguns arqueólogues têm integrado múltiplas disciplinas, como a filosofia. É possível perceber tal envolvimento filosófico em algumas publicações de David Clarke (1973) e Charles Mount (2004), que sorvem de Michael Polanyi*37* os preceitos epistemológicos filosóficos sobre *conhecimento* para explanar sobre a disciplina arqueológica. A partir de Polanyi (2009) estes autores entendem o conhecimento dividido em explícito e tácito. O primeiro, “explícito”, seria aquele passível de ser codificado, armazenado (em livros, registros e arquivos digitais) e transmitido. O segundo, “tácito”, já necessitaria de aprendizado experimental, difícil ou impossível de

36 George Eogan foi tutor de Charles Mount na University College Dublin.
37 Michael Polanyi nasceu em março de 1891 em Budapeste, Hungria. Cientista ativo tem destaque no campo filosófico e político.(MICHAEL POLANYI - AS PALESTRAS GIFFORD, [s. d.])

se transmitir através da linguagem e ou codificação (COOK; SEELY BROWN, 1999; DARVILL, 2015; MOUNT, 2004; POLANYI, 2009).

A influência de Polanyi levou Clarke (1973) a declarar a "perda da inocência" da Arqueologia, considerando como um necessário *processo* continuo e conduzido pelas transições de consciência, autoconsciência e autoconsciência crítica, como processos graduais, irreversíveis e benéficos à construção teórica. Para Clarke (1973):

> Gradualmente a consciência se desenvolve em autoconsciência e a sofisticação corrói os paradigmas da inocência. A autoconsciência se inicia com tentativas explícitas de autoconhecimento - os esforços contenciosos para lidar com a crescente quantidade de observações arqueológicas por procedimentos explícitos, mas debatidos, e pela definição de conceitos e classificações[38]. (CLARKE, 1973, p. 6)

Conforme Ben Ford (2011), o estágio de "consciência" de uma nova disciplina denotaria a primeira fase do processo, caracterizada por procedimentos intuitivos e entendimento tácito.

Mount (2004) compreende que o acúmulo de dados necessariamente não é uma prerrogativa. Teorias inovadoras foram desenvolvidas a partir de conhecimentos explícitos e a posteriori provas empíricas foram incorporadas, provendo sustentação a elas. Por sua vez, Mount (2004) pensou que:

> teorias inovadoras foram desenvolvidas por indivíduos que não estavam familiarizados com os dados. Por exemplo, Alfred Wegener (1966) era um meteorologista que nunca havia trabalhado na área de geologia quando propôs a teoria da placa de deriva continental em 1912. Isso indica que grandes quantidades de dados podem não ser necessárias para o desenvolvimento da teoria [39]. (MOUNT, 2004, p. 230)

38 Gradually consciousness develops into selfconsciousness and sophistication erodes the paradigms of innocence. Self-consciousness dawns with explicit attempts at self-knowledge -the contentious efforts to cope with the growing quantity of archaeological observations by explicit but debated procedures and the querulous definition of concepts and classifications. The discipline emerges as a restless body of observations upon particular classes of data, between a certain range of scales, held together by a network of changing methodology and implicit theory (CLARKE, 1973, p.6).

39 A number of groundbreaking theories have been developed by individuals who were relatively unfamiliar with the data. For example, Alfred Wegener (1966) was a meteorologist who had never worked in the area of geology when he proposed the theory of continental drift plate in 1912 (MOUNT, 2004, p.230).

Visões distintas e esmiuçadas sobre o conhecimento, e como este se desenvolveu no pensamento e na prática arqueológica, cooperam para descolonização da arqueologia. Compreender os paradigmas vigentes no cerne do pensamento arqueológico, ou qualquer outra disciplina, contribui para que as futuras gerações de pesquisadores tenham posicionamentos epistêmicos coerentes perante os seus objetos de pesquisa.

1.2 Rio Abaixo

> *"Cada arqueologia é do seu tempo, mas como muitos deploram o tempo, certamente ficarão descontentes com sua arqueologia" (Clarke, 1973, p. 8)*

Ao traçar o surgimento do pensamento arqueológico nos séculos XVII, XVIII e XIX, com base na obra de Thomas (2004), percebemos na essência o racionalismo cartesiano e empirismo baconiano. Onde o estabelecimento de uma ciência mais coerente traz fulgor aos argumentos metodológicos e empíricos. O primeiro sugere dividir a realidade complexa em suas partes componentes e, em seguida, remontando essas partes para entender a totalidade (THOMAS, 2004, p.19). O segundo fundamenta a descoberta de fatos autênticos sobre o passado no estudo empírico de antiguidades e na experiência sensorial do mundo material (BOEHM, 2017, p.257). Para Thomas (2004) o que ocorre no pensamento arqueológico nestes séculos é a categorização binária enfatizada pelos dualismos cartesianos, como *mente e corpo, natureza e cultura, e físico e espiritual*.

Perspectivas fundacionalistas[40] baseadas em preceitos empiristas obedecem a processos hierárquicos de conhecimento (figura 22). Dentro do conhecimento arqueológico, perpassam construções que iniciam nos *dados* brutos sem significado inerente, após significação são organizados e processados. Ao seguir a hierarquização é necessário contextualizar, categorizar e calcular analiticamente corrigindo e resumindo, chegando o status de *informação*. Somente informações

40 *O FUNDACIONALISMO é frequentemente afirmado como a doutrina na qual o conhecimento constitui uma estrutura cujos fundamentos sustentam todo o resto, mas eles próprios não precisam de apoio (WILLIAM P. ALSTON, 1976)*

significadas, utilizadas e transformadas (por comparação), avaliadas e/ou discutidas galgam o status de *conhecimento*. Por conseguinte, *o saber* é construído perante as habilidades que coadunam contextos, significados e visão da compreensão dos sistemas (DARVILL, 2015; KRISTIANSEN; ŠMEJDA; TUREK, 2015; MOUNT, 2004).



Figura 22 Hierarquia do Conhecimento adaptado (DARVILL, 2015; MOUNT, 2004)

Para Mount (2004) a visão fundacionalistas demostra a necessidade de alguns pesquisadores de coletarem seus dados até a condução e construção do saber. O aumento de escavações arqueológicas (arqueologia preventiva e acadêmica) colapsou a estrutura hierárquica resultando numa grande quantidade de dados sem transformar em *informação* ou em *saber* (DARVILL, 2015; MOUNT, 2004). O grande desafio é transformar esses *dados* e *informações* em produtos socialmente significativos (DARVILL, 2015).

Julian Thomas (2004) afirma que no *conhecimento* pode ser formulado de diversas maneira. A adoção de uma corrente de pensamento nada implica no *conhecimento* ou *saber* em si, somente demostra a condução e construção de pensamento seguida pelo pesquisador. As divergências sobre os **ismos** somente enfraqueceram nossos esforços, provocando o distanciamento entre as “ciências” e as “humanidades” (DARVILL, 2015; MOUNT, 2004; SHERRATT, 1996) e as múltiplas

ontologias. Philip Esler[41], em entrevista para The Guardian fala (LINDA NORDLING, 2005 apud Philip Esler):

Eu nunca gostei da ideia de duas culturas, uma cultura científica e uma cultura de artes e humanidades. Eu sempre pensei que havia apenas uma cultura, e esse conhecimento era uma unidade única que trabalhamos em diferentes direções[42].

As cisões foram demostradas por Andrew Sherratt (1996) ao realizar a retrospectiva da Dialética Cultural Europeia dos últimos 500 anos, identificando duas trajetórias de pensamento paralelas (figura 23).

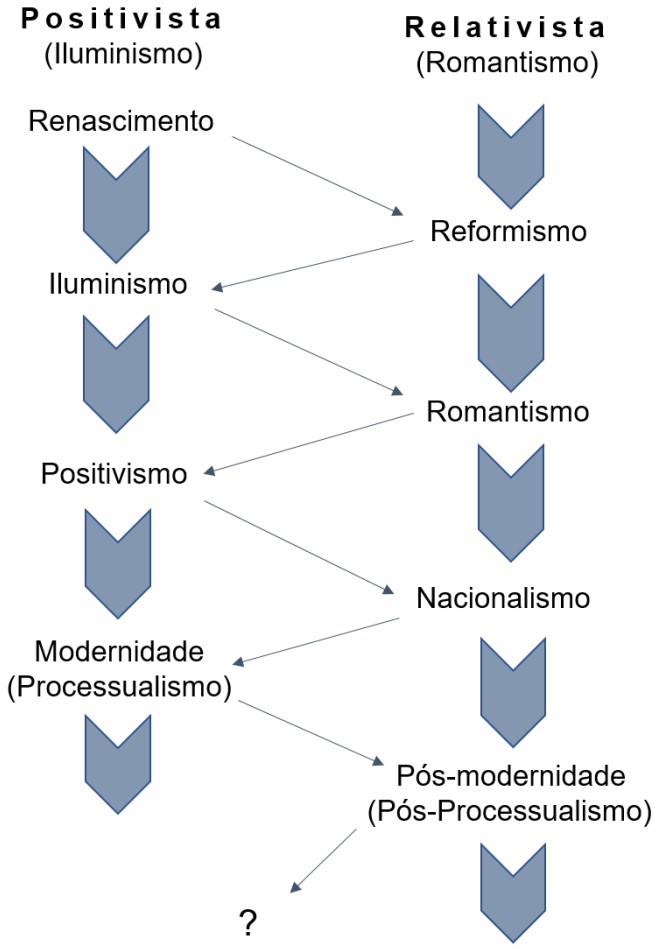


Figura 23 Modelo Dialético Europeu de Andrew Sherratt (adaptado de DARVILL, 2015 apud SHERRATT, 1996)

41 Philip Esler, Chefe do Executivo do Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades em Londres, Vice-diretor de pesquisa da Universidade de St. Andrews.(LINDA NORDLING, 2005)

42 "I never liked the idea of two cultures, a scientific culture and an arts and humanities culture. I've always thought there was only one culture, and that knowledge was a single unit that we worked from different directions." (LINDA NORDLING, 2005)

As trajetórias *iluminista e romântica* representam a história cultural e intelectual europeia. Ambas percebidas desde o século XIV no Renascimento perpassa o Iluminismo nos séculos XVII e XVIII encara no século XIX o positivismo e segue no século XX com o modernismo (processualismo) e atualmente o pós-modernismo (pós-processualismo). A trajetória "iluminista" tem embasamento racionalista moldada por modelos determinísticos com critérios comparativos e científicos. Para Lima (2011) o Iluminismo europeu possui o gérmen da Arqueologia que toma forma como disciplina no século XIX moldados pelo evolucionismo darwiniano e os avanços na geologia de Charles Lyell. Desta forma, Lima corrobora com a afirmativa de Sherratt onde expõe que *os escritos do Iluminismo enfatizavam a ordem e a hierarquia, contando uma história de estágios de progresso* (SHERRATT, 1996, p.141).

A trajetória "romântica" é relativista e contextual, prioriza interpretações sensíveis e fenômenos perceptíveis (DARVILL, 2015; LOCK; MOLYNEAUX, 2006; SHERRATT, 1996), *o significado e a ação, contando uma história de crescimento e descendência individual e as metanarrativas contrastantes da evolução e da genealogia* (SHERRATT, 1996, p.141).

Em suma, a contextualização histórica e acadêmica foi acirrada pelos movimentos sociais, políticos e intelectuais que contribuíram para a mudanças contrastantes (DARVILL, 2015; SHERRATT, 1996). Ulrich Veit (2003) enfatiza que é inerente à arqueologia a natureza política e parcial, logo (SHERRATT, 1996):

Tais movimentos acompanharam de perto as preocupações práticas e ecoaram (ou até refletiram) os altos e baixos que são evidentes nas fortunas econômicas do continente e, às vezes, no próprio padrão de guerra e paz[43].

É importante salientar que as tensões apresentadas Sherratt (SHERRATT, 1996), Mount (MOUNT, 2004) e Darvill (DARVILL, 2015), representam exclusivamente o modelo europeu na perspectiva de Sherratt, logo apreendo que as idiossincrasias locais acarretaram *outras* trajetórias e cisões. Destarte, Timonthy Darvill (2015) evidencia recorrências em fases de popularidade e contentamento, estabilizando a linha de pensamento com fases de descontentamento, desafio e revolta resultando

43 Such movements were closely in step with practical concerns, and echoed (or even mirrored) the ups and downs which are evident in the economic fortunes of the continent, and sometimes the very pattern of war and peace itself (SHERRATT, 1996, p.141).

em uma nova abordagem. O que acarreta as oscilações e cisões através dos tempos entre os pensamentos positivistas e relativistas.

No Brasil a trajetória do pensamento arqueológico inicialmente tomou um único rumo, o racionalismo cristão europeu iluminista (CARLE; SANTANA; OLIVEIRA, 2018). Com cerne na imposição cultural e científica, trouxe narrativas e representações históricas e arqueológicas, enfatizando a inferioridade cultural das sociedades indígenas, classificando-as como bárbaras, primitivas e degeneradas[44] (BARRETO, 2000; CARLE; SANTANA; OLIVEIRA, 2018; NOELLI; FERREIRA, 2007). Cristiana Barreto, afirma que a arqueologia no Brasil foi "marcada pela ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena" (BARRETO, 2000, p.34). Segundo Ângelo Corrêa (2013, p. 26) as narrativas referentes aos grupos indígenas foram excluídas

> como protagonistas na história nacional e, mesmo quando foram elevados a modelos românticos de nacionalismo, só se considerou grupos extintos e idílicos, nunca conectando historicamente esse "passado glorioso" aos índios viventes. Essa concepção de isolar a trajetória das comunidades indígenas a um patamar a-histórico reflete uma "rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional"

Alfredo González-Ruibal (2019, p. 2) afirma que a arqueologia foi descrita como a "*arqueologia de nós"*, em oposição à "*arqueologia do outro"*. Devo salientar que o nós referido pelo autor representa a parcela acadêmica sendo predominantemente branco e euro-americano.

Em suma, o colonialismo europeu consolidou a arqueologia no século XIX e neocolonialismo euro-americano no século XX. (BARRETO, 2000; GASPAR, 2003; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2019; NEVES, 2015). Para Pedro Paulo Funari "a arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce"(2013, p. 23), logo com o fim da monarquia e a implantação da República Velha a arqueologia sucumbe, somente retomando em 1930 substanciada pelo nacionalismo e o ideal colonial (FUNARI, 2013).

44 A "degeneração" indígena aqui relatada por Francisco Silva Noelli e Lúcio Menezes Ferreira advém colonialismo interno legitimado por Martius e Varnhagen e o neoevolucionismo de Betty Meggers procedido do determinismo ecológico.

A partir de 1947, Betty Jane Meggers e Clifford Evans marcaram suas trajetórias disseminando o evolucionismo cultural, difusionismo e a degeneração indígena (figura 24) (GASPAR, 2003; NOELLI; FERREIRA, 2007). Por iniciativa e financiamento do **Plano Marshal**, diversos pesquisadores estadunidenses como Meggers e Evans, desenvolveram suas pesquisas na américa latina. Neste momento, o intuito do plano Marshal, era difundir o modo americano, sendo considerado por alguns autores a coroação de experimentos sociais que trouxeram à economia estadunidense a um novo nível. Durante o período ditatorial no Brasil, o culmina o desenvolvimento PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que tem como motriz o levantamento do potencial arqueológico no Brasil. Período destaca-se pela definição das tradições e fases arqueológicos, contanto com a contribuição de diversos pesquisadores, para este levantamento. No entanto, alguns autores, ainda considera o período marcado pelo anti-humanismo no âmbito científico e político, conforme Funari (2013) afirma:

> Os princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários e anti-humanistas, promovendo o conceito de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais. (...), dificultando a liberdade e o humanismo. (FUNARI, 2013, p. 29)

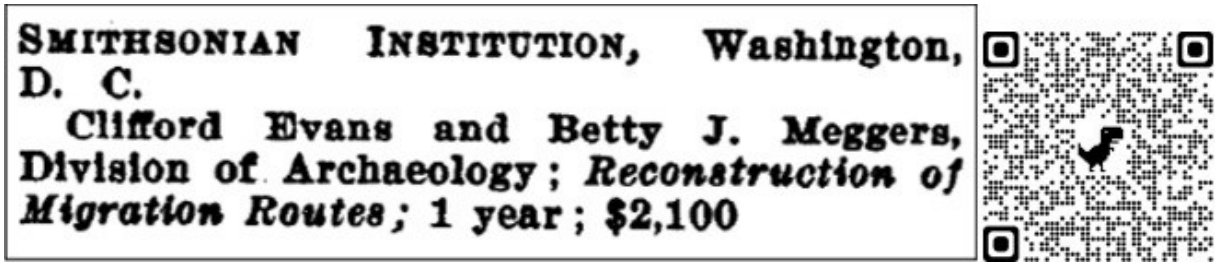

SMITHSONIAN INSTITUTION, Washington, D. C.
Clifford Evans and Betty J. Meggers, Division of Archaeology; *Reconstruction of Migration Routes;* 1 year; $2,100

Figura 24 Fragmento do documento que aprova o projeto financia por Evans e Meggers (fonte: Rosa, 2008, p.60)

No Brasil, tecnicismo e a especialização (figura 25) de estudos periféricos (arqueobotânica, arqueobiologia, geoarqueologia entre outros) levaram a um grande volume de pesquisas positivistas, demasiadamente analíticas e inequívocas (RIBEIRO *et al.*, 2017). Prática estabelecida por parte dos pesquisadores alimentando um "sistema de recompensa disciplinar" justificava que o "quanto mais firmes e inequívocas forem nossas conclusões interpretativas sobre o passado, melhores arqueólogos seremos considerados" (RIBEIRO *et al.*, 2017). Perspectiva antagônica

ao relativismo, que por sua vez, prioriza o pluralismo de interpretações sustentadas por reflexões nos níveis ontológico, epistêmico e moral (HODDER, 1997b). Não obstante e proferido por alguns pesquisadores uma visão progressista ao crer em processo “evolucionista” para chegar à prática relativista (SAMIA, 2021b)

.



Figura 25 A tendência tecnicista e especialização do conhecimento (Fonte: slideplayer)

O envolvimento transdisciplinar e interdisciplinar são fundamentais para maior complexidade nas pesquisas arqueológicas. A acepção destas pode proporcionar maior abertura e transparências, vislumbrando contextos mais amplos nas pesquisas arqueológicas. A promoção dos pluralismos de perspectivas, aprimora os meios de disseminação do conhecimento ao invés de restringi-los a nichos específicos do conhecimento.

Destarte deve-se destacar também sobre os riscos de perspectivas unilaterais, ao adotar o objetivo ou o subjetivo. Reforçar o equilíbrio dual promove o enfrentamento substancial da práxis arqueológica, ao invés de deliberações conforme o conhecimento deve ser constituído. Assim, arqueologues podem conectar as subjetividades do conhecimento e as realidades do mundo em prol da construção do conhecimento arqueológico. Na prática esta construção viabiliza na conjunção da *coerência, correspondência, contexto e consequências*. Sendo na *coerência* a harmonia logica e teórica de nossas interpretações. Viabilizada na *correspondência*,

na qual nossas interpretações se encaixam nas observações que podemos fazer do mundo. Conectada no *contexto* que reflete nos meios sociais, políticos e culturais de nossas interpretações. Que finda na *consequência* que considera quais interesses nossas interpretações servem para as comunidades com as quais estudamos (MCGUIRE, 2008).

Os antolhos que delimitam o olhar dos modernistas conduzido somente na objetividade revelam reflexões reducionistas, positivista e deterministas, delimitando opressivamente qualquer pensamento que não coaduna com o pensamento hetero-patriarcal colonial. A estratégia é diluir em dados, números e estatísticas, com intuito de desaparecer com os pluralismos. No final a hierarquização do conhecimento, proposta pelos mesmos, acaba sendo interrompida por informações que nunca se tornaram conhecimento, e muito menos em SABER. A ciclicidade perpetuada, oprimido e opressor, alimenta a manutenção das narrativas negligentes e concentrada na perspectiva do colonizador. Segundo Boaventura de Sousa Santos*45*, o colonialismo contemporâneo veste outra roupagem, colonialismo insidioso como bem desponta:

> As novas formas de colonialismo são mais insidiosas porque ocorrem no âmago de relações sociais, econômicas e políticas dominadas pelas ideologias do antirracismo, dos direitos humanos universais, da igualdade de todos perante a lei, da não-discriminação, da igual dignidade dos filhos e filhas de qualquer deus ou deusa. O colonialismo insidioso é gasoso e evanescente, tão invasivo quanto evasivo, em suma, ardiloso. Mas nem por isso engana ou minora o sofrimento de quem é dele vítima na sua vida quotidiana. Floresce em apartheids sociais não institucionais, mesmo que sistemáticos. Tanto ocorre nas ruas como nas casas, nas prisões e nas universidades como nos supermercados e nos batalhões de polícia. Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade mesmo sendo sempre um componente constitutivo delas. Verdadeiramente só é captável em close-ups, instantâneos do dia a dia. Em alguns deles, o colonialismo insidioso surge como saudade do colonialismo, como se fosse uma espécie em extinção que tem de ser protegida e multiplicada (SANTOS, 2018, p. n.p).

45 Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973) é atualmente Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Ao ceder ao ciclo o oprimido se vê rendido ao sistema academicista restrito à alguns pesquisadores, que necessitam impor a qualquer custo a hierarquização e a categorização não proporcionando espaço para perspectivas mais críticas e narrativas multivocais. No entanto sabe-se que a multivocalidade apresenta-se na academia brasileira desde década de 90, num movimento de largos avanços mais infelizmente sem aplicação plena. Em suma, o hetero-partenalismo academicista colonizador forjicou à realidade preterindo os pluralismos. A reprodução do pensamento entre os adeptos, engessa e domina disseminado sua cultura dominante. A qualquer movimento de ruptura, esses berrem e esperneiam como infantes, conduzindo e seduzindo o oprimido no modelo da marginalização, sujeitando-nos à inaudívidade e invisibilidade.

1.3 Rio Acima

Tupi or not tupi, taht's the question. Oswald de Andrade

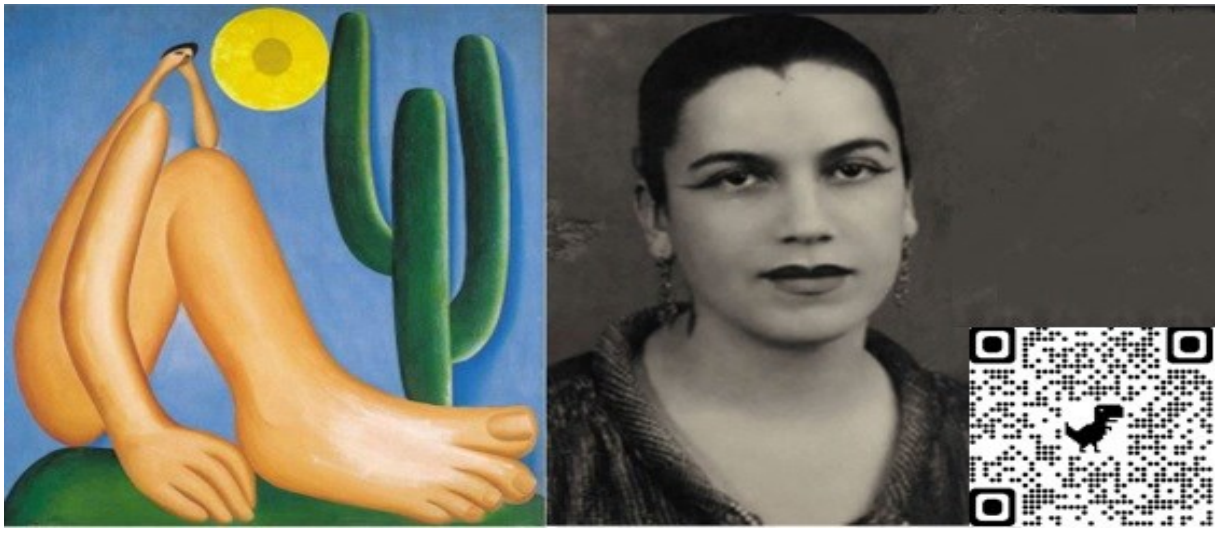
Neste cenário o movimento do humanismo levantado por Paulo Duarte[46] contrapões anti-humanismo ditatorial. No qual, da Velha República às Diretas Já, Paulo Duarte abalizou seu percurso na defesa dos povos indígenas e ao formar parceria com Paul Rivet[47] introduzem o projeto humanista no Brasil (FUNARI, 2013; SANABRIA, 2013). Por intermédio desta parceria, nascida durante o exilio de Duarte, trazem na década 1950, Joseph Laming-Emperaire e Annette Laming-Emperaire. Estes desenvolvem pesquisas balizadas no humanismo enfatizando a cultura humana da arte rupestre. Com a implantação da escola francesa e os trabalhos desenvolvidos pelas missões, propagam o conceito de "pré-história", que posteriormente foi "elegantemente corrigido por arqueólogos brasileiros com o uso da expressão "pré-colonial" (BARRETO, 2000, p. 41; FUNARI, 2013; GASPAR, 2003). Conforme Cristiane Barreto (2000) ao adotar a "pré-história" foi herdado "toda ambiguidade e

46 Paulo Duarte (1889-1984) intelectual, político, advogado e humanista, responsável pelo desenvolvimento de projetos humanistas contribuindo consolidando a arqueologia acadêmica no Brasil (MENDES, 1994).
47 Paul Rivet (1876-1958) antropólogo francês, fundador do Musée de l'Homme (1937), desenvolveu teoria dos ameríndios da América do Sul vieram da Austrália e da Melanésia (SCHADEN, 1953).

problemas envolvidos em se delimitar este período da história humana que, na Europa" definido como período que antecede a escrita.

Considerados pilares da Arqueologia acadêmica no Brasil Paulo Duarte e Paul Rivet, destacam-se no imbricamento do científico e político com a implantação de projetos legais e institucionais proporcionando a preservação do que julgavam naquele momento fazer parte da "pré-história" (SANABRIA, 2013). O trabalho desenvolvido por ambos, mais o fim do governo ditatorial, denotam uma nova fase para a arqueologia brasileira (FUNARI, 2013). Talvez este movimento de Duarte, poderia ter sido influenciado pelo movimento antropofágico[48] (figura 27) no qual fez parte da confecção do manifesto antropófogo. Ao ver a possibilidade de deglutir o humanismo francês de Rivet como contraponto ao avanço desumanizado financiado pelo plano Marshall[49]. Segundo o manifesto publicado por Oswald de Andrade (1928)

> "Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupi, or not tupi that is the question. Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos. Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago." (Andrade, 1928, p.1)



48 Movimento Antropofágico caracteriza por uma corrente vanguardista no final da década de 20 do século XX, marcada por ícones como Oswald de Andrade e Tarsila de Amaral. Movimento tem intuito de transfigurar a cultura estrangeira (europeia) conferindo autenticidade nacional.

49 "o Plano Marshall dedicava grande atenção ao convencimento dos praticantes da Administração, ao mesmo tempo em que fundou instituições para treinar novos administradores familiares com as abordagens desenvolvidas nos Estados Unidos" (BARROS; CARRIERI, 2013, p. 260)

Figura 26 Abaporu e Tarsila do Amaral (fonte O livre, 2020)

Segundo Barreto (2000), a arqueologia no brasil se viu estagnada em comparação a antropologia. Estagnação constatada no primeiro manual de arqueologia brasileira, produzido por Angione Costa em 1934, constituída numa improdutiva compilação das “descobertas” arqueológicas no Brasil.

As tensões duais são acentuadas neste momento (Humanismo X Anti-Humanismo), com a implantação do gérmen social e acadêmico que enubla aristocracia que desde o século XIX dominou o cenário da arqueologia, além dos esforços neocoloniais de dominação territorial (FUNARI, 2013).

Atualmente, podemos vivenciar um processo de descolonização da arqueologia, com a inclusão dos “grupos indígenas como partícipes da história americana”(CORRÊA, 2013, p.26) e a diálogo entre diferentes ontologias. Os autores Marianne Sallun e Franscico Noelli (no prelo)

> É importante destacar que a mudança da década de 1980 ocorreu em meio ao processo de democratização, com efeitos diretos no ambiente acadêmico (Funari, 2002). Ela resultou do acordo tácito entre diversos coletivos acadêmicos, não acadêmicos, indígenas e não indígenas, movidos por diversas políticas e teorias para criticar e desconstruir as narrativas unilaterais. Essa mudança começou influenciada pelos movimentos sociais de luta pela terra, que depois incorporaram a ecologia e os direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. O movimento se diversificou e desenvolveu suas ações após 1985, articulando grupos políticos, religiosos, ONGs e acadêmicos que influenciaram nos avanços inscritos na Constituição de 1988 (Monteiro, 2001; Ramos, 2004). A década de 1990 começou após a peregrinação internacional de Raoni e Sting em 1989, para divulgar o ataque aos povos indígenas e ao meio ambiente. O reflexo foi a articulação ainda mais forte de indígenas, quilombolas e extrativistas para reivindicar, em nível nacional e internacional, apoio das Nações Unidas, foros e organismos supranacionais dedicados a valorizar e proteger os conhecimentos e as terras sob pressão. Tais circunstâncias levaram a diversificações teóricas e políticas no interior da arqueologia brasileira, seguindo o exemplo da atuação dos antropólogos na Constituinte de 1987-1988. Em termos teóricos, o maior impacto surgiu com a renúncia das noções de aculturação e assimilação como política de governo (Cunha, 1992), repercutindo na produção de narrativas orientadas para conectar as populações do presente às do passado (SALLUM; NOELLI, [S.d.], p. 1)

Nos Estados Unidos, Joan Margaret Gero[50], durante o Congresso de Arqueologia Mundial[51] em 2000, relata a expansão dos projetos colaborativos, que consistia na incorporação do conhecimento local com expressiva participação das comunidades (GERO, 2000). Ainda salienta, que a marginalização da arqueologia multivocal até então aplicada pelo "conhecimento excludente, hierárquico e cientifico" dos "homens brancos de classe alta europeia" fora suprida pelas múltiplas vozes, perspectivas e interpretações (GERO, 2000). Logo Gero (2000)

> A questão de "quem controla o passado?" não é mais um enigma, porque geralmente se deve admitir que há muitos passados e eles serão conhecidos diferentemente de muitos pontos de vista[52] (SALLUM; NOELLI, [S.d.], p. 1)

No América Latina, com a renovação da arqueologia mundialmente e o pluralismo teórico-metodológico ocorrido na última década do milênio, propiciou um direcionamento mais reflexivo e consciente no que refere-se ao âmbito social (BARRETO, 1999; OLIVEIRA, 2016; POLITIS, 2003).

Perspectivas relativistas adotadas nos últimos 20 anos, traz a luz o autoconhecimento crítico, tendo como agente social o conhecimento do presente como propagador da mudança social (DARVILL, 2015). A compreensão ingênua por parte dos fundacionalistas julgam o relativismo como volúvel e sem critérios (HODDER, 1997b). Os críticos receiam que o relativismo pressupõe *aceitar todas as versões do passado sem critérios de julgamento entre eles, ou o seu 'direito' de ser usado (ou desafiado) na arena pública*[53] (HODDER, 1997b). No entanto de acordo com Ian Hodder (HODDER, 1997b) compreendo relativismo como: uma pluralidade de interpretações que são sempre subdeterminadas pelas evidências arqueológicas.

O relativismo, como o entendemos, não implica que todas as interpretações sejam iguais, nem jogos de linguagem totalmente incomensuráveis; podemos desafiar e avaliar interpretações em vários critérios, dependendo de sua natureza e do

50 Joan Margaret Gero (in memoriam), na ocasião representante Sênior da América do Norte - Universidade Americana, Washington DC.
51 World Archaeological Congress, fundado em 1986
52 The question of "who controls the past?" is no longer a conundrum because it must be generally conceded that there are many pasts and they will be known differently from many views (GERO, 2000).
53 accepting all versions of the past with no criteria for judging between them, or their 'right' to be used (or challenged) in the public arena.

contexto. Esses critérios incluirão noções como coerência, abrangência, complexidade, relevância, estilo de plausibilidade (isto é, critérios estéticos), importância moral e política e correspondência empírica.

Portanto, as estruturas nas quais todas as interpretações arqueológicas são construídas são contestáveis em vários níveis, inclusive epistêmico e ontológico: isso implica uma perspectiva anti-fundacionalista[54].

Segundo Darvill (2015), a busca pela validação dos dados e a hierarquização de conhecimento, por parte dos fundacionalistas, criou um precipício intransponível, perante as perspectivas relativistas. O afastamento das agendas “humanísticas”, por David Clarke e Lewis Binford propondo uma antropologia científica do passado, culminou na busca, por parte dos arqueólogos empiristas, pela *validação*, resultando num alcance *intermediário* perante as perspectivas relativistas. Não obstante, abordagens mais humanistas têm dominado as pesquisas arqueológicas nos últimos anos, a exemplo de vários trabalhos nos Estados Unidos (CONKEY, 2020; GRAESCH; MAYNARD; THOMAS, 2020; HAMILAKIS; HAMILAKIS, 2013; WELCH, 2020).

Ao refletir as divergências, objetivismo versus subjetivismo, procuro aplicar um posicionamento relativista. Conjugado com a práxis de desconstrução a partir de uma perspectiva descolonial coaduno com a máxima de Paulo Freire (2011, p. 44) nas quais “as qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos”. Ao considerar o percurso deste esforço “de diminuir a distância entre o discurso e a prática”, virtude indispensável.

No mais, procurei conduzir meu raciocínio vigilante na busca autoconhecimento e com desprendimento às concepções perante as correntes de pensamento. Como afirma Robert Harry Lowie[55], “não se deve jogar fora o neném junto com a água suja

---

[54] A plurality of interpretations which are always underdetermined by the archaeological evidence. Relativism as we understand it does not imply that all interpretations are equal, nor totally incommensurable language games; we can both challenge and evaluate interpretations on a variety of criteria depending on their nature and the context. These criteria will include such notions as coherence, comprehensiveness, complexity, relevance, plausibility style (i.e. aesthetic criteria), moral and political import, and empirical correspondence. Hence the frameworks within which all archaeological I interpretations are constructed are contestable on a variety of levels, including the epistemic and ontological: this implies an anti-foundationalist perspective **(HODDER, 1997b)**.

[55] antropólogo americano nascido na Áustria cujos extensos estudos sobre os índios das planícies da América do Norte (ROBERT H. LOWIE | AMERICAN ANTHROPOLOGIST | BRITANNICA, [s. d.])

do banho" lembra Tom Miller (2019, p. 253). Creio que todos os "ismos" têm contribuições teóricas e metodológicas aquilatáveis, basta permitir reflexões maduras perante a pesquisa. Compreendo que em rotulações e posicionamentos enérgicos prevaleçam uma divergência antiprodutivo, ao invés de buscar refletir para a condução e construção de pensamentos para um objetivo em comum o "conhecimento".



CAP2

Delta Paranaíba rumo a montante
(Fonte: Globo – G1, 2020)

Capítulo 2 Rumo à montante

” Para navegar contra a corrente são necessárias condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão” Nise da Silveira

Nas últimas décadas a Arqueologia tem repensado sua prática e seu comprometimento com as pesquisas e narrativas, considerando múltiplas epistemologias, como sugere o filosofo Boaventura de Souza Santos (DE SOUSA SANTOS, 2014). Entendo que tais questões podem vir a ser melhor compreendidas com a abordagem da Arqueologia do Fluxo proposta por Matt Edgeworth (2011) e a Arqueologia Reflexiva desenvolvida por Ian Hodder (HODDER, 1991, 1997, 2003, 2012; HODDER; RENFREW; OTHERS, 1982).

A Arqueologia do fluxo por sua vez sustenta na sua essência a teoria do ator-rede (TAR) de Bruno Latour (2009). É conjugada com a concepção de heterogeneidade atual, proporciona sustentação para a construção aqui contemplada. Assim, ele concebe uma visão menos antropocêntrica ao trazer os não-humanos ao cerne do debate, imputando-lhes agência. O artificial e o natural, o humano e o não-humano estão intrinsicamente entrelaçados, mas não retificados ou coisificados. O princípio da simetria imbricado na Arqueologia do fluxo é multidirecional, reforçando o emaranhamento (EDGEWORTH, 2011, p. 50) e abandono das dualidades, a exemplo de natureza/cultura e material/imaterial. Desde modo, compreende-se “sociedade” e “natureza” como “híbridos”, não compreendendo-os como “sujeitos” e “objetos” puros como pressupõe o essencialismo.

Enquanto a proposta de Hodder com a Arqueologia Reflexiva é, como o próprio nome aponta, desenvolver uma postura mais reflexiva da prática arqueológica desde a coleta de dados, seja em campo ou em gabinete, para entender que os seus resultados são frutos de interpretações pessoais e contextuais (HODDER, 2000), elaboradas nos termos do presente. Portanto, a reflexividade consiste no reconhecimento de posições que considere a multiplicidade de perspectivas (HODDER, 2003).

Deste modo, sulear minhas escolhas teóricas como base no fenômeno pesquisado, conciliando as produções atuais de conhecimento arqueológico para

contrapor o que seria mais previsível a mim, o pensamento acadêmico positivista. Rotulação que generaliza os usuários de tecnologia transdisciplinar[56] ou multidisciplinar, como o geoprocessamento, na utilização de suas análises e métodos como sendo exclusivamente sistemáticos e analíticos, sem considerar o caráter interpretativo e reflexivo das muitas análises.

Por outro lado, uma abordagem reflexiva nos estimula a pensar criticamente sobre nossos pressupostos interpretativos e sobre as formas de "transmitir tanto uma narrativa da história quanto uma atitude sobre a história" (SMITH, 2012, p. 20). Nesse sentido, entendo que o "bom profissional será aquele que tiver a caixa mais bem equipada, aliada à capacidade de saber utilizá-las corretamente" (LIMA, 2006, p. 137). Como bem expressa os autores Sallum e Noelli:

> A investigação da cultura descolada da realidade social e do campo científico foi contestada [no Brasil] desde a década de 1940, quando Florestan Fernandes advogava o fim da via intuitiva, ensaística e literária de cariz "pré-científico" na pesquisa do folclore, defendendo a ambição mais teórica. O cerne de sua crítica ao empirismo vinha do pressuposto de Claude Bernard, de que a "acumulação indefinida de observações não conduz a nada", se a sua elaboração descritiva ou interpretativa não estiver submetida a fins teóricos precisos (Fernandes, 1956, p. 461). Logo ele diria que a ênfase empirista da antropologia brasileira do início dos anos 1960 deveria ser suplantada por uma mais teórica, com maior rigor analítico (Fernandes, 1961). Ele reverberava algo que proclamava havia quase 20 anos, tal como publicou Roger Bastide (1947, p. 8) na introdução de uma monografia de F. Fernandes, alertando que "não se pode compreender a cultura, separando-a do grupo social que ela exprime. Estamos entre os que acham que a descrição pura e simples do material, a pesquisa das fontes e das origens não são suficientes, porque o folclore tem uma função e uma vida, ele representa um papel... (SALLUM; NOELLI, no prelo, 2022)

Debruçada a examinar diversas perspectivas, identifiquei teorias que coadunam com as minhas expectativas propostas aqui. Minha proposta para esta dissertação, é compreender fluidez da ocupação humana na confluência dos rios Parnaíba e Poti do período pré-colonial até o presente. Entenda fluidez como uma metáfora perpetrada pelas capacidades de consistência, continuidade, condutividade, transformação e conectividade. Desde modo, ela permite repensar nossa percepção

56 Geoprocessamento tecnologia transdisciplinar foi adotado por Cézar Henrique Barra Rocha para delinear sua visão perante a tecnologia. (Rocha,2000)

sobre lugares, paisagens e naturezas nos levando a um entendimento mais dinâmico e fluido (EDGEWORTH, 2011). Portanto coaduno com a compreensão dos rios de Matt Edgeworth (2014), onde

> Os rios são interessantes porque são compostos não apenas por materiais, na forma de água ou lama ou habitantes biológicos de ambientes fluviais. Eles também são caracterizados por uma energia que é derivada parcialmente do sol e da atração gravitacional da Terra, que juntas alimentam o ciclo hidrológico (com trechos de marés de rios também sujeitos à influência da gravitação lunar). Coloque sua mão em um rio, ou mergulhe qualquer parte ou seu corpo, e você pode sentir essas forças cósmicas e planetárias trabalhando na forma do fluxo ou corrente de água. Coloque uma represa ou outra estrutura artificial do outro lado do rio ou modifique o canal de alguma forma e você interponha ativamente projetos e projetos humanos para o ciclo supostamente natural. Coloque uma roda d'água ou turbina ou outro tipo de dispositivo de uso de energia e você pode girar a energia fluindo em direção a alguma tarefa ou fim particular. É mais do que apenas a materialidade da própria água que estamos lidando aqui. É mais do que uma agência humana também, ou as relações entre humano e material, por mais fluidas que sejam. É também o fluxo ou energia do próprio rio*57*. (EDGEWORTH, 2014, p. 154)

Sobre o rio é “bom pensar”, pois permeia todos os aspectos dos processos humanos e biofísicos. Simultaneamente como um elemento integrante do sustento físico / biológico de toda a vida, e um referente simbólico ou cognitivo central, traçar relacionalidades da água dentro e entre as comunidades, portanto, também nos força a transpor as fronteiras disciplinares comuns e as abordagens teóricas (DAVIES, 2014, p. 153). Portanto o rio como metáfora das relações e dos modos de vida, permite considerar histórias de longo prazo dos significados cosmológicos e materiais das águas, fontes, suas confluências e assim por diante.

Sustento minha abordagem na Arqueologia Reflexiva e na Arqueologia do Fluxo, as quais me permitem emaranhar minhas concepções de Humanidades Digitais

57 Rivers are interesting because they are comprised not just of materials, in the form of water or mud or biological inhabitants of riverine environments. They are also characterised by an energy that is derived partly from the sun and the gravitational pull of the Earth, which together power the hydrological cycle (with tidal stretches of rivers also subject to the influence of lunar gravitation). Put your hand into a river, or immerse any part or your body, and you can feel these cosmic and planetary forces at work in the form of the flow or current of water. Put a dam or other artificial structure across the river or modify the channel in some way and you actively interpose human projects and designs onto the supposedly natural cycle. Put a waterwheel or turbine or other kind of energy-utilizing device in and you can turn the flowing energy towards some particular task or end. It is more than merely the materiality of the water itself that we are dealing with here. It is more than human agency too, or the relationships between human and material, however fluid these may be. It is also the flow or energy of the river itself.

(HD) e inspirações nas concepções relativas à Virada Espacial. A Arqueologia do Fluxo e parte das Humanidades Digitais possuem uma relação em comum a TAR, desenvolvida por Bruno Latour no final do século XX. A TAR se afasta da tentativa de separar o artificial do natural, o humano do não-humano, considerando-os inexoravelmente emaranhados.

Deste modo, a partir do princípio da simetria, quero procurar o emaranhamento e me afastar das dualidades (DE MENESES, 2015; EDGEWORTH, 2008, 2011; LATOUR, 2009). E, quando junto a TAR com a concepção de materialidade de Tim Ingold (2007), consigo sustentar a noção de que a Arqueologia do Fluxo contempla o rio como um artefato (EDGEWORTH, 2008, 2011). A arqueologia do fluxo articula métodos da arqueologia com os de outras disciplinas das humanidades e com as geociências.

No escopo das Humanidades Digitais o mapeamento profundo ganha destaque sob a luz da virada espacial, que propõe o espaço com nova conceitualização. O abandono do conceito de espaço absoluto ou cartesiano, e a afirmação de um conceito relativo que considera outros processos e fenômenos, particularmente as interações de escala (EARLEY-SPADONI, 2017; EARLEY-SPADONI; HARROWER, 2020) O mapeamento profundo é uma prática emergente na academia, que conjuga história, geografia e cartografia, repele a concepção euclidiana reificada no Sistemas de Informação Geográfica (SIG). O conceito de mapeamento profundo alinha-se a uma concepção consorciada a ferramentas. A imbricação da estética, metodologia e ideologia, permite uma abordagem “do lugar” que procura democratizar o conhecimento ao cruzar as fronteiras temporais, espaciais e disciplinares.

> Um exame da mudança epistemológica que ocorreu nos estudos da paisagem, há muito associados às abordagens de SIG, é particularmente revelador. As ênfases teóricas dos estudos regionais da paisagem na arqueologia anglo-americana se transformaram nas últimas décadas (PATTERSON, 1989). As abordagens ecológicas culturais que eram comuns em meados do século XX foram desafiadas por uma variedade de filosofias pós-modernas e pós-positivistas (ASHMORE; KNAPP, 1999; KNAPP; VAN DOMMELEN, 2008; LLOBERA, 2006) Enquanto alguns arqueólogos já igualaram o conceito de paisagem ao ambiente físico, um grupo crescente de estudiosos agora adota uma perspectiva sócio-histórica para o estudo de paisagens passadas. Portanto, o escopo e o foco dos estudos

> habilitados com GIS também mudaram para explorar questões humanísticas[58] (EARLEY-SPADONI, 2017, p. 97)

Apesar dos SIGs integrarem as práticas da pesquisa arqueológica desde a década de 1980, ainda perdura à ausência de abordagens críticas associadas ao SIG. Faz necessário desestimular a condição opcional incorporada em muito trabalhos relacionados a SIG para se tornarem *sine qua non*. O aprofundamento destes discursões será exposto no capítulo 2 no qual contemplará toda a trajetória espacial e seu vínculo com as geotecnologias.

A reflexividade permite repensar nossa conduta e em como construímos narrativas, para irmos além da "*borda da espátula*". Evidenciar a multivocidade e o diálogo entre as narrativas científicas e a comunidade que vive na confluência dos rios Parnaíba e Poti, permite uma reflexão crítica sobre o processo de ocupação até a atualidade. A multivocalidade conjugada com o mapeamento profundo, proporciona a investigação e a análise multidirecional das informações. Logo, contribui para o encontro da complexidade das múltiplas perspectivas necessária para as interpretações sobre a área de estudo. Mais do que isso, visa proporcionar contextualidade, interatividade e a percepção dos diferentes discursos no escopo da pesquisa (HODDER, 1997, 2003).

Abjunção às correntes funcionalistas cria uma proposta alternativa e apropinqua às teorias pós-coloniais. A desmineralização dos dogmas da arqueologia tradicional eurocêntrica e a inclusão da multivocalidade como premissa de pesquisa, busca por uma arqueologia mais humanizada e inclusiva.

A complexidade poliagentiva, envolvendo múltiplos atores num emaranhamento/entrelaçamento de perspectivas que contemple diversas manifestações sobre o uso do espaço (NORMARK, 2020). A pesquisa vai procurar situar espacialmente informações primárias e secundárias, sejam arqueológicas ou escritas, gráficas, vídeos e áudios, submergindo nas memórias locais expressadas na

58 An examination of the epistemological shift that has occurred in landscape studies, long-affiliated with GIS approaches, is particularly revealing. The theoretical emphases of regional landscape studies in Anglo-American archaeology have transformed in recent decades (Patterson, 2008). The cultural ecological approaches that were common in the mid-twentieth century have been challenged by a variety of post-modern, post-positivist philosophies (Ashmore, 2004, Knapp and Ashmore, 1999, Llobera, 1996). While some archaeologists previously equated the concept of landscape with the physical environment, a growing group of scholars now embraces a socio-historical perspective to the study of past landscapes. Therefore, the scope and focus of GIS-enabled studies have also shifted to explore humanistic questions.

poesia, literatura, nas narrativas sobre o mundo, mapas e pictografias, entre outras. Compreendo que assim a espacialização poderá trazer nova complexidade à narrativa sobre o processo de ocupação humana e as noções de pertencimento na área referida, contribuindo para descolonização da história dos lugares e das pessoas.

2.1 Confluência Reflexiva

Nas ciências humanas a reflexividade surge num conceito bem constituído, mas a adoção do termo ainda irresoluta na prática. A acepção do termo “reflexividade” é concernente as convenções teóricos-metodológicos particulares adotadas por cada ciência (LYNCH, 2000). Tal movimento surge com John Dewey(1986), enfatizando a necessidade de pensamento reflexivo e empirismo como ferramentas de aprendizado. Posteriormente o pedagogo, Donald Schön (1997), cunha a expressão “cultura reflexiva”, conceituando-a para delimitar as práxis desenvolvidas pelas teorias dos conhecimentos. Michael Lynch (2000), compreende que a reflexividade não é intrinsecamente radical, pois o seu sucesso depende das circunstâncias de sua aplicação e da perspectiva teórica adotada

As abordagens reflexivas são trazidas para a arqueologia pelas práticas pós-processuais desenvolvidas por Ian Hodder e outros estudiosos na década de 1980 (HODDER, 1982). A reflexividade dentro das acepções pós-processuais balizou-se no “círculo hermenêutico concentrando-se em seu efeito sobre a interpretação continua do local em todos os níveis a partir da “borda da espátula” (HODDER, 2000). De acordo com Ian Hodder a reflexividade refere-se:

> a um reconhecimento da "posicionalidade" - que a posição ou ponto de vista de uma pessoa afeta a perspectiva de alguém (Rosaldo 2000) - e, portanto, a reflexividade envolve o reconhecimento do valor de posições múltiplas e multivocidade. Também envolve uma crítica das próprias suposições dadas como certas, não como uma exibição egocêntrica, mas como uma investigação histórica sobre os fundamentos de suas reivindicações de conhecimento[59].(HODDER, 2003, p. 3)

59 A recognition of 'positionality'-that one's position or standpoint affect one's perspective (Rosaldo 2000)-and thus reflexivity involves recognizing the value of multiple positions, and multivocality. It also involves a critique of one's own taken-for-granted assumptions, not as an egocentric display, but as an historical enquiry into the foundations of one's claims to knowledge (HODDER, 2003)

A postura reflexiva aqui adotada, como proposta por Hodder, pretende ir além da “borda da espátula”, busca contemplar a fundamentação teórica-metodológica adotada e integrar com a prática da pesquisa. Evidenciar a multivocidade presente nas narrativas científicas e da comunidade em geral na confluência do rio Parnaíba e Poti garante reflexividade na integração entre as tecnologias e seu uso crítico. Mais do que isso, visa proporcionar contextualidade, interatividade e contemplar os diferentes discursos no escopo da pesquisa (HODDER, 1997a).

Os métodos digitais utilizados nesta pesquisa foram conjugados com as perspectivas da Arqueologia reflexiva e do fluxo visando contribuir com camadas adicionais de informações contextualizada com o local de estudo. Estas camadas de contextualização proporcionam maior congruências nas interpretações, pois permitem a partir de retroalimentação *complexificar* os resultados obtidos, mesmo entendendo que somente se está tocando os primeiros centímetros das narrativas encobridas pelo tempo.

O pensamento reflexivo aplicado na buscar das complexidades inerentes ao meu objeto contribui com uma melhor compreensão sobre os processos de ocupação humana na confluência dos rios Parnaíba e Poti. Espero desta forma mais do que fornece apenas mais uma interpretação sobre o lugar, possa contribuir para estimular e valorizar a construção de conceitos teóricos em arqueologias mais fluidas e reflexivas. A reflexividade adotada valoriza a atuação dos atores humanos e não humanos para as interpretações. Portanto, ao pensar numa arqueologia fluida e reflexiva na confluência do Rio Parnaíba e Poti busco entender o dinamismo da vida cotidiana do passado ao contemporâneo.

2.2 Por uma arqueologia mais fluida

Diante de ponderações filosóficas relacionadas a epistemologia do conhecimento verifica-se que as problematizações são uma constância nas diversas áreas científicas. Tais problematizações podem ser consideradas como força motriz para as mudanças paradigmáticas. Assim, alimentada pela epistemologia, ganha viabilidade para a mudança de paradigma, ao averiguar a origem e as metodologias empregadas na condução da pesquisa.

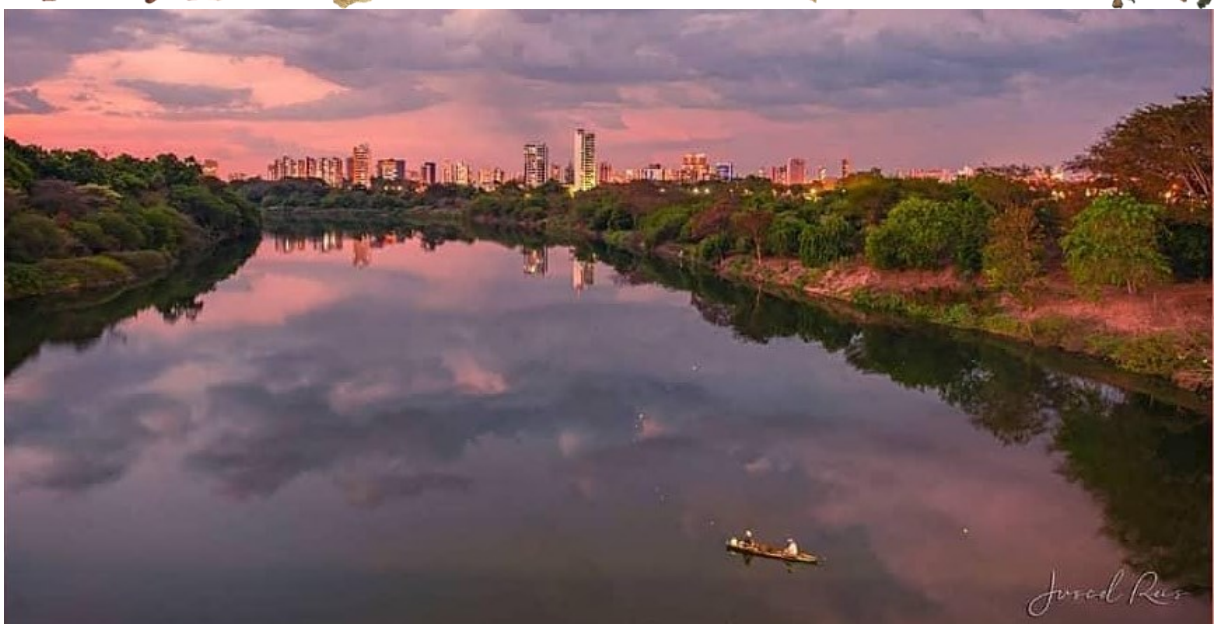


Figura 27 Pensando fluidez (foto: Juscelino Reis @juscelreis).

Abordagens essencialmente funcionalistas racionais e ideológicas conduzem seus processos na carência de reflexão diante dos embasamentos e escolhas teóricas e metodológicas. Tais práticas frequentemente são oriundas de ideologia e das crenças do pesquisador, que conduzem sua pesquisa a possíveis fracassos. Assim convencendo-se da eficácia teórica-metodológica adotada, desprezando claramente as concepções epistemológicas, culminado substancialmente na bitolagem da pesquisa. Em suma, ideologias são ardilosas armadilhas para os desavisados, pois ao responderem as perguntas, que já foram racionalizadas pelas crenças do pesquisador dirigindo o olhar. Estas práticas conduzem a pesquisas com resultados inflexíveis e inequívocos (RIBEIRO *et al.*, 2017; SANTOS, 2002). Para Santos e Smith Ricardo:

> ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. No futuro não se tratará tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. Não se trata do espanto medieval perante uma realidade hostil possuída do sopro da divindade, mas antes da prudência perante um mundo que, apesar de domesticado, nos mostra cada dia a precariedade do sentido da nossa vida por mais segura que esteja ao nível da

> sobrevivência. A ciência do paradigma emergente é mais contemplativa do que ativa. A qualidade do conhecimento afere-se menos pelo que ele controla ou faz funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede e o partilha (DE SOUSA SANTOS; SMITH RICARDO, 1988, p. 68).

Perspectivas funcionalistas são postuladas pelo paradigma moderno, onde posiciona o ser humano como sujeito racional, sendo pautada na objetificação da natureza, embasada em pressupostos reducionistas e positivistas. O conhecimento intersubjetivo com viés compreensivo e narrativo, são enublados pelo paradigma moderno que se embasa num conhecimento cientifico totalitário (SANTOS, 2002). Portanto, acaba ignorando a ciência social e humana transparecendo haver somente uma única ciência verdadeira, a ciência natural (DE SOUSA SANTOS; SMITH RICARDO, 1988). Ao romper o paradigma da simplificação emerge as humanidades, criticando pressupostos embasados na quantificação. No que tange a dicotomia sujeito/objeto Edgar Morin (2005) argumenta,

> A separação sujeito/objeto é um dos aspectos essenciais de um paradigma mais geral de separação/redução, pelo qual o pensamento científico ou distingue realidades inseparáveis sem poder encarar sua relação, ou identifica-as por redução da realidade mais complexa à menos complexa. Assim, física, biologia, antropossociologia tornaram-se ciências totalmente distintas, e quando se quis ou quando se quer associá-las é por redução do biológico ao *fMcc-<mímico*, do antropológico ao biológico (MORIN, 2005, p. 138).

Edgar Morin (2005) ressalta que o paradigma da simplificação sustentada pela ciência clássica induz a resultados deterministas. Assim resultando no bloqueio da autonomia dos indivíduos e das coletividades que ele representa. Logo reforçando a perspectiva de Boaventura Sousa dos Santos (1988)

> O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar. No plano social, é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia ascendente que via na sociedade em que começava a dominar o estádio final da evolução da humanidade (SANTOS, 1988, p. 51).

A crise do paradigma moderno posiciona a humanidade vislumbrando a possibilidade de construir conhecimento de si, logo também questionando a visão de

superioridade humana. O que consagrou a superioridade humana na ciência moderna foi a dicotomia sujeito/objeto, com a consagração “um conhecimento objetivo, factual e rigoroso” que não permitia a “interferência dos valores humanos ou religiosos”(DE SOUSA SANTOS; SMITH RICARDO, 1988, p. 66). Assim abrolha a pós-modernidade que estreita os laços com a comunicação, possibilita os pluralismos e inclui o *espaço* no discursos sociais (DE SOUSA SANTOS; SMITH RICARDO, 1988). A crise do paradigma moderno é sustentada por duas condições: são elas as “condições sociais e as condições teóricas”. Para os autores a :

> identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda (DE SOUSA SANTOS; SMITH RICARDO, 1988, p. 54).

A pós-modernidade se destaca e podemos verificar a teoria da complexidade de Edgar Morin, que consiste na interação constante entre objeto e sujeito. Assim impacta a compreensão da complexidade dinâmica dos sistemas, afastando a linearidade mecanicista. Em suma para Morin “a complexidade é insimplificavél”, pois “obriga a unir noções que excluem no âmbito do princípio de simplificação/redução” (MORIN, 2005, p. 272). Para Morin (2005) encarar a “complexidade do real” constitui em afrontar as contradições da *ordem* versus *desordem,* da *parte* versus o *todo*, do *singular* versus *geral*. Portanto incorporar o acaso e o particular como componentes da análise científica e colocar-se diante do tempo e do fenômeno, integrando a natureza singular e evolutiva do mundo à sua natureza acidental e factual.

Destarte o paradigma da complexidade sustenta as concepções da heterogeneidade[60] na contemporaneidade, no qual compõe a teoria ator-rede (TAR) de Bruno Latour. A heterogeneidade conforme Kevin Hetherington (1999), transitou do renascimento à contemporaneidade, com trazendo as relações, concepções e conceitos mutáveis das relações sujeito-objeto. O autor contribui com a suma destas na perspectiva de Rotman (1993)

60 A heterogeneidade conforme Kevin Hetherington “não apenas de visão e agência, mas também de relações sujeito-objeto. A ideia de heterogeneidade é apanhada por essas relações mutáveis entre sujeito e objeto e pela configuração espacial através da qual são constituídos”(HETHERINGTON, 1999, p. 51) .

> O personagem do sujeito, Rotman argumenta, pode ser visto como correspondendo a uma relação entre coisas e signos que são ilustrados pela história do número zero e o conceito de nada. Esses momentos (não estágios) na história do sujeito Rotman define como: 1) o gótico, um sujeito pré-perspectival, medieval que corresponde à ausência de zero e, portanto, a qualquer noção de metassigno; 2) o sujeito em perspectiva, localizado em uma relação geométrica com o objeto em um ponto de vista fora da imagem, um ponto que não existe em lugar nenhum, mas atua como um meta-signo; 3) o observador, o sujeito clássico, em que o meta-signo foi internalizado no sujeito que é capaz de olhar para fora do mundo a partir da posição de Deus; e por fim 4) o metassujeito, em que o sujeito passa a ser sinônimo de punctum[61]. [62](ROTMAN, 1993, p.40 apud HETHERINGTON, 1999, p. 70)

Se no renascimento a perspectiva linear e a heterogeneidade material são características principais, no classicismo a separação do sujeito do mundo material é marcante, sendo necessário medir e ordenar o objeto analisado. Contudo na modernidade a heterogeneidade torna-se um problema, sendo necessário neutralizar, internalizar, invisibilizar e disciplinar dentro do sujeito que é visto como senhor do mundo da natureza e das coisas. Já na contemporaneidade, a extrapolação corpórea da heterogeneidade revela o para o mundo material das coisas e é celebrado como uma fonte de agência (HETHERINGTON, 1999). Segundo Hetherington (1999)

> Devolver a heterogeneidade ao mundo dos objetos fora do olho, em vez de buscar sua erradicação, também tem sido uma das principais preocupações da filosofia contemporânea. O interesse contemporâneo por: desejo, descentramento da subjetividade, discurso e intertextualidade, as técnicas de desconstrução, a diferença como fonte de resistência, o pensamento nômade e a construção de rizomas, as redes parcialmente conectadas e ainda a tentativa da teoria ator-rede de revelar a agência como um efeito da heterogeneidade material, todos dependem da capacidade de agente do heterogêneo que aparece no mundo das coisas / textos, e não apenas no sujeito[63](HETHERINGTON, 1999, p. 69).

---

[61] O punctum consiste no conceito cunhado por Roland Barthes associado a concepção dual do studium, no qual o objetivo corresponde ao studium e o subjetivo o punctum na fotografia (THOMAS; BARTHES, 2001).

62 "These moments (not stages) in the history of the subject Rotman defines as: 1) the gothic, a pre-perspectival, medieval subject that corresponds to the absence of zero and therefore to any notion of a metasign; 2) the perspectival subject, located in a geometrical relationship with the object at a viewing point outside of the picture, a point that exists nowhere but acts as a meta-sign; 3) the looker, the classical subject, in which the meta-sign has been internalized in the subject who is able to look out of the world from the position of God; and finally 4) the meta-subject, in which the subject becomes synonymous with the punctum (1993:40)"(HETHERINGTON, 1999, p. 70)

63 "Returning heterogeneity into the world of objects outside of the eye rather than seeking its eradication has been one of the major preoccupations of contemporary philosophy too. The contemporary interest in: desire, the decentring of subjectivity, discourse and intertextuality, the techniques of deconstruction, difference as a source of

A TAR[64] afasta a tentativa de separar o artificial do natural, o humano do não-humano, porque estes estão inextricavelmente emaranhados. Deste modo, conforme o princípio da simetria, devemos procurar o emaranhamento e não reforçar as dualidades (EDGEWORTH, 2008, 2011; LATOUR, 2009).

A junção das concepções de materialidade de Tim Ingold (2007) e TAR de Bruno Latour (2009), alicerça a perspectiva de Matt Edgeworth que contempla o rio como artefato (EDGEWORTH, 2008, 2011). Para o autor, o rio, como característica arqueológica ou artefato, foi negligenciada, em relação ao que considerou como o tecido mais "cultural" da cidade (EDGEWORTH, 2008, p. 1). A água até então na concepção dos estudos arqueológicos tinha caráter imaterial, segundo Edgeworth (2011)

> Água corrente, como o ar, tende a ser considerada imaterial. Qualquer coisa que seja fluida, qualquer coisa que flua, geralmente não é contada como cultura material, não importa quão culturalmente modelada e manipulada possa ser. Entretanto, uma vez aceito como matéria arqueológica por si só - uma vez incorporado ao modo de ver do arqueólogo - a água corrente e outros tipos de fluxo material podem transformar radicalmente a percepção das paisagens passadas, acrescentando outra dimensão à interpretação arqueológica (EDGEWORTH, 2011, p. 9)

A arqueologia dos cursos d'água tem sido compelida entre os pesquisadores interessados pelas zonas úmidas e zonas terrestres, limitando-os estudá-los até a margem. No entanto, o crescimento de estudos envolvendo a temática água tem a fundamentado como muito mais do que um mero recurso natural. Ao contrário da arqueologia, a antropologia da água tem ganhado espaço no cenário acadêmico, enxergando-a como social, política e ritualística (EDGEWORTH, 2011, 2014; STRANG, 2014). Em 2014 Matt Edgeworth complementa a explanação de Veronica Strang discorrendo:

> Os rios são interessantes porque não são compostos apenas por materiais, na forma de água ou lama, ou habitantes biológicos de

resistance, nomad thought and the construction of rhizomes, partially connected networks and indeed the attempt by actor-network theory to reveal agency as an effect of material heterogeneity, all rely on the agentic capacity of the heterogeneous appearing in the world of things/texts rather than within the subject alone"(HETHERINGTON, 1999, p. 70).

> ambientes ribeirinhos. Eles também são caracterizados por uma energia que é derivada em parte do sol e em parte da atração gravitacional da Terra, que juntas impulsionam o ciclo hidrológico (com trechos de maré de rios também sujeitos à influência da gravitação lunar). Coloque sua mão em um rio, ou mergulhe qualquer parte de seu corpo, e você poderá sentir essas forças cósmicas e planetárias trabalhando na forma de um fluxo ou correnteza de água. Coloque uma barragem ou outra estrutura artificial no rio ou modifique o canal de alguma forma e você ativamente interpõe projetos e projetos humanos no ciclo supostamente natural. [65].(EDGEWORTH, 2014, p. 157)

Temos a adoção dos rios como artefatos, modelados pela agência humana e assim usados para modelar e agenciar outras coisas. Na perspectiva aqui explanada a água não se limita apenas à um recurso passivo, ela é um tipo de cultura material vibrante e parcialmente selvagem, uma força ou energia vital que influencia, resiste e atua em projetos culturais (EDGEWORTH, 2008, 2011).

Ao conceber os rios como enredamentos de natureza e cultura', o autor designa a necessidade de estabelecer relações recíprocas entre seres humanos e rios. Não sendo aceitável concebê-los como entidades naturais, "a maioria dos rios não são naturais nem culturais, mas sim emaranhados de ambos a maioria são artefatos no sentido de que foram moldados pela ação humana (EDGEWORTH, 2008, 2011). A água (rio) como metáfora permite uma relação a longo prazo entre significados especiais e águas, especialmente fontes, confluências e assim por diante. Igualmente, como se usa a água para 'refletir sobre' as relações humano-material, também usa a água para pensar e reconciliar diferentes abordagens dentro da teoria social

> a água é 'bom pensar com', uma vez que permeia todos os aspectos dos processos humanos e biofísicos - pensar através da água, portanto, nos permite pensar através das escalas, do molecular ao global, e explorar relações recursivas em cada nível. Ao mesmo tempo, como um elemento integrante do sustento físico / biológico de toda a vida, e um referente simbólico ou cognitivo central, traçar relacionalidades da água dentro e entre as comunidades, portanto,

[65] Rivers are interesting because they not only comprise materials, in the form of water or mud or biological inhabitants of riverine environments. They also are characterized by an energy that is derived partly from the sun and partly the gravitational pull of the Earth, which together power the hydrological cycle (with tidal stretches of rivers also subject to the influence of lunar gravitation). Put your hand into a river, or immerse any part of your body, and you can feel these cosmic and planetary forces at work in the form of the flow or current of water. Put a dam or other artificial structure across the river or modify the channel in some way and you actively interpose human projects and designs onto the supposedly natural cycle (EDGEWORTH, 2014, p. 157).

> também nos força a transpor as fronteiras disciplinares comuns e as abordagens teóricas[66].(DAVIES, 2014, p. 153)

Neste interim a arqueologia do fluxo surge dentro das construções adotadas por Edgeworth, designando-a como a conjunção dos métodos da arqueologia e outras disciplinas das humanidades com as geociências. A assimilação do entendimento do fluxo também contempla tal perspectiva que objetifica. O fluxo é uma força que deve ser reconhecida e adaptada por pessoas de todos os tempos e lugares em todo o mundo. Assim sustentando que o:

> fluxo de água é um participante ativo da transação. Há alguma tentativa de controle, mas isso sempre ocorre com respostas do rio que nunca são totalmente previsíveis, que exigem respostas contrárias e assim por diante. O fluxo é encurralado, mas sua selvageria nunca é totalmente contida ou fechada (EDGEWORTH, 2011, p. 21).

Em suma, os fluxos são espaciais, temporais e, acima de tudo, materiais, movem pessoas, animais, coisas e substâncias num emaranhando *continuum* de fluxos plurais. Adotar a visão de uma paisagem como um tecido de movimentos e fluxos que produzem por si próprios as suas próprias formas, proporciona interpretações mais reflexivas sobre os lugares. No mais, faz necessário conectar tais fluxos arqueologicamente com abordagens que lidam com a fluidez das paisagens em longa duração. Deve-se perceber o *continuum* e o dinamismo que permanece estática na fragmenta do tempo estabelecida por perspectivas funcionalistas (DJINDJIAN, 2014; EDGEWORTH, 2008, 2014; RAINBIRD, 2012).

A área de estudo estabelecida para pesquisa traz tal completitude para adotar estas perspectivas, a confluência do rio Parnaíba e Poti, possui um potencial arqueológico ainda pouco explorado. Lançar mão de tais abordagens proporciona vislumbrar interpretações mais complexas em relação a ocupação humana, logo também propicia contribuições consistentes para a arqueologia na região. Conjugada

66 *water is 'good to think with' since it permeates all aspects of human and biophysical processes – thinking through water thus allows us to think across scales, from the molecular to the global, and to explore recursive relations at each level. At the same time, as an element integral to the physical/biological sustenance of all life, and also a core symbolic or cognitive referent, tracing relationalities of water within and between communities therefore also forces us to bridge common disciplinary boundaries and theoretical approaches.*

com a Arqueologia do Fluxo, também será adotada a reflexividade, para circundar toda a complexidade aqui apresentada na área da pesquisa.

2.3 Virada Espacial

Espaço![67]A conceitualização do espaço passou por uma reformulação nos diversos campo das ciências inclusive nas humanidades. Diversos representantes do pensamento crítico social teriam desconsiderado a espacialidade. Teria sido na voz persistente, insistente e consistente de Henry Lefebvre[68](1974) que o espaço obteve a sua *virada* imprescindível (SOJA, 1989, p. 16). A teorização crítica sobre produção social do espaço o manteve à frente dos discursões no tocante espacial. No qual já dizia Lefebvre (1974) ter superado o espaço esquecido do pensamento radical ocidental. Para o autor o conceito de espaço:

> liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); *produção* (da organização espacial própria de cada sociedade); *criação* (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). Tudo isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência, e sobre a ensamblagem material de elementos com os quais se *produz* a simultaneidade. (LEFEBVRE, 2013, p. 126)

Em suma para Lefebvre espaço é um produto, logo o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”, ele é produzido (SCHMID, 2012, p. 3).

No final da década de 80 a épica obra “Postmodern Geographies” tornou-se referência do movimento conhecido como "virada espacial" nas ciências sociais. Edward William Soja[69] destacou-se como o primeiro a difundir o termo "virada espacial". O autor afirma que as principais correntes do pensamento social crítico haviam se tornado cegas espacialmente. Anteriormente os críticos sociais influentes incitaram a ousada virada espacial, mas logo abortaram pois temiam não serem

[67] *Reverência a épica obra de Henry Lefebvre, La Production de L’espace de 1974.*
[68] *Filósofo marxista francês.*
[69] Professor Emérito de Planejamento Urbano da UCLA, que fez contribuições consideráveis à geografia política pós-moderna(SOJA, EDWARD | AAG, [s. d.])

compreendidos (SOJA, 1989). No século final do século XX ocorre a retomada dos estudos que integram espacialidade e espaço incorporando e dissolvendo a separação do espaço e do tempo como entidades distintas que não se entrelaçam (SOJA, 1998, p. s.p abstratc).

Os estudos críticos contemporâneos experimentaram recentemente uma mudança espacial significativa. No que pode eventualmente ser visto como um dos desenvolvimentos intelectuais e políticos mais importantes no final do século XX, os estudiosos começaram a interpretar o espaço e a espacialidade abrangente da vida humana com o mesmo insight crítico e ênfase que tradicionalmente tem sido dado ao tempo e a história, de um lado, e as relações sociais e a sociedade, do outro.

Portanto, reconsiderando o espaço como um fenômeno igualmente importante como o tempo na composição da vida social. Na década de 90 o crescente interesse das humanidades e das ciências sociais, pela virada espacial intensificou com à retomada da temática por várias ciências. Numa provocação dos autores David Harvey e Cindi Katz (1995, p. 161) afirmam que a imaginação geográfica é uma faceta muito difundida e importante da vida intelectual para ser deixada sozinha para os geógrafos. Trabalhos recentes das mais diversas áreas de estudos literários e culturais, sociologia, ciência política, antropologia, história e história da arte tornaram-se cada vez mais espaciais em sua orientação. Denis Cosgrove (1999) relata que a virada espacial foi

> amplamente reconhecida nas artes e nas ciências corresponde ao agnosticismo pós-estruturalista sobre as explicações naturalistas e universais e sobre narrativas históricas de uma única voz, e ao concomitante reconhecimento de que posição e contexto estão central e inescapavelmente implicados em todas as construções de conhecimento[70].(COSGROVE, 1999, p. 7)

Em diversas áreas do conhecimento espaço, lugar e paisagem tornaram-se temas recorrentes devido a globalização ter reforçado a importância de se conhecer a localização. Os conceitos de espaço absoluto e cartesiano foram redefinidos pela virada espacial, deixando de serem entendidos como fenômenos objetivos

70 *across arts and sciences corresponds to post-structuralist agnosticism about both naturalistic and universal explanations and about single-voiced historical narratives, and to the concomitant recognition that position, and context are centrally and inescapably implicated in all constructions of knowledge.*

(COSGROVE, 2004, p.58). Neste contexto foi aderido à espaço um conceito relativo, a fim de considerá-lo enquanto fenômeno em simbiose com as escalas de interação. Da mesma forma como ocorreu a tempo na Geografia, as humanidades cada vez mais estão incorporando o lugar como dimensão espacial (RICHARDSON et al., 2011, p.22).

Portanto, aderi a concepções das geohumanidades nesta imersão, entendendo sua contribuição como num movimento transdisciplinar pelas novas concepções de espaço e lugar. A necessidade das geohumanidades de transcender as fronteiras disciplinares contribui para repensar o potencial de novas formas de envolvimento, sejam eles artístico, literário ou histórico com o lugar. Entendo as geohumanidades como um domínio dinâmico e excitante, que se beneficia das interações entre as disciplinas das humanidades e outras, permitindo um estimulante desafio no desenvolvimento de tecnologias digitais.

De acordo com Philip Ethington (2007) o passado é o conjunto de todos os lugares feitos pela ação humana. Contudo a interpretação espaço-tempo consiste no ato de ler os lugares. Na arqueologia à necessidade de aderência a tais concepções e da virada espacial permeia no entendimento das conexões existentes entre espaço e tempo. Ao corroborá-las a cartografia, possibilita maior compreensão dos processos verticalmente como horizontalmente. Logo,

> O passado não pode existir no tempo: apenas no espaço. As histórias que representam o passado representam os lugares da ação humana. O conhecimento do passado, portanto, é literalmente cartográfico: um mapeamento dos lugares da história indexados às coordenadas do espaço-tempo (ETHINGTON, 2007, p. 465).

Denis Cosgrove (2004) menciona que nas ciências geográficas e históricas, a paisagem traçou uma longa jornada desde suas raízes medievais até sua capacidade contemporânea de capturar e materializar a ideia de espaço relativo. Na arqueologia à paisagem consiste numa termologia rastreada nas publicações desde a década de 1920, compreendendo a paisagem como pano de fundo no qual traços materiais são investigados (ANSCHUETZ; WILSHUSEN; SCHEICK, 2001; ASHMORE; KNAPP, 1999). Para os autores:

> Os humanistas veem o mundo como extremamente complexo, com conexões infinitas entre eventos e atores e múltiplas causas para efeitos que exercem influência contínua no mundo do pensamento e do comportamento. Essa sensação de inter-relação semelhante a uma teia se manifesta em duas dimensões - espaço e tempo. Embora o passado esteja sempre limitado por esses dois elementos, os humanistas costumam tratá-los como construções artificiais e maleáveis. Nós nos movemos livremente por essas grades espaciais e temporais, ignorando questões de escala, conforme comparamos e contrastamos um lugar ou uma época com outro em um esforço para recapturar um sentido do todo, para iluminar diferenças e descobrir padrões. humanista, o espaço não é apenas espaço físico, mas espaço ocupado, ou lugar, e o conceito, como o de tempo, existe não apenas em um mundo real, mas na memória, imaginação e experiência[71](BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2015, p. 2).

A paisagem contempla extrema capacidade de conjungir as mais diversas áreas das humanidades (geógrafos, arqueólogos, sociólogos, antropólogos e historiadores) pois estas respondem a contextos sociais em mudança. Na arqueologia alguns pesquisadores ainda aderem o conceito de paisagem à ambientes físicos, nestes trabalhos a abordagem ecológica cultural ainda voga mesmo perante as manifestações pós-modernas (ASHMORE; KNAPP, 1999; EARLEY-SPADONI, 2017). Tiffany Earley-Spadoni (2017), afirma que a adoção da perspectiva sócio-histórica tornou-se crescente para os estudos de paisagens passadas, corroborando para mudanças nos estudos envolvendo sistemas de informação geográfica ao explorar questões humanísticas (EARLEY-SPADONI, 2017).

No entanto alguns arqueólogos, usuários conservadores de SIG, ainda não aderiram a virada espacial e a seus desdobramentos humanidades digitais e geohumanidades. Mesmo entendendo o SIG como sendo indispensável nas práticas de pesquisa arqueológica a mais de três décadas, alguns usuários, ainda são resistentes aos entendimentos destas novas concepções. A grande maioria dos pesquisadores em arqueologia ainda se debruça em abordagens tradicionais para analisar e interpretar os dados sobre localização de sítios, modelagens de

71 Humanists view the world as extremely complex, with endless connections among events and actors and multiple causes for effects that exert continuing influence on the world of thought and behavior. This sense of weblike interrelatedness plays itself out within two dimensions—space and time. Although the past is always bound by these two elements, humanists often treat them as artificial, malleable constructs. We move freely across these spatial and temporal grids, ignoring issues of scale, as we compare and contrast one place or one time with another in an effort to recapture a sense of the whole, to illuminate differences, and to discover patterns.[1] For the humanist, space is not only physical space but occupied space, or place, and the concept, like that of time, exists not simply in a real world but in memory, imagination, and experience.

movimentos e transporte, análises de visibilidade e modelos preditivos. Para Piraye Hacigüzeller (2012)

> Ambiguidades de longa data sobre o uso de GIS em arqueologia podem ser associadas a uma atmosfera de pesquisa particular dentro da disciplina, onde um grande número de praticantes considera abordagens críticas carregadas de teoria para GIS opcionais, se não periféricos, para conduzir análise espacial. (...) a crítica das implicações epistemológicas do uso de GIS em arqueologia foi amplamente (e às vezes implicitamente) estruturada por hábitos de pensamento representacional e que uma mudança para o pensamento não representacional forneceria novas considerações sobre a tecnologia[72](HACIGÜZELLER, 2012, p. 245)

Muitos arqueólogos na atualidade acham que devido a gama de possibilidades de processamentos e geoestatísticos podem atribuir por si só credibilidade às geotecnologias. Sendo oportuno estimular o desenvolvimento de teorias arqueológicas nas perspectivas do SIG crítico. Como bem posiciona Hacigüzeller (2012, p. 247) nos encontramos no ambiente das humanidades, e cada vez mais convencidos de que o conhecimento criado por meio de práticas científicas não é o resultado de um processo destacado, onde os sujeitos humanos quebram o código de realidades independentes. Para o desenvolvimento de SIG crítico em arqueologia é necessário a adotar o subjetivismo ao contrário do objetivismo vigente costumeiramente nas pesquisas arqueológicas com SIG tradicional. Para alguns usuários desavisados, a falta de habilidade técnica e de conhecimento cartográfico, pode levá-los a entendimentos deterministas perante as análises em ambiente SIG, então se faz necessário a adoção do ecletismo na prática arqueológica que:

> pode ser totalmente abraçado mantendo a ontologia diferencial não representacional de Deleuze e percebendo que a diferença está em toda parte no tempo e no espaço e, portanto, não pode ser a base para dividir discursos, representações, materiais e práticas arqueológicas em paradigmas que estão isolados uns dos outros (HACIGÜZELLER, 2012, p. 256)

72 Long-standing ambiguities about GIS use in archaeology can be associated with a particular research atmosphere within the discipline, where a large number of practitioners consider theory-laden critical approaches to GIS optional, if not peripheral, to conducting spatial analysis. (…) the critique of the epistemological implications of GIS use in archaeology has largely (and at times rather implicitly) been structured by representational thinking habits and that a move to non-representational thinking would provide novel considerations of the technology.

Paradigmas como as acepção dos padrões espaciais, explanado pelos autores Enrico Crema, Andrew Bevan e Mark Lake (2010) pontuam que métodos analíticos baseados em padrões espaciais devem ser avaliados com cautela. Na publicação intitulada “A probabilistic framework for assessing spatio-temporal point patterns in the archaeological record” eles pontuam quatro pressupostos para padrões espaciais:

> (1) o padrão espacial em questão pode ser razoavelmente simplificado como uma série de eventos de dimensão zero (pontos) localizados em um espaço euclidiano; (2) o padrão de pontos observado é uma amostra cuja relação com a população geral pode ser avaliada; (3) o padrão espacial é estacionário (ou seja, a média e a variância do processo de ponto é constante dentro da área estudada(...); (4) o domínio temporal pode ser ignorado com segurança, uma vez que todos os eventos são contemporâneos e não têm duração variável no tempo (CREMA; BEVAN; LAKE, 2010, p. 1118).

Em outros trabalhos a incorporação do componente temporal na análise espacial, possibilita além de comparações diacrônicas, maior entendimento das espacializações temporais. Assim, o conhecimento espaço-temporal sobre a área de estudo permite melhores interpretações sobre as análises probabilísticas. De acordo com Dorohty Graves Mcewan, mapeamentos arqueológicos em ambientes SIG, apenas vinculados a técnicas quantitativas ou empíricas, como técnicas de predição, modelagens preditivas e teorias qualitativas da paisagem, desumanizam e distorcem o passado através do olhar distintamente cartesiano da sociedade ocidental (MCEWAN, 2012, p. 527). As críticas pós-modernas vinculadas aos procedimentos representacionais, padrões espaciais, análises quantitativas e modelos de predição, levaram a um melhor uso de SIG na arqueologia (SAMIA, 2016). A adoção de SIG crítico possibilita pensar em representações mais relativas, incorporação de abordagens qualitativas e incorporação de procedimentos analíticos mais reflexivos (CREMA; BEVAN; LAKE, 2010; HACIGÜZELLER, 2012; LOCK; POUNCETT, 2017; MCEWAN, 2012). No mais, o uso de tais procedimentos melhora muito a tradução, modificação e utilização de SIG em arqueologia. A construção epistemológica e ontológica de sistemas de informação geográfica (SIG) e a percepção da incapacidade de um SIG positivista para atender às necessidades dos humanistas e da arqueologia há muito vem sendo questionada. A crítica teórica social do SIG discute as maneiras pelas quais um SIG reducionista representa a natureza e a

sociedade. A ciência da informação geográfica não é uma panaceia para a arqueologia, mas seu foco espacial contribuiu para a falta de engajamento com outros aspectos importantes da arqueologia, como o lugar. Compromissos conceituais e metodológicos recentes nas humanidades espaciais têm procurado **VIRAR** o SIG para as necessidades diferenciadas e multivalentes dos humanistas.

Gary Lock e John Pouncett (2017) enfatizam que pesquisas recentes vinculadas as Humanidades Digitais destacaram o potencial do SIG no que diz respeito ao estudo da percepção do lugar. E alertam que o SIG em si não constitui um avanço no pensamento espacial, já que sem a devida compreensão dos conceitos de *espaço* conjugada com carência de justificativas para os processos de raciocínio em seu uso, os SIG podem ser reduzidos a uma mera ferramenta de representação (LOCK; POUNCETT, 2017, p. 130). No mais o paradigma representacional deve ser analisado com cautela, pois tais concepções espaciais dentro dos ambientes SIG estão sendo revistas e a adoção do SIG crítico cada vez mais tem ganhado adesão nas pesquisas arqueológicas.

Segundo Piraye Hacigüzeller (2012, p. 257) andar pela paisagem ou escavar um sítio não é a única forma legítima de criar conhecimento arqueológico. Ao interagir com tecnologia digital ou não digital e uma série de materiais inanimados e animados, também criamos narrativas sobre vidas passadas. Creio que à medida que me reconecto (como arqueóloga) com as questões de espaço e espacialidade, o entendimento sobre eventos no espaço-tempo contribui para maior compreensão da fluidez das paisagens. Portanto, a conjunção de natureza, cultura, espaço e narrativas aprimoram o valor acadêmico da paisagem. O ato de mapear a pluralidade das fontes é vital para a minha proposta de repensar a interpretação arqueológica como uma forma de mapeamento profundo (figura 28).



Figura 28 Representação Humanidades Espaciais (fonte: Spatial Humanities 2018)

Para isso é necessário desvincular a concepção de mapas apenas como ferramentas, na qual se impõem um papel altamente material a eles. Sendo saudável o papel que sempre lhe foi dado em cartografia, entendido como uma forma de comunicação, corroborando com as humanidades digitais por meio de possibilidades representacionais alternativas. A difusão das Humanidades Digitais (HDs) ocorre desde meados século XX, possuindo uma pluralidade de concepções nas mais diversas ciências, mas apenas recentemente foram incorporadas no escopo de algumas arqueologias. Na arqueologia as HDs consistem num campo interdisciplinar que apresenta abordagens colaborativas em projetos de pesquisa. Buscam promover projetos de pesquisa exploratórios e abertos, em vez de adotar modelos empíricos baseado em hipóteses ou testes de modelos (EARLEY-SPADONI, 2017). Tentar compreender o espaço, o lugar e o tempo em conjunto sempre se mostraram difícil, mesmo nas narrativas de pesquisadores mais experientes. Podemos sim combinar espaço, tempo e lugar, a fim de obter um mapa profundo fundamental. Um mapeamento profundo consiste em uma:

> representação multimídia finamente detalhada de um lugar e das pessoas, animais e objetos que existem nele e, portanto, são inseparáveis dos contornos e ritmos da vida cotidiana. Mapas profundos não se limitam ao tangível ou material, mas incluem as dimensões discursivas e ideológicas do lugar, os sonhos, esperanças e medos dos residentes - eles estão, em suma, posicionados entre a

> matéria e o significado. Eles também são topológicos e relacionais, revelando os laços que os lugares têm uns com os outros e rastreando sua inserção em redes que abrangem escalas e vão do local ao global. As considerações espaciais permanecem as mesmas, o que significa que a localização geográfica, os limites e a paisagem permanecem cruciais. O que é adicionado por esses mapas profundos é uma reflexividade que reconhece como os agentes humanos engajados constroem identidades e aspirações espacialmente estruturadas a partir da imaginação e da memória e como as múltiplas perspectivas constituem uma narrativa espacial que complementa a narrativa em prosa tradicionalmente empregada por humanistas[73](BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2015, p. 3).

Os autores concebem um mapeamento profundo afastado da concepção dos mapeamentos até então produzidos, com concepções usuais de cartografias rotineiramente associadas a pesquisa arqueológica. Num mapa profundo é possível desenvolver os fluxos de eventos, permitindo ver a confluência de ações e evidências (BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2015). Em suma, pode proporcionar uma nova concepção de representação que é visual, estruturalmente aberta, genuinamente com multimídia e com multicamadas (BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2015; EARLEY-SPADONI, 2017). De acordo com Les Roberts (2016, p. 6–7) as humanidades espaciais tentam refletir a heterogeneidade e a pluralidade, vislumbrando explorar o que é, sem dúvida, uma área temática mais ampla. Assim, oferece escolhas particularmente ricas a esse respeito, pois destaca as maneiras pelas quais as incursões qualitativas e humanísticas na representação e na prática do espaço e do lugar são multifacetadas, abertas e irredutíveis. Os mapas profundos, ao contrário dos mapas tradicionais, permitem divergências e discussões de geografias contestadas e, além disso, permitem a multivocalidade (EARLEY-SPADONI, 2017, p. 2). Para Tiffani Earley-Spadoni os:

> mapas profundos se distinguem dos "rasos" na medida em que são autoconscientes como entidades sociais e políticas, explicitando suas

[73] multimedia depiction of a place and the people, animals, and objects that exist within it and are thus inseparable from the contours and rhythms of everyday life. Deep maps are not confined to the tangible or material, but include the discursive and ideological dimensions of place, the dreams, hopes, and fears of residents—they are, in short, positioned between matter and meaning. They are also topological and relational, revealing the ties that places have with each other and tracing their embeddedness in networks that span scales and range from the local to the global. The spatial considerations remain the same, which is to say that geographic location, boundary, and landscape remain crucial. What is added by these deep maps is a reflexivity that acknowledges how engaged human agents build spatially framed identities and aspirations out of imagination and memory and how the multiple perspectives constitute a spatial narrative that complements the prose narrative traditionally employed by humanists.

> origens, propósitos e limitações (Warf, 2015). Mapas profundos são, em outras palavras, destinados a promover o diálogo em vez de representar "fatos" sociais ou geográficos reificados (EARLEY-SPADONI, 2017, p. 3).

Para Bodenhamer, Corrigan e Harris (2015, p. 3) o mapa profundo não se limita ao tangível ou material, mas incluem a discursividade e as dimensões ideológicas do lugar, os sonhos, esperanças e medos dos residentes eles estão, em suma, posicionados entre a matéria e o significado.

Diante da pluralidade de entendimentos sobre mapa profundo e aplicando-o no contexto da *confluência,* conceberei como um palimpsesto das ideias, imagens e descrições. Complementada com a história, o folclore, a geografia local e as diversas fontes, registra e representa o grão e a pátina do lugar por meio de justaposições e interpenetrações do histórico e do contemporâneo, o político e poético, discursivo e sensual; a fusão de testemunho oral, antologia, memória, biografia, história natural em suma tudo sobre lugar (ENGLISH, 2013; HARRIS, 2016; SHANKS, 2001, p. 64–65).

Compreender mapas profundos como projetos em vez de produtos (ou ferramentas) torna-se essencial e coaduna com as geo-ontologias relatada por Timothy Tambassi (TAMBASSI, 2017). Estas são a reutilização, a informatividade, a completude e a acessibilidade, sendo a última à considerar diversos públicos, tanto a comunidade científica como o público em geral (TAMBASSI, 2017). Nesta dissertação o mapeamento profundo combina experiência acadêmica, representação literária e experiências pessoais na construção das paisagens complexas da confluência do rio Parnaíba e Poti. E proporciona o que Mike Pearson e Michael Shanks[74] (2001, p. 144) chama de detalhes da memória: anedóticos, fragmentários, especulativos, no mais todas aquelas coisas que nunca poderíamos considerar como história autêntica, mas que compõem o mapa profundo do local.

2.3.1 Repensar espaço e lugar ontológica e metodologicamente

Várias tecnologias digitais estão agora disponíveis para registrar e documentar os registros da memória humana, das fontes históricas, das iconografias e

74 https://mshanks.com/2020/07/30/cardiff-1919-theatre-archaeology/

arqueológicas. Ao pensar nos pressupostos geo-ontológicos: a reutilização, a informatividade, a completude e a acessibilidade (TAMBASSI, 2017). O desenvolvimento de uma metodologia que contemple a complexidade de toda práxis é adotado aqui é extremamente intricada. Numa tentativa de representar o meu entendimento metodológico utilizo o recurso gráfico de fluxogramas. Apesar da sua ordenação extremamente positivista, consiste num recurso substancialmente produtivo. Ao pensar nas arqueologias do fluxo, reflexiva e do passado contemporâneo. Compartilho o entendimento de tratar a *confluência* contemplando trabalhos realizados em grande e pequena escala de análise, conteúdos midiáticos, iconografias (figuras e mapas antigos), historiografias e bases cartográficas diversas.

2.4 Sistematização dos eventos

A periodização da ocupação humana na confluência do Parnaíba-Poti ainda não é plenamente conhecida. Infelizmente as pesquisas para esta região ainda estão no início e com grande risco devido à franca expansão urbana e da especulação imobiliária.

Mas as pesquisas já desenvolvidas na região permitem entender que a ocupação humana pode recuar significativamente, pois temos sítios com pinturas rupestres e sítios com conjuntos artefatuais líticos que podem recuar para além de 5 mil anos antes do presente. Sítios lito-cerâmicos indicam a colonização por diferentes populações, incluindo aquelas do tronco linguístico Tupi que devem ter perdurado até a chegada da colonização não indígena na segunda metade do século XVII. Após o início da colonização não indígena da região temos muitos eventos que podem ser identificados e analisados a partir da documentação histórica em diferentes mídias e camadas. Portanto, foi fundamental a sistematização desta documentação por meio de um banco de dados vinculado ao *GeoPackage*[75] e o complemento de extensão

75 Ao contrário que muitos pensam o GeoPackage não foi fruto de incremento dos desenvolvedores do QGIS, mas sim da OGC (Open Geoespacial Consortium), com intuito de substituir Shapefile (*shp) e kml (versão vinculada ao google Earth), formatos restritos em caracteres e armazenamento possuindo interações limitadas com banco de dados. O OGC é um consorcio que cria padrões geoespaciais gratuitos e disponíveis ao público que permitem novas tecnologias e possui como membros empresas como ERSI, Google, Apple, Trimble, NASA, Microsolft, Oracle entre outros, contribuindo com o desenvolvimento de tecnologias.

para integração em ambientes SIG, software *QGIS Tisler 3.24*[76] e banco de dados *SQLite*[77] (figura 29).

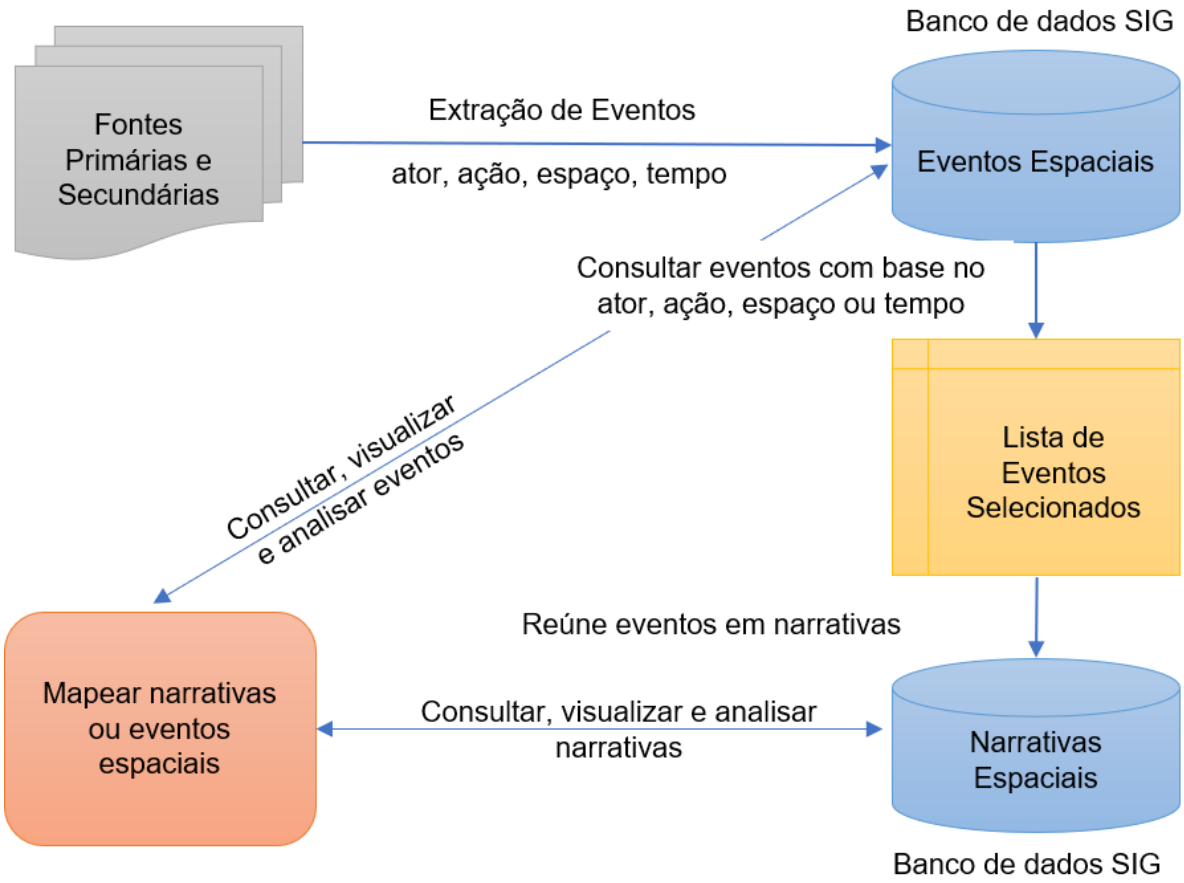


Figura 29 Fluxograma Banco de dados & Eventos (adaptado BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2015)

A tabulação cronológica dos eventos é primeiramente realizada na tabela 1, com intuito num segundo momento de adequar a qual feição o evento melhor se encaixa. Para efeito de esclarecimento a divisão das fontes proporcionará, maior facilidade em buscas futuras, acrescentando que tais informações serão integradas para contemplar a acessibilidade às fontes para qualquer usuário no futuro. O primeiro momento consiste na sistematização dos eventos, tal tabulação foi inspirada no

[76] QGis foi idealizado por Gary Sherman no início de 2002 com o nome de Quantum GIS, posteriormente foi incorporado incubado pela Open Source Geospatial Foundation (**OSGeo**) em 2007. A OSGeo foi formada em fevereiro de 2006 para fornecer suporte financeiro, organizacional e jurídico à comunidade geoespacial gratuita e de código aberto mais ampla.
[77] **SQLite** é uma biblioteca que utiliza linguagem C implementando banco de dados SQL vinculado ao sistema

modus operandi do Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro[78], especificamente no livro Introdução à história da Amazônia brasileira, na qual demostra no decorrer da publicação seus manuscritos revelando as estratégias de sistematização das informações.

Tabela 1: Coleta de Dados e Sistematização da EVENTOS

TEMPO				ESPAÇO				FONTE		ESCALA			
Evento/Citação	Século	Dia	Mês	Ano	Munícipio	Massa D' água	Localidade	Página	COD. Referência ABNT	Local	Regional	Nacional	Internacional
									CODRefABNT001				

A inserção das fontes consiste num modelamento relacional entre fontes primárias e secundárias, iconografias subdivididas em mapas e imagens (fotos e pinturas) e outras mídias como vídeos por exemplo. Tabelas (2,3 e 4).

Tabela 2: Sistematização de FONTES PRIMÁRIAS e Secundarias

COD. Referência ABNT	Referência ABNT Completa	Título	Referência Curta
CODRefABNTFP001	ALMEIDA, José Manuel de. [Ofício ao presidente da província da Bahia comunicando ter designado o tenente-coronel graduado Francisco Cardoso Pereira de Melo para receber o arquivo militar do brigadeiro conde de Beaurepaire, por ter sido este nomeado comandante das armas da província do Piauí, para onde está prestes a partir]. Bahia [Salvador, BA]: [s.n.], 20 mar. 1827. 1 p.	Ofício ao presidente da província da Bahia comunicando ter designado o tenente-coronel graduado Francisco Cardoso Pereira de Melo)	ALMEIDA, JOSÉ MANUEL DE, 1785-1835[79]

Para o desenvolvimento das análises cartográficas utilizo o cruzamento de mapas antigos com bases cartográficas contemporâneas visando a percepção de como esta região foi sendo ocupada e representada em diferentes fontes. A seguir

78 Nascido em Teresina em 1927, o professor Carlos Monteiro, foi docente da USP. Alicerçada na tríade pesquisador, educador e escritor, se dedicou após a aposentadoria a duas paixões, literatura e filosofia.
79 *Link para website*

apresento exemplo desta metodologia abordando mapas de diferentes períodos (Tabela 3).

Tabela 3: Sistematização ICONOGRÁFICAS

COD. Referência ABNT	Referência ABNT Completa	Título	Referência Curta
CODRefABNTIC 001		Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará	ad1816
CODRefABNTIC 002		Mapa da costa e rio Parnaíba, entre o rio Maranhão e as serras de Ibiapaba	ad1678
CODRefABNTIC 003		Mapa da região da costa do Brasil e interior, desde a foz do rio Amazonas até Porto Alegre, abrangendo a Capitania de Goiás	ad*80*1805

2.4.1 Bases Cartográficas contemporâneas

No que concerne as bases cartográficas contemporâneas, antenada com as possiblidades interativas, será utilizado o recurso de complementação ocorrente nos sistemas de informação geográficas (softwares ArcGIS pro (licença estudante) e QGIS).

Grande parte do processamento e interações ocorre no ambiente SIG associado ao ArcGIS StoryMaps[81] da Ersi e o QGis como aporte para tecnologias plugins ainda não existentes para softwares corporativos como os produtos ESRI. Mesmo ciente do open source do QGIs e suas diversas possiblidades provenientes de desenvolvimento de múltiplos desenvolvedores. Optei pela estabilidade de sistema e interoperabilidade WEB, já eu Story Maps e desenvolvimento da Ersi. Nestes casos a utilização do software AutoCADmap contribui para uma integração posterior com os sistemas de informação geográfica (Tabela 4).

80 Ad-Autor desconhecido

[81] O Esri Story Maps permite combinar mapas oficiais com texto narrativo, imagens e conteúdo multimídia em um ambiente de código aberto.

Tabela 4: Bases Cartográficas Interativas

Instituição	Mapas Interativos (link)	
MAPBioma	WMS	Plugin para QGIS
IBAMA	WMS	http://siscom.ibama.gov.br:80/geoserver/ows?SERVICE=WMS&
	WFS	http://siscom.ibama.gov.br/geoserver/wfs
IBGE	WMS[82]	http://www.geoservicos.ibge.gov.br:80/geoserver/ows?SERVICE=WMS&
	WFS[83]	http://www.geoservicos.ibge.gov.br/geoserver/IBGE/wfs
	WCS[84]	https://geoservicos.ibge.gov.br/geoserver/ows
IPHAN	WMS	http://portal.iphan.gov.br/geoserver/ows
ANA	WMS	http://wms.snirh.gov.br/arcgis/services/SNIRH/2016/MapServer/WMSServer
FUNAI		http://geoserver.funai.gov.br

2.4.2 Espacialização dos Eventos

Integralizar os eventos sistematizados ao ambiente SIG ocorre num segundo momento, subsidiado pela escolha da feição mais adequada. Apesar de compreender que os eventos ocorrem num ponto específico do espaço tempo, a escolha das feições vetoriais, devem considerar a mais adequada forma de representação dos eventos e as fontes que à acompanham. No mais, tais eventos podem ser representados por três tipos de feições vetoriais, ponto linha e polígono.

82 WMS (Web Map Service): define um geoserviço para uma representação visual dos dados espaciais em algum formato de imagem e não os dados em si. Estas representações serão geradas no formato de imagem, como JPEG, PNG e GIF ou em formato vetorial, como o Scalable Vector Graphics (SVG). Este padrão especifica como o cliente deve requisitar as informações para o servidor e como este deve responder ao cliente. As operações WMS podem ser realizadas a partir de um navegador web que fará a submissão das requisições sob a forma de uma URL(CATÁLOGO DE GEOSERVIÇOS - PORTAL INDE, [s. d.]).

83 WFS (Web Feature Service): define um serviço para que clientes possam recuperar feições espaciais em formato GML. As operações WFS podem ser realizadas a partir de um navegador web que fará a submissão das requisições sob a forma de uma URL e este retornará os dados em si(CATÁLOGO DE GEOSERVIÇOS - PORTAL INDE, [s. d.])..

84 WCS (Web Covarage Service): define o acesso aos dados que representam fenômenos com variação contínua no espaço. Este serviço é especificado para tratamento de dados modelados como geocampos(CATÁLOGO DE GEOSERVIÇOS - PORTAL INDE, [s. d.]).

Já os dados matriciais (fontes iconográficas) podem ser integrados vinculados ora a qualquer feição vetorial, ora georreferenciado como por exemplo os mapas antigos.

2.4.3 Mapeamento Profundo

O mapeamento profundo consiste no emaranhamento dos dados coletados, dados sistematizados, incorporações no ambiente SIG (juntamente com banco de dados) e pré-resultados. A versatilidade do mapa profundo possibilitada uma vastidão de possibilidades de interação e formas de representação. Neste caso, contemplei no intuito de evidenciar múltiplas sobreposições, culminando na incorporação em plataformas interativas on-line enxutas como My Maps (Google) ou complexas como Story Maps (ESRI). O que alcança as propostas geo-ontológicos de reutilização, a informatividade, a completude e a acessibilidade como contempla Tambassi (2017).

O fluxograma do mapeamento profundo (figura 30) expressa o meu entendimento e como abordarei as estratégias de interação das múltiplas fontes e mídias integradas nos mais diversos ambientes. A possibilidade de oferecer recursos de representação de ambiguidades, integração de múltiplas perspectivas e vozes, superposições espaço-temporais de forma sincrônica e diacrônica, corrobora com a amplitude que o mapeamento profundo representa.

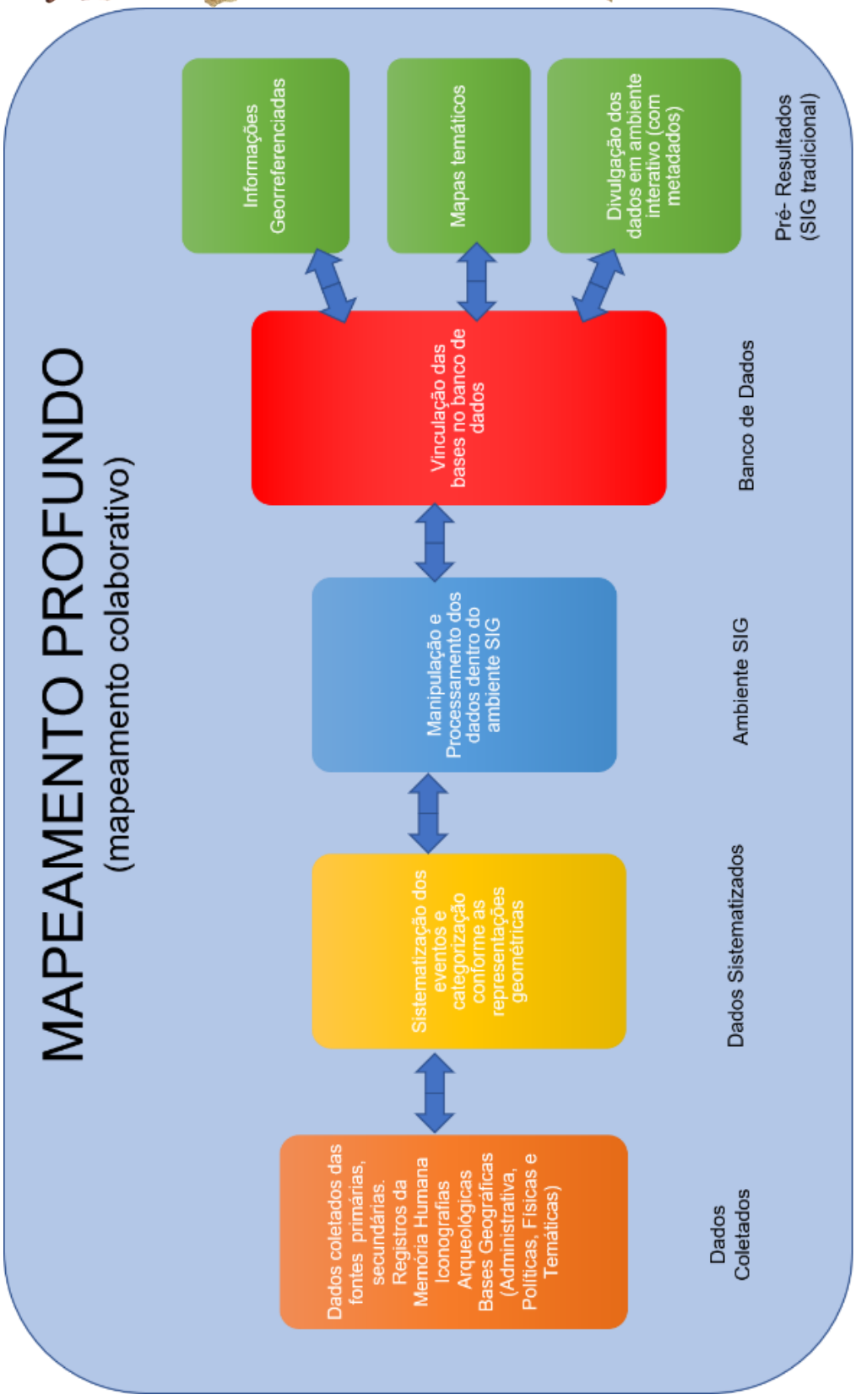


Figura 30 Fluxograma Mapeamento Profundo.

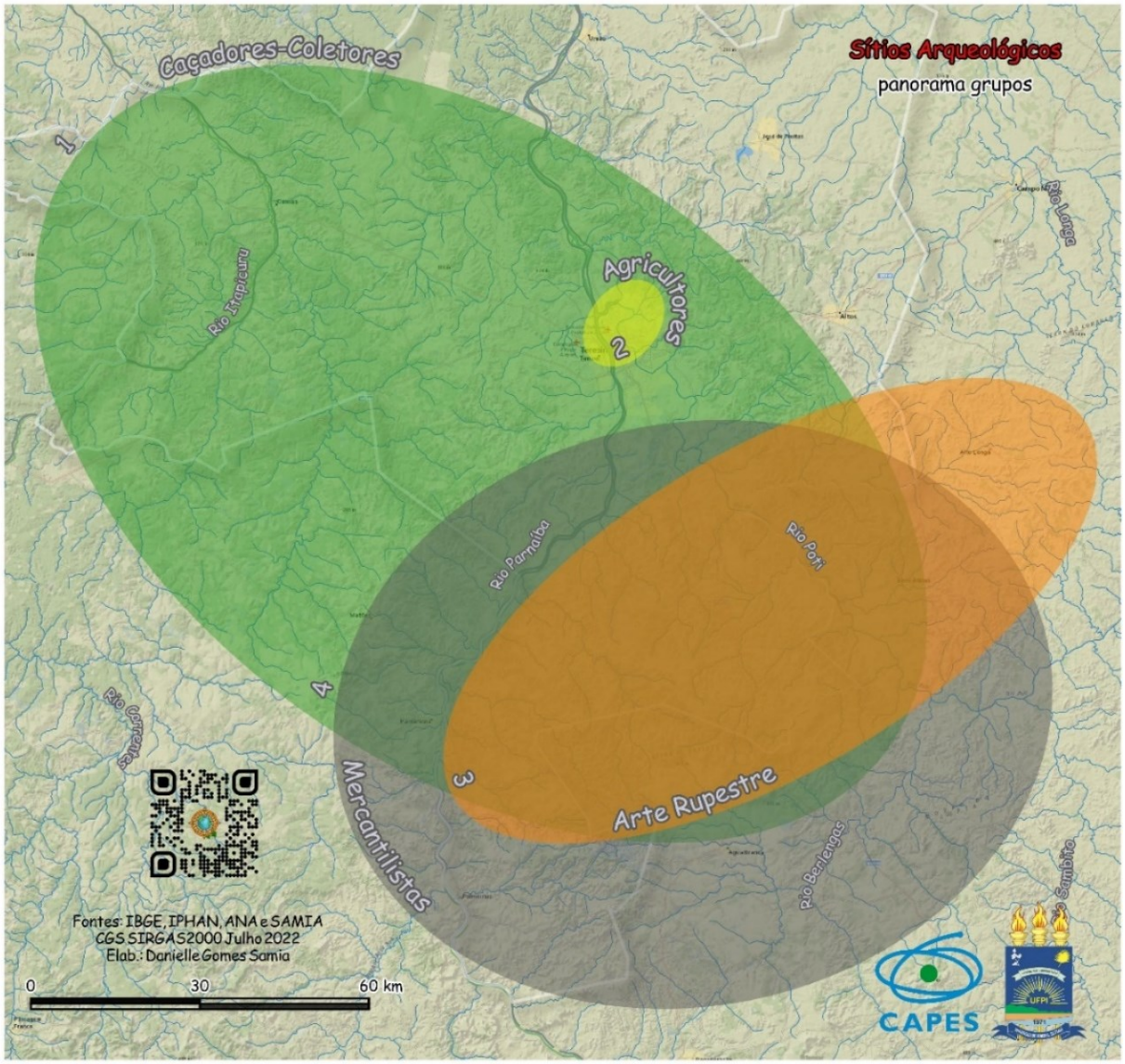
O conceito de mapas profundos é visto predominantemente como uma forma de construir narrativas espaço-históricas de eventos que aborda alguma questão acadêmica levando em consideração as contingências e as possibilidades de espaço e lugar. Os eventos são centrais para a construção de narrativas significativas. Portanto, os mapas profundos devem, portanto, ser capazes de acomodar dados quantitativos e qualitativos, dados espaciais, imagens, vídeo, áudio (voz, música) e representações virtuais de lugares (contemporâneos, históricos, arqueológicos) e artefatos.


Porto Alegre
VICOSA
Massapé
SOBRAL
BREJO
Reparticão
Quatiguaba
Tamboril
Marmas
PIRACURUCA
Campos Salles
Miguel Alves
S. Benedicto
Entre Rios
BARRAS
PERIPERI
Campo Grande
IPU
S. Quiteria
PEDRO II
Barra
Vereda
Igueiras
UNIÃO
Nova Russas
Livramento
CAMPO MAIOR
Tamboril
THEREZINA
Tapera
Cannabrava
Alto Longa
Crateus
Castello
(Marmol)
Independencia
Natal
Prata
Boqueirão
Brejinho
Belem
Penha
Pimenteira
AMARANTE
Regeneração
VALENCA
Barra dos Nunes
Arraial
Manga
FLORIANO
OEIRAS
PICOS
JERUMENHA
Sacco
JAICOS
Patos
Simplicio Mendes
VERMELHA
Queimada
Tanque Nova
Paulista
S. JOAO do PIAUHY
Sinimbú
CEARÁ

Capítulo 3 Fluidez normativa: Contexto Arqueológico, Etno-histórico e Histórico Regional

> *"Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro — o rio." (Rosa, 1964)*

O espaço multissecular da confluência configura-se num *continuum* de fluxos históricos por distintas paisagens. A proposta deste capítulo é expor quadros ocupacionais por meio de uma narrativa fluida, que se sobrepõem à crono-espacialidade das paisagens na confluência. Partindo de uma construção normativa, considerei quatro panoramas ocupacionais gerais que coexistiram cumulativamente, sendo que a transição de um sistema para outro não ocorreu automaticamente, mas sim de forma complexa e demorada para ganhar os contornos que conhecemos hoje. São eles (1) "caçadores-coletores" relacionados aos sítios com presença de artefatos líticos; (2) "agricultores" vinculados aos sítios denominados de "litocerâmicos", (3) "grafismos rupestres"; (4) "mercantil" marcado pela inserção no comércio Atlântico, que contempla o colonialismo europeu, as interações entre pessoas indígenas, africanas e europeias e suas implicações na contemporaneidade (mapa 4).



Mapa 4: Divisão dos quatro panoramas ocupacionais

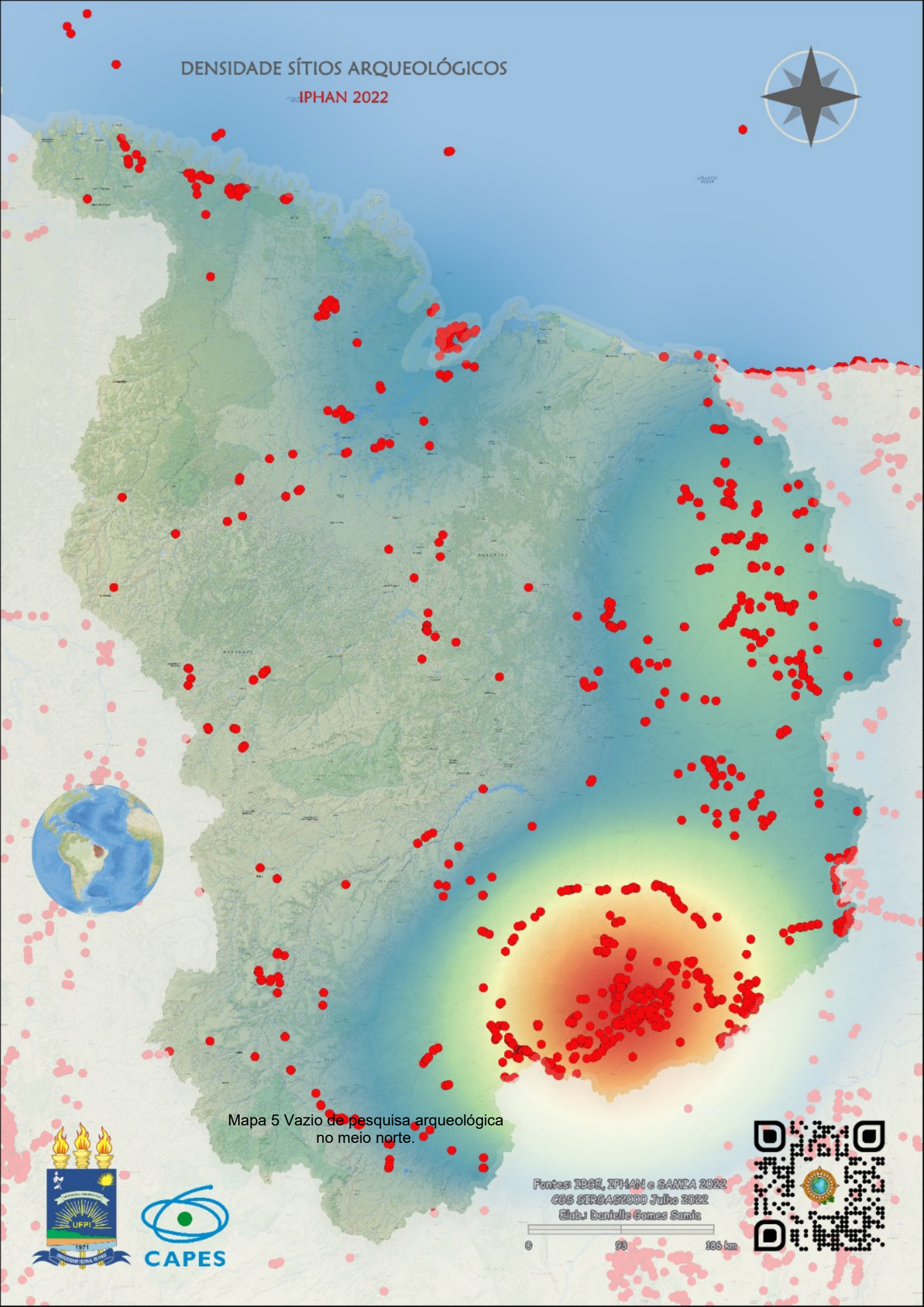
3.1 Integridade dos dados arqueológicos:

A sustentabilidade de dados arqueológicos deveria ser uma constante na arqueologia brasileira. Preocupação frequente nas últimas décadas, com temáticas discutida em eventos internacionais, levanta a necessidade de dedicar em concentrar, integrar e preservar bancos de dados digitais e dados estruturados derivados de contextos arqueológicos dentro de uma perspectiva das humanidades digitais. Conclui-se para isso, que a arqueologia, deveria dedicar na integridade dos dados, ao invés incentivar a hiper exploração imagética diluída nas redes deixando-a restrita a

alguns grupos seus conteúdos, Assim, reforça a crítica a famigerada arqueologia digital totalmente desvinculada as humanidades. Está, tem restringido na exploração de recursos computacionais, sem envolver as pessoas. Sendo recorrente o deslumbramento fisiografia, com exploração da técnica sem integração com as humanidades. Como explanado por Vanda Witoto (2022) quando fala que “o mundo olha pra Amazonia por satélite, e só consegue enxergar o verde os rios, mas não vê as pessoas que vivem aqui” (tweets, 21 de abril de 2022). Na arqueologia, ausência de trabalhos comprometidos com a integridade de dados cria um descompasso. Induz a hiper exploração de técnicas, sem nenhum ou pouco desenvolvimento na interpretação dos dados. Baseados em modelos digitais rodopiantes que podem ser interessantes para cobiça visual, mas, no entanto, revela a inabilidade de interpretá-los (SAMIA, 2021b).

Salutar reforçar que veem sendo praticado na atualidade a replicação de dados pseudo “dinâmicos” com intuito de preencher espaços “vazios” em relatórios de licenciamento. Excepcionalmente desvinculados e dessincronizados com historicidade local. Desconexão induzida com intuito de comprometer a integridade dos dados arqueológicos junto aos órgãos federais.

Uma breve análise em âmbito regional do status atual da pesquisa arqueológica na região meio norte, indica o vazio de pesquisas no que tange o registro arqueológico nesta região (mapa 5). A distribuição dos registros arqueológicos revela que embora muita pesquisa tenha sido desenvolvida no Piauí e Maranhão, elas se concentram conforme os arranjos políticos de cada estado. Uma análise baseada nos dados disponibilizados pelo Geoserver do IPHAN, indica o comprometimento das pesquisas arqueologias no vazio.

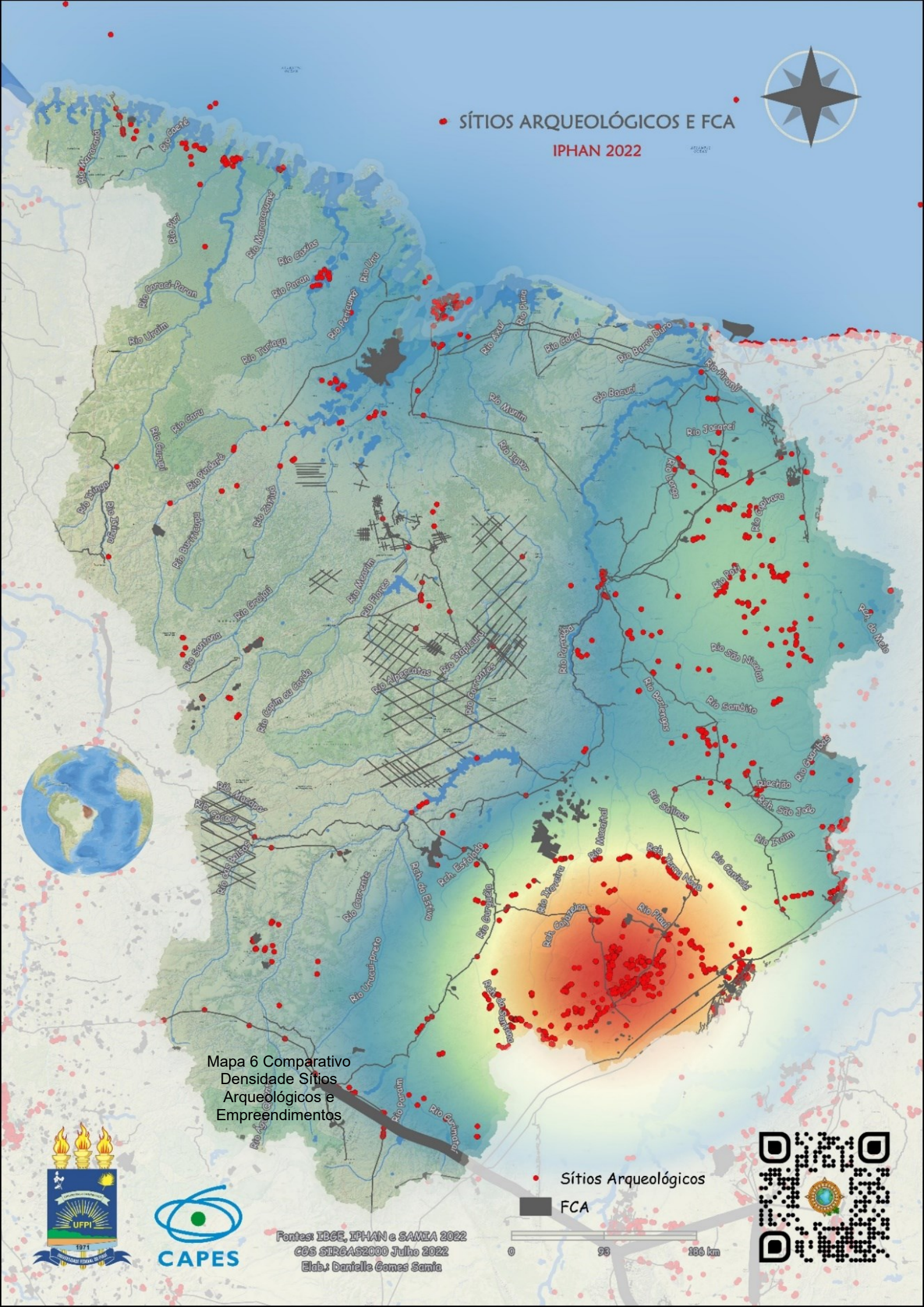


Mapa 5 Vazio de pesquisa arqueológica no meio norte.

Parte da culpabilidade deste vazio de pesquisa arqueológica recorre da, (1) da preponderância de interesse acadêmico por certas localidades; (2) do investimento estatal e privado concentrados em porções do território; e (3) da motivação socioespacial por demanda de grupos tradicionais. O primeiro proveniente da arqueologia acadêmica priorizou estudos nas áreas interesse acadêmico concentrando o financiamento e desenvolvimento científico em certas localidades. O segundo advém da arqueologia preventiva que conduz o ritmo conforme a demanda de investimentos em infraestruturas e empreendimentos, incididos por investimentos privados e públicos comandados por redes políticas. A última que é a motivação socioespacial está vinculada a demanda das comunidades tradicionais, definida por grupos indígenas e quilombolas que procuram através de estudos colaborativos e inclusivos, fomentar pesquisas cientificas que colaboram com a manutenção destas pessoas nestes espaços disputados.

Vinculada a arqueologia acadêmica nos estados do Piauí e Maranhão juntos percebi quatro (4) localidades com concentração de pesquisas. Três destas no Piauí, a saber, o sudeste do estado representado pela Serra da Capivara e das Confusões, seguido do meio leste com o Cânion do Poti e Parque Sete Cidades e o litoral piauiense. No Maranhão esta concentração se trata da conurbação na capital São Luís e adjacências. A arqueologia preventiva, acompanha os arranjos público e privada conjuntamente com as demandas política por infraestrutura e investimentos vinculadas as necessidades de transporte, energia, saneamento, comunicação, entre outras. Conforme os sistemas de geoserviços do IPHAN podemos verificar a partir das FCA (Ficha de Caracterização de Atividade[85]) a espacialidade dos empreendimentos vinculados aos processos de licenciamento no mapa 6:

85 FCA – Ficha de Caracterização de Atividade é desenvolvida a partir da Instrução Normativa 01 de 2015, que assim determina os procedimentos a serem adotados, avaliando o impacto que o empreendimento exercerá nos bens patrimoniais.


SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E FCA
IPHAN 2022
Rio Caeté
Rio Piriá
Rio Maracaçumé
Rio Gurupi
Rio Caxias
Rio Pindaré
Rio Turiaçu
Rio Mearim
Rio Grajaú
Rio Flores
Rio Parnaíba
Rio Balsas
Rio Gurguéia
Rio Piauí
Rio Canindé
Rio Poti
Rio Longá
Rio Jaguaribe
Rio Acaraú
Rio Curu
Rio Choró
Rio Banabuiú
Rio Jaguaribe
Rio Salgado
Rio Jaguaribe
Rio Piranhas-Açu
Rio Apodi-Mossoró
Rio Ceará-Mirim
Rio Curimataú
Rio Paraíba
Rio Mamanguape
Rio Goiana
Rio Capibaribe
Rio Ipojuca
Rio Una
Rio Mundaú
Rio São Francisco
Rio Pajeú
Rio Moxotó
Rio Ipanema
Rio Garças
Rio Paranã
Rio Preto
Rio Urucuia
Rio Paracatu
Rio Abaeté
Rio Indaiá
Rio Pará
Rio Lambari
Rio Jequitaí
Rio Pacuí
Rio Paraopeba
Rio das Velhas
Rio Verde Grande
Rio Pardo
Rio Jequitinhonha
Rio Mucuri
Rio Itanhém
Rio Buranhém
Rio Peruípe
Rio Itaúnas
Rio Doce
Rio Piracicaba
Rio Santo Antônio
Rio Suaçuí Grande
Rio Manhuaçu
Rio Pomba
Rio Muriaé
Rio Paraíba do Sul
Rio Piabanha
Rio Dois Rios
Rio Preto
Rio Bonito
Rio Macaé
Rio São João
Rio Guandu
Rio Guandu-Mirim
Rio Iguaçu
Rio Ribeira de Iguape
Rio Itapocu
Rio Itajaí-Açu
Rio Tijucas
Rio Biguaçu
Rio Cubatão
Rio Araranguá
Rio Tubarão
Rio Urussanga
Rio Capivari
Rio Jacuí
Rio Caí
Rio dos Sinos
Rio Gravataí
Rio Vacacaí
Rio Ibicuí
Rio Santa Maria
Rio Quaraí
Rio Negro
Rio Uruguai
Rio Pelotas
Rio Canoas
Rio Chapecó
Rio Peixe
Rio Jacutinga
Rio Irani
Rio Chopim
Rio Iguaçu
Rio Negro
Rio Tibagi
Rio Ivaí
Rio Piquiri
Rio Ivinhema
Rio Paranapanema
Rio Tietê
Rio Grande
Rio Sapucaí
Rio Verde
Rio Sucuriú
Rio Aquidauana
Rio Miranda
Rio Taquari
Rio Negro
Rio Paraguai
Rio Cuiabá
Rio Arinos
Rio Juruena
Rio Teles Pires
Rio Tapajós
Rio Jamanxim
Rio Curuá
Rio Xingu
Rio Iriri
Rio Fresco
Rio Jarauçu
Rio Tocantins
Rio Araguaia
Rio Vermelho
Rio Crixás-Açu
Rio Manso
Rio Peixe
Rio Paranã
Rio Corrente
Rio Urucuia
Rio Preto

Diante deste comparativo, percebe-se que a identificação de sítios arqueológicos nos estados na sua grande maioria é proveniente dos trabalhos de contrato (com exceção dos parques), não havendo grandes concentrações, mas apontando grande potencial nestas localidades. Creio que este comparativo esclarece que a abordagem dos órgãos federais em priorizar áreas com registro arqueológico, traz uma leitura que ainda não é peculiar para arqueologia no Brasil. Esta perspectiva vertida em exemplos internacionais, mais especificamente europeus, desconsidera a dimensão territorial e o vindouro potencial de pesquisa que ainda temos em nosso país. Arqueologia verte potencial de pesquisa, que ainda possui amplos campos a serem estudados, contribuindo não somente com a pesquisa nacional, mas com contribuições em âmbito global.

Vendo na arqueologia preventiva com ações de curto e médio prazos a possibilidades de maior aprofundamento para estudos de longo prazo vinculados a ambientes acadêmicos. Pertinente a discussão é a mudança da mentalidade dos gestores e servidores federais, para articulação de políticas que considerem os vazios arqueológicos. Ao inverter a lógica, a autorização de pesquisa em áreas que já foram registrados sítios arqueológicos para áreas com ausência de registros. Esta logica pode ser exemplificada pela análise de Abraham Wald[86] diante distribuição das perfurações nos aviões durante as batalhas na segunda guerra mundial. Através do levantamento estatístico da equipe de Wald, constataram que os aviões que retornavam apresentavam perfurações na fuselagem, asas e cauda (figura 30). Perante a constatação, o raciocínio seria reforçar as áreas com mais perfurações, no entanto para Wald reforçar as áreas não atingidas seria o mais logico, pois os aviões que não retornaram não foram analisados.

Esta analogia, transferida para a distribuição dos sítios arqueológicos se assemelha a abordagem do estatístico, a necessidade de reforçar as áreas que não possuem ainda sítios arqueológicos registrados. Ao verificar que o princípio da ausência, associada a outros fatores como pesquisa e empreendimento pode indicar a possibilidade de novos registros e contribuições para nossa história.

86 O matemático e estatístico Abraham Wald (1902 – 1950), contribui para a teoria de decisão, geometria e econometria.

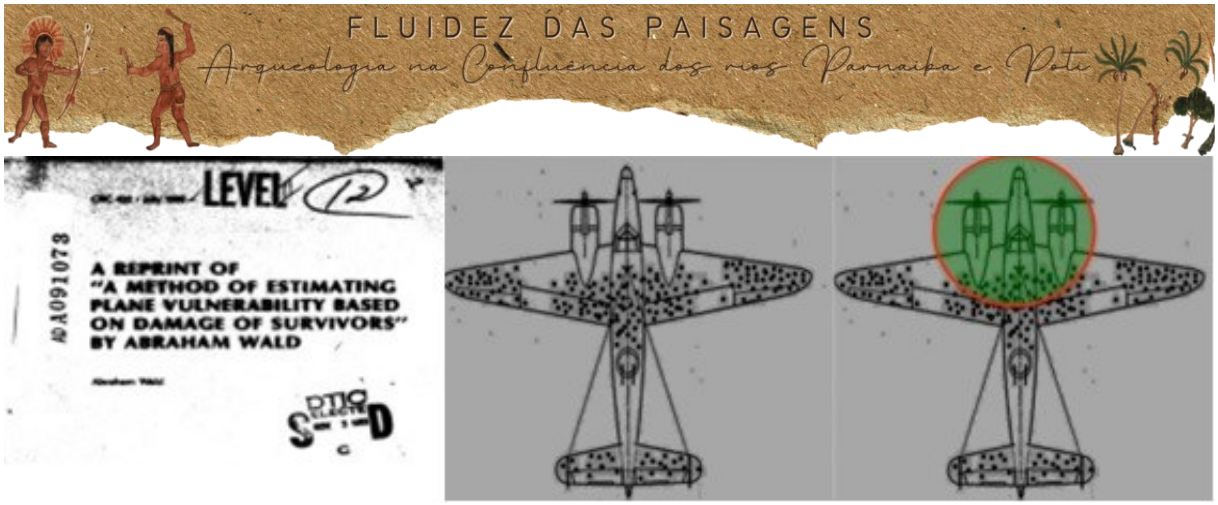


Figura 31 Estudo de Abraham Wald sobre o reforço das aeronaves (fonte: CBD, 2019)

Um breve levantamento das pesquisas vinculadas a arqueologia preventiva reforça minha argumentação. Expondo uma outra problemática sobre a integridade dos dados conforme aponta pesquisa realizadas em múltiplas plataformas no IPHAN. Os registros no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – (CNSA) vinculado ao Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico (SGPA)[87] até a data presente os estados do Piauí e Maranhão registram respectivamente 1928 e 171, sítios arqueológicos registrados.

Em pesquisas realizadas no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IPHAN[88], no processo 01498.003074/2014-20, documento 2649039[89] a planilha supostamente datada em janeiro de 2018, registra outros valores para o estado do Piauí e Maranhão. Provavelmente o cadastro passou por uma apuração, a fim de verificar os cadastros duplicados e verificações e atualizações de registros. Já uma comparação em relação aos registros georeferenciados existe discrepâncias de informações nos dados obtidos no geoserviços WFS disponível na plataforma de Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), A base vetorial, disponibilizada

87 Por determinação da Lei n° 3.924, de 26 de julho de 1961 no ano de 1999, o SGPA foi criado para estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios e coleções arqueológicas. Endereço eletrônico: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php

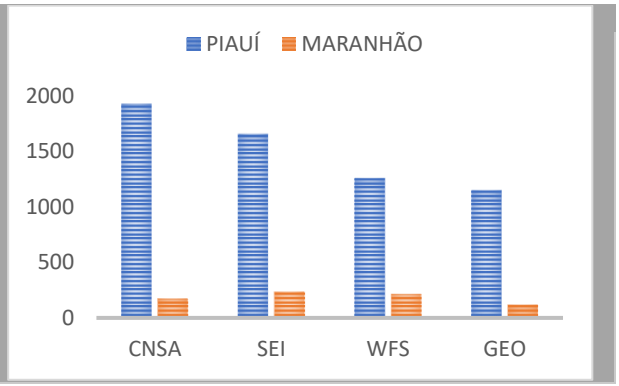
88 O sistema eletrônico de Informação do IPHAN tem como proposta "a virtualização dos documentos, abandonando a ideia do papel enquanto único suporte possível para os processos institucionais. Dessa forma, ele permite que um mesmo processo seja compartilhado de forma atual e simultânea entre diferentes unidades – mesmo que fisicamente distantes -, reduzindo tempo e aumentando eficiência". Endereço eletrônico: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

89 Documento 04/05/2021 - Endereço eletrônico: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boq3azUR8YSn2Snjswfqz15NRgO9lbztnqiQTpy1P6I5

em formato Shapefile[90] dos sítios georeferenciados obtidos no endereço eletrônico do IPHAN.

Tabela 5: Comparativo dos registros arqueológicas no IPHAN

Informações		PI	MA
Fontes Dados Abertos	CNSA	1928	171
	SEI	1655	232
	SICG	1284	228
Georeferenciados	WFS	1259	212
	Shapefile	1147	116



Ao realizar um comparativo na tabela 5 é possível constatar que o cadastramento dos sítios arqueológicos é uma grande problemática a ser avaliada conforme a discrepância de informações entre os diferentes meios de obtenção de informações que se apresentam (Tabela 5). Ao averiguar a integridade destas informações percebemos que o componente espacial, foi negligenciada por anos pelos gestores por se considerado um dado irrelevante. A falta de cobrança desta informação espacial, representou até 2014, 2/3 dos cadastros com todas as informações relevantes para sua caracterização preenchidas. Sendo variável indispensável para espacialização dos eventos. Diante desta problemática a integridade das informações foi comprometida, e mesmo com os cadastramentos e recadastramentos foram perdidas informações que dificilmente serão recuperadas. A Lei n° 3.924, de 26 de julho de 1961 marco importante que cria o SGPA, incorpora na sua reponsabilidade a gestão destes bens patrimoniais arqueológicos, sendo de total responsabilidade do estado não somente o acautelamento destes patrimônios como também uma gestão que garanta a integridade dos cadastros que seja plena e acessível para qualquer pessoa.

90 Formato de armazenamento shapefile, foi desenvolvido pela Esri, com intuito de armazenar a posição, forma e atributos de feições geográficas. O armazenamento e realizado através de um conjunto de arquivos relacionados, correspondendo .shp, .shx, .dbf, e .prj.

3.2 Arqueologia no Piauí e o seu início

O reconhecimento da Serra da Capivara como um grande referencial de arqueologia em âmbito regional, nacional e internacional, advém dos mais de 1500 sítios identificados, possuindo várias frentes de pesquisas não somente arqueológica. Esta caminhada resiliente foi iniciada por Niéde Guidon na década de 70, na qual sua personalidade austera e determinada proporcionou em 1991 o reconhecimento do Parque Nacional da Serra da Capivara como patrimônio mundial da UNESCO. Este complexo apresenta muito além do seu potencial turístico, mas também social, científico, político, associado a capacidade colaborativa de transformação (figura 33).



Figura 32 Niède Guidon e Pedra Furada (Fonte: Ciência da Unicamp, 2015 e Projeto Colabora, 2020).

Esta trajetória inicia a institucionalização da pesquisa arqueológica no Piauí em 1978 com a criação do Núcleo de Antropologia Pré-Histórica - NAP, vinculado à Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí. Iniciativa que fomentou o desenvolvimento da arqueologia no estado do Piauí, estimulando o desenvolvimento de atividades no âmbito da pesquisa, ensino e extensão, com o projeto de levantamento e cadastro de Sítios Arqueológicos do Estado do Piauí em 1985 (CAMPELO MAGALHÃES, 2011). O NAP/UFPI como instituição emblemática no desenvolvimento da arqueologia, identificou sítios arqueológicos extra Parque Nacional Serra da Capivara (UFPI: PESQUISA - NÚCLEOS RELACIONADOS, *[s. d.]*). Atualmente o núcleo, tem como responsável a professora doutora Sônia Maria Campelo Magalhães[91], e está localizado no mesmo prédio do Museu de Arqueologia

[91] Professora Associada da Universidade Federal do Piauí com ênfase em Arqueologia Pré-histórica, aborda temáticas como arte rupestre (Lattes, 2020).

e Paleontologia – MAP, no campus Petrônio Portella na UFPI. As duas instituições possuem reservas técnicas, contendo diversidade de materiais arqueológicos e paleontológicos (figura 34).



Figura 33 Museu de Arqueologia e paleontologia (fonte: UFPI, 2020)

3.3 Arqueologia e os panoramas de ocupação humana na Confluência

Para fins do presente estudo optamos por uma perspectiva mais integrativa no que concerne ao processo histórico *per se*. Assim, em oposição a uma visão bipartida, tendo como marco de ruptura o contato do não-índio com o universo indígena aplicado pelas abordagens tradicionais, buscamos visualizar essa história na confluência enquanto um *continuum*, numa perspectiva de longa duração (BRAUDEL, 1958; LAMBERGKARLOVSKY, 1985; HODDER, 1987). Assim, em oposição a uma visão bipartida - que tem como marco de ruptura a chegada dos europeus, considero a história na confluência enquanto um continuum, numa perspectiva de longa duração (BRAUDEL, 1958; LAMBERGKARLOVSKY, 1985; HODDER, 1987) e da persistência (SILLIMAN, 2009; PANICH, 2013).

Como salientado por Hodder (1987) a arqueologia é fundamental para a construção de uma história profunda, pois traz uma perspectiva diferenciada no que diz respeito a questões de interação entre a cultura material e o mundo simbólico. Partindo deste ponto de vista esperamos entender como os processos se dão na longue durée (BRAUDEL, 1958) e na persistência com "a rearticulação intencional de certas práticas e identidades diante de realidades econômicas, políticas e sociais novas... conectando passado e presente numa dinâmica, mas inquebrável trajetória" (PANICH; ALLEN; GALVAN, 2018, p. 11-12).

Para tal, julgamos fundamental entender que a chamada "colonização não-indígena" não constituiu o "grande" evento distintivo entre o passado e o presente, e, portanto, não seria um marco divisório que separa um período histórico de uma "pré-história", que inculca e reafirma a existência de povos sem história (CARNEIRO DA CUNHA, 1992). Em períodos pré-colombianos a expansão de populações indígenas também transformou a geopolítica de regiões inteiras assim como a chegada dos não-índios (e.g. ocupação dos Tupi na costa, expansão Karib e Arawak). Assim, o único motivo de dividirmos períodos pré e pós Colombo/Cabral se firma na natureza das fontes e informações que se dispõe. Visto que para um período podemos contar com informações orais, arqueológicas e linguísticas, enquanto para o outro temos também os registros escritos. Quanto mais próximo de nós no tempo, maior a gama de informações, dando-nos uma falsa ideia de complexificação frente aos períodos mais recuados.

Tal disparidade nas informações disponíveis nos leva a estabelecer dois grandes horizontes no que tange ao processo histórico relativo à ocupação humana na confluência, tendo como marco divisório a inserção do continente no contexto do capitalismo mercantil em escala global. Devemos rejeitar a chegada dos não-índios como marco divisório único, passando a entendê-lo dentro de um processo de longa duração, onde as alterações advindas deste processo podem ser equiparadas a todas as demais ocorridas anteriormente. Contudo, não desconsiderarmos os grandes impactos advindos deste processo de interação, sobretudo, no que concerne a grande redução demográfica que provocou na região (guerras, servidão, doenças), e o processo de modificação cultural que até os dias atuais vem propiciando e gestando novas interações étnicas.

Desta forma, temos anteriormente à chegada de não-indígenas uma dinâmica própria dos povos que ocupavam a região desde períodos recuados no tempo, as quais conhecemos, sobretudo, por meio dos estudos arqueológicos, etnológicos e linguísticos. Num segundo momento, têm-se uma lógica de ocupação que, em última instância, deriva do processo de expansão capitalista mercantil em escala global, para o qual contamos com fontes diversas de informação entre relatos escritos, orais e arqueológicos. Este segundo período é marcado pela relação conflituosa oriunda da chegada dos não-índios e africanos frente às populações indígenas.

Portanto, a compreensão adequada do passado e do presente perpassa inexoravelmente pelo estudo da relação de interdependência surgida entre ambos. Apenas a correlação de estudos arqueológicos, etnográficos, linguísticos e históricos nos permitirá uma caracterização mínima deste processo complexo e multifacetado que buscamos apresentar adiante.

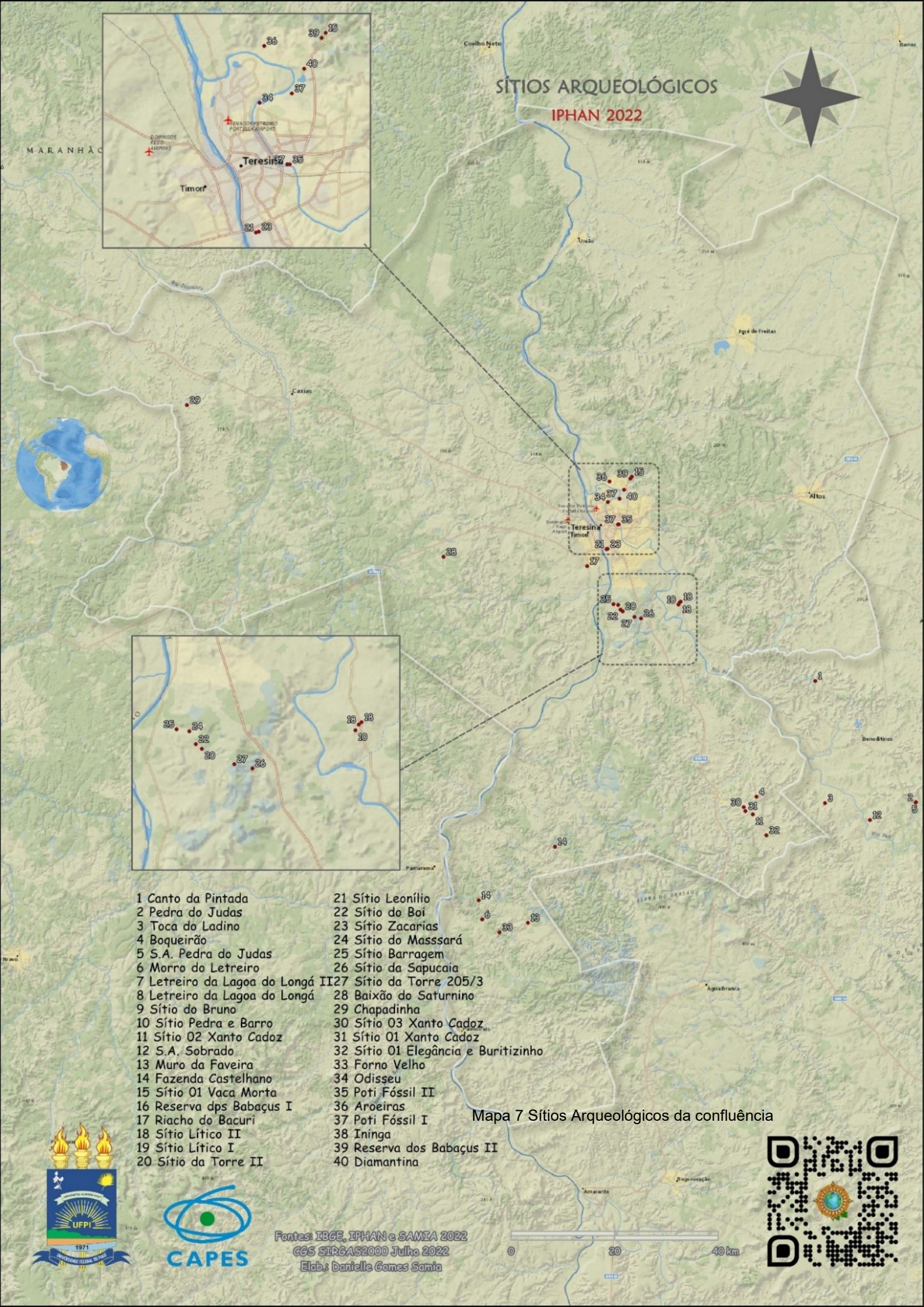
Apesar dos numerosos esforços em projetos acadêmicos e de contrato, a confluência ainda é pouco conhecida do ponto de vista arqueológico. As primeiras ocorrências arqueológicas foram mencionadas em 1987 com a identificação de artefatos líticos nas margens do Rio Poti. Durante as três décadas subsequentes foram registrados 40 sítios arqueológicos sendo sua maioria por intermédio da arqueologia preventiva conforme mapa 5 (tabela 6 -anexo A). Os arqueólogos desenvolvem projetos na região, no entanto, nem todos os resultados foram protocolados no IPHAN (tabela 7 e mapa no anexo B e C).

Tabela 6: Sítios Arqueológicos registrados (IPHAN,2022)

num	Identificação do Bem	Código IPHAN	Tipo de Bem
1	Canto da Pintada	PI2201606BAST00001	Arte Rupestre
2	Pedra do Judas	PI2201606BAST00002	Arte Rupestre
3	Toca do Ladino	PI2201606BAST00003	Arte Rupestre
4	Boqueirão	PI2206407BAST00005	Arte Rupestre
5	S.A. Pedra do Judas	PI2201606BAST00004	Arte Rupestre
6	Morro do Letreiro	PI2207504BAST00001	Arte Rupestre
7	Letreiro da Lagoa do Longá II	PI2200301BAST00001	Arte Rupestre
8	Letreiro da Lagoa do Longá	PI2200301BAST00002	Arte Rupestre
9	Sítio do Bruno	PI2200301BAST00003	Arte Rupestre
10	Sítio Pedra e Barro	PI2211001BAST00011	Histórico
11	Sítio 02 Xanto Cadoz	PI2206407BAST00004	Histórico
12	S.A. Sobrado	PI2201606BAST00005	Histórico
13	Muro da Faveira	PI2207504BAST00004	Histórico
14	Fazenda Castelhano	PI2207504BAST00003	Histórico
15	Sítio 01 Vaca Morta	PI2203255BAST00001	Histórico

16	Reserva dos Babaçus I		Pré-cerâmico e Cerâmica
17	Riacho do Bacuri	MA2112209BAST00001	Lítico
18	Sítio Lítico II	PI2211001BAST00013	Lítico
19	Sítio Lítico I	PI2211001BAST00012	Lítico
20	Sítio da Torre II	PI2211001BAST00009	Lítico
21	Sítio Leonílio	PI2211001BAST00006	Lítico
22	Sítio do Boi	PI2211001BAST00005	Lítico
23	Sítio Zacarias	PI2211001BAST00004	Lítico
24	Sítio do Massará	PI2211001BAST00003	Lítico
25	Sítio Barragem	PI2211001BAST00002	Lítico
26	Sítio da Sapucaia	PI2211001BAST00007	Lítico
27	Sítio da Torre 205/3	PI2211001BAST00008	Lítico
28	Baixão do Saturnino	MA2112209BAST00002	Lítico
29	Chapadinha	MA2103000BAST00001	Lítico
30	Sítio 03 Xanto Cadoz	PI2206407BAST00001	Lítico
31	Sítio 01 Xanto Cadoz	PI2206407BAST00002	Lítico
32	Sítio 01 Elegância e Buritizinho	PI2206407BAST00003	Lítico
33	Forno Velho	PI2207504BAST00002	Lítico
34	Odisseu	PI2211001BAST00016	Cerâmica
35	Poti Fóssil II	PI2211001BAST00015	Cerâmica
36	Aroeiras	PI2211001BAST00017	Cerâmica
37	Poti Fóssil I	PI2211001BAST00014	Cerâmica
38	Ininga	PI2211001BAST00010	Ceramista
39	Reserva dos Babaçus II		Cerâmica
40	Diamantina	PI2211001BAST00018	Cerâmica

Pela bibliografia consultada e os dados disponibilizados pelo Iphan e com base na cultura material apresentada pôde-se categorizar os sítios preliminarmente como 18 caçadores-coletores, 8 agricultores (sítios e ocorrências om cerâmica associada a povos Tupi), 9 artes rupestre (sítios com gravura e pintura), 6 de grupos mercantilistas (edificações e louças).



Mapa 7 Sítios Arqueológicos da confluência

As pesquisas arroladas até o momento apontam a presença de contextos arqueológicos diferenciados para a confluência. Devido à ausência de datações absolutas e estudos mais aprofundados, por ora, podem ser apresentados enquanto recorte metodológico, na forma de quatro distintos panoramas. Estes foram individualizados como base na cultura material documentada e levando em consideração aspectos econômicos no caso dos caçadores-coletores, agricultores e mercantilistas, enquanto o artístico se refere ao caso da arte rupestre. Este último é caracterizado pelos sítios com pinturas e gravuras rupestres, não havendo uma clara definição de relação com outros conjuntos artefatuais. Apesar de provavelmente se inserirem cronologicamente em um ou mais dos demais panoramas.

A presença dos sítios com apenas artefatos líticos permite entendê-los como relacionados a grupos caçadores-coletores. Enquanto os sítios lito-cerâmicos, até o momento apenas com vinculação a povos Tupi, podem ser associados a populações agricultoras. Um último panorama relacionado ao processo de globalização correspondente ao marco global econômico, que contempla os artefatos partícipes da lógica trazida pelo colonialismo europeu e as interações com as populações indígenas e africanas nos últimos 400 anos até o presente, tabela 7.

Tabela 7: Grupos, Cronologia e Sítios Arqueológicos

Num	Grupos	Cronologia Aproximada	Sítios Arqueológicos
1	Grupos produtores de arte rupestre	Desconhecido	Canto da Pintada, Pedra do Judas, Toca do Ladino, Boqueirão, S.A. Pedra do Judas, Morro do Letreiro, Letreiro da Lagoa do Longá II, Letreiro da Lagoa do Longá, Sítio do Bruno
2	Grupos caçadores-coletores	5000 até 2000 AP	Riacho do Bacuri, Sítio Lítico II, Sítio Lítico I, Sítio da Torre II, Sítio Leonílio, Sítio do Boi, Reserva dos Babaçus I, Sítio Zacarias, Sítio do Massará, Sítio Barragem, Sítio da Sapucaia, Sítio da Torre 205/3, Baixão do Saturnino, Chapadinha, Sítio 03 Xanto Cadoz, Sítio 01 Xanto Cadoz, Sítio 01 Elegância e Buritizinho, Forno Velho.
3	Grupos agricultores	2000 AP até século XVII	Odisseu, Poti Fóssil II, Aroeiras, Poti Fóssil I, Ininga, Reserva dos Babaçus II, Diamantina
4	Grupos mercantilistas	Do século XVII até o presente	Sítio Pedra e Barro, Sítio 02 Xanto Cadoz, S.A. Sobrado, Muro da Faveira, Fazenda Castelhano, Sítio 01 Vaca Morta

Assim para a região em estudo tem-se uma sucessão de ocupações que vão desde populações caçadoras coletoras, das quais só nos restaram seus artefatos

líticos e quiçá a arte rupestre, passando por populações agricultoras que foram diretamente impactadas pela chegada da colonização não indígena, gestando as organizações sociais posteriores e a sociedade atual.

Apesar de não terem sido realizadas datações dos contextos, do ponto de vista cronológico, podemos inserir os conjuntos artefatuais em modelos arqueológicos (Dias e Bueno, 2015; Brochado; 1984; Martin, 2005) que permitem uma periodização de referência para os panoramas, conforme expresso no figura 35. Deve-se atentar que os panoramas não se isolam, não ocorrem de forma assíncrona. Como pode-se perceber pelo gráfico os grupos responsáveis por diferentes conjuntos artefatuais ocupariam a região de forma síncrona em determinados períodos. Sem que isso diretamente possa ser entendido como relações belicosas ou amistosas, já que ainda não se pode ter estas certezas. O que realmente importa é que como um modelo heurístico permite compreender que as sucessivas ocupações por populações diferentes não se deram isoladas, o que temos na verdade é um fluxo contínuo onde um grupo posterior ao outro se apropria do conhecimento acumulado e gesta uma nova realidade, onde cada um dos grupos é fruto desse fluir até os dias atuais.

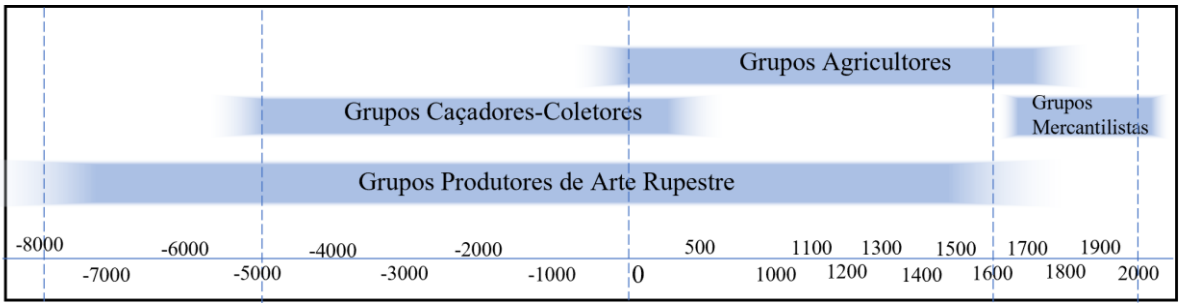


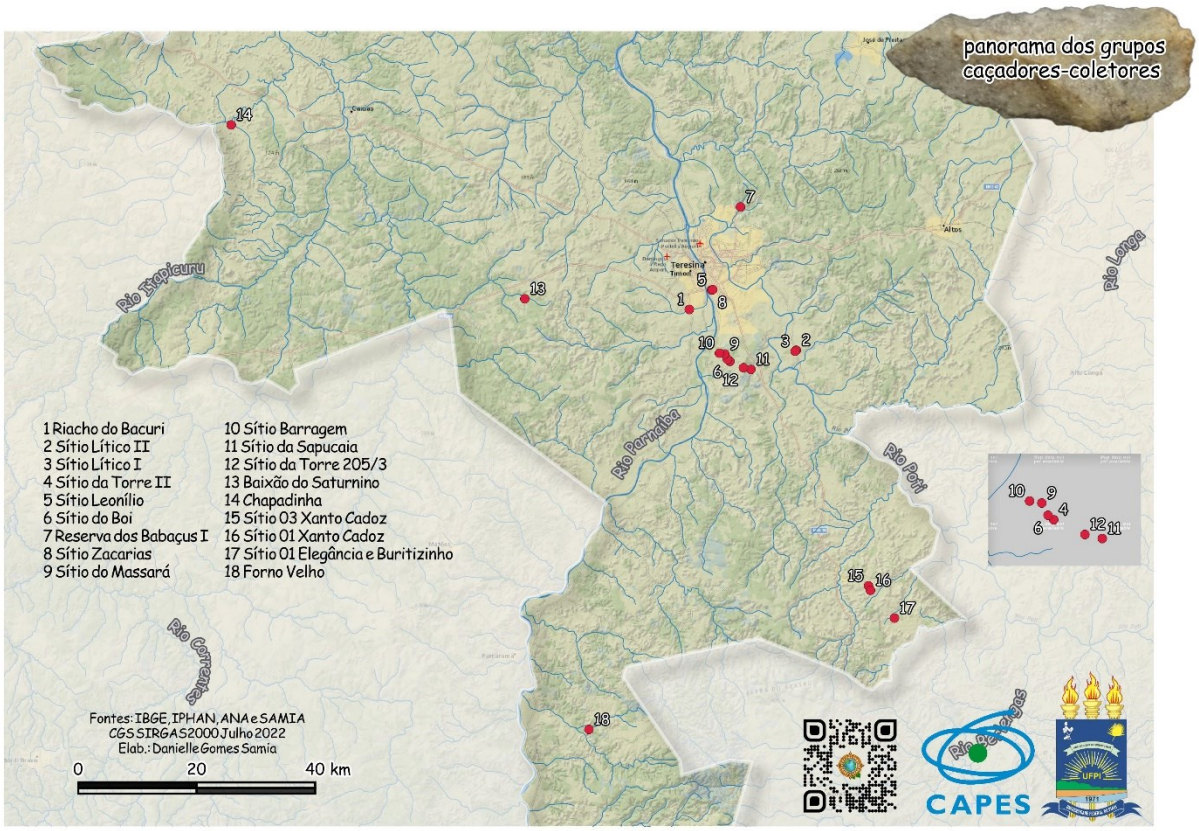
Figura 34: Gráfico cronológico

Assim, visando a construção de um quadro de longa duração, encaro o processo histórico como um *continuum* em diversos aspectos e dimensões. Entendo que o estágio atual de ocupação da região é resultado da somatória dos processos citados, cuja caraterização apresento a seguir.

O estado do Piauí se insere na arqueologia em âmbito mundial com o debate sobre ocupações humanas muito antigas, a partir de informações proveniente das pesquisas realizadas na Serra da Capivara desde os anos de 1970. Estudos recentes têm confirmado datas bem recuadas para a ocupação humana na região, com mais de 20 mil anos (BOËDA et al. 2021). Os sítios líticos são os vestígios que denotam a

presença de populações com modo de vida caçador-coletor desde este período mais recuado até sítios datados em menos de 500 ap.

Os sítios arqueológicos com artefatos líticos na confluência (mapa 8) inicialmente poderiam estar relacionados aos eventos de diversificação das indústrias líticas do Holoceno médio (entre 9k e 5k), sendo este período marcado por muitas variações, resultando numa menor precisão cronológica e numa acentuada variabilidade de indústrias líticas.



Mapa 8: grupos caçadores-coletores

Um dos sítios mais antigos da confluência parece ser o Reserva dos Babaçus II, representado por seu estrato lítico que poderia apresentar datas mais antigas que sete mil anos. Bueno aponta uma grande variação regional no que considera como “indústrias líticas” (BUENO, 2005, p. 50), com o desaparecimento dos artefatos planoconvexos bem-acabados (totalmente retocados e simétricos). Mas também poderiam estar inseridos nos modelos de ocupações relacionadas ao Holoceno recente (datas inferiores a 5k), período que vai ser marcado pelo surgimento de sítios nos quais passamos a identificar indícios da produção de artefatos cerâmicos.

Teremos aí uma continuidade entre as indústrias líticas associadas ou não a cerâmica (BUENO, 2005, p. 53), mas temos ainda uma continuidade associada ao Holoceno Médio.

De modo geral, a pesquisa sobre a ocupação do Brasil Central durante o Holoceno Médio aponta para:

> dois aspectos bastante importantes no que se refere à variabilidade tecnológica das indústrias líticas: 1) a partir dos 9/8.000 anos, o padrão e ocupação, de subsistência e de produção do conjunto de artefatos líticos (...) denominado Tradição Itaparica deixa de ocupar uma grande extensão territorial no Brasil Central, dando lugar a um processo de diversificação das indústrias em âmbito local; 2) esse processo de diversificação engloba tanto a existência de indústrias eminentemente expedientes, marcadas pela utilização das matérias-primas mais abundantes e disponíveis e pela produção de artefatos com poucos retoques e grande variabilidade formal como também a existência de indústrias nas quais há uma produção de artefatos mais elaborados, majoritariamente unifaciais, associados a produção de pontas de projétil bifaciais que, no entanto, continuam a representar apenas uma pequena parte da coleção artefatual, indicando características similares às apresentadas pela Tradição Itaparica no que se refere à composição do conjunto artefatual. (BUENO, 2005, p. 52)

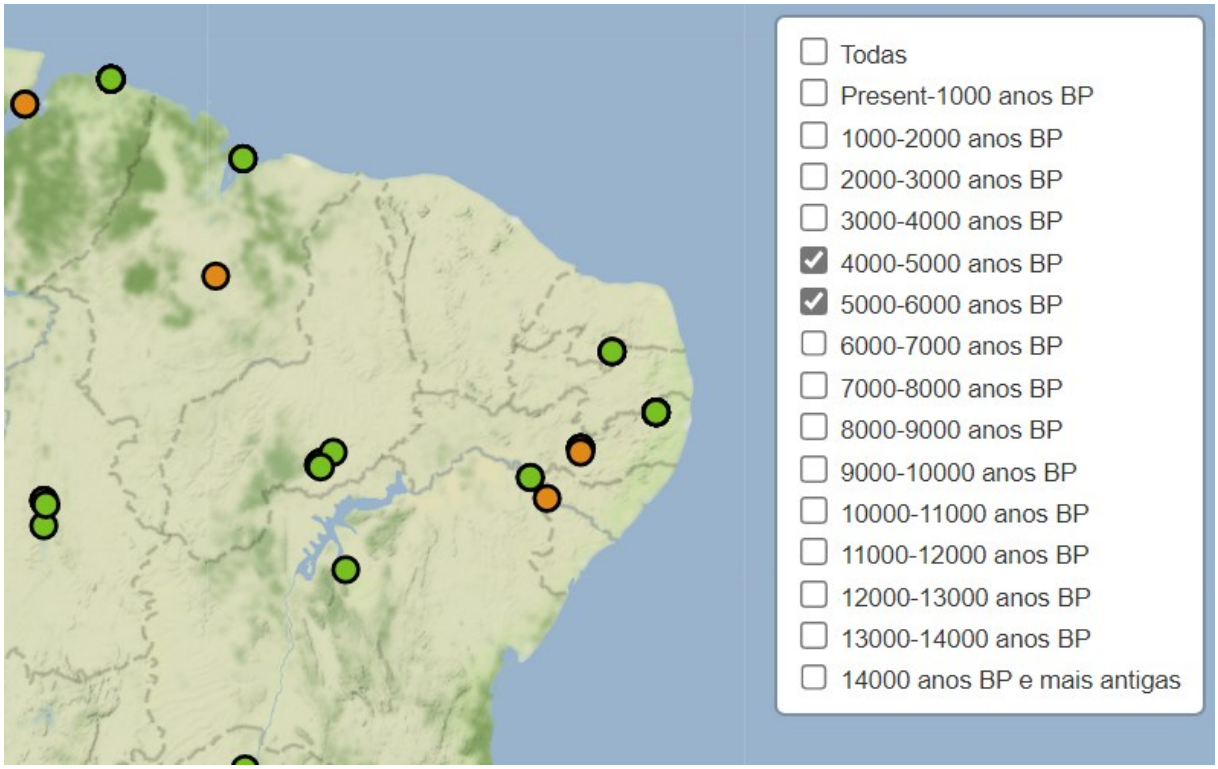
Em relação ao Holoceno recente teríamos sítios como o Floresta Fóssil há um grande predomínio das indústrias de caráter informal e a utilização de matérias-primas locais, tendo por suporte normalmente grande lascas, seixos ou lascas de quartzo obtidas por lascamento bipolar. Reduz muito a ocorrência de pontas de projétil bifaciais, evidenciando um maior uso de madeira e osso para a elaboração destas (BUENO, 2005, p. 53).

Apesar de ser ainda reduzido e fragmentado nosso conhecimento sobre as indústrias líticas do Holoceno Recente, aparentemente teria ocorrido uma continuidade em relação ao Holoceno Médio, predominando:

> (...) indústrias líticas essencialmente expedientes, nas quais os artefatos são predominantemente unifaciais e plano-convexos, classificados entre uma série de diferentes tipos de raspadores, facas e furadores. Os artefatos bifaciais continuam a ser extremamente raros, principalmente no que diz respeito a pontas de projétil, mas, em alguns contextos, (como no caso da Lapa do Posseidon, em Montalvânia) aparecem machados lascados bifacialmente, produzidos sobre lascas espessas ou plaquetas (BUENO, 2005, p. 53)

O processo de regionalização das indústrias líticas iniciado no Holoceno Médio aparentemente vai predominar neste período, já que não podemos falar de produção de artefatos ou conjuntos artefactuais generalizados em uma grande extensão territorial, a não ser pelo fato das indústrias serem basicamente de artefatos informais. Para cada região parece ter havido apropriações e utilização dos recursos líticos locais, dando origem a um conjunto artefatual pouco elaborado (BUENO, 2005, p. 54).

Para datas mais recentes que 5000 anos temos um aumento populacional e de áreas ocupadas, assim como da diversidade de técnicas empregadas, variabilidade nas indústrias líticas e formas de aproveitamento do ambiente ocupado. Tais diferenças entre estes períodos do Holoceno poderiam ser entendidas como reflexos de fragmentação das relações sociais dos diversos grupos que habitavam o Brasil Central. Sendo tal fragmentação associada diretamente ao aumento demográfico, por sua vez, responsável pelas diferenciações regionais das indústrias líticas (Mapa 9).



Mapa 9 Mapa dinâmico (Fonte: Brazilian Radiocarbon Database – BRC14Database)[92]

[92] *Mapas – Brazilian Radiocarbon Database (brc14database.com.br)*

Apesar das indústrias líticas da confluência ainda não terem sido estudadas de forma intensiva, elas apontam para um modo de vida caçador-coletor. A literatura arqueológica contemporânea aponta que a dinâmica comportamental dos grupos caçadores-coletores estava diretamente relacionada a padrões de mobilidade, sazonalidade, cronograma de atividades e trocas na função dos sítios (BUTZER 1982). Esses grupos possuíam um modo de vida que exigia flexibilidade comportamental na busca de uma melhor adequação ao meio-ambiente, entendida como estratégia adaptativa (LANATA 1993). Tais estratégias podem, por sua vez, serem entendidas como "... uma rede de comportamentos simultâneos ou sequenciais que refletem o mapeamento cognitivo do ambiente..." (BUTZER 1982). As informações sobre as estratégias adaptativas nos chegam por meio de indícios de comportamento sociais, das tecnológicas e disponibilidades/ limitações de recursos, refletindo em estratégias de subsistência e nos sistemas de assentamentos (figura 36).



Figura 35: Líticos identificados, (1) Floresta Fóssil, (2) Sítio Torre, (3) Sítio Torre I, (4) Floresta Fóssil, (5) Lua Nova II, (6) Floresta Fóssil (Acervo NAP, 2021 fotos: Danielle Gomes Samia).

Como apresentado é durante o Holoceno recente que temos o surgimento e expansão de populações produtoras de artefatos cerâmicos. Os sítios lito-cerâmicos oriundos das atividades de destas populações então aqui sendo entendidos como o surgimento de um modo de vida agricultor. Primeiro porque não se trata de um conjunto artefatual cerâmico incipiente, já que pelo que podemos perceber nos fragmentos resgatados nos sítios da confluência, temos um vasilhame que reúne

diversas morfologias específicas e, portanto, típicas de populações que já fazem uso de produtos obtidos a partir de uma agricultura regular (BROCHADO 1977; 1984). Em domesticado como previsto nos modelos de Noelli (1993, NOELLI et al. 2019) e Assis (1996).

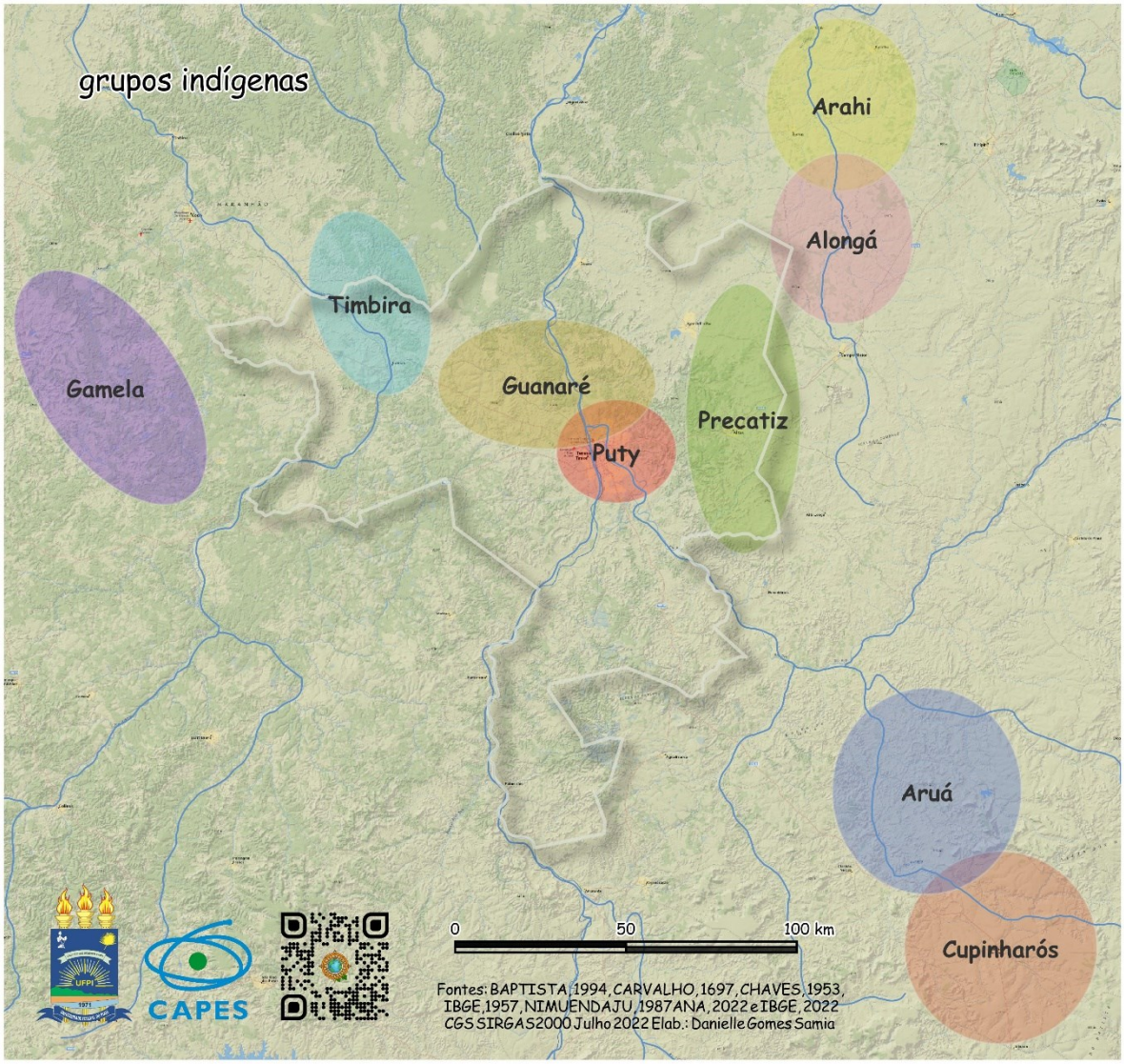
Até o momento temos evidenciado pela arqueologia regional ocupações por populações caçadoras-coletoras e povos agricultores Tupi na confluência. Uma destas ou ambas podem ter tido contato com os primeiros colonizadores não indígenas que teriam chegado à região no século XVII. Ainda não foi realizada nenhuma pesquisa sistemática na documentação histórica analisando-a com o objetivo de traçar um histórico de populações indígenas que existiriam nos períodos iniciais de ocupação não indígena na região (figura 37).



Figura 36 Material Arqueológico Sítio Ininga (Fonte: LATEC)

A única referência a povos indígenas específicos da confluência trata dos indígenas Poti apontados por Pereira de Alencastre em sua obra Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Provincia do Piauí, datada de 1857. O autor inclui estes povos como Tapuia juntamente com Arani e Crateus no idos de 1674, contudo, não fica clara a fonte de onde o autor teria retirado a informação sobre índios Poti ocupando a foz do Rio Poti. As obras de Gabriel Soares e Frei Jaboatão mencionadas por Alencastre não contêm informações sobre estes povos. Contudo outros documentos citam os indígenas Poti no início do século XVIII, segundo Baptista (1994).

A fontes etnohistórica são muitas e diversas e como mencionado ainda não foram analisadas buscando apresentar um quadro conciso para a região. Para além dos indígenas Poti temos para as proximidades da confluência os Aruas, no riacho São Vitor (atual Sambito) citados por Carvalho (1697); Cupinharós região de Valença (CHAVES, 1953); Alongá e Arahi no vale do rio Longá, assim com Precatiz entre os rios Poti e Longa no início do século XVIII (Baptista), Timbira, Guanaré e Gamela na região das Aldeias Altas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 1957, 1958, 1959; NIMUENDAJU, 1987)



Mapa 10: Grupos Indígenas

As informações sobre os grupos indígenas que ocuparam a região da confluência aparecem nos relatos presentes nos documentos dos colonizadores não indígenas que adentram este sertão desde o início do século XVII. Uma das primeiras é a expedição de Digo de Campos Moreno que em 1614 sai de São Luís indo para Olinda pelo interior, atravessando o Piauí pelo vale do rio Poti (Costa, 2018), provavelmente, um caminho já conhecido e utilizado pelos indígenas. Esse caminho foi mencionado em várias outras fontes como em 1616 na expedição do sargento-mor Baltazar Alvares Pestana que vai de São Luís para Pernambuco.

Apesar do uso constante do vale do Poti como rota entre São Luís e a costa leste da região Nordeste não ficam evidente nos relatos informações sobre a confluência. O primeiro documento que identifiquei até o momento em que aparece com certeza a desembocadura do Poti no Parnaíba é a figura 36 de 1678 provavelmente resultante da expedição comandada pelo capitão Afonso Rui em 1676 quando sobe o Parnaíba durante longo tempo. Outra expedição sobre o rio em 1679 comandada pelo Capitão-mor Vital Maciel Parente até 6 graus de latitude, o que atualmente coincide com Araças, a 15 km ao norte de Palmeirais (COSTA, 2018, p. 158)



Figura 37: Mapa da costa e rio Parnaíba, entre o rio Maranhão[93]

[93] ahu-ma_1048 (bn.br) - [Mapa da costa e rio Parnaíba, entre o rio Maranhão e as serras de Ibiapaba] (bn.gov.br)

A região da confluência, portanto, parece ter tido relevância dentro desta rota São Luís/costa leste apesar de não termos certeza que a rota passava exatamente pela confluência. O mais provável que cruzavam o Parnaíba a pouco mais de 20 km a norte da confluência como indicado pela presença em alguns mapas, mas, com certeza, utilizavam o vale do Poti para seguirem para leste. Ao que tudo indica, como apontarei adiante, a ocupação com moradias só se desenvolveu posteriormente, após 1730, a despeito de muito historiadores que mencionam a possibilidade do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho (figura XX) ter fundado fazendas na região ainda em 1662.



Figura 38 "El Matador", escultor Carlos Martins[94]

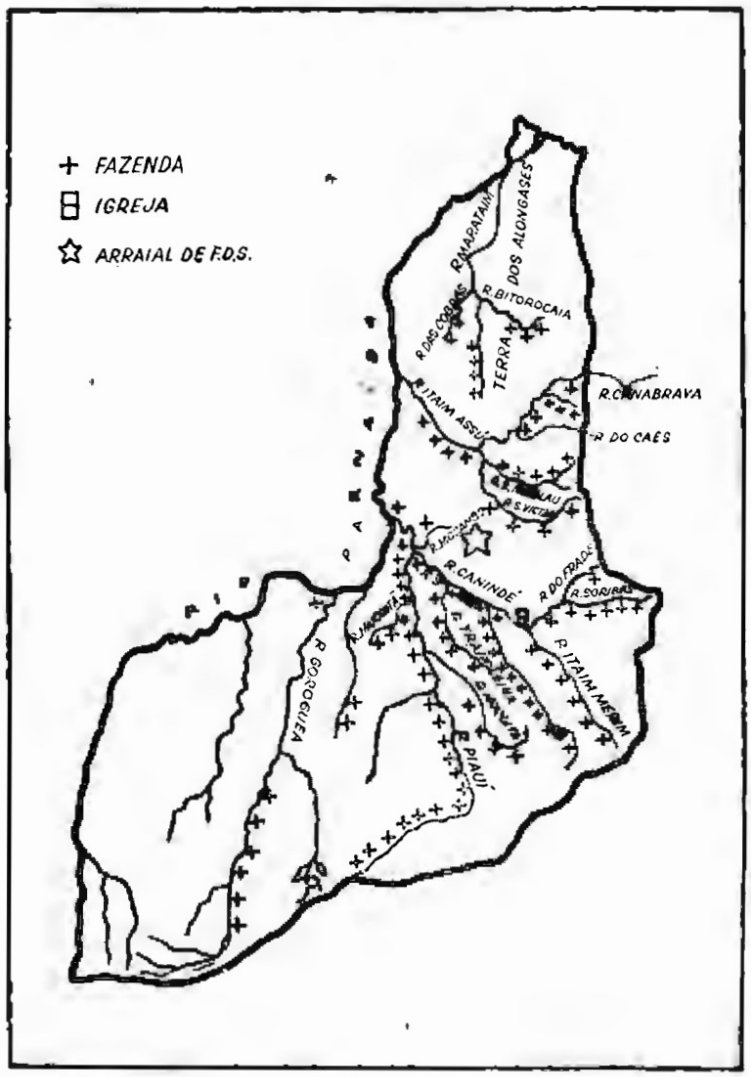
[94] A escultura “El Matador” é comumente relacionada a Domingos Jorge Velho e eventualmente a João do Rego Castelo Branco, tem intuito de denunciar o extermínio dos povos originários

Entretanto, os sítios arqueológicos Odisseu e Poti Fóssil I e II apresentam cerâmicas com tecnologias indígenas e portuguesas, similares a denominada Cerâmica Paulista (NOELLI; SALLUM 2020, 2021, 2022), a exemplo das marcas de taquarinha na borda (SCHEUER, 1976) (figura 39). O que poderia ser resultado de acampamentos ou mesmo ocupação por fazendas de paulista em um período recuado, mesmo que não estivessem ligados a Domingos Jorge Velho. Ainda é cedo para qualquer afirmação pois os sítios foram detectados agora e apenas um passou por intervenções que permitirá algumas conclusões.



Figura 39 Cerâmica Paulista (1) Ruínas do Abarebebê (2) Sítio Poti Fossil I Fonte: Sallum e Noelli, 2020 e Latec 2022.

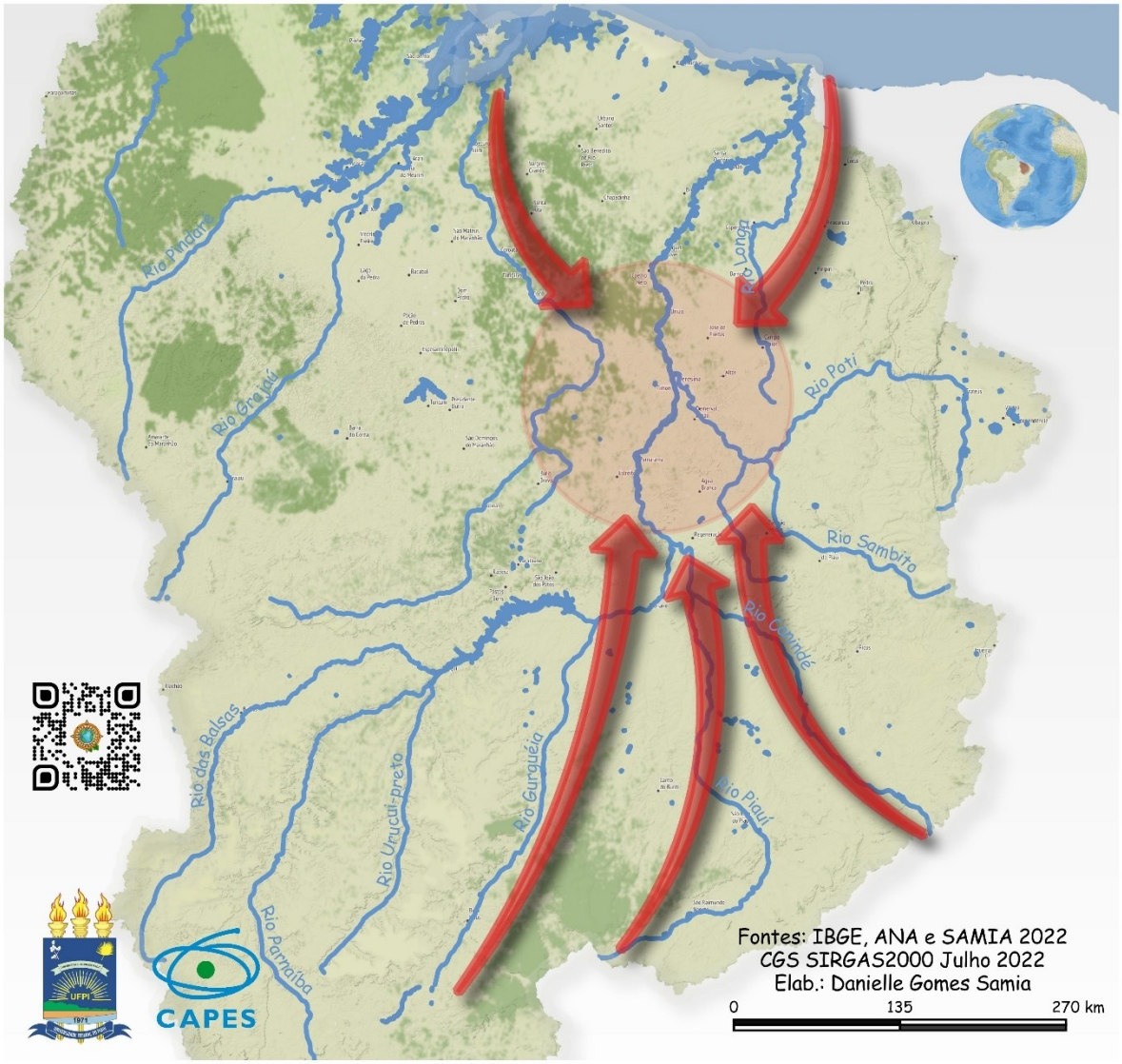
Mesmo considerando a possibilidade de uma ocupação temporária por paulistas na confluência, acompanho a opinião dos historiadores que consideram improvável que o bandeirante tenha estabelecido fazendas e residência na região (LIMA SOBRINHO, 1946; MOTT, 1985). A presença de Jorge Velho em terras piauienses até pode ser confirmada, como mencionada em Rocha Pitta (1730), mas pela documentação aqui reunida não deve ter se dado na região da confluência, que parece ter sido uma “das últimas conquistadas aos silvícolas”, como dito por Barbosa Lima Sobrinho (1946, p. 255).



Localização aproximada das fazendas existentes no Piauí, em fins do Século XVII, segundo a descrição do Padre Miguel do Couto. São mais numerosas no rio Canindé e escasseiam ao longo do Parnaíba e da confluência do Potí, que ainda aparece como Itaim-Açú.

Figura 40: Mapa fazendas Piauí seculo XVII (Fonte: SOBRINHO, 1946)

Essa afirmação de Barbosa Lima Sobrinho parece coadunar com o modelo centrífugo de colonização das terras, como demonstrado na representação de Sobrinho (1946) (figura 41). Onde vemos as frentes de colonização de São Luís pelo rio Itapecuru, do litoral seguindo o Parnaíba e depois o rio Longá, e pôr fim do sul seguindo o rio Gurguéia e Piauí/Canindé todos seguindo na direção da confluência. Apontando uma vez mais como uma confluência de águas se tornou uma confluência de gentes (mapa 11).



Mapa 11 Confluência de gentes

Contudo, o centro dessa confluência parece que ficou sem fixação de população não indígenas por um bom tempo. Isto pode ser constatado quando analisamos geograficamente a Descrição do Sertão do Piauí feita pelo Padre Miguel de Carvalho que em 1697 (1993, comentada pelo padre Melo), nos aponta as localidades ocupadas naquele momento. Os lugares mencionados pelo padre foram conferidos seguindo os mapas de Galúcio 1760, 1761 e o *Mappa geographico da capitania do Piauhy*, e parte do Maranhão, e do Gram Pará de 1816 (figura 41,42,43) (Anexo E).



Figura 41: Carta Geográfica da Capitania do Piauí (1761)



Figura 42 Mappa geographico da capitania do Piauhy (1760)

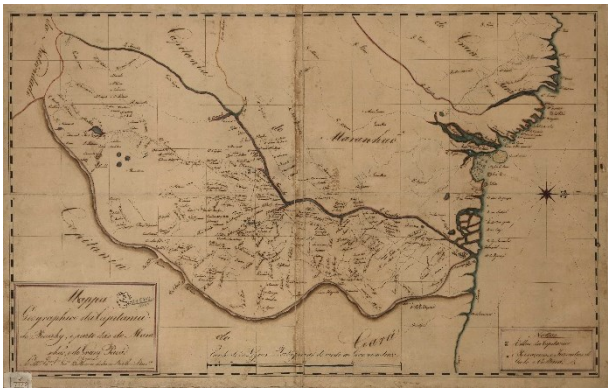


Figura 43 Mappa geographico da capitania do Piauhy (1816)

Começando pela descrição à jusante do rio Canindé Miguel de Carvalho aponta a existência de 20 fazendas finalizando com a Santa-Roza, já no rio Parnaíba. Segundo o padre esta era “a última da Parnaíba, está João Ferreira de Barros e 2 negros. Povoou há dois anos. Para baixo não há mais fazendas, pela Parnaíba acima se acham algumas que se porão em seu lugar quando se tratar das da Gurgueia”. Comparando a posição da fazenda Santa-Roza nos mapas do século XVIII e XIX com cartografia mais recente é possível verificar que sua localização é muito próxima da atual cidade de Palmeirais. Pelo relato do padre fica claro se tratar de uma ocupação recente (apenas 2 anos) e que a norte não teria mais nenhuma fazenda até as proximidades da fazenda Bitororoca (Campo Maior) (figura 44).

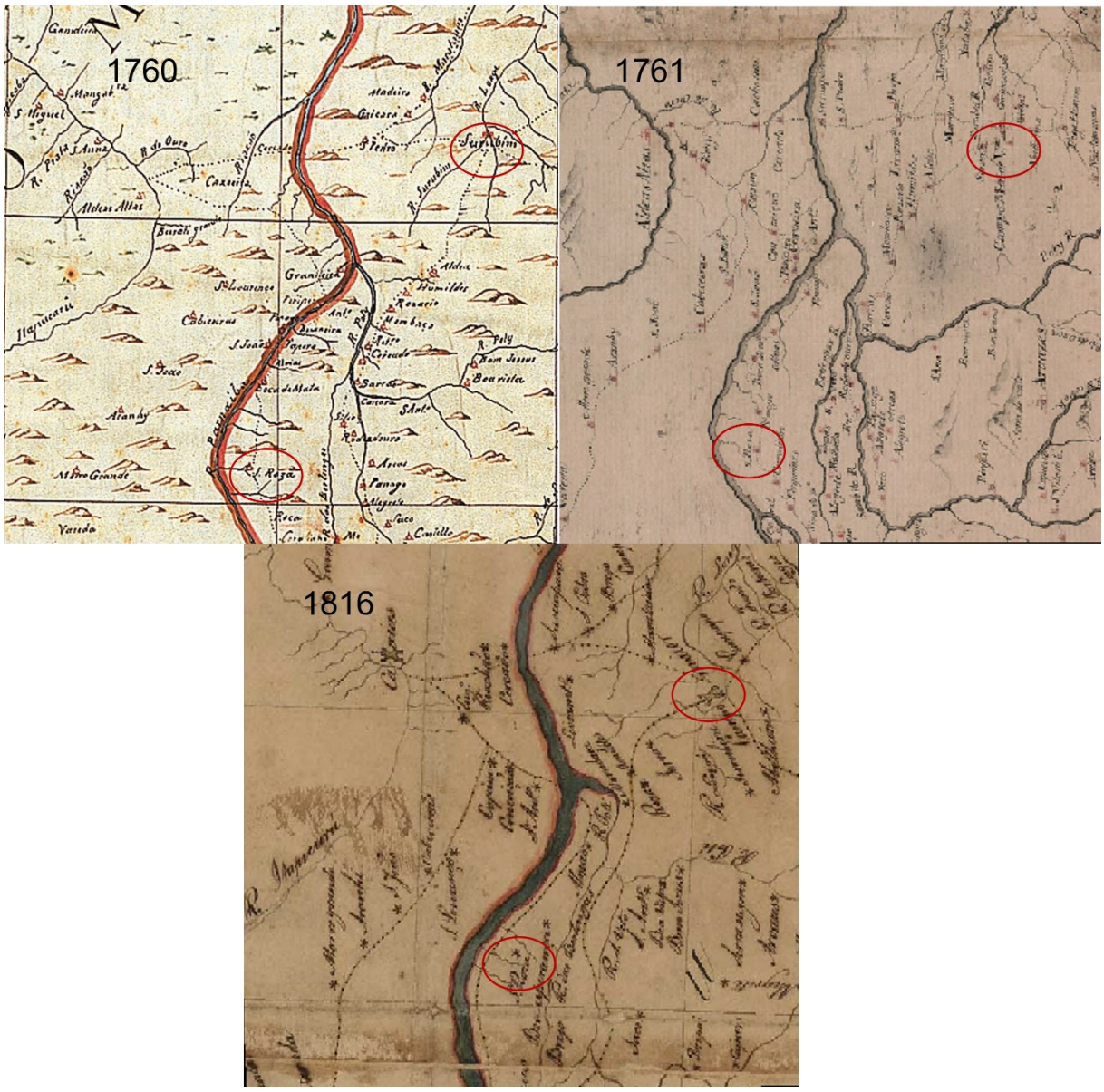


Figura 44 Recorte mapas capitania do Piauí

Da mesma maneira de montante a jusante o padre nos narra as fazendas no rio Poti (Itaim Açu) e é possível perceber que a região ainda é pouco ocupada com apenas nove fazendas, nenhuma próxima a sua barra. Outras 27 fazendas são elencadas para os tributários do Poti, todas distantes de sua foz. A fazenda que estaria mais próxima da foz seria a denominada São Antonio no “riachinho Santo Antônio”,

que segundo comentário do padre Melo seria o núcleo fundador do município de Prata do Piauí (CARVALHO, 1993).

Da mesma forma temos a narrativa sobre as fazendas na bacia do rio Longa em que se menciona que a região está em início de ocupação, sendo apontadas apenas nove fazendas. Para Melo (CARVALHO, 1993) deveria ter muitas outras ocupações nesta região devido ao seu uso como caminho entre São Luís e a costa leste, quanto as informações sobre ocupantes que se estabeleceram desde o final do século XVII. Por exemplo a colonização da região de José de Freitas já se inicia no final do século XVII com a chegada de Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, que chegou em São Luís em 1682 e logo depois se fixando na futura Livramento, atual José de Freitas (DA COSTA, 1974). E a criação da fazenda Bitororoca em 1696 por Bernardo Carvalho e Aguiar na junção dos rios Surubim e Longa, dando origem ao povoado que iria se transformar na cidade de Campo Maior (BAPTISTA, 1994

Complementando as informações do padre com notícias sobre o Maranhão percebesse que no mesmo período temos o rio Itapecuru ocupado até a região das Aldeias Altas (Caxias). Os primeiros documentos sobre a região de Caxias foram enviados a Roma por religiosos no século XVII, anunciando uma localidade denominada de Guanaré e depois chamada de "*Missio Superior in Campis*". Posteriormente as aldeias da missão foram abandonadas pelos indígenas e ocupadas no início século XVIII mantendo a denominação de Aldeias Altas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 1957, 1958, 1959)

Desta forma percebesse que em 1697 uma ampla região na qual se insere a confluência apresenta sem assentamentos de não indígenas. Qual seria o motivo? Os motivos para isso podem ser variados, incluindo a falta ou desconhecimentos de mais documentos. No momento, entretanto, parece mais oportuno pensar seguindo a explicação do padre Miguel de Carvalho sobre o despovoamento de criadores de gado nas margens do Parnaíba "quase todas capazes de criar gado, e não estão povoadas por causa do muito gentil bravo que, na beira dele habita."

Assim, deduz-se que a região confluência existiria uma população indígena bem estruturada em seu território, forte e resistente, que durante um bom tempo segurou a frente de expansão das fazendas. Segundo Pereira da Costa (1974, p. 76)

esses indígenas da "vizinhança do rio Poti, foram os que mais resistiram aos conquistadores do território piauiense".

Essa situação parece ter mudado após 1712 quando as populações indígenas que dominavam a região do Poti aderiram as lutas do "levantamento geral dos tapuias do norte" ao lado de Mandu Ladino até 1717. Esta revolta "exigiu do governo do Maranhão um exército para enfrentá-lo" (COSTA, 2018, p.215) o que levou a autorização oficial de verdadeiros massacres. Um dos comandantes das empreitadas contra os indígenas foi o mestre de campo Bernardo Carvalho e Aguiar, já estabelecido na região (Campo Maior) desde 1696. A Carvalho e Aguiar é atribuído o ataque que leva ao assassinato de Mandu Ladino (1716) e segundo Baptista (1994, p. 136) ele teria em 1714 atacado e controlado 22 aldeias dos indígenas Guanarés, Barbados, Potis e Timbiras. Para Costa (2018) as aldeias eram apenas dos indígenas Poti, aparentemente os demais povos teriam sido atacados posteriormente no Maranhão. Os textos dão a entender que estas 22 aldeias do povo Poti ficavam no entorno do rio Poti próximas a confluência.

As batalhas, massacres e provavelmente a contaminação por epidemias (intencionais ou não) como a de varíola nos anos 1724 e 1725 (CHAMBOULEYRON E MELO, 2013) teriam impactado sensivelmente os grupos que dominavam a região do Poti. Levanto a uma redução na população indígena local devido à mortalidade e/ou migração, como visto entre os Aranhí que migraram para o Maranhão após o massacre de 1716 realizado pelas tropas de Carvalho e Aguiar. Acompanhando a análise de Costa (2018, p. 403) parece que "depois da derrota dos silvícolas, pouco a pouco foram se formando fazendas de gado, com o início de um povoado"

Ainda não foi possível verificar por quanto tempo as aldeias que ficaram sob o controle de Carvalho e Aguiar ainda resistiram ao avanço da frente pecuarista com o arrefecimento da guerra após 1722. Mas é possível entender que foi apenas após estes acontecimentos que desestruturaram a organização dos povos indígenas no Poti que se fixa definitivamente a ocupação não indígena da confluência.

A próxima notícia sobre a região vem do diário de viagem do Governador João da Maia da Gama que em sua jornada de retorno a Portugal partindo de São Luís, acampa na foz do rio Poti em 1728 com sua comitiva formada por esposa e filhos, o padre Simão Henrique, o mestre-de-campo Carvalho e Aguiar e soldados. Pelo menos

no local do acampamento parece que ainda não havia nenhuma “vila”, mas também nada é mencionado sobre existência de aldeia. Ao observar a localidade Gama percebe potencial para a construção de uma vila, e diz:

> Aqui tornei a observar o sítio, comodidade e conveniência que já em dois lugares tenho acima referido para se fazer aqui uma boa povoação por ter águas, lenha, madeira, peixe e terras para todos os mantimentos, e fica no meio das freguesias, (...). A nova vila e igreja, quando se haja de fundar, deve ser beirada do Parnaíba e Barra do Poti, e me dizem os práticos que aqui não chegam as inundações de um e outro rio (CHAVES, 1953, pp. 415–417)

Este relato pode ser entendido como indicativo de ausência de vila na foz do Poti até 1728, situação que governador previa que iria se modificar em breve tanto pelas qualidades locais descritas por ele, mas também confiando no papel “pacificador” que seu governo teve. O próprio governador ao longo de seu diário enaltece como seu governo teria, por meio da pacificação dos indígenas, permitido a formação de “novas fazendas” e o uso tranquilo dos caminhos para a livre comunicação entre todas as localidades (CHAMBOULEYRON E MELO, 2013).

Consonante com a abertura destes sertões para a instalação de novas fazendas vemos a partir de 1740 a concessão de sesmarias em área mais próxima da confluência. Vide três solicitação de confirmação de sesmarias em 1744 uma no sítio Poti, junto ao riacho da Gameleira; outra junto ao rio Poti no riacho Santo Antonio e outra na paragem da Corrente, junto ao rio Poti (respectivamente AHU-Maranhão, cx. nv 854 AHU_CU_016, Cx. 3, D. 213; cx. nv 854 AHU_CU_016, Cx. 3, D. 216. 217 e cx. nv 855 AHU_CU_016, Cx. 3, D. 217). E outra solicitação de confirmação de sesmaria em 1751 no sítio Berlengas (AHU-Maranhão, cx. nv 858 AHU_CU_016, Cx. 4, D. 305).

Apesar de ainda não ter sido analisada nenhuma documentação que aponte como se desenvolveu em detalhes essa nova fase de ocupação da foz do rio Poti desde o relato de Gama em 1728, é possível concluir que houve um intenso processo de ocupação deste local, resultando em um arraial já bem estruturado no final da década de 1750. Isso fica evidente, primeiramente, quando se analisa o requerimento de 19 de junho de 1761, onde os “moradores do Arraial da Barra do rio Poty” solicitam ao rei D. José que mande “criar matriz e justiças ordinárias naquele belo e populoso

arraial" e que seja realizada "a demarcação, no arraial, dos terrenos necessários para a vila e praça, para o local onde se irá levantar o pelourinho, construir a cadeia e casa da Câmara, e demais demarcações" (AHU_ACL CU_016, Cx. 8, D. 463). Na época o arraial pertencia ao termo da cidade de Oeiras e era freguesia da Matriz de São Gonçalo do Amarante. Pedem a demarcação para os limites com São Gonçalo, Valença e Campo Maior, freguesias que seriam confrontantes.

No documento em questão ainda não se estão solicitando a elevação do arraial em vila, mas já vemos que o local é por eles considerado "populoso" e que seus habitantes possuíam condições de construir "as suas custas" a matriz "Invocação de Nossa Senhora do Amparo", pelourinho, cadeia e Casa de Câmara. Mencionam a fertilidade, abundância de frutos e peixes, indicando as atividades econômicas locais de produção agrícola e pesqueira, mas também mencionam o comércio. Apesar de não estarem solicitando a elevação para vila parece ser essa a intenção futura, por solicitarem demarcações e se disporem as construções.

Outra forma de evidenciar a efetiva ocupação dessa área é pela cartografia representada pelo *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy e a Carta geográfica da capitania do Piauhy, e partes das adjacentes* levantados e delineados pelo engenheiro ajudante Henrique Antonio Galúcio. Nestes dois documentos é possível perceber como a região da confluência já apresenta uma configuração diferente em relação ao descrito pelo padre Miguel de Carvalho em 1697 e pelo governador Maia da Gama em 1728. Em ambos (Mappa e Carta) pode-se verificar quase 20 "fogos" na área que estaria sem fazendas na descrição de Carvalho em 1697. Inclusive a Passagem de Santo Antônio (atualmente no município de Nazária) a mais próxima da barra do rio Poti. Mas curiosamente não registra o Arraial da Barra do Poty já "populoso" segundo o documento apresentado acima (figura 45).

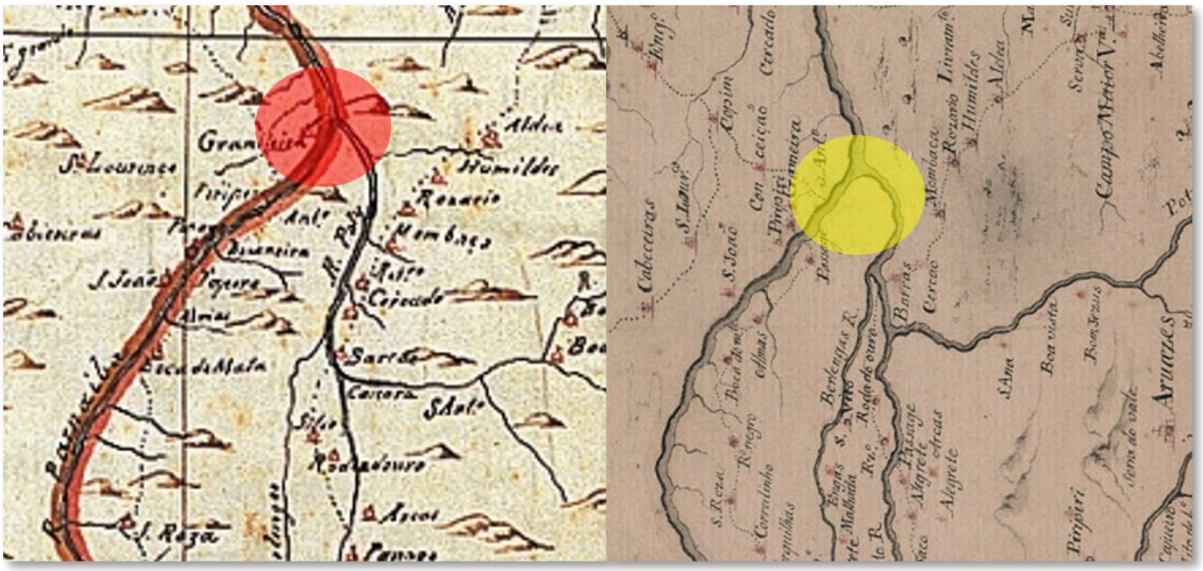


Figura 45: Barra do Poti

Seguindo de forma cronológica temos informações que os indígenas Acroás são aldeados por João do R. Castelo Branco, no Poti em 1772 (BAPTISTA, 2016). Ano em que o ouvidor José Antônio de Moraes Durão escreve sua *Descrição da Capitania de São José do Piauí,* na qual apresenta importantes informações sobre a região da barra do Poti. Segundo sua descrição

> tem bastante número de vizinhos ou fogos. O sítio é comunicável pela junção daquelas ribeiras de boa produção pela qualidade das terras e com capacidade para se formar um grande povo. No Celongue, outro sítio, assim chamado pelo nome de uma fazenda, também tem mais de 20 fogos juntos. Nas barras tem uma igreja de campo muito suficiente e para a parte do Poti, se trabalha noutra de invocação de Nossa Senhora dos Humildes. A freguesia da vila e de todo o distrito é da invocação de Santo Antônio do Sorobi, por diferença do da Gorguea, porém ainda hoje a todo aquele território se chama o Longá. Deriva-se aquele nome de uma nação de vermelhos assim chamados, que habitavam naquela ribeira e suas vizinhanças, enquanto não foram expulsos pelos reinóis, que entraram a descobrir e povoar aquela paragem.

Além disso, Durão ainda apresenta a “relação das pessoas, fazendas” nas vilas como transcrito na tabela 8.

Tabela 8 Relação das Pessoas, Fazendas, sítios até dezembro de 1772

Vila de Valença e seu distrito						
	Fogos	Almas	homens	Mulheres	Fazendas	Sítios
Vila e subúrbios	67	407	198	209	4	12
Sambito	65	483	251	232	10	3
Poti da Ponte do Sul	77	679	356	323	18	6
Serra Negra	90	506	293	213	14	18
Berlengas	70	461	258	203	12	7
Somam	269	2536	1356	1180	58	46
Vila de Campo Maior						
Vila e subúrbios	86	363	209	154	7	0
Longá	135	809	420	389	14	15
Beira da Parnaíba	50	422	256	166	18	4
Poti da Ponte do Norte	87	680	386	294	27	14
Serobi	89	697	398	299	25	16
Somam	447	2971	1669	1302	91	49

As informações de Durão permitem perceber dois locais de povoamento com denominações que se referem ao Poti. Primeiramente temos Poti da Ponte do Sul distrito de Vila de Valença e contando com 18 fazendas e 6 sítios, totalizando 679 moradores. Depois menciona Poti da Ponte do Norte, distrito de Campo Maior e contando com 27 fazendas e 14 sítios, totalizando 680 moradores. Onde exatamente ficavam estes povoados ainda não foi possível determinar, bem como se os topônimos “Ponte” do Sul e do Norte se referem ou não a estruturas sobre o rio.

Para o ano de 1775 Baptista (2016) apresenta dois documentos um em que aponta que parte dos indígenas Guegues vai para o Poti, lutar contra os quilombos. E outros menciona que os Guegues não poderiam permanecer em São João do Sende, pois as terras são improdutivas e deveriam ser levados para Campo Maior, em local as margens do Poti. O que parece ocorrer também em 1777, quando Felix Castelo

Branco retira 21 casais de Guegues de São João do Sende para estabelecê-los no riacho Mutum, margem do Parnaíba, abaixo da passagem de Santo Antônio. Esta última informação apresenta um bom componente de localização geográfica já que o riacho Mutum pode ser localizado a sul do município de Teresina. Baptista menciona que os indígenas transferidos em 1775 também teriam sido alocados por Moraes Durão no Mutum. Segundo Reginaldo Miranda (2004) essas transferências do Guegues foram infrutíferas pois os indígenas sempre se rebelavam e fugiam, retornando a São João do Sende.

A década é fechada com uma informação que em 1779 indígenas Guegues, Acroás e Jaicós, localizados nas margens do rio Poti, para satisfazer aos não indígenas alimentam a ideia de encontrar minas de ouro e esmeraldas (BAPTISTA, 2016).

Para o final deste século temos o início da construção da capela sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo em dezembro de 1797 no arraial da Barra do Poti (PEREIRA DA COSTA, 2015) e a carta escrita em 1798 por Dom João de Amorim Pereira, governador do Piauí, onde menciona o arraial da seguinte forma:

> O rio Parnaíba é tão próprio para uma grande navegação, produção e cultura, que espontaneamente na barra que nele faz um dos muitos que se lhe ajuntam, e que são navegáveis até certa distância, principalmente nos tempos das chuvas, chamado Poti, um dos ditos de maior produção, se formou uma povoação tal, com negócios, capelas e um cura desta freguesia, que não só é melhor que quase todas as vilas, como que não precisa mais nada do que a criação de um juiz (DE ALENCASTRE, 2015, p. 208)

Estes e outros ofícios de Dom João de Amorim intentavam convencer as autoridades de que era necessário retirar o centro administrativo de Oeiras transferindo a capital para a Vila de Parnaíba ou para o Arraial da Barra do Poti. Um dos ofícios é respondido pelo governador do Maranhão, Diogo de Sousa, em 5 de março de 1799 opinando este pela Vila da Parnaíba, ou quando não, em “uma passagem onde o rio Poti faz barra no da Parnaíba, que pela sua fertilidade e vantajosa situação deveria formar-se uma vila” (DE ALENCASTRE, 2015, p. 208).

Assim a confluência adentra o século XIX, a planta inicial do Arraial da Barra do Poti regada em sua hileia se amplia, talvez mais politicamente do que em área, mas já o suficiente para galgar urbanidades.

Por isto no Oficio de 1815 do governado do Piauí, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos pediu a elevação da povoação da Barra do Poty a vila (AHU-Piauí, cx. 23, doc. 38 AHU_CU_016, Cx. 30, D. 1595) e o Ofício de 1822 da Junta Governativa do Piauí, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, com requerimento dos habitantes da Povoação da Barra do Puti pedindo a elevação da referida povoação a Freguesia e Vila (AHU-Piauí, cx. 24, doc. 31 AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1646.). Em 1830 o Conselho Geral da Província solicitou à Regência do Império a criação da Vila Poti, o que foi decretado em 1832 criando-se a vila e município do Poti, com terras desmembradas de Campo Maior, Valença e São Gonçalo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 1957, 1958, 1959)

Findada a luta política para o reconhecimento como vila se iniciou outra para a transferência de local devido à insalubridade causada por constantes inundações. Em 1842 o Conselho Geral da Província autoriza a transferência da vila para local mais salutar, contudo o processo de mudança só ocorre em 1851, já sobre os auspícios intencionais do presidente José Antônio Saraiva (DE ALENCASTRE, 2015). As intencionalidades de Saraiva são desveladas quando consideramos que desde 1844 seguia novas tentativas de mudança da capital de Oeiras para lugar mais meritoso. Inicialmente, promulgada pela Lei nº174 de 1844, escolhia a foz do rio Mulato (atualmente Regeneração), o que não se concretizou. Posteriormente, em 23 de agosto de 1849 foi sancionada a lei pelo Presidente da Província que autorizava a transferência da capital para o local destinado a Nova Vila do Poti. Autorização anulada, assim como todas as anteriores pela Resolução provincial número 255 de 1850.

Nesse ambiente a Nova Vila do Poti nasceu com a fluida missão de ser crisálida para Teresina, como as ninfas de catirinas (*Anisoptera*) de suas lagoas. Saraiva preparando o terreno para a nova capital obedece primeiro a Lei Nº 140 de 1842 organizando a transferência da Vila do Poti para o local que “fora outrora uma fazenda de criação de gado, e conhecido por Chapada do Corisco, (…) era uma chapada estéril, coberta de vasta vegetação, e apenas com umas duas ou três casas, acaso vestígios da antiga fazenda”(DE ALENCASTRE, 2015, p. 218).

O próprio presidente Saraiva em visita a Vila do Poti escolheu o local de acordo com os interesses de moradores locais, assim

> Garantidos os proprietários das terras que tinham de formar a nova vila, e com a promessa e empenhos do presidente da província de ser ela brevemente a capital da província, não se arrecearam de lançar mão de seus capitais; os matos que cobriam a vasta planície foram devastados, e sob um plano bem delineado e debaixo da mais severa regularidade, deram logo começo à construção de casas formando arruamentos cortados em ângulos retos; e tal atividade desenvolveu-se que, no ano seguinte, a nascente povoação, já como o título de Vila Nova do Poti, foi elevada às honras de cidade, com a designação de Teresina (DE ALENCASTRE, 2015, p. 218)

O terreno onde se edificou a cidade de Teresina foi desmembrado da data "covas" desapropriado e pagando-se ao seu proprietário, o coronel Francisco da Cunha Castello Branco, abastado fazendeiro da cidade de Campo Maior (CHAVES, 1953) a importância de um conto e quinhentos mil réis (1:500$000). Tendo como marco central o local da futura igreja de Nossa Senhora do Amparo se estendendo de norte a sul um quarto de légua para cada lado, enquanto de leste a oeste era "limitada" pelos fluxos dos rios Parnaíba e Poti (DE ALENCASTRE, 2015)

A mudança de capital para o novo local se deu devido a significativas transformações oriundas de "novos valores socioculturais e pelo desenvolvimento" (DE ANDRADE, 2014, p.1). Teresina é festejada como a primeira capital planejada e construída durante o regime imperial, mas seu plano inicial remonta as normas da Provisão Real de D. João V (de 1º de agosto de 1747), tradução da visão do marques de Pombal e utilizadas na reconstrução de Lisboa no século XVIII (SILVA, 2012; SOUZA, 2004). Apresenta plano inicial baseado em sistema ortogonal, com a demarcação de praça em primeiro lugar onde se instala a igreja e outras edificações públicas. O Desenho inicial foi realizado pelo mestre João Isidoro França para a Vila Nova do Poti e modificado por Saraiva que ampliou a praça (SILVA FILHO, 2007, p.100) (figura 46).

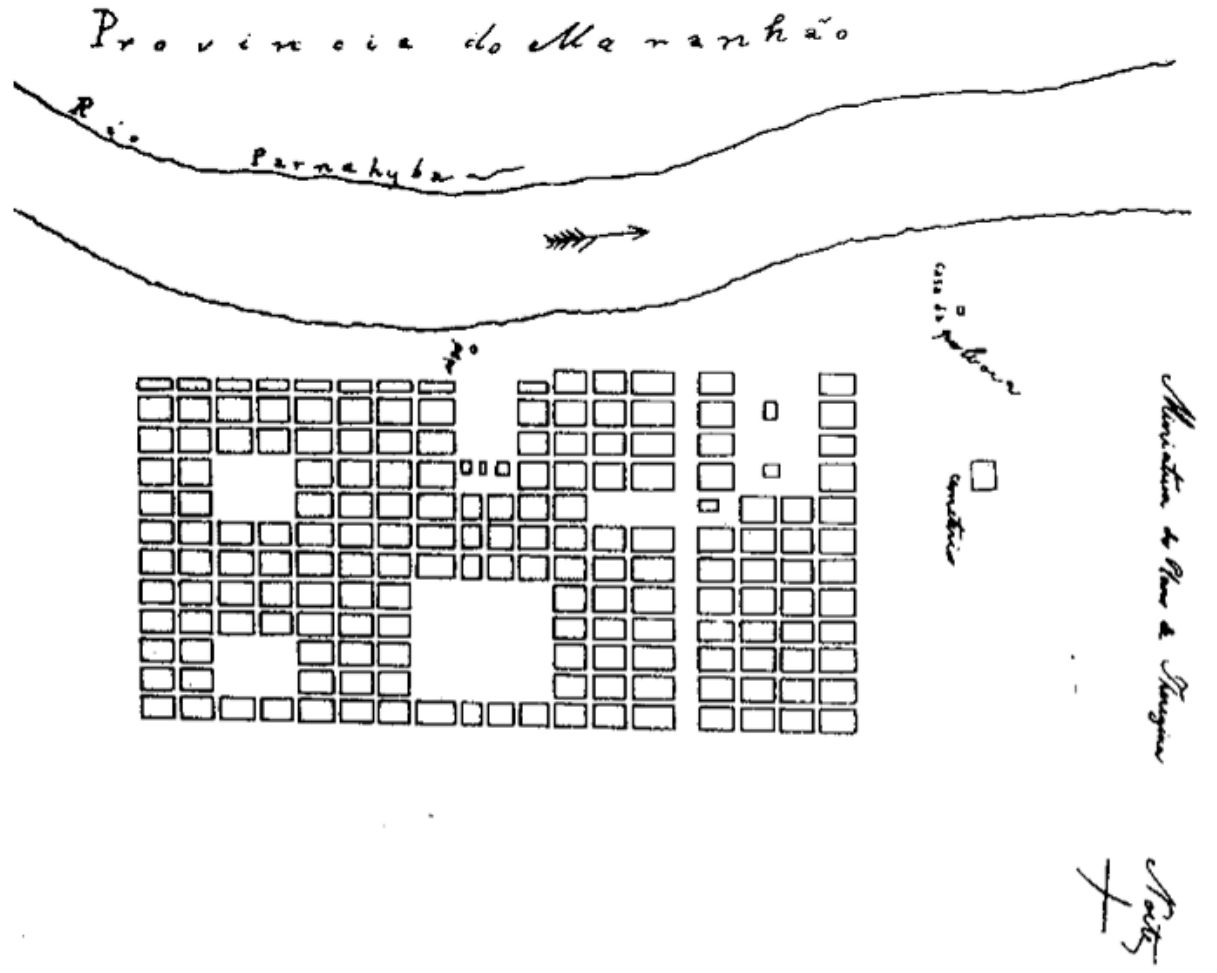


Figura 46 Miniatura do Plano Saraiva (Fundação Monsenhor Chaves (1987)

Apesar desse plano cartesiano de normatização europeia não devemos desconsiderar a “re-ação” humana aos elemento locais, que assumem importante papel na orientação de toda a planta, como fica claro na reflexão de Gandara:

> uma rua é sempre orientada para um determinado lugar, percebida como se dirigisse para algum lugar. O rio Parnaíba reforçara esta impressão de perspectiva. Sua localização foi crucial. Segundo Rossi (1995, p.141), “[...] tratando-se da origem da cidade [...] quer se trate de uma cidade espontânea ou de uma cidade deliberada, o traçado de sua planta, o desenho de suas ruas não se deve ao acaso. [...] Existe sempre um elemento gerador do plano”. E no caso de Teresina o elemento gerador foi o rio Parnaíba (GANDARA, 2011, p. 106).

A despeito do modelo cartesiano ser entendido como um dos “dispositivos de controle social” (FOUCAULT, 2014) que desde o século XVIII refletirem também nos planejamentos urbanos (DE ANDRADE, 2014) (figura 47), desde muito cedo o

crescimento urbano de Teresina “deturpou os moldes de civilidade da elite e dos governantes” (ARAÚJO, 2001, p. 239). Apesar de ter sido proíba a construção de casas de pau-a-pique e telhado de palha já em 1870 nos arredores das principais ruas do plano piloto estas se espalhavam, construídas sem alinhamento por ruas tortuosas. Apesar dos governantes tentarem disciplinar as pessoas por meio de estratégias de controle e disciplina, isto

> não tinha relevância para a maioria dos munícipes. Porquanto, seu tempo de trabalhar e vivenciar o cotidiano da cidade, ainda era marcado por uma temporalidade tradicional, modo de se guiar através da natureza. Ou seja, a maioria dos habitantes da cidade ainda não tinha passado por transformações comportamentais ligadas ao viver urbano, até mesmo porque a própria Teresina ainda se confundia muito o urbano e o rural (ANDRADE, 2017, p.31).

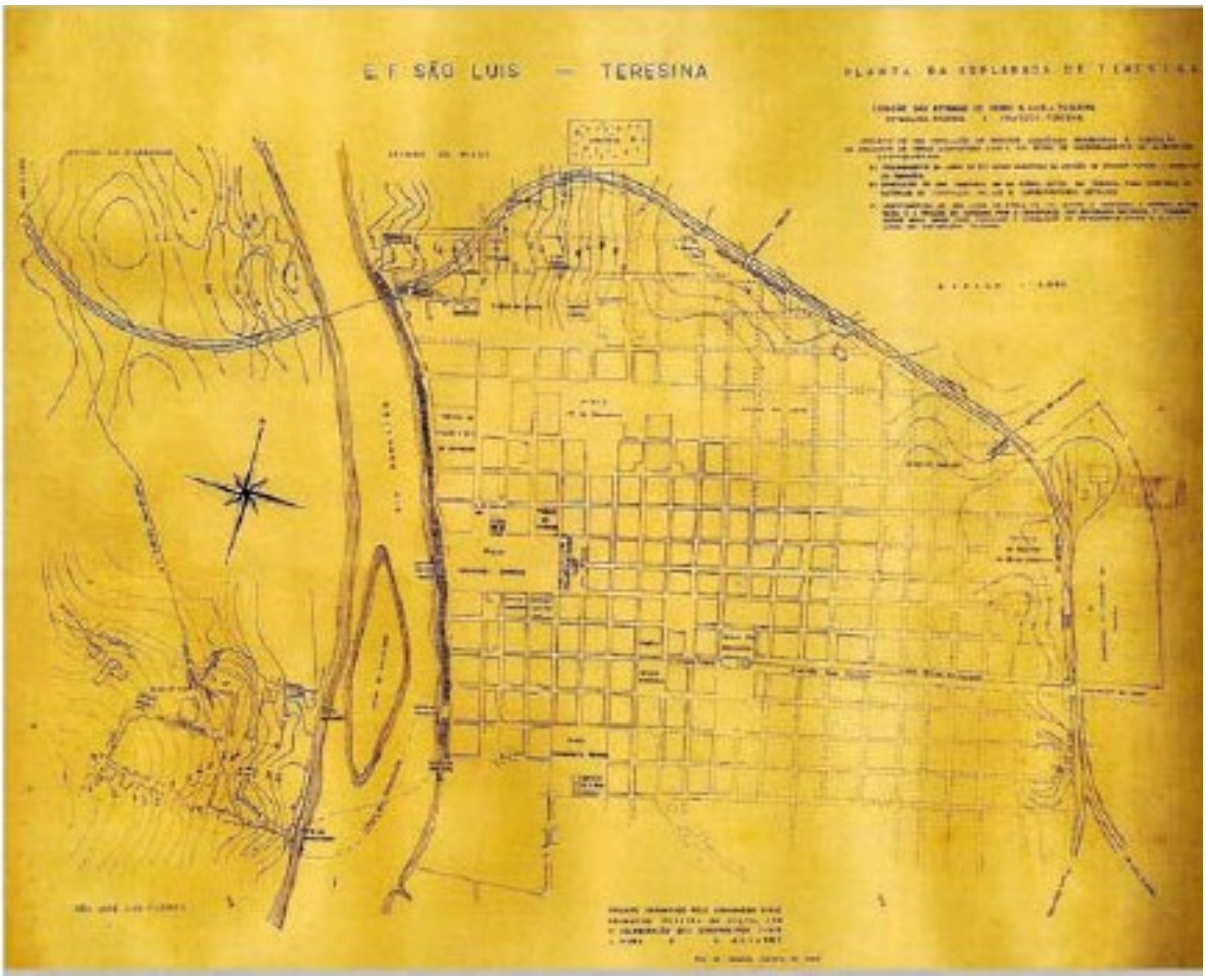


Figura 47 Planta Teresina (Fonte: IPHAN)

As tentativas de “civilizar” os moradores da nova capital foram muitas e incluem clássica tentativa de mudar a relação das pessoas com o tempo, tentando apagar a noção de tempo natural por meio do uso de relógios. Isso, em Teresina, é marcado pela compra de um relógio da Inglaterra para a Igreja do Amparo (figura 48) pelo presidente Franklin Dória em 1866. Mas, segundo Araújo, foi mais uma tentativa frustrada já que para os moradores da urbe naquele período o relógio ainda não tinha efeito em suas vidas, “provavelmente, elas nem soubessem ler as horas marcadas por ele” (Araújo, 2001:241).



Figura 48: Igreja Nossa Senhora do Amparo, foto Romulo Piauilino (fonte: pmt.pi.gov.br, 2019)

Um dos pontos chaves para que a mudança da capital ocorresse foi a promessa de que sendo instalada próxima ao Parnaíba permitiria o contato com o mundo por meio da navegação. Desta forma Teresina foi "[...] planejada e construída em função de uma estrada líquida e como elemento estratégico do progresso" (GANDARA, 2011, p.109). O rio sempre foi utilizado para navegação e há informações que desde o início do século XIX os moradores da Vila do Poti escoavam mercadorias em canos e botes (SANTOS E MARINHO, 2021). Mas foi no final da década de 1850 que se criou a Companhia de Navegação do rio Parnaíba com objetivo de implementar o uso regular de barcos a vapor para o transporte de cargas e passageiros. De 1860 a até 1940 os vapores de várias empresas sulcaram as águas do Parnaíba engrossando a plêiade de canoas, barcas, balsas e lanchas já amplamente utilizadas. São muitos os motivos apontados para o declínio da navegação comercial no Parnaíba e um deles foi o desenvolvimento dos transportes e das vias terrestres (figura 49) (DEMES apud GANDARA, 2008).

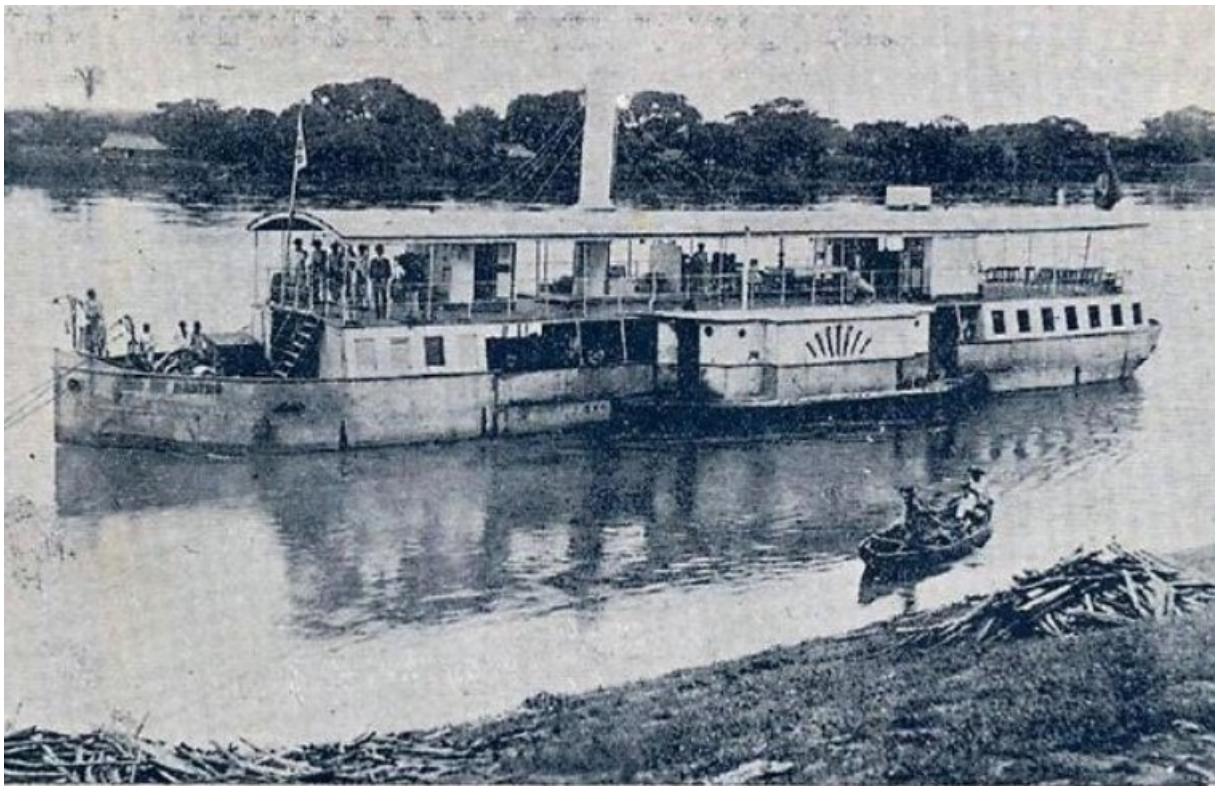


Figura 49: João de Castro, um dos vapores da Companhia de Navegação a vapor do Rio Parnahyba - Therezina – Piauhy (sec. XX) (Fonte: Briquet de Lemos)

Acaso, ainda reste dúvidas sobre a importância das vias líquidas para o transporte posso ressaltar que a linha férrea inaugurada em 1895 ligando Caxias a

Cajazeiras (Timon) foi considerada estratégica porque ligaria por terra “duas das mais importantes vias fluviais da região, o Itapecuru e o Parnaíba” (NEVES, 2012). Sua existência aumentou a navegação em ambos os rios, mas também pode ser considerada o germe de uma mudança nos transportes com a posterior construção de pontes (figura 50) (Anexo F).

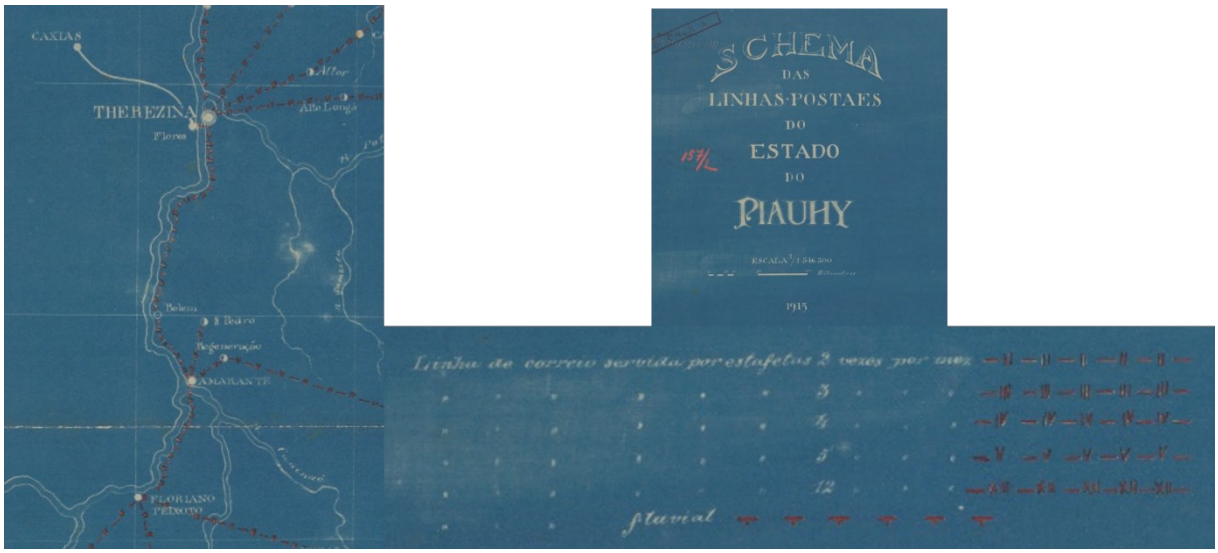


Figura 50 Linhas Postaes 1915

A primeira menção a pontes de que se tem notícia na região do rio Poti são a “Poti da Ponte do Sul” e “Poti da Ponte do Norte” mencionada pelo ouvidor José Antônio de Moraes Durão em 1772 como designativos de “subúrbios”. Mas não é possível saber sua precisa localização nem se realmente se refém a pontes sobre o rio ou apenas o designativo do subúrbio sem que tenham existidos as construções sobre o rio. Poderiam ser até mesmo passagens por meio de barcos, balsas, os “pontões” (figura 51) como são até hoje denominadas regionalmente as grandes balsas que fazem as travessias em rios na ausência de pontes.



Figura 51: Pontão da Santa Maria da Codipi (Foto: Assaí Campelo)

Em realidade a primeira notícia que temos de uma ponte interligando margens na região é da Ponte de Madeira sobre o rio Poti (1935 a 1947) que ficava na região conhecida como Passagem de São Raimundo, próximo onde hoje está a ponte Wall Ferraz (Teresina Antiga, 2022).



Figura 52: Ponte de Madeira rio Poti, 1936 (Fonte: Acervo Teresina Antiga, 2015)

Mas sua presença não fulgura tanto quanto a da ponte metálica, alcunha da Ponte João Luís Ferreira. Esta última, com construção iniciada em 1922 e inaugurada em 1939 coroa a interligação da malha ferroviária dos estados no Maranhã e Piauí e se torna a primeira ligação por transporte terrestre do estado do maranhão com o

restante do Brasil (NEVES, 2012). Logo após sua inauguração a ponte foi adaptada para uso por automóveis, transformada, portanto, em rodoferroviária (figura 53 e 54).

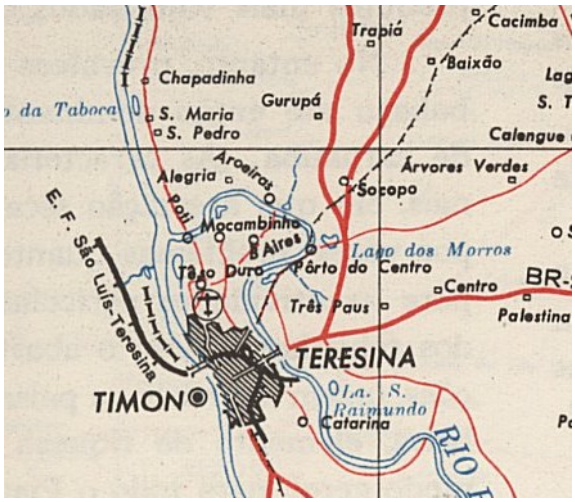


Figura 53: Linha Ferrovia A E. F. São Luiz-Teresina (Fonte: IBGE, 1957)

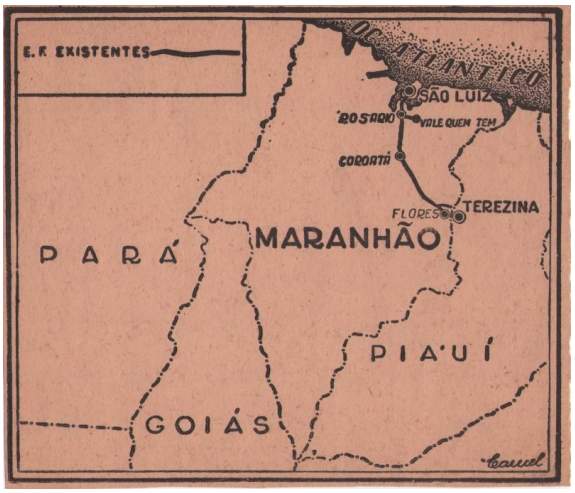


Figura 54: Linha Ferroviária A E. F. São Luiz-Teresina (Fonte: EFSLT, 1935)

O fim da navegação a vapor no Parnaíba é posto como oriundo de muitas causas e suas consequências, contudo, para alguns pesquisadores a interligação pela ponte metálica entre os dois estados e o aumento da malha rodoviária foram passos sem volta. Gandara (2008) afirma que uma década após a inauguração da ponte a maioria das embarcações a vapor tinha sido vendida com destino aos estados do Maranhão e Pará e o restante teria ficado abandonada em suas margens. Sobre isso a autora cita Raimundo Lima (1987) que aqui reproduzo,

> Aqui, ladeando as duas margens do calmo rio Igaraçu em frente à cidade, erguiam-se verdadeiras montanhas de vapores e barcas imprestáveis transformadas em formidáveis cemitérios de sucata; ali, eis o mais funesto da tragédia! (SOUZA LIMA, 1987, p. 23 apud GANDARA, 2008, p.360).

Mas a navegação não se extinguiu totalmente alguns vapores continuaram funcionando na década de 1950. Importante dizer que com fim das empresas de navegação a vapor temos o “retorno e/ou continuidade” da navegação tradicional (GANDARA, 2008, p. 375). Pelo menos para quem está em Teresina e Timon ainda hoje vê que a navegação continua, seja pelo ir e vir do transporte de pessoas, pelas atividades desportivas do Iate-Clube de Teresina ou as jornadas dos pescadores (figura 55).



Figura 55: Pescadores rio Poti, foto Javè Montuchô (Fonte: Oitomeia, 2018)

Outro fenômeno ligado a ponte metálica e a linha férrea é a expansão da cidade para fora do plano Saraiva. Com a interligação por meio da ponte e a construção da avenida Miguel Rosa acompanhando o traçado da ferrovia, se quebrou o alinhamento quadricular do plano Saraiva e levou ao crescimento da cidade para norte e leste (VASCONCELLOS FILHO, 2020). Este crescimento não planejado para fora do "quadrático" Saraiva continuará nas décadas de 1950, 60 e 70 sob os auspícios das pontes de interligação. Exemplo disso é a inauguração da ponte Juscelino Kubitschek (figura 56) sobre o rio Poti, em 1959, que permitiu a inclusão na urbe da zona leste, até então apenas ocupada por chácaras e sítios (JUNIOR E BUENO, 2013; SANTIAGO et al 2020).

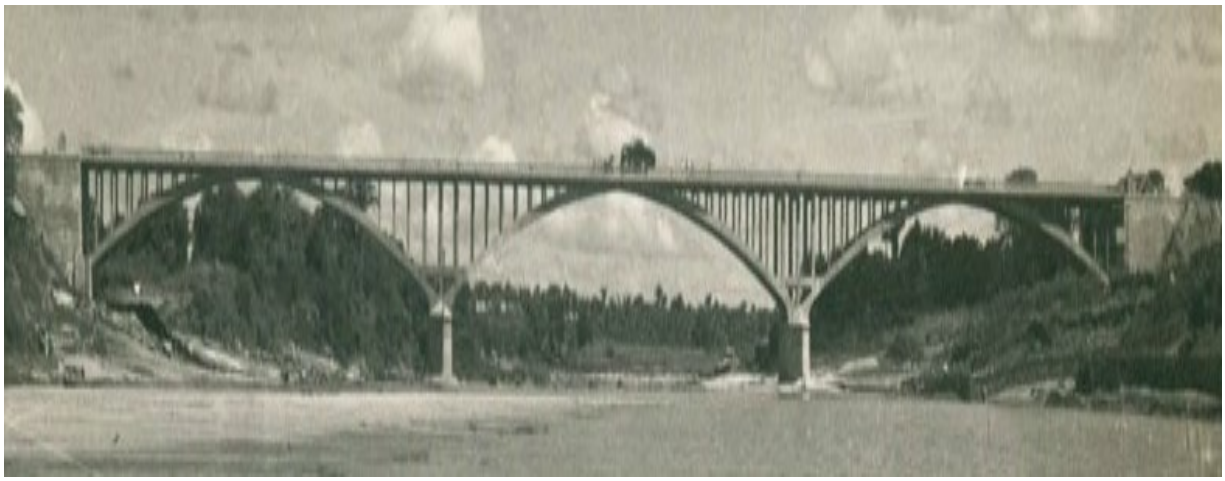


Figura 56: Ponte Juscelino Kubitschek, 1957 (Fonte: IBGE)

Tabela 9: Pontes que interligam Teresina

Rio	Ponte	Local atual (margem esquerda/direita)	Inauguração
Poti	Ponte de madeira	Cristo Rei/São Raimundo	1935-1947
Parnaíba	João Luis Ferreira	Timon/Matinha	1939
Poti	Juscelino Kubitschek	Frei serafim/Joquei	1959
Parnaíba	Engenheiro Antonio Noronha	Timon/Tabuleta	1972
Poti	Presidente Medice/Tancredo Neves	Três Andares/Beira Rio	1975
Poti	Petrônio Portela	Primavera/Ininga	1979
Poti	Antônio Mariano Castelo Branco	Poti Velha /Santa Rosa	1992
Poti	Wall Ferraz	Cristo Rei/São Raimundo	1995
Parnaíba	Governado José Sarney	Timon/Centro	1997
Poti	João Isidoro França	Morro da Esperança/Fátima	2010
Poti	Leonel Brizola	Mocambinho/Aroeiras	2011
Poti	Anselmo Dias	Três Andares/Beira Rio	2016

Assim vemos como as pontes aqui representadas pela ponte metálica sobre o Parnaíba e a ponte JK, sobre o Poti, modificaram a fluidez na paisagem da confluência. Isso promoveu significativas ampliações nos equipamentos urbanos e na transumância. São aqui consideradas como ícones de um novo tempo na confluência, um tempo dotado nos últimos setenta anos de um crescimento acentuado da cidade de forma mais orgânica e menos métrica, “os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos” (ROSA, 1964). Alçada por regras de mercado capitalista suplantando o natural e mesmo o regramento legal. Levando ao estado que hoje vemos de avanço sobre novas áreas, seja pelos condomínios na área periférica ou seja internamente transformando as amplas quadras semivazias da cidade em prédios, fabricas ou equipamentos públicos (figura 57 e 58).

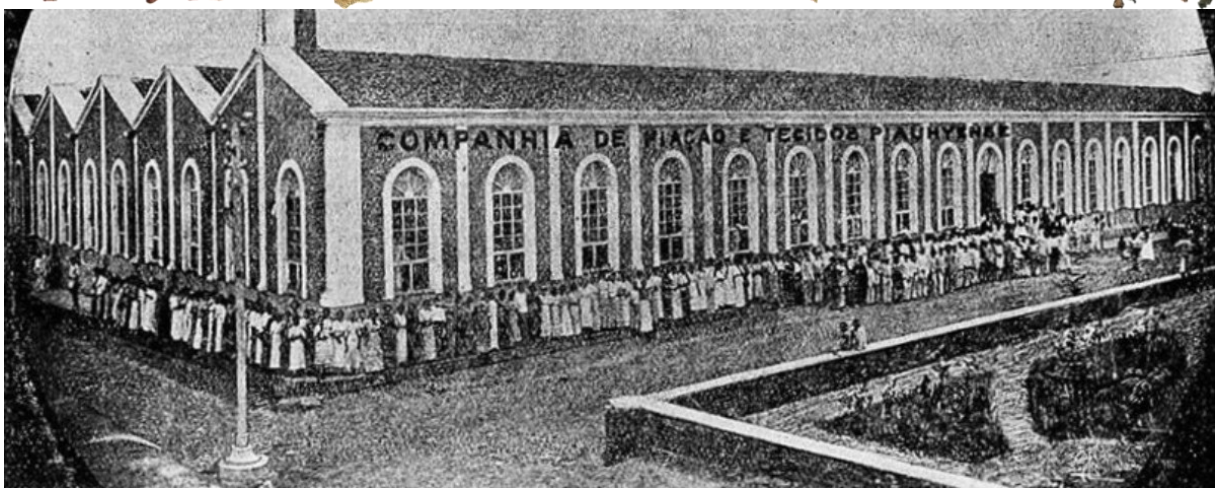


Figura 57: Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense (Fonte: Iehmt, 2020)



Figura 58: Praça da Constituição 1910 (Fonte: Gandara, 2011)

Esta ocupação para a periferia e para dentro ocupando todo espaço vazio, ou reorganizando as antigas ruas e construções tem revelado que o passado pré-colonial ou posterior não está tão distante como alguns entendem. A cada remexida no solo da cidade e seu entorno faz fluir novamente um passado marcado pelos artefatos dos moradores antigos da confluência. Reforçando a certeza de que o passado que flui de nossos hábitos pode ser analisado também no dia a dia da cidade que se reinventa, para isso basta que tenhamos atenção de pesquisar cada área como um campo aberto ao que nos vêm do passado.

Notem que os rios inicialmente podem parecer uma fronteira natural a ser superada, pois divide estados ou espaços. Inicialmente as pontes podem ser objetos de conexão que introduzem novos fluxos. Mas este não deve ser o nosso ponto de vista, preferimos entende que este princípio que parece separar na verdade acaba integrando. Quem chega à margem de um rio, põe os pés em suas águas e contempla a outra margem “desconhecida”, sempre ânsia por se transportar para lá, afinal a

terceira margem é para poucos. Isto é parte da fluidez de um rio, produto e produzir vontade de ser atravessado!

De novo, o princípio que separa, acaba integrando. Na confluência isso é marcado na troca de gentilizas entre os gentis da conurbação Teresina – Timon, e expresso nas escolhas dos nomes das avenidas marginais. A de Teresina se denominou de Maranhão, a timonense é avenida Piauí. O fluxo das águas que poderia ser visto como fronteira, interrupção, revela-se na verdade como nova forma de fluxo entre as margens.



Figura 59 Ilustrações de acordo com esboços feitos pelo próprio Guimarães Rosa, redesenhados depois pelo desenhista Luís Jardim, especialmente para "A Terceira Margem do Rio" (WIKIPEDIA)



CAPA

Foto: Maurício Pokemon



Capítulo 4 A fluidez das paisagens

"Fisicamente habitamos um espaço, mas, sentimentalmente somos habitados por uma memória". José Saramago

Diariamente, pessoas e comunidades ocupam os diferentes espaços nas cidades e fora delas, onde são executadas as atividades da vida cotidiano. Nestes espaços, as relações abarcam os pluralismos das agências individuais e coletivas, as articulações de materialidades e identidades, inerentes a habitual rotina que, geralmente, muitas vezes se configura profundamente politizada, criando panoramas como os vistos no capítulo 3.

Como já mostraram os capítulos 1 e 2, as pesquisas arqueológicas "são necessariamente geradoras de relações humanas" (LIMA, HE LENA PINTO, 2019, p. 27), logo um campo de conhecimento que também precisa considerar as várias facetas da política, incluindo a "política de consideração" (KELLY; DE; MATOS, 2019) que movimenta as relações cotidianas nas comunidades A questão leva a discutir a narrativa multissecular, a luz da virada ontológica do espaço e de lugares de persistência dos povos originários e tradicionais. A história profunda da confluência trazida aqui, questiona a reprodução do que se considera como bem patrimonial na perspectiva legislativa, processual e cartesiana, defendendo a valorização da memória.... num resgate a memória, ancestralidade e identidade.

4.1 Fluidez na confluência: fator do tempo e espaço

A compreensão do tempo e do espaço é crucial nos estudos arqueológicos, revelando a singularidade plural na forma que os indivíduos apreendem e significam o mundo. Adoções há muito arraigadas, como perspectivas progressivas, baseadas em estágios lineares de desenvolvimento, impõe a percepção de que os objetos (coisas e artefatos) não são inerentes no espaço tempo. Esta percepção desvincula a relação das pessoas com os objetos através dos tempos até a contemporaneidade, desconsiderando os caminhos alternativos e as agências de povos originários e das comunidades tradicionais no passado. Essa problemática leva a questionar as

interações desconexas, desvinculadas e hegemônicas abordadas até o momento na confluência. No entanto, a abordagem da fluidez arqueológica e da reflexividade conduziu esta pesquisa a considerar que a relação causal no registro arqueológico corrobora com a percepção de novas materialidades como agente, portanto não ancorados em algum lugar no tempo. Assim, quando restringe o olhar ao antropocêntrico, anula-se a compreensão da poliagentividade, acepção que vislumbra os humanos como mais um agente.

Esta dissertação considera o rio um poliagente, inerente as narrativas da história profunda da confluência. Indo contra a classificação dualista que insiste em pensar a existência do humano e do não-humano reforçando a ideia do antropocentrismo, característicos de construções que priorizam a hegemonia.

4.2 A história profunda da confluência

Os rios seriam forças centralizadoras da ocupação humana na confluência, como afluentes contínuos e persistentes, demostrado pelo registro arqueológico da área de estudo. Perante o pequeno número de pesquisas arqueológicas, documental e histórica existentes na área, a identificação dos sítios arqueológicos vem preenchendo as lacunas sobre a ocupação. Mas este tipo de registro é apenas um, sendo necessário considerar os dados históricos e as memórias presentes atualmente na comunidade para compreender outros temas de interesse da Arqueologia.

O mapeamento profundo a seguir conduz a uma narrativa crítica da confluência, permeada pelos rios. A condução desta narrativa se dará em um ambiente de representação dinâmico denominado Story Maps da Ersi

Fluidez das Paisagens (arcgis.com)

No que tange ao panorama das comunidades denominadas como caçadoras-coletoras, a primeira hipótese de ocupação das Terras Baixas Sul-Americanas, foi durante a transição do pleistoceno para o holoceno. Segundo Bueno e Dias (2015), o fluxo de povoamento prevaleceu nos vales dos grandes rios seguindo rotas de ocupação de Abya Yala (América do Sul).

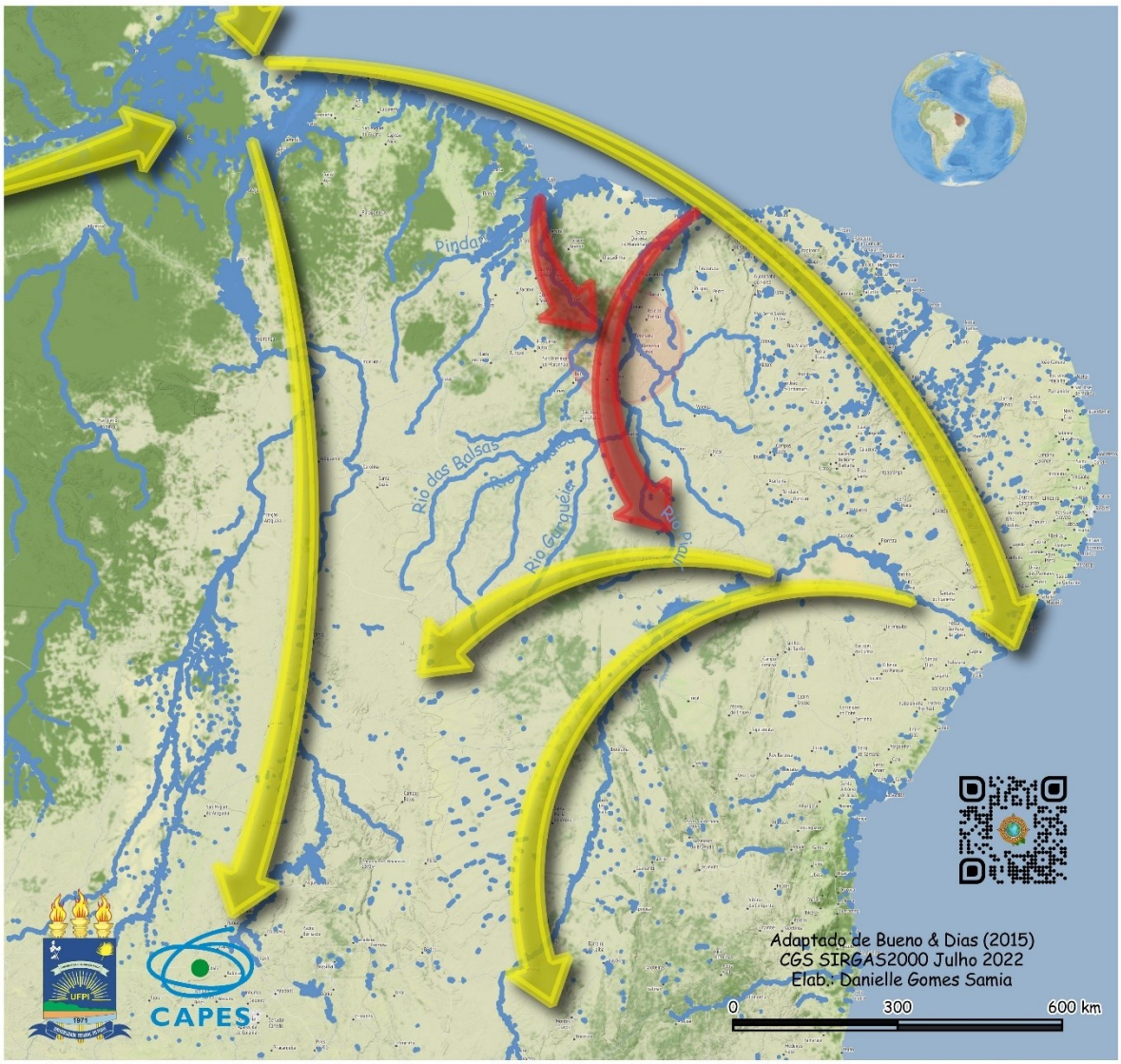
Para a autoria, teriam ocorrido três eventos distintos de colonização que contribuíram para o povoamento do que hoje se conhece como Brasil (Bueno e Dias, 2015). No que concerne a confluência, refere-se à ocupação do Cerrado e da Floresta Tropical que estão interligados por extensos fluxos fluviais correspondentes na atualidade pelas regiões norte, nordeste e centro-oeste (mapa 12).



Mapa 12: Povoamento da América do Sul (adaptado Bueno e Dias, 2015)

Mas existem outras conjeturas de povoamento que relatam as primeiras ocupações em períodos mais recuados, como afirma Boeda et. al. (2022, p.1), atestando “a presença humana do Pleistoceno entre 41 e 14 cal kyr BP, sem registro de pontas de projéteis líticas”, no sul do Piauí. Na confluência, tem indicado que a ocupação humana seria pré-LGM (Last Glacial Maximum), considerando as datações

provenientes dos estudos na Serra da Capivara. No entanto, é importante presumir o modelo de Bueno e Dias (2015), alimentando uma nova rota pelo rio Parnaíba e Itaueira (mapa 13). A identificação recente do sítio Reserva dos Babaçus I (sítio multicomponencial proveniente de populações pré-ceramistas e Tupi), reforça a hipótese desta rota, mas é necessário estudo aprofundado desses sítios.



Mapa 13 Acréscimo de novas rotas (adaptado Bueno e Dias, complementação Danielle Samia)

Para Bueno e Dias (2015) a interação dos caçadores-coletores da Tradição Itapacarica, neste fluxo de paleoambientes com “paisagens tropicais, marcados pela sazonalidade das chuvas e alternância entre áreas de vegetação aberta e fechada” (Bueno e Dias, 2015, p.120), teriam investido “em estratégias generalistas, baseadas em sistemas de mobilidade sustentados por amplos territórios, cujos domínios eram

demarcados pelos estilos regionais das indústrias líticas e da arte rupestre" (Bueno e Dias, 2015, p.120). Desta forma, os sítios da conjuntura que interage na confluência não estariam dispostos de forma linear (linha do tempo), mas de forma espiral (figura 60) (Anexo G).

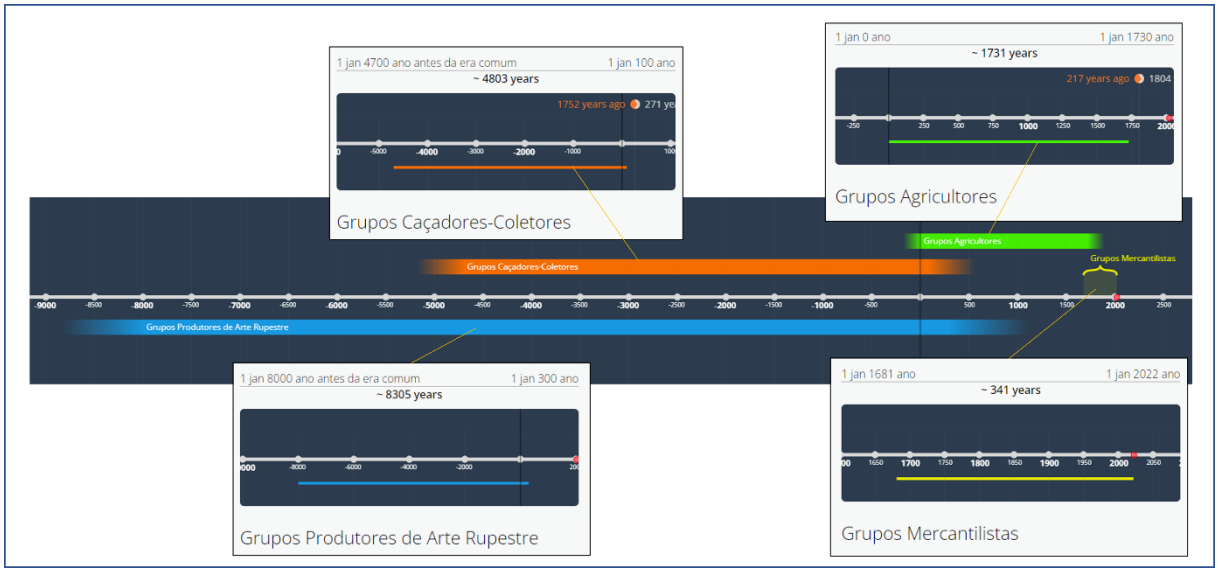


Figura 60 Proposta cronologia sítios arqueológicos da confluência

Destarte, as sucessivas ocupações por populações distintas não se deram de forma isolada. Existe um fluxo de ocupação na confluência que se configura de continuamente, onde a persistência de cada comunidade e indivíduo acontece pela apropriação de conhecimentos e práticas acumuladas sobre a paisagem, que vai gestando sucessivamente novas realidades até o presente.

Os dados arqueológicos recentes apontam que os sítios com presença de material lítico e cerâmico da confluência estão relacionados aos povos de língua Tupi. Sobremaneira, os sítios Ininga, Aroeiras e Reservas dos Babaçus I e II, podem ser vinculados ao que Corrêa (2014) subcategoriza como ocupação Proto-Tupinambá. Que por falta de cronologia absoluta podem, provisoriamente, ser situados entre 2000 AP e o século XVII. Ainda relacionado aos eventos lito-cerâmicos da confluência, temos os sítios Odisseu, Poti Fóssil I e II, que por sua cultura material, com características tecnológicas indígenas e morfologias ibéricas se aproximam do que Noelli e Sallum (2020, 2021, 2022) categorizam como Cerâmica Paulista. Esta por sua vez é entendida como ícone da relação e articulação de práticas entre parte das pessoas Tupiniquim e portugueses em São Paulo.

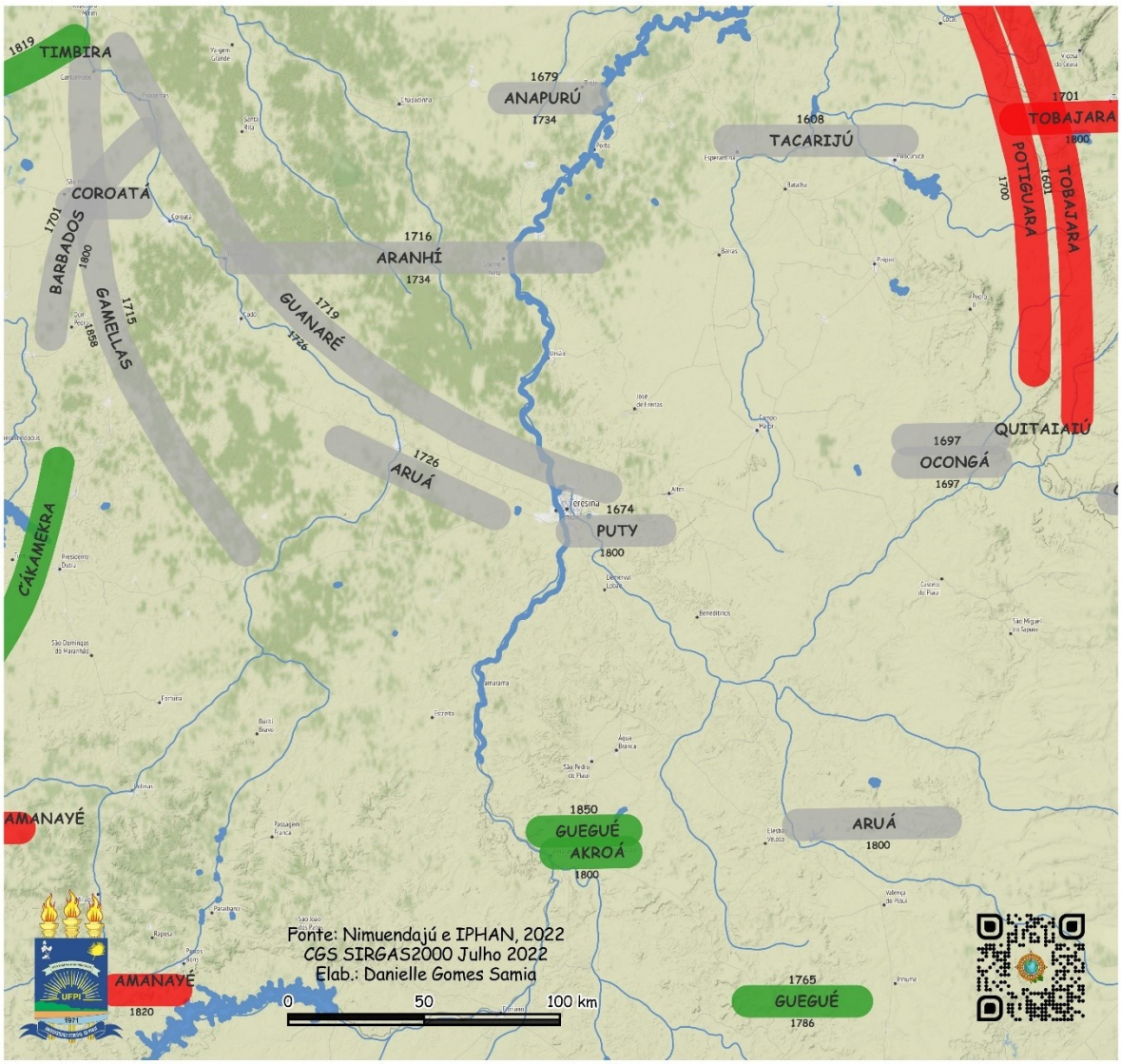
Enquanto os sítios proto-tupinambá da confluência encontram-se distantes das margens dos rios caudalosos (rios Poti e Parnaíba), reproduzindo sistema de assentamento nas margens dos igarapés e córregos, o grupo que ocupou os locais dos sítios Odisseu e Poti Fóssil I e II reproduzem um padrão distinto dos proto-tupinambá, com a implantação de seus assentamentos a beira do rio Poti (mapa XX).



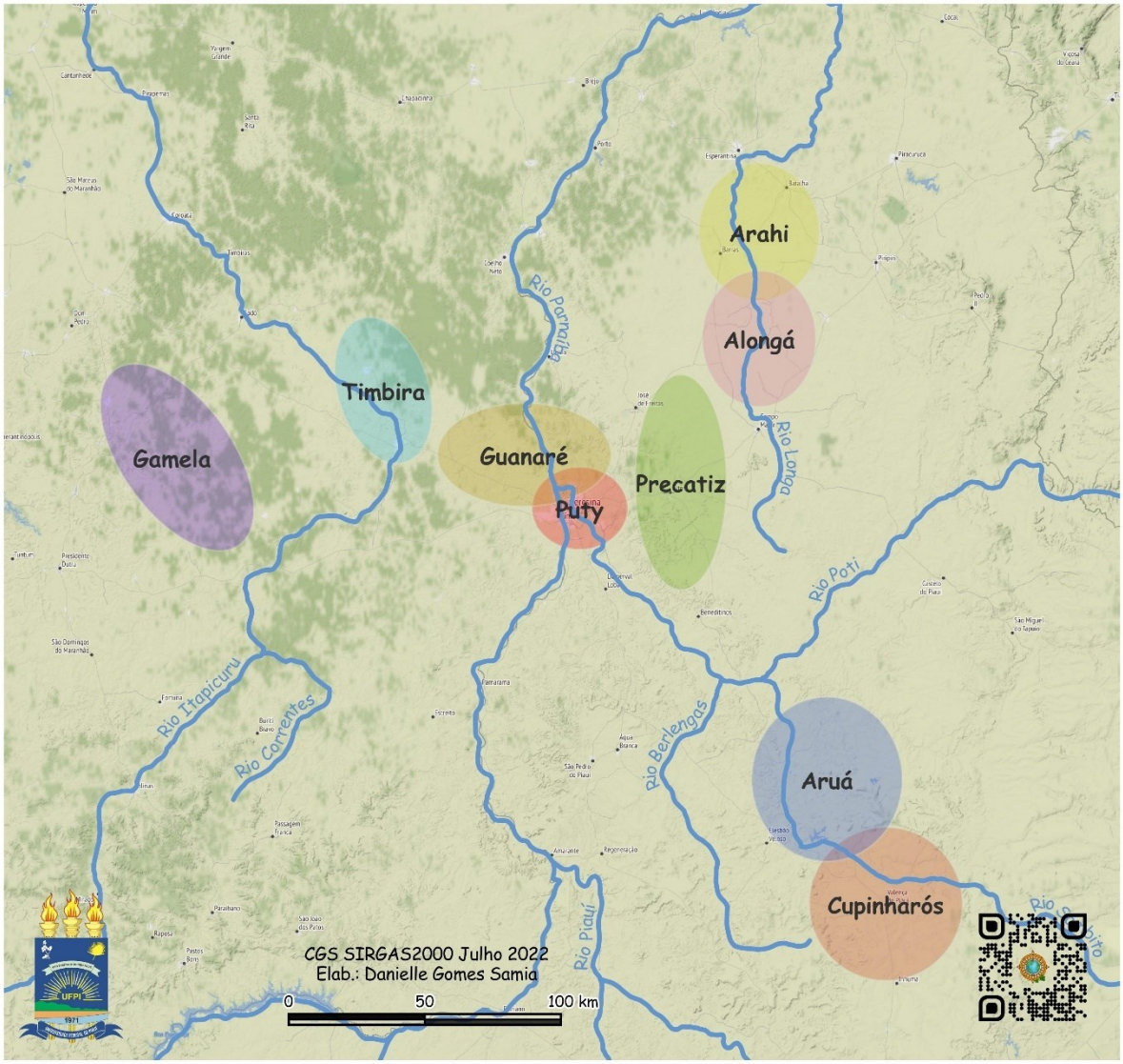
Mapa 14 Agricultores confluência

Seguindo o fluxo de ocupação humana na confluência, existem controvérsias na narrativa etnohistórica dos séculos XVII ao XIX. Na história normativa da confluência, são mencionados os povos indígenas Aruas, no riacho São Vitor (atual Sambito) citados por Carvalho (1697); Cupinharós região de Valença (CHAVES, 1953); Alongá e Arahi no vale do rio Longá, assim como Precatiz entre os rios Poti e

Longa no início do século XVIII (BAPTISTA, 1994), Timbira, Guanaré e Gamela na região das Aldeias Altas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 1957, 1958, 1959; NIMUENDAJU, 1987) e os Puty (1674-1800) na confluência dos rios Parnaíba e Poti. Conforme, Pereira de Alencastre (1857), especula-se que os Cupinharós, Arahi, Guanaré e Puty seriam falantes do tronco Tupi, apesar de esses aparecerem na bibliografia como falantes de línguas desconhecidas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 1957, 1958, 1959; NIMUENDAJU, 1987) (Mapa 15 e 16).



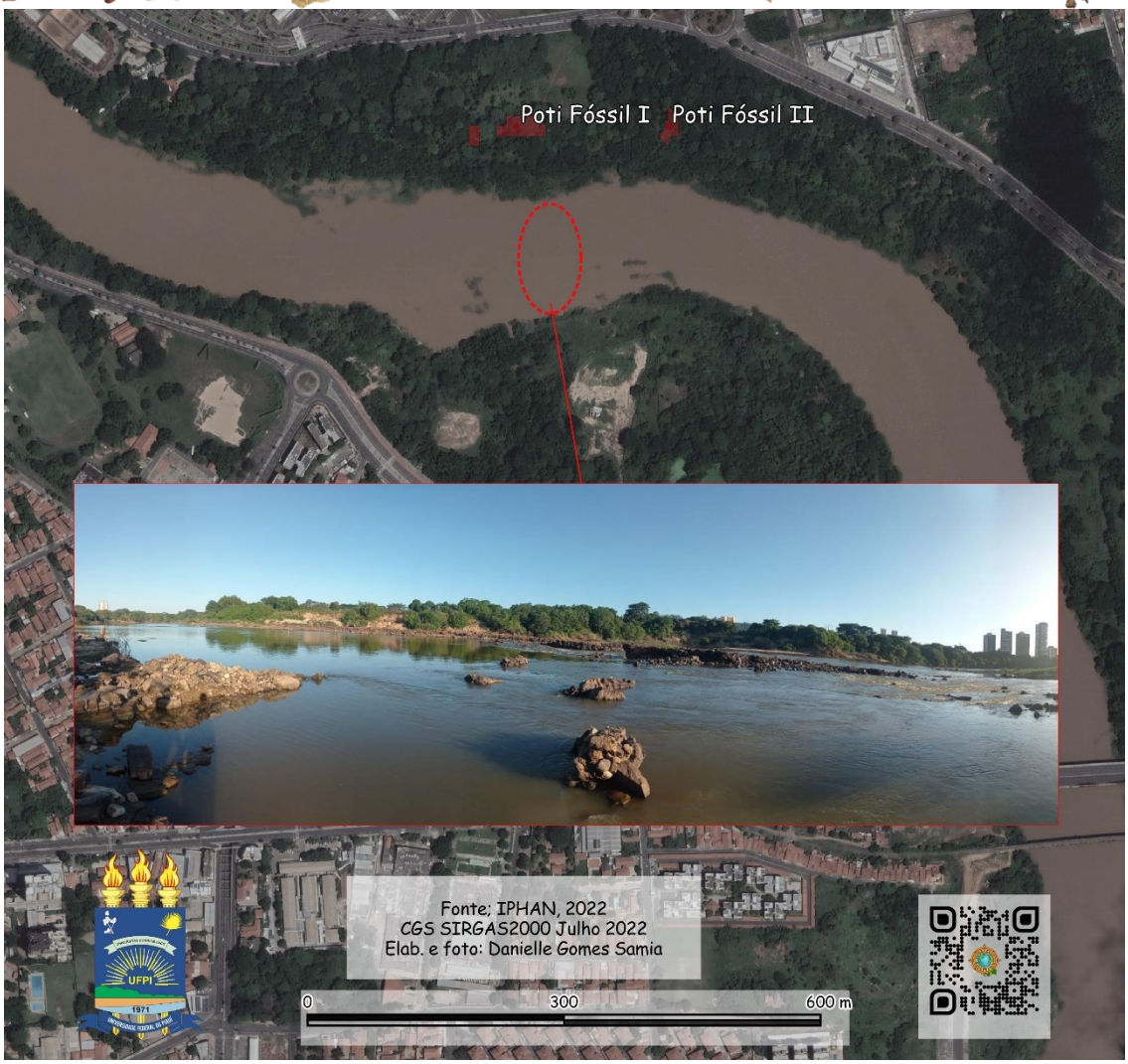
Mapa 15 Mapa Curt Nimuendajú recorte confluência



Mapa 16 Relatos etno-históricos da confluência

Como um lugar persistente na memória e na paisagem desde os primeiros habitantes até a contemporaneidade, os sítios Poti Fóssil I e II e Floresta Fóssil, se apresentam durante o Holoceno Médio como lugar de produção de artefatos líticos, posteriormente, assentamento indígenas e afropindorâmicos[95] e na atualidade local de pescadores, demonstrando o fluxo de saberes e sentimentos sobre o lugar. (Mapa 17 e Fotos 61).

[95] Afropindorâmicos é um termo cuinhado pelo líder quilombola piauiense Antônio Bispo dos Santos.



Mapa 17 Mapa lugar de persistência

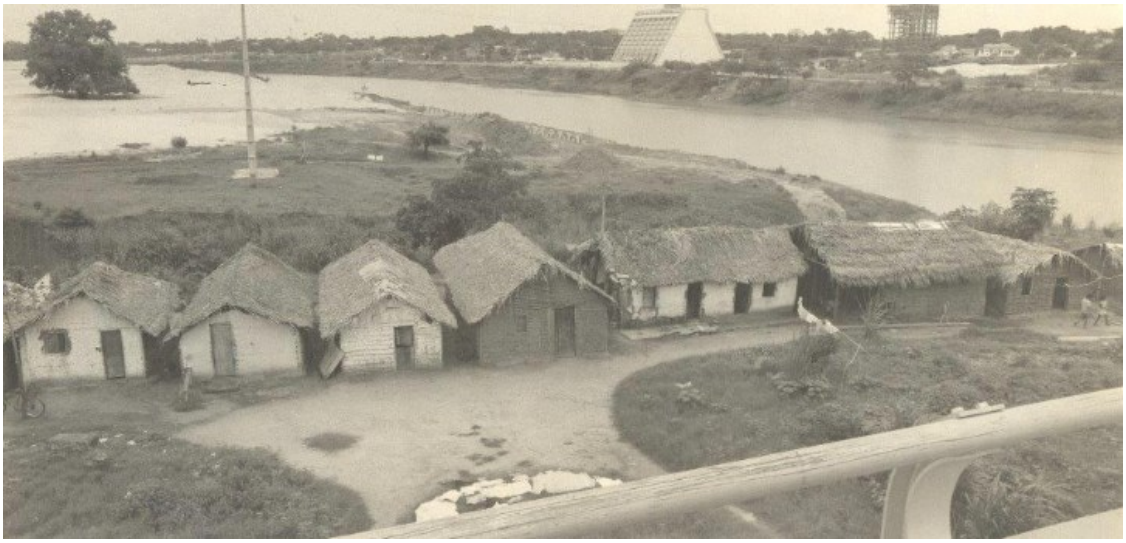


Figura 61 Casas de pau-a-pique, 1970 (Fonte: Fundac)

Ao considerar a pluri-ontologia envolvida na interação das pessoas, materialidades e lugares ocupados, nos libertamos da nossa clausura ontológica e cosmológica. A ontologia europeia engendrada nas expedições não-indígenas na confluência, atendeu os anseios de expansão de dominação territorial considerando a exploração de recursos naturais e humanos como seu direito de conquista. A objetificação do outro se manifesta em diversas expedições rumo a conquista do espaço. Uma delas, a expedição à nascente do Parnaíba comandada por Rui Costa, cujo mapa de 1678 apresenta as margens do Parnaíba rumo a montante, “descobrindo” e “apropriando” dos recursos deste espaço que futuramente seria controlada pela Coroa Portuguesa. Este mapa explicita o conhecimento detalhado dos meandros do Parnaíba, representado na indicação de localidades e grupos indígenas as suas margens, até a confluência (figura 62).

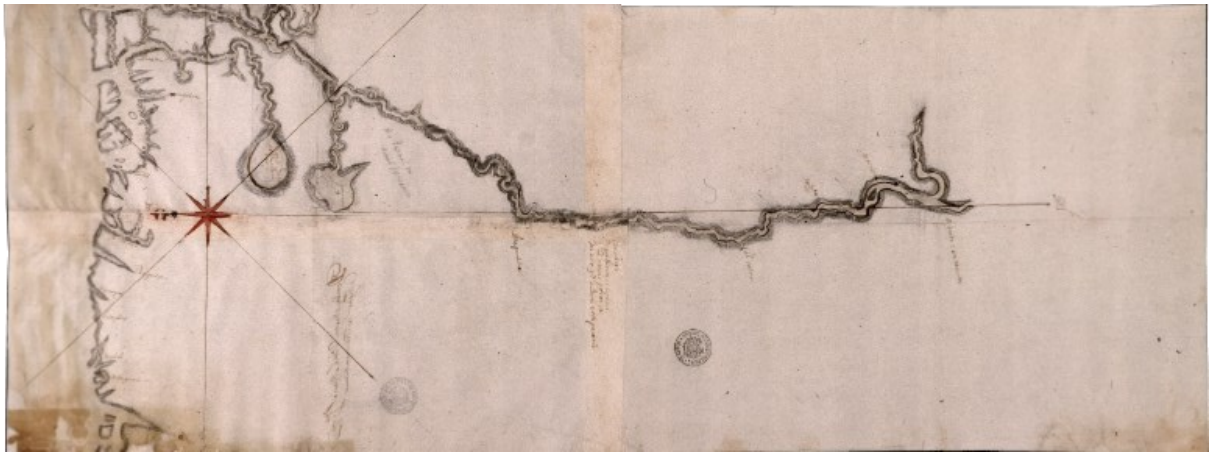


Figura 62 Mapa da costa e rio Parnaíba, entre o rio Maranhão

Na confluência, houve a constituição de um modelo centrífugo de colonização das terras, com a instalação das fazendas e gradualmente até a dominação total do espaço com a formação do Povoado do Poti, existe indicativos de resistência dos grupos indígenas. Esta hipótese indica a confluência como o um reduto de resistência indígena, antes da formação e criação do território administrativo do Piauí. No entanto, mesmo diante da investida quase secular de dominação deste espaço, indica um fluxo de negociação que engendra resistência e persistência, assim permite perceber “mudanças dentro de continuidades e continuidades dentro de mudanças” (SILLIMAN, 2020, pp. 67–68) na confluência (figura 63)



Figura 63 Colonização do Piauí (adaptado superinteressante, 2011)

De acordo com a *Descrição do Sertão do Piauí* do padre Miguel de Carvalho e documentos relativos ao estado do Maranhão até 1697 a ocupação não indígena se restringia a um círculo no entorno da confluência. Por estes documentos podemos produzir um mapa 18 que evidencia a ocupação não indígena num raio de 50 km a norte e quase 100 km ao sul da confluência. Esse vazio de fazendas provavelmente reflete a força e densidade de povos indígenas que ocuparam essa região resistindo ao avanço da frente usurpadora de territórios.

Somente após 1712, com a guerra empreendida contra os indígenas e mais o efeito das sucessivas epidemias de doenças que enfraqueceram esse bastião anticolonial, facilitou a entrada dos fazendeiros. Mas mesmo em 1728, o relato de Maia da Gama deixa entrever que a confluência ainda estava vazia e que possuía potencial para instalar uma próspera vila. Nos próximos 33 anos houve mudanças, pois em 1761 os moradores do Arraial da Barra do Poty requereram ao rei “criar matriz

e justiças ordinárias naquele belo e populoso arraial", pois por conta própria poderiam construir cadeia, pelourinho e casa de câmara. Todas as informações sobre indígenas posteriores à está data se referem a presídios ou solicitação de ajuda. Apesar de sabermos as linhas mais gerais do que ocorreu na área, as evidências mostram que o fluxo continuou. As pessoas do Arraial e posterior Vila do Poti são resultantes da relação entre as diferentes comunidades locais. Dessa relação, incluindo a articulação de práticas e saberes (Sallum e Noelli, 2022), construíram um novo território com diferentes fluxos.

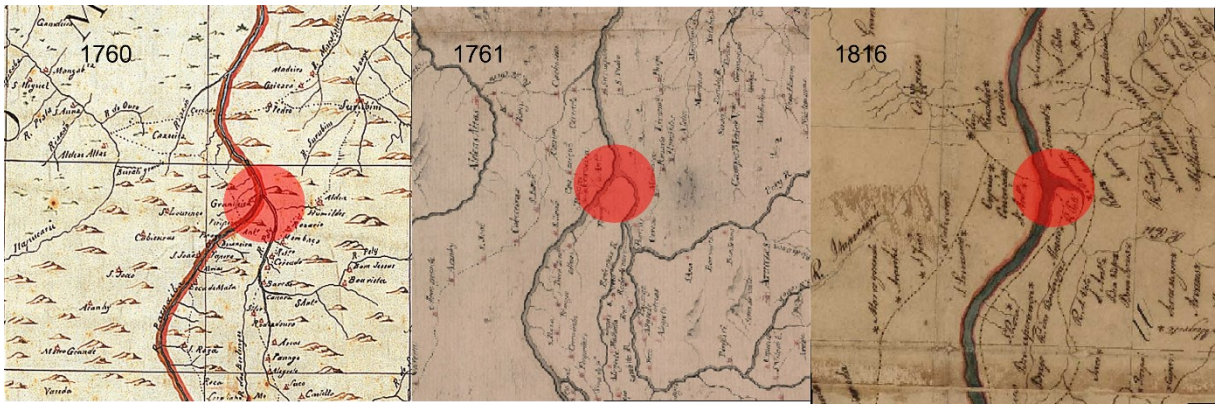


Figura 64 Arraial do Puty

Quando em 1772 o ouvidor Durão descreve a região, mostra a presença de 65 propriedades, com mais de 1300 moradores. A desestruturação territorial dos indígenas permitiu que uma nova sociedade surgisse e o espaço fosse organizado com um fluxo resultante da relação *de saberes* e da nova ordem que se foi estabelecendo.

Do século XVIII até a metade do XIX os povoadores da confluência buscaram com esforços coletivos o reconhecimento dos potenciais da área e consequentemente a elevação para Vila ocorrida apenas em 1832. Uma década após, nova inquietação[96] dos residentes leva a solicitação de mudança da sede da vila para local mais salubre, ou quiçá que satisfizesse novos anseios políticos. A autorização só será efetivada quando os interesses políticos para a constituição de uma nova capital se tornaram mais fortes do que a manutenção da velha capital.

[96] Necessita apurar os fatos para aprofundar as razões desta inquietação.



Figura 65 Carta Maranhão, (1854) (Arquivo Nacional)



Figura 66 Carta Corografica (1857) (Arquivo Nacional)

Ao assumir em 1850, o novo presidente da província Antonio Saraiva, toma como missão a mudança da capital e, tão logo assume, reconhece a confluência como o melhor local para a nova capital. Apensar dos boatos pouco elogiosos à sua pessoa,

suas justificativas são essencialmente econômicas, elegendo o lugar por permitir o fluxo de transporte pelo rio e usurpar o fluxo de escoamento pelo Maranhão.

Assim, de um sítio “arqueológico” formado por algumas casas de fazenda em ruínas na data Covas, localizada na Chapada do Corisco, nasce o plano Saraiva de delinear a primeira capital planejada e construída no período imperial. Apesar de seu plano inicial baseado em sistema ortogonal que remete a normatização europeia vemos a “re-ação” humana na manutenção dos elementos locais, e na nascente cidade, o elemento gerador foi o rio Parnaíba, orientando não apenas as ruas mas também a opção por um lugar livre de suas águas nas bravas cheias de inverno.

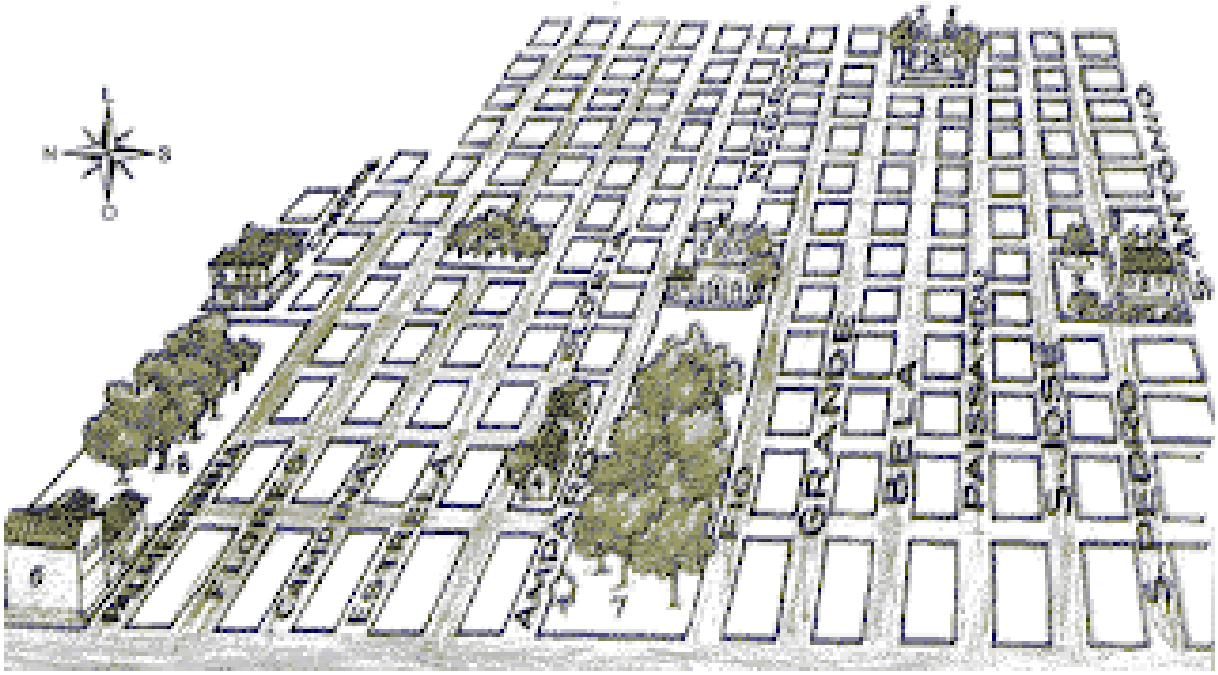


Figura 67 mapa humanizado configuração das quadras de Teresina (Fonte: extensãopesquisa, 2011)

Cumpriu-se as sinas e funções, Teresina tirou o fluxo principal de comércio de Caxias e o entregou ao fluxo do rio Parnaíba por meio das empresas de navegação, rio que por mais de um século foi a mais importante via regional. Somente suplantado como via régia após as mudanças estruturais implantadas pelas pontes, vias férreas, estradas, petróleo e veículos terrestres. Esticaram o fluxo para fora das margens dos rios. Esse novo fluxo puxou e ainda puxa a ocupação. Vemos que a cidade e demais ocupações que antes estavam às margens dos rios agora estão às margens das estradas, as vias mudam, mas continuam como vias de fluxo conduzindo, levando, trazendo, fazendo e refazendo o passado- presente-futuro.



Figura 68 Ponte Metalica (IBGE)



Figura 69 Estrada de Livramento (Teresina Antiga)



Figura 70 Navegação (Arquivo Publico Piauí)

4.3 Os Potienses Persistem

Ao ritmo que a expansão territorial de Teresina ocorria com o avançar dos anos, a Vila do Poti tornou-se a Vila Velha do Poti e, posteriormente Poti Velho. A incorporação normativa para fins de controle espacial administrativo, não contemplou as pessoas que ali habitam, a identidade potiense persiste em cada vazanteiras(os), oleiras (os) e pescadores que habitam o Poti Velho. A persistência potiense segue diante de toda a construção histórica formatada no viés ontológico europeu, reverberando na atualidade as políticas públicas de gentrificação da paisagem. A construção da história profunda da Confluência, perpassa por episódios de gentrificação impostos pelos agentes políticos e a elite. De local auspicioso, Gama passou a insalubre e, portanto, inadequado para o investimento das elites piauienses. A consolidação da capital na Chapada do Corisco, marca um fato histórico de racismo ambiental. A narrativa colonial preconizou reforçar o discurso progressista para

sustentar a manipulação de interesses fundiários de poucos que pretendem usar um território de saberes tradicionais em lucro para si em detrimento do coletivo.



Figura 71: Lazer e segurança crianças e adolescentes (Fonte: Marcozero, 2020, ilustração Aline Guimarães e foto Moura Alves)

Esta construção de local de extrema pobreza, insalubre, que é reforçado até a atualidade como a prerrogativa de modificação da paisagem do potiense, opera por manobras especulativas imobiliárias e no foco financeiro turístico. A revitalização sociocultural e ambiental proposta pelo Programa Lagoas do Norte, esta engendrada com a necropolítica, reproduzindo a ontologia europeia que mascara estratégias de manutenção da desigualdade social e da falta de direitos civis como prerrogativa máxima de dominar pessoas e espaços.



Figura 72 Imagem enchentes 1947(Fonte: IBGE, 2017)

Em outra perspectiva e escala, é possível apurar que dentro da identidade potiense manifesta-se o desejo das pessoas que habitam aquela paisagem em manter suas práticas ancestrais, persistindo apesar das sucessivas intervenções do estado, capital financeiro e político (PEREIRA, 2012). Estas pessoas interagem com a paisagem da confluência de forma pluri ontológica. Um exemplo disso são as manifestações de sincretismo religioso nos festivais católicas, como o louvor a São Pedro. Destaca-se também como o lugar de maior concentração de terreiros de umbanda e candomblé da capital. Ou mesmo na narrativa do cabeça que cuia, ainda vigente na oralidade dos pescadores da confluência, rompe a paisagem e ocupa o imaginário ganhando outras narrativas, em cordéis, livros e quadrinhos. Como também, a preservação da paisagem potiense, “natural”, fruto da continuidade de práticas ancestrais dos povos originários e afropindorâmicos. Nos relatos de Natacha Maranhão (2006):

> O Poti mantém um quê de vila de pescadores, especialmente quando se vê, nos fins de tarde, os homens fazendo ou consertando suas redes, ou oferecendo peixe fresco de manhã cedo, na cabeceira da ponte que liga o bairro à localidade Santa Maria da Codipi, no extremo norte de Teresina. A fé em São Pedro, o padroeiro dos homens da pesca, é responsável por um dos maiores eventos do local: a procissão fluvial, que acontece em todo 29 de junho, saindo do cais do rio Parnaíba para atracar no cais do rio Poti, próximo ao encontro das águas dos dois rios, que é certamente um dos lugares mais bonitos da cidade. É lá, na entrada do Parque Ambiental do Encontro dos Rios, que se pode encontrar os meninos contadores da lenda do Cabeça de Cuia, monstro no qual eles acreditam piamente. Diz a lenda que um jovem pescador chamado Crispim um dia chegou em casa e, encontrando apenas um caldo de ossos para comer, bateu descontroladamente em sua mãe, revoltado. Antes de morrer, a senhora amaldiçoou o filho, rogando-lhe uma praga – ele se transformaria em um monstro medonho. Sentindo um terrível remorso, Crispim se jogou nas águas do rio Poti. Os moradores mais antigos afirmam que nas noites de lua cheia, ele fica zanzando pelas margens do rio, tentando se livrar do encanto. Para poder descansar em paz, o Cabeça de Cuia – nome pelo qual ficou conhecido devido à sua enorme cabeça deformada - deveria devorar sete moças virgens de nome Maria, mas nunca conseguiu pegar nenhuma. Até porque nenhuma moça anda sozinha por aquelas bandas. Sabe-se lá se o monstro cabeçudo não vai aparecer... Os pequenos contadores da lenda, enquanto esperam que o turista lhes dê moedas, juram que ouvem os lamentos de Crispim quando saem de casa sem a companhia dos pais. (MARANHÃO, 2006)



Figura 73 Cabeça de cuia (Fonte: Cordel Pedro Monteiro e Cartunista Joaquim Monteiro)

A pluri ontologia intrínseca nesta paisagem, conjuntamente com a persistência de práticas e ofícios beneficiou a preservação da paisagem dita “natural”. Justamente este estado natural é cobiçada pelos agentes políticos afins de explorar o potencial paisagístico que resistiu graça o manejo dos grupos que ocuparam a confluência. A questão que não se cala é *Lagoas do Norte pra quem?* A mídia tradicional reforça na imagem de insalubridade vendida pela historiografia e fomentada pelos agentes políticos em prol da especulação imobiliária e exploração turística.

Em contrarresposta a comunidade da Boa Esperança resiste defronte o resgate de sua memória, ancestralidade investindo na materialização do Museu da Boa Esperança (figura 75) (https://www.museudaboaesperanca.org/).

> “ferramenta de luta dos Povos e Comunidades Tradicionais que habitam a região das Lagoas do Norte de Teresina, servindo como uma plataforma digital do Museu físico que está enraizado no território” (CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA, 2021)



Figura 74 Museu Boa Esperança página virtual

Aqui o compromisso de descontruir ontologias, epistemologias e cosmologias, suleando em prol de uma arqueologia para estes grupos subordinados afim de contribuir com as causas destes grupos. Assim, apoio a demarcação do último remanescente de quilombo em Teresina, Piauí (https://demarcaboaesperanca.info/) e a luta e resistência destes grupos permanecerem nesta paisagem (figura 76).



Figura 75: Demarca Boa Esperança (página web)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

"Vim pelo caminho difícil, a linha que nunca termina, a linha bate na pedra, a palavra quebra uma esquina, mínima linha vazia, a linha, uma vida inteira, palavra, palavra minha" (Leminski)

A tradição epistêmica, até então, sempre enxergou os rios (águas) como recurso a serem explorados. Uma visão funcionalista que atribui a adaptabilidade humana ao espaço sendo hostil ou auspicioso. Os rios que banham, os limites administrativos de Teresina e adjacências, a confluência, revelam a pluri-ontologia intrínseca nas suas interações no *continuum*. A condição paternalista de alguns pesquisadores propagou o sucesso do colonialismo reforçando, ideário hegemônico de apagamento dos grupos subalternizados. O resultado primordial desta pesquisa foi justamente suscitar que esta política de apagamento e silenciamento ocorreu, mas que os arranjos políticos entre os grupos que ocuparam estas paisagens persistiram. A investida colonial reconhecida pela catastrófica inabilidade de conhecimento dos espaços, tinha apoio dos indígenas e suas cosmologias para sucesso de suas investidas.

O intuito desta dissertação foi o de evidenciar o processo de ocupação humana na confluência até a atualidade. A produção desta narrativa da confluência, detectou a necessidade de aprofundamento da pesquisa, por haver alguns fluxos interrompidos defronte as inconsistências historiográficas e a ausência de estudos aprofundados das fontes primárias. Um longo processo de escavação documental e análise trouxeram resultados profícuos, contribuindo com a história profunda da confluência. Como novelos algumas narrativas ainda precisam ser desenroladas para a produção de contra narrativas decoloniais. O pressuposto da resistência indígena na confluência indica uma bem engendrada política de negociação entre os grupos que ali permaneceram. Portanto, minha caminhada se deu por um longo processo de estudos do território da confluência.

Caminhada que percorri buscando a (des)construção da ontologia europeia no discurso da invenção do Piauí. Assim compreendendo, que a hegemonia do tradicionalismo epistêmico se fundamentou na dicotomia, cartesianismo e

funcionalismo para ter aderência. Primando pelo isolamento de pesquisas que buscam a metrificação dos recursos, objetificação das pessoas e a mercantilização do patrimônio, com o anseio de galgar patamares de “ser referência” e na exploração de manejos turísticos de bens patrimoniais. Reprova a retórica sustentada por um discurso demagogo, que não incorpora o social. Neste invólucro do tradicionalismo epistêmico que não vislumbra a potência política ao desenvolver autonomia da comunidade que integra o espaço que é muito além de um lugar arqueológico e sua porção metafísica.

Neste ponto é salutar resgatar a compreensão epistemologia e ontologia, definições sem contorno na atualidade. Para melhor definição, a epistemologia é como a teoria do conhecimento embutida na perspectiva teórica e na metodologia, proporciona uma forma de compreender e explicar como sabemos, logo, o que sabemos. Também descrita, como a tática pela qual uma teoria agrupa conhecimento e realiza uma leitura dos fenômenos, desta forma sendo mais bem aplicada do que outras teorias antagônicas. Já a ontologia, possui diversos significados sendo mais comum a visão sustentada por uma teoria sobre uma perspectiva particular de ser. Logo, ontologia, são as crenças sobre a realidade de um grupo (coletivo, comunidade, povo), portanto sua construção cultural. Ou mesmo, a integração deste grupo com a realidade diante das interações ontológicas, sendo necessário averiguar aplicabilidade das teorias aderidas e seu posicionamento.

Na “descoberta” proferida pela historiografia positivista, o epistemícidio incide e confabulada com a violência epistêmica engendrada pela ideologia da “pré-história”, que se restringe nas descrições e no tecnicismo, apostando num discurso demagogo para justificar a manutenção da hegemonia. Na prática, engendrada no autoritarismo se apropria de interpretações pós-modernas para enublar o discurso autoritário. Não compreende a simetria, permanece no simulacro, reduzindo e elucubrando modelos atípicas da vida real, garantindo a preservação do conservadorismo. A ênfase nas dicotômicas demostra a inabilidade de entender tudo a partir de uma caixa preta (SAMIA, 2021b)

A reprodução desta narrativa, reverbera na construção da história sobre o “devassamento do Piauí”, encravando a construção ontológica eurocentradas que preconiza a dizimação e apagamento das populações originárias no processo de

colonização do Piauí. A ausência de documentação histórica que reforça a afirmativa de Pereira de Alencastre, leva considerar a necessidade de criar o mito do herói patriarcal e da dizimação dos grupos nesta região, reverberando a construção histórica de extermínio das populações indígenas no Piauí. Como também a manutenção do discurso do extermínio dos grupos indígenas no Piauí, contribuindo com o apagamento e silenciamento dos grupos subalternizados.

Mas, na realidade ao perfazer o ciclo narrativo aqui descrito percebo que o fluxo do passado não cessa. O lugar, a confluência, a ocupação humana expressa em sua sociedade que são oriundas, construídas e vivificadas pela pluri ontologia. Esta última gestada no fluxo das vidas humanas que coexistem no passado-presente-futuro.



Figura 76: Aquela gente que se trasforma em catitu (Fonte: FFLCH.USP, 2019, obra Denilson Baniwa)

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 129–143, 1 jan. 2016. Acesso em: 4 jul. 2021.

ANI, Marimba. *Yurungu: An African-centred crique of European cultural thought and behaviour. Trenton NJ*. . [S.l.]: AfricanWorld Press Inc p636. , 1994

ANSCHUETZ, Kurt; WILSHUSEN, Richard; SCHEICK, Cherie. An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*, v. 9, n. 2, p. 157–211, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1016621326415>. Acesso em: 25 out. 2020.

ASHMORE, Wendy; KNAPP, A Bernard. Archaeologies of landscape. *Continuities and Changes in Maya Archaeology: Perspectives at the Millennium*, p. 88, 1999.

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *The American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 280–310, 2006.

BAPTISTA, João Gabriel. *Etnohistória indígena piauiense*. [S.l.]: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1994.

BAPTISTA, João Gabriel. *Geografia física do Piauí*. [S.l.]: COMEPI, 1981.

BARRETO, CRISTIANA. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 0, n. 44, p. 32, 28 fev. 2000. Acesso em: 1 abr. 2020.

BARRETO, Cristiana. *Arqueologia brasileira. Uma perspectiva histórica e comparada*. *Suplem ento*. [S.l: s.n.], 1999. . Acesso em: 30 abr. 2020.

BEAUDOIN, Matthew A. Archaeologists Colonizing Canada: The Effects of Unquestioned Categories. *Archaeologies*, v. 12, n. 1, p. 7–37, 1 abr. 2016. Acesso em: 17 mar. 2022.

BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. *Deep Mapping and the Spatial Humanities*. . [S.l: s.n.], 2015. . Acesso em: 28 out. 2020.

BOEDA, Eric *et al.* 24.0 kyr cal BP stone artefact from Vale da Pedra Furada, Piaui , Brazil: Techno-functional analysis. *PLoS ONE*, v. 16, n. 3 March, p. e0247965, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247965>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BOEHM, Katharina. Empiricism, antiquarian fieldwork and the (in)visibilization of the past in the early eighteenth century. *Word & Image*, v. 33, n. 3, p. 257–266, 3 jul. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02666286.2017.1294928>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences sociales : La longue durée. *Annales*, v. 13, n. 4, p. 725–753, dez. 1958. Acesso em: 20 jul. 2022.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. [S.l.]: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984a.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. [S.l.]: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984b.

BROCHADO, José Proenza. *Alimentação na floresta tropical*. [S.l.]: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio …, 1977.

BUENO, Lucas. O sítio Lajeado 1 e os palimpsestos do Brasil central. *Revista de Arqueologia*, v. 18, n. 1, p. 25–42, 30 jun. 2005. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/202>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BUENO, Lucas. *The Archaeology of early peopling of America or Ancient History of America: How old could be a "New World"? Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas*. [S.l.]: Museu Paraense Emilio Goeldi. Disponível em: <http://dx.doi.>. Acesso em: 17 jun. 2021. , 26 ago. 2019

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 83, p. 119–147, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ea/a/MWDL9kTTb8DQ9XmX3KwbNfR/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BUTZER, Karl W. *Archaeology as human ecology: method and theory for a contextual approach*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1982.

CAMPELO MAGALHÃES, Sônia Maria. *A arte rupestre do centro-norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas*. 2011. 1–457 f. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/69005495-A-arte-rupestre-do-centro-norte-do-piaui-indicios-de-narrativas-iconicas.html>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil : comunidades, práticas e direito*. UNESC ed. Criciúma: http://www.unesc.net/portal/capa/ index/300/5886/, 2017. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

CARLE, Cláudio Baptista; SANTANA, Ingrid Adrielle de Souza Freitas; OLIVEIRA, Cícero Ney Pereira De. As cumplicidades racistas da arqueologia. *As cumplicidades racistas da arqueologia*, v. 12, n. 2, p. 71–90, 27 dez. 2018. Acesso em: 4 abr. 2020.

CARVALHO, Padre Miguel De. Descrição do Sertão do Piauí. *Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense*, 1993.

CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA. *Museu da Boa Esperança*. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião; SANTOS, Camilla Jardim P. Dos. A ciência e a tecnologia na visão de Milton Santos1. *GeoTextos*, v. 13, n. 2, p. 209–225, 2017. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jm8u6EWykMYJ:https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/22361/15462/87290+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira De. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, v. 0, n. 168, p. 167, 28 jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092013000100167&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 out. 2020.

CHAVES, Joaquim. *O índio no solo piauiense*. Publicação ed. Teresina: [s.n.], 1953. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Achaves-1953-indio/Chaves_1953_IndioPiauiense.pdf>.

CHILDE, Vere Gordon. *Society and knowledge*. [S.l.]: G.Allen & Unwin, 1956.

CHIZIANE, Paulina. *Oralidade e ancestralidade*. *Café Filosófico UFRN*. [S.l.]: TV Universitária - TVU/RN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WiLijX_7dDk>. Acesso em: 30 jun. 2021. , 27 nov. 2018

CLARKE, David. Archaeology: The loss of innocence. *Antiquity*, v. 47, n. 185, p. 6–18, 1973. Acesso em: 12 mar. 2020.

CLARKE, David L. Reply to the comments on analytical archaeology. *Norwegian Archaeological Review*, v. 3, n. 1, p. 25–34, 1970. Acesso em: 12 mar. 2020.

CONKEY, Margaret W. Epilogue when does the “heart” take over? Some reflections on archaeologies of the heart: Exploring the role of emotion and spirit in archaeological research and practice. *Archaeologies of the Heart*. [S.l.]: Springer International Publishing, 2020. p. 271–276. . Acesso em: 7 out. 2020.

COOK, Scott D N; SEELY BROWN, John. Bridging Epistemologies: The Generative Dance Between Organizational Knowledge and Organizational Knowing. 1999. Disponível em: <http://pubsonline.informs.orghttp://www.informs.org>. Acesso em: 2 fev. 2020.

CORRÊA, Ângelo Alves. Longue durée : história indígena e arqueologia. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 26–29, 2013. Acesso em: 4 abr. 2020.

CORRÊA, Ângelo Alves. *Pindorama de mboîa e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSGROVE, Denis. *Landscape and landschaft*. . [S.l: s.n.], 2004. . Acesso em: 22 out. 2020.

COSGROVE, Denis. *Mappings*. [S.l.]: Reaktion Books, 1999.

COSTA, Nelson Nery. *História Piauiense: aventura, sonho e cultura*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?* [S.l: s.n.], 2009.

CREMA, Enrico R.; BEVAN, Andrew; LAKE, Mark W. A probabilistic framework for assessing spatio-temporal point patterns in the archaeological record. *Journal of*

Archaeological Science, v. 37, n. 5, p. 1118–1130, 1 maio 2010. Acesso em: 25 out. 2020.

CRIADO-BOADO, Felipe; BARREIRO, David. El patrimonio era otra cosa. *Estudios Atacamenos*, n. 45, p. 5–18, 2013.

CUNHA, Euclides Da. *Os Sertões*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, 1984. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 30 jun. 2021.

DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: Rev. de Aparício Fernandes*. [S.l.]: Editora Artenova, 1974. v. 1.

DARVILL, Timothy. Scientia, society, and polydactyl knowledge: Archaeology as a creative science. In: KRISTIANSEN, KRISTIAN; ŠMEJDA, LADISLAV; TUREK, JAN (Org.). . *Paradigm Found Archaeological Theory Present, Past And Future*. Havertown: [s.n.], 2015. p. 6–23.

DAVIES, Matthew I.J. *Don't water down your theory. Why we should all embrace materiality but not material determinism*. *Archaeological Dialogues*. [S.l.]: Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/terms.https://doi.org/10.1017/S1380203814000154 Downloadedfromhttps://www.cambridge.org/core.>. Acesso em: 22 out. 2020. , 26 nov. 2014

DE ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piau*. 4. ed. São Cristovão: Editora ArteNova, 1974.

DE ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. [S.l.]: Academia Piauiense de Letras, 2015.

DE ANDRADE, Andreia Rodrigues. A Estruturação Urbana De Teresina E Seus Primeiros Prédios Públicos. 2014, Teresina: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397522460_ARQUIVO_AestruturacaourbanadeTeresinaeseusprimeirosprediospublicos.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DE ANDRADE, Andreia Rodrigues. Pelas Tramas Do Urbano: Ideias Normatizadoras Na Teresina Oitocentista. *Contraponto*, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/contraponto/article/viewFile/7559/4402>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DE LONEY, Marguerite L. Agents of Coloniality: Capitalism, the Market, and My Crisis with Archaeology. *Society for Historical Archaeology*, v. 53, p. 686–701, 2019a.

DE LONEY, Marguerite L. Agents of Coloniality: Capitalism, the Market, and My Crisis with Archaeology. *Historical Archaeology*, v. 53, n. 3–4, p. 686–701, 1 dez. 2019b. Acesso em: 17 mar. 2022.

DE LONEY, Marguerite L. Agents of Coloniality: Capitalism, the Market, and My Crisis with Archaeology. *Historical Archaeology*, v. 53, n. 3–4, p. 686–701, 1 dez. 2019c. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41636-019-00202-x>. Acesso em: 1 abr. 2021.

DE MENESES, Ulpiano T.Bezerra. A identidade da arqueologia Brasileira. *Estudos Avancados*, v. 29, n. 83, p. 19–23, 2015. Acesso em: 21 abr. 2020.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Introduction. Creating a distance in relation to Western-centric Political Imagination and Critical Theory. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. [S.l: s.n.], 2014. .

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; SMITH RICARDO, Adam. *Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. . [S.l: s.n.], 1988. . Acesso em: 19 set. 2020.

DEWEY, John. Experience and education. *Educational Forum*, 1986.

DJINDJIAN, François. *Computers and Mathematics in Archaeology, Anatomy of an Ineluctable Success!* . [S.l: s.n.]. . Acesso em: 20 jan. 2020. , 2014

DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para Metodologias desde e para A América Latina. *Espirales*, p. 174–184, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>. Acesso em: 5 jul. 2021.

DUNNELL, Robert C. The Notion Site. p. 21–41, 1992. Acesso em: 17 mar. 2022.

EARLEY-SPADONI, Tiffany. Spatial History, deep mapping and digital storytelling: archaeology's future imagined through an engagement with the Digital Humanities. *Journal of Archaeological Science*, v. 84, p. 95–102, 1 ago. 2017a.

EARLEY-SPADONI, Tiffany. Spatial History, deep mapping and digital storytelling: archaeology's future imagined through an engagement with the Digital Humanities. *Journal of Archaeological Science*, v. 84, p. 95–102, 1 ago. 2017b. Acesso em: 15 out. 2020.

EARLEY-SPADONI, Tiffany. Spatial History, deep mapping and digital storytelling: archaeology's future imagined through an engagement with the Digital Humanities. *Journal of Archaeological Science*, v. 84, p. 95–102, 1 ago. 2017c. Acesso em: 10 fev. 2020.

EARLEY-SPADONI, Tiffany; HARROWER, Michael James. Spatial Archaeology: Mapping the Ancient Past with the Humanities and the Southern Red Sea Archaeological Histories (SRSAH) Project View project Conservation of the Endangered World Heritage Site of Nan Madol: A Ceremonial Center of Eastern Micronesia View project. *Sciences Article in International Journal of Humanities and Arts Computing*, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339611544>. Acesso em: 8 fev. 2021.

EDGEWORTH, Matt. *Fluid Pasts: Archaeology Of Flow*. [S.l: s.n.], 2011.

EDGEWORTH, Matt. Follow the Cut, Follow the Rhythm, Follow the Material. *Norwegian Archaeological Review*, v. 45, n. 1, p. 76–92, jun. 2012. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00293652.2012.669995>. Acesso em: 12 mar. 2020.

EDGEWORTH, Matt. Grounded objects. Archaeology and speculative realism. *Archaeological Dialogues*, v. 23, n. 1, p. 93–113, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S138020381600012X>. Acesso em: 2 fev. 2020.

EDGEWORTH, Matt. On the agency of rivers. *Archaeological Dialogues*, v. 21, n. 2, p. 157–159, 2014.

EDGEWORTH, Matt. *Rivers as artifact*. Disponível em: <https://web.stanford.edu/dept/archaeology/cgi-bin/archaeolog/?p=191>. Acesso em: 30 jan. 2020.

ENGLISH, Penny. *Who controls the past? Internet Archaeology*. [S.l: s.n.]. . Acesso em: 5 abr. 2020. , mar. 2013

ETHINGTON, Philip J. *Placing the past: "Groundwork" for a spatial theory of history*. *Rethinking History*. [S.l.]: Routledge . Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642520701645487>. Acesso em: 22 out. 2020. , 2007

FANON, Frantz. *Os Condenados Da Terra*. 1. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2006. . Acesso em: 30 jun. 2021.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Tecnologias Ancestrais: diáspora africana e sistema Atlântico nas charqueadas de Pelotas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XyRT6MACB38>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FORD, Ben. The archaeology of maritime landscapes. *The archaeology of maritime landscapes*, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: [s.n.], 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. . Acesso em: 12 out. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 23–25, jun. 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson J; OLIVIER, Laurent. *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea*. 1. ed. São Paulo : Fapesp, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/18985921/Identidades_discurso_e_poder_estudos_da_Arqueologia_contempor%C3%A2nea>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 3, p. 213–220, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002. . Acesso em: 30 jun. 2021.

GANDARA, G. S. Teresina: A capital sonhada do Brasil Oitocentista. *Historia*, v. 30, n. 1, p. 90–113, jan. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 9 set. 2020.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba — Cidades-Beira*. 2008. 397 f. Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1661>. Acesso em: 28 out. 2020.

GASPAR, Maria Dulce. História da construção da arqueologia histórica brasileira. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 13, p. 269–301, 2003.

GILLINGS, Mark; HACIGÜZELLER, Piraye; LOCK, Gary. *Archaeological Spatial Analysis*. [S.l.]: Routledge, 2020. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/e/9781351243858>. Acesso em: 26 out. 2020.

GILLINGS, Mark; HACIGÜZELLER, Piraye; LOCK, Gary. *On maps and mapping*. . [S.l: s.n.], [S.d.]. . Acesso em: 28 out. 2020.

GILLINGS, Mark; HACIGÜZELLER, Piraye; LOCK, Gary. *Re-mapping archaeology: critical perspectives, alternative mappings*. Abingdon: Routledge, 2019.

GONÇALVES, Josimere Serrão; FEITOSA, Maria Antonia Paixão. Descolonizar Já: Pontos Em Debates Sobre O Epistemicídio. *Complexitas – Revista de Filosofia Temática*, v. 4, n. 2, p. 40–47, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8054>. Acesso em: 26 out. 2021.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *An archaeology of the contemporary era*. New York: Routledge, 2019.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Felipe. Against reactionary populism: towards a new public archaeology. *Antiquity*, v. 92, n. 362, p. 507–515, abr. 2018a. Acesso em: 17 mar. 2022.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Felipe. En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. *Chungara Revista de Antropología Chilena*, 2018b. , p. 1–7.

GRAESCH, Anthony P.; MAYNARD, Corbin; THOMAS, Avery. Discard, emotions, and empathy on the margins of the waste stream. *Archaeologies of the Heart*. [S.l.]: Springer International Publishing, 2020. p. 141–161. . Acesso em: 7 out. 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2, p. 32–35, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. La Descolonización De La Economía Política Y Los Estudios Postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. n. 4, p. 17–48, 2006. Acesso em: 12 set. 2021.

HABER, Alejandro. *Comentario a "en contra del populismo reaccionario: Hacia una nueva arqueología pública", De Alfredo González Ruibal, Pablo Alonso González Y Felipe Criado-Boado*. *Chungara*. [S.l.]: Universidad de Tarapaca. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562019005000805.Publicadoenlínea:24-abril-2019.>. Acesso em: 14 out. 2020. , 2019

HACIGÜZELLER, Piraye. Archaeological (Digital) Maps as Performances: Towards Alternative Mappings. *Norwegian Archaeological Review*, v. 50, n. 2, p. 149–171, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=sarc20>. Acesso em: 26 jan. 2021.

HAMILAKIS, Yannis. Archaeology and the politics of pedagogy. *World Archaeology*, v. 36, n. 2, p. 287–309, jun. 2004. Acesso em: 7 out. 2020.

HAMILAKIS, Yannis; HAMILAKIS, Yannis. From Corporeality to Sensoriality, from Things to Flows. *Archaeology and the Senses*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2013. p. 191–204. . Acesso em: 7 out. 2020.

HARRIS, Trevor M. From PGIS to Participatory Deep Mapping and Spatial Storytelling: An Evolving Trajectory in Community Knowledge Representation in GIS. *Cartographic Journal*, v. 53, n. 4, p. 318–325, 1 out. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00087041.2016.1243864>. Acesso em: 22 jul. 2020.

HARVEY, David; KATZ, Cindi. Evaluation Geographical Knowledge in the Eye of Power: Reflections on Derek Gregory's Geographical Imaginations. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 85, n. 1, p. 160–164, 1995. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1995.tb01800.x>. Acesso em: 22 out. 2020.

HENRI LEFEBVRE. *La production de l'espace*. Éditions Anthropos ed. [S.l.]: Société et urbanisme, 1974. Disponível em: <https://b-ok.lat/book/5841542/e8f90b>. Acesso em: 20 out. 2020.

HETHERINGTON, Kevin. From Blindness to Blindness: Museums, Heterogeneity and the Subject. *The Sociological Review*, v. 47, n. 1_suppl, p. 51–73, 9 maio 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-954X.1999.tb03482.x?journalCode=sora>. Acesso em: 20 set. 2020.

HETHERINGTON, Kevin. Museum topology and the will to connect. *Journal of Material Culture*, v. 2, n. 2, p. 199–218, 1997. Acesso em: 20 set. 2020.

HODDER, Ian. "Always momentary, fluid and flexible": Towards a reflexive excavation methodology. *Antiquity*, v. 71, n. 273, p. 691–700, 1997. Disponível em: </core/journals/antiquity/article/always-momentary-fluid-and-flexible-towards-a-reflexive-excavation-methodology/60F0A0E65882DC8DCB87A5F5C3A117DE>. Acesso em: 5 out. 2020.

HODDER, Ian. *Archaeological reflexivity and the "local" voice*. *Anthropological Quarterly*. [S.l: s.n.]. . Acesso em: 5 out. 2020. , dez. 2003

HODDER, Ian. *Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things - Ian Hodder - Google Livros*. John Wiley & Sons ed. [S.l: s.n.], 2012. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books/about/Entangled.html?id=1emIjhy2IL4C&redir_esc=y>. Acesso em: 26 out. 2020.

HODDER, Ian. Interpretive Archaeology and Its Role. *American Antiquity*, v. 56, n. 1, p. 7–18, 20 jan. 1991. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0002731600067202/type/journal_article>. Acesso em: 5 out. 2020.

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the past: Current approaches to interpretation in archaeology, third edition*. [S.l: s.n.], 2003.

HODDER, Ian; RENFREW, Colin; OTHERS. *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, Lan. *SOCIAL THOUGHT AND COMMENTARY Archaeological Reflexivity and the "Local" Voice*. . [S.l.]: Hodder, 2000. . Acesso em: 20 abr. 2020.

INGOLD, Tim. Comments on Christopher Tilley: The Materiality of Stone: Explorations in Landscape Phenomenology. Oxford: Berg, 2004. *Norwegian Archaeological Review*, v. 38, n. 2, p. 122–129, 2005a. Acesso em: 7 out. 2020.

INGOLD, Tim. Materials against materiality. *Archaeological Dialogues*, 2007.

INGOLD, Tim. The eye of the storm: Visual perception and the weather. *Visual Studies*, v. 20, n. 2, p. 97–104, 2005b. Acesso em: 7 out. 2020.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. *World Archaeology*, v. 25, n. 2, p. 152–174, 1993. Acesso em: 7 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro: OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1957. v. 3.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS* . Rio de Janeiro: OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1958. v. 4.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS* . Rio de Janeiro : OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1959. v. 5.

KELLY, José Antonio; DE, Marcos; MATOS, Almeida. Política da consideração: ação e influência nas terras baixas da América do Sul. *Mana*, v. 25, n. 2, p. 391–426, 5 set. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/mana/a/7GCsGBnPXLvHMqdtDq9n6fr/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2022.

KNAPP, A. Bernard; VAN DOMMELEN, Peter. Past practices: Rethinking individuals and agents in archaeology. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 18, n. 1, p. 15–34, 2008. Acesso em: 7 out. 2020.

KRISTIANSEN, Kristian; ŠMEJDA, Ladislav; TUREK, Jan. *Paradigm found : archaeological theory present, past and future : essays in honour of Evžen Neustupný*. Oxbow Book ed. Havertown: United Kingdom, 2015. . Acesso em: 22 jan. 2020.

LAMBERG-KARLOVSKY, C C. *Archeology: The Hilly Flanks and Beyond: Essays on the Prehistory of Southwestern Asia*. . [S.l.]: Wiley Online Library. , 1985

LANATA, José Luis. Evolución, espacio y adaptación en grupos cazadores-recolectores. *Revista do Museu de Arqueología e etnología*, n. 3, p. 3–15, 1993.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. *Filosofia*, 2009.

LAWRENCE, Susan; DAVIES, Peter; TURNBULL, Jodi. The archaeology of Anthropocene rivers: water management and landscape change in “Gold Rush” Australia. [S.d.]. Acesso em: 30 jan. 2020.

LAYTON, Robert; THOMAS, Julian.; STONE, Peter G. *Destruction and conservation of cultural property*. [S.l.]: Routledge, 2001. . Acesso em: 18 fev. 2020.

LEAL JUNIOR, Jose Hamilton L; PORTILHO BUENO, Ayrton. A segregação planejada: o plano de modernização de Teresina. 2013, [S.l.]: Departament d’Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica …, 2013. p. 710–716.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio-a produção do espaço. *Estudos Avancados*, v. 27, n. 79, p. 123–132, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 out. 2020.

LIMA, Helena Pinto. PATRIMÔNIO PARA QUEM? POR UMA ARQUEOLOGIA SENSÍVEL. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 25–38, 27 ago. 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7086>. Acesso em: 26 out. 2021.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O devassamento do Piauí. *Brasiliana*, 1946.

LIMA, Tania Andrade. *Cultura material: A dimensão concreta das relações sociais*. *Boletimdo Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas*. [S.l.]: MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi. . Acesso em: 21 abr. 2020a. , 2011

LIMA, Tania Andrade. *Cultura material: A dimensão concreta das relações sociais*. *Boletimdo Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas*. [S.l: s.n.]. , 2011b

LIMA, Tania Andrade. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. *Revista de Arqueologia*, 2006.

LINDA NORDLING. *Philip Esler: Pense grande | Educação | O guardião*. . [S.l: s.n.], 18 out. 2005. Disponível em: <https://www.theguardian.com/education/2005/oct/18/highereducationprofile.highereducation>. Acesso em: 1 abr. 2020.

LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. 23. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. . Acesso em: 17 jul. 2022.

LLOBERA, Marcos. Arqueología del paisaje en el siglo XXI: reflexiones sobre el uso de los SIG y modelos matemáticos. *La aplicación de los SIG en la arqueología del*

paisaje, p. 109–124, 2006. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31705484/Llobera_2006-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1658175368&Signature=CC3KEW0-goUsMyeh4qxt0DnVnjfcwmTezmdE6dmJZjG2OZaIDwwIDzBo8iGYO7Su9WPKeTm7isAnPFi6vLtelcxBv2URubl8OOYgYwBe9dfK9iFpWm1Ql6MmdYCyg1mjlGKYZ~~mtM5sPzrpgQlJUfG5beu2A3rNVoZpwbDeo2pyjR3DHaa1pMOVz2M28IJqS9bHR74K6aYpwCYSjqktdj3qRjEVDaRcLDViaeSoP213yNdfG2z3rQF21K2~vK2Q57srsHyLDpsk2zLajVdvTZ4UJON28ZDQwW7FHgUxkixRsJ8qZXZhKuQZfBluOMyxieK3ZXIBBM1NiFjjrjKVQA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 17 jul. 2022.

LOCK, Gary. *Archaeological computing then and now: theory and practice, intentions and tensions*. . [S.l: s.n.]. . Acesso em: 22 jan. 2020. , 2009

LOCK, Gary; MOLYNEAUX, Brian Leigh. *Confronting scale in archaeology: Issues of theory and practice*. [S.l: s.n.], 2006.

LOCK, Gary; POUNCETT, John. Spatial thinking in archaeology: Is GIS the answer? *Journal of Archaeological Science*, v. 84, p. 129–135, 1 ago. 2017. Acesso em: 22 jul. 2020.

LOIOLA, Sérgio Almeida *et al.* Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil. *R. Ra'e Ga*, v. 35, p. 38–67, 2015. Disponível em: <www.ser.ufpr.br/raega>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LYNCH, Michael. Against Reflexivity as an Academic Virtue and Source of Privileged Knowledge. *Theory, Culture & Society*, v. 17, n. 3, p. 26–54, 30 jun. 2000. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/02632760022051202>. Acesso em: 5 out. 2020.

MANGUEIRA, Ana Beatriz Da Costa. A contribuição do pensamento decolonial para o ensino básico e o acadêmico brasileiro: desafios e perspectivas. *XVII Congresso Internacional - América Latina: Resgatar a Democracia. Repnsar a Integração - FoMerco - Fórum Universitário Mercosul*, p. 1–17, 2019. Acesso em: 23 mar. 2021.

MARANHÃO, Natacha. Nasce um novo Poti Velho. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/nasce-um-novo-poti-velho>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MARTIN, Gabriela. AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ALCOBAÇA, BUí) UE-PE, NO CONTEXTO DATRADIÇÃO AGRESTE. 2005.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. Formas De Silenciamento Do Colonialismo E Epistemícidio: Apontamentos Para O Debate. 2018, [S.l: s.n.], 2018. p. 1–11. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MCEWAN, Dorothy Graves. Qualitative Landscape Theories and Archaeological Predictive Modelling—A Journey Through No Man's Land? *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 19, n. 4, p. 526–547, 2012.

MEDEIROS, José Washington de Morais. *A racionalidade comunicativa como àgora de processos educativos emancipatórios*. 2008. 0–224 f. Universidade Federal da

Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4944/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MEGGERS, Betty J. A contribuição do Brasil à interpretação da linguagem da cerâmica. *Arqueologia*, v. 4, p. 31–56, 2007. Disponível em: <https://journals.kvasirpublishing.com/arq/article/viewFile/105/126>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial E O Significado De Identidade Em Política. *Cadernos de Letras da UFF*, 2008a.

MIGNOLO, Walter D. DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: A OPÇÃO DESCOLONIAL E O SIGNIFICADO DE IDENTIDADE EM POLÍTICA *. v. 34, p. 287–324, 2008b. Acesso em: 10 jan. 2022.

MILLER JÚNIOR, Tom O. *Teoria Antropológica e Arqueológica: Convergências e Divergências*. EDUFRN ed. Natal: [s.n.], 2019. . Acesso em: 18 out. 2020.

MIRANDA, Reginaldo. *São Gonçalo da Regeneração, Marchas e Contramarchas de uma comunidade sertaneja: Da aldeia indígena aos tempos atuais*. Teresina: Gráfica Expansão, 2004.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. [S.l.]: Bertrand Brasil, 2005. . Acesso em: 20 set. 2020.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Etno-história dos índios do Piauí colonial*. [S.l: s.n.], 1985. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:mott-1985-etno-historia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MOUNT, Charles. Explicit data and tacit knowledge, exploring the dimensions of archaeological knowledge. In: H. ROCHE *et al.* (Org.). . *From Megaliths to Metals. Essays in Honour of George Eogan*. Oxbow ed. Exeter: [s.n.], 2004. p. 230–233. . Acesso em: 2 fev. 2020.

MOURA, Regina maria Leal de Pires. *Marco de Reassentamento involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da - segunda fase do Programa Lagoas do Norte*. . Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021. , 2014

NEVES, Diogo Gualhardo. Ferrovia São Luís-Teresina: história e cultura. *VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial*, v. 1, 2012.

NEVES, Eduardo Góes. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? *Estudos Avancados*, v. 29, n. 83, p. 7–17, 2015. Acesso em: 4 abr. 2020.

NGUGI WA THIONG’O. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. 1. ed. Zimbabwe: ZIMBABWE PUBLISHING HOUSE, 1994.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NOELLI, Francisco Silva. PIRATÝPE: UMA LINGUAGEM DA PESCA E DO CONSUMO DE PEIXES ENTRE OS GUARANÍ. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 16, n. 32, p. 30–54, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/17488>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NOELLI, Francisco Silva. *Sem Tekohá nao ha tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. 1993. Pontíficia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

NOELLI, Francisco Silva; BROCHADO, José Proenza. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 8, p. 117–128, 1998.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. out. 2007, [S.l.]: Casa de Oswaldo Cruz, out. 2007. p. 1239–1264. Acesso em: 1 abr. 2020.

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Para cozinhar...: as panelas da Cerâmica Paulista. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 18, n. 2, p. 501–538, 2021.

NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. 2020. Para cozinhar... as panelas da Cerâmica Paulista. Habitus: Revista Goiana do Instituto de Pré-História e Antropologia, v. 18, n. 2, p. 501–538.

NORMARK, Johan. Going against the flow. Reaction to Veronica Strang. *Archaeological Dialogues*, v. 22, n. 2, p. 199–206, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1380203815000252>. Acesso em: 30 jan. 2020.

OLIVEIRA, Jorge Eremites De. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 7, n. 2, p. 354, 11 jul. 2016. Acesso em: 30 abr. 2020.

PALACIOS, David Alejandro Ramirez. Bruno Latour And Geography: Territory From A Non-Modern View/Bruno Latour E A Geografia: O Territorio Desde Uma Perspectiva Nao-Moderna/Bruno Latour Y La Geografia: El Territorio Desde Una Perspectiva No-Moderna. *Espaço e Curtura*, n. 41, p. 167–193, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=23174161&v=2.1&it=r&id=GALE%7CA604314992&sid=googleScholar&linkaccess=fulltext>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PANICH, L.; ALLEN, R.; GALVAN, A. 2018. Archaeology of Native American Persistence at Mission San José. Journal of California and Great Basin Anthropology, v.38, n. 1, p. 11-29.

PANICH, Lee. 2013. Archaeologies of Persistence: Reconsidering the Legacies of Colonialism in Native North America. American Antiquity, 78(1), 105-122.

PATTERSON, Thomas C. *History and the Post-Processual Archaeologies*. *Source: Man, New Series*. [S.l: s.n.], 1989. . Acesso em: 2 fev. 2020.

PELLINI, José Roberto. Arqueologia, revolução e falafel. A Arqueologia Egípcia e a Primavera Árabe. *Revista Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 2013. , v. 23, p. 155–170Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/106856/105499>. Acesso em: 27 set. 2021.

PEREIRA, LUCAS COELHO. A canoa, o barro e o santo: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI. 2014. UFPI, Teresina, 2014. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/_files/ugd/34ac44_666c91f1a23447559719c95e177cf00a.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PEREIRA, Lucas Coelho. Os reis do quiabo Meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí Brasília-DF. 2017. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/_files/ugd/34ac44_35e179af4b644a0fbb1d5fa9a3627f50.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. 1. ed. [S.l.]: Editora Nós, 2017. . Acesso em: 17 ago. 2021.

PIERRE, Marcus; CARVALHO BAPTISTA, D E. *DA "SELVA" AO SANGUE À VIDA: O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO INDÍGENA NO PIAUÍ*. . [S.l: s.n.], [S.d.]. . Acesso em: 22 fev. 2021.

PITA, Sebastião da Rocha, 1660-1738. História da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro. [...]. 1730. Disponível em: <http://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4714>. Acesso em: 28 out. 2020.

POKEMON, Maurício. *Inventário Verde da Boa Esperança*. 1. ed. Teresina: Maurício Soares Gomes de Oliveira, 2019.

POLANYI, Michael. The Tacit dimension. *Knowledge in Organisations*. [S.l: s.n.], 2009.

POLITIS, Gustavo G. The Theoretical Landscape and the Methodological Development of Archaeology in Latin America. *Latin American Antiquity*, v. 14, n. 2, p. 115, jun. 2003. Acesso em: 23 abr. 2020.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000. Acesso em: 1 abr. 2021.

RAINBIRD, Paul. Fluid Pasts: Archaeology of Flow, by Matt Edgeworth, 2011. Bristol: Bristol Classical Press; ISBN 978-0-7156-3982-5 paperback £14.99 & US$24.95; 155 pp., 21 figs. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 22, n. 2, p. 297–298, jun. 2012. Acesso em: 30 set. 2020.

RANDALL H. MCGUIRE. *Archaeology as political action*. California Series i… ed. [S.l.]: California Series in Public Anthropology, 2008. Disponível em: <https://www.ucpress.edu/book/9780520254916/archaeology-as-political-action>. Acesso em: 26 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *O que É Lugar de Fala?* 1. ed. [S.l.]: Letramento, 2017. . Acesso em: 4 jul. 2021.

RIBEIRO, Loredana *et al.* A saia justa da Arqueologia Brasileira: Mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093–1110, 1 set. 2017. Acesso em: 21 abr. 2020.

RICHARDSON, Douglas *et al.* Introducing the geohumanities. p. 21–22, 14 abr. 2011. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/>. Acesso em: 25 out. 2020.

Robert H. Lowie | American anthropologist | Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Robert-H-Lowie>. Acesso em: 18 out. 2020.

ROBERTS, Les. Deep Mapping and Spatial Anthropology. *Humanities*, v. 5, n. 1, p. 5, 14 jan. 2016. Disponível em: <http://www.mdpi.com/2076-0787/5/1/5>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ROCHA, Cézar Henrique Barra. *Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar*. [S.l.]: Ed. do autor, 2002.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. *Primeiras estórias*, v. 14, p. 32–37, 2001.

ROTMAN, Brian. *Signifying nothing: the semiotics of zero*. Stanford: [s.n.], 1993. Disponível em: <https://www.academia.edu/1927959/Signifying_nothing_The_semiotics_of_zero>. Acesso em: 6 out. 2020.

SABINO, Luíza Wehbe. *O silenciamento das mulheres: O Manterrupting de Manuela d'Ávila Mansplaining, Gaslighting e Bropriating*. Disponível em: <https://desconstrucaodiaria.com/2018/06/30/o-silenciamento-das-mulheres-o-manterrupting-de-manuela-davila-mansplaining-gaslighting-e-bropriating/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SALLUM, Marianne *et al.* "Política da consideração" e o significado das coisas: A persistência de comunidades de práticas agroflorestais em São Paulo. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 19, n. 37, p. 356–389, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/22874>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SALLUM, Marianne. Por uma "aliança afetiva" entre a Arqueologia e os Saberes Tradicionais: Contribuições da Arqueologia para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 19, n. 37, p. 273–300, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/22464>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. "A pleasurable job"… Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 61, p. 101245, 1 mar. 2021a. Acesso em: 30 jun. 2021.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters' Practices in Brazil: From Tupiniquim to Paulistaware. [S.d.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10761-019-00517-8>. Acesso em: 9 mar. 2021a.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters' Practices in Brazil: From Tupiniquim to Paulistaware. [S.d.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10761-019-00517-8>. Acesso em: 9 mar. 2021b.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. Narratives of Persistence: Indigenous Negotiations of Colonialism in Alta and Baja California. *Historical Archaeology*, v. 55, n. 4, p. 606–608, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41636-021-00303-6>.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. Native Providence: Memory, Community, and Survivance in the Northeast. *Historical Archaeology*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41636-022-00353-4>.

SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica. Revista Arqueologia Pública, v. 16, n. 2, p. 179–195, 27 dez. 2021a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666241>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SAMIA, Danielle Gomes. Mapa De Sensibilidade Arqueológica Estudo De Caso Na Terra Indígena Kuatinemu/PA. 2016, Teresina: [s.n.], 2016. p. 33–36. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/357924792_III_Simposio_de_Desenvolvimento_do_Tropico_Ecotonal_do_Nordeste_I_Simposio_de_Desenvolvimento_e_Meio_Ambiente_SIMDEMA>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SAMIA, Danielle Gomes. Usuários Intuitivos: Práxis Cartográfica na Arqueologia. In: CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO; GRÉGOIRE VAN HAVRE (Org.). . De Ingá `a Arqueologia Inclusiva: Novas Linguagens Arqueologia e Humanidades Digitais. NDIHR-UFPB ed. João Pessoa: [s.n.], 2021b. v. 2. p. 14–45. Disponível em: <https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=715>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SANABRIA, Isabela Soraia Backx. *Paul Rivet e Paulo Duarte: Discursos sobre Humanismo e Arqueologia no Brasil*. 2013. 128 f. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da razão indolente: contra o despedício da experiência*. *Para um novo sendo comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. [S.l: s.n.]. , 2002

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. [S.l.]: Cortez, 2010. v. 4. . Acesso em: 4 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Boaventura de Sousa Santos: o Colonialismo e o século XXI*. Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/?q=boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi>. Acesso em: 6 set. 2020.

SANTOS, Boaventura De Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, v. 18, n. 43, p. 14–23, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/soc/a/Y3Fh6D3ywMCFym4wMFVdzsq/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SANTOS, Danielle Filgueiras Santos; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. EM BUSCA DA “TERRA DA PROMISSÃO”: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858). *REVISTA ELETRÔNICA HUMANA RES*, v. 1, n. 4, 2021.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, v. 16, n. 32, p. 89, 30 dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 22 out. 2020.

SCHÖN, Donald Alan. Formar professores como profissionais reflexivos. *Os Professores e a sua formação*, 1997.

SHANKS, Michael. *Theatre/archaeology*. [S.l.]: Taylor & Francis, 2001.

SHERRATT, Andrew. ‘Settlement patterns’ or ‘landscape studies’? *Archaeological Dialogues*, v. 3, n. 2, p. 140–159, dez. 1996. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in historical archaeology : A review of issues and perspectives. *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology*, p. 41–60, 26 jul. 2020. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315202846-3/colonialism-historical-archaeology-stephen-silliman>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SILLIMAN, Stephen W. 2009. Change and Continuity, Practice and Memory: Native American Persistence in Colonial New England. American Antiquity, 74(2), 211-230.

SLÖTERDIJK, Peter. *El desprecio de las masas. Ensayo sobre las luchas culturales de la sociedad moderna*. . Valencia: Pre-textos. , 2001

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. 2nd. ed. London: Zed Books, 2012.

SOJA, Edward William. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory - Edward W. Soja, Soja - Google Livros*. New York: London, 1989. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Postmodern_Geographies.html?id=xrmaSYfLOQ8C&redir_esc=y>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Lucy Gomes De. *Por que precisamos politizar o conhecimento cientifico?* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.instagram.com/gryposouza/?hl=pt-br>. , 2020

STRANG, Veronica. *Fluid consistencies. Material relationality in human engagements with water*. *Archaeological Dialogues*. [S.l.]: Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/terms.https://doi.org/10.1017/S1380203814000130 Downloadedfromhttps://www.cambridge.org/core.>. Acesso em: 1 out. 2020. , 26 nov. 2014

TAMBASSI, Timothy. A Geographical Taxonomy for Geo-ontologies. *Axiomathes*, v. 27, n. 4, p. 355–374, 1 ago. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10516-016-9309-z>. Acesso em: 28 out. 2020.

THOMAS, Julia; BARTHES, Roland. Camera Lucida: Reflections on Photography. *Reading Images*. [S.l: s.n.], 2001. .

THOMAS, Julian. *Archaeology and modernity*. [S.l: s.n.], 2004.

TRESCH, John. Another turn after ANT: An interview with Bruno Latour. *Social Studies of Science*, v. 43, n. 2, p. 302–313, 28 abr. 2013. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306312712468362>. Acesso em: 16 fev. 2021.

UFPI :: Pesquisa - Núcleos Relacionados. Disponível em: <https://leg.ufpi.br/page.php?id=56>. Acesso em: 9 jun. 2021.

VEIT, Ulrich. The, Ethnic concepts in German prehistory: a case study on Archaeological, relationship between cultural identity and Objectivity. In: SHENNAN, STEPHEN (Org.). . *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. [S.l.]: Routledge, 2003. p. 35–51. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9780203111147>.

WALSH, Catherine. *Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos*. Querétaro: Colectivo Zapateándole al mal gobierno, 2014. . Acesso em: 14 out. 2020.

WELCH, John R. I ♥ archaeology: An experiment in appreciative inquiry. *Archaeologies of the Heart*. [S.l.]: Springer International Publishing, 2020. p. 23–37. . Acesso em: 7 out. 2020.

WESSELLS, Anne Taufen. Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory by Bruno Latour. *International Public Management Journal*, v. 10, n. 3, p. 351–356, 23 ago. 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10967490701515606>. Acesso em: 16 fev. 2021.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387–409, 1 dez. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=cjgr20>. Acesso em: 19 abr. 2021.

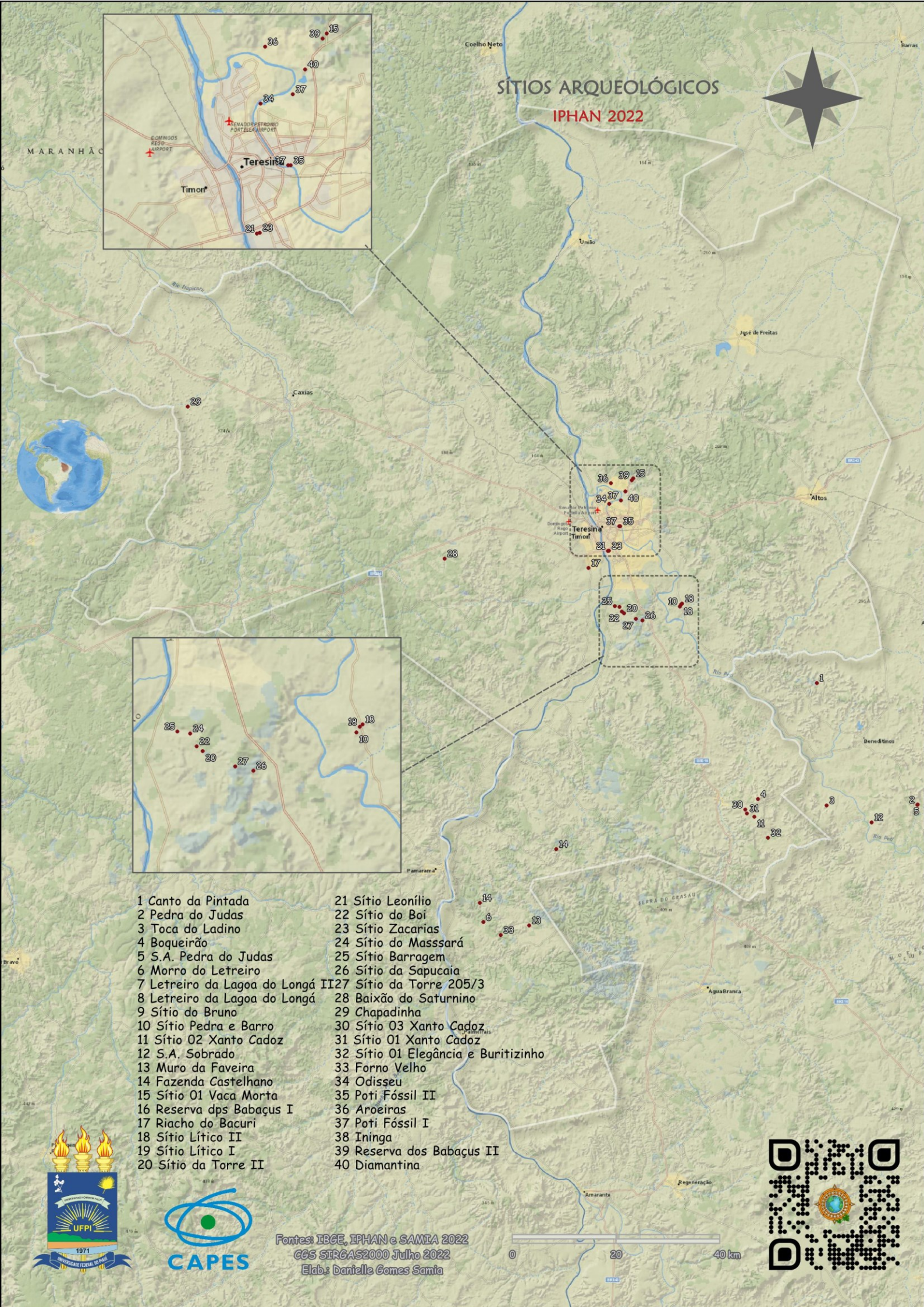
XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *Piseagrama*, p. 110–117, 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ANEXO A

Tabela 10 Sítios Arqueológicos foco do estudo 2022

#	Identificação	Código	link	Classificação
1	Canto da Pintada	PI2201606BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/8855	Grupos produtores de arte rupestre
2	Pedra do Judas	PI2201606BAST00002	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/8861	Grupos produtores de arte rupestre
3	Toca do Ladino	PI2201606BAST00003	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/8885	Grupos produtores de arte rupestre
4	Boqueirão	PI2206407BAST00005	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/30814#&panel1-2	Grupos produtores de arte rupestre
5	S.A. Pedra do Judas	PI2201606BAST00004	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/36653	Grupos produtores de arte rupestre
6	Morro do Letreiro	PI2207504BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/7250	Grupos produtores de arte rupestre
7	Letreiro da Lagoa do Longá II	PI2200301BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/17589	Grupos produtores de arte rupestre
8	Letreiro da Lagoa do Longá	PI2200301BAST00002	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/17590	Grupos produtores de arte rupestre
9	Sítio do Bruno	PI2200301BAST00003	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/17591	Grupos produtores de arte rupestre
10	Sítio Pedra e Barro	PI2211001BAST00011	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/18156	Grupos mercantilistas
11	Sítio 02 Xanto Cadoz	PI2206407BAST00004	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/13376	Grupos mercantilistas
12	S.A. Sobrado	PI2201606BAST00005	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/36724	Grupos mercantilistas
13	Muro da Faveira	PI2207504BAST00004	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9096	Grupos mercantilistas
14	Fazenda Castelhano	PI2207504BAST00003	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9095	Grupos mercantilistas
14	Sítio 01 Vaca Morta	PI2203255BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/13042	Grupos mercantilistas
15	Reserva dps Babaçus I	PI2211001BAST00019	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/41336#&panel1-1	Grupos caçadores-coletores/agricultores
17	Riacho do Bacuri	MA2112209BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/37282	Grupos caçadores-coletores
18	Sítio Lítico II	PI2211001BAST00013	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/18158	Grupos caçadores-coletores
18	Sítio Lítico I	PI2211001BAST00012	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/18157	Grupos caçadores-coletores
20	Sítio da Torre II	PI2211001BAST00009	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9492	Grupos caçadores-coletores
21	Sítio Leonílio	PI2211001BAST00006	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9489	Grupos caçadores-coletores
22	Sítio do Boi	PI2211001BAST00005	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9488	Grupos caçadores-coletores
23	Sítio Zacarias	PI2211001BAST00004	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9487	Grupos caçadores-coletores

24	Sítio do Masssará	PI2211001BAST00003	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9486	Grupos caçadores-coletores
25	Sítio Barragem	PI2211001BAST00002	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9485	Grupos caçadores-coletores
26	Sítio da Sapucaia	PI2211001BAST00007	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9490	Grupos caçadores-coletores
27	Sítio da Torre 205/3	PI2211001BAST00008	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/9491	Grupos caçadores-coletores
28	Baixão do Saturnino	MA2112209BAST00002	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/37283	Grupos caçadores-coletores
29	Chapadinha	MA2103000BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/27277#&panell-1	Grupos caçadores-coletores
30	Sítio 03 Xanto Cadoz	PI2206407BAST00001	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/13373	Grupos caçadores-coletores
31	Sítio 01 Xanto Cadoz	PI2206407BAST00002	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/13374	Grupos caçadores-coletores
32	Sítio 01 Elegância e Buritizinho	PI2206407BAST00003	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/13375	Grupos caçadores-coletores
33	Forno Velho	PI2207504BAST00002	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/8853	Grupos caçadores-coletores
34	Odisseu	PI2211001BAST00016	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/33490#&panell-1	Grupos agricultores
35	Poti Fóssil II	PI2211001BAST00015	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/26954#&panell-1	Grupos agricultores
36	Aroeiras	PI2211001BAST00017	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/34357#&panell-1	Grupos agricultores
37	Poti Fóssil I	PI2211001BAST00014	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/26947#&panell-2	Grupos agricultores
37	Ininga	PI2211001BAST00010	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/18030	Grupos agricultores
39	Reserva dos Babaçus II	PI2211001BAST00020	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/41337#&panell-1	Grupos agricultores
40	Diamantina	PI2211001BAST00018	https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/40083#&panell-4	Grupos agricultores


SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
IPHAN 2022
Coelho Neto
Barras
MARANHÃO
Teresina
Timon
União
José de Freitas
Caxias
Altos
Pamarama
Beneditinos
Água Branca
Amarante
Regeneração
Bravo
SERRA DO GRAJAÚ
Rio Parnaíba
Rio Itapecuru
SENADOR PETRÔNIO PORTELLA AIRPORT
DOMINGOS REGO AIRPORT
1 Canto da Pintada
2 Pedra do Judas
3 Toca do Ladino
4 Boqueirão
5 S.A. Pedra do Judas
6 Morro do Letreiro
7 Letreiro da Lagoa do Longá II
8 Letreiro da Lagoa do Longá
9 Sítio do Bruno
10 Sítio Pedra e Barro
11 Sítio 02 Xanto Cadoz
12 S.A. Sobrado
13 Muro da Faveira
14 Fazenda Castelhano
15 Sítio 01 Vaca Morta
16 Reserva dps Babaçus I
17 Riacho do Bacuri
18 Sítio Lítico II
19 Sítio Lítico I
20 Sítio da Torre II
21 Sítio Leonílio
22 Sítio do Boi
23 Sítio Zacarias
24 Sítio do Masssará
25 Sítio Barragem
26 Sítio da Sapucaia
27 Sítio da Torre 205/3
28 Baixão do Saturnino
29 Chapadinha
30 Sítio 03 Xanto Cadoz
31 Sítio 01 Xanto Cadoz
32 Sítio 01 Elegância e Buritizinho
33 Forno Velho
34 Odisseu
35 Poti Fóssil II
36 Aroeiras
37 Poti Fóssil I
38 Ininga
39 Reserva dos Babaçus II
40 Diamantina
UFPI
1971
CAPES
Fontes: IBGE, IPHAN e SAMIA 2022
CGS SIRGAS2000 Julho 2022
Elab.: Danielle Gomes Samia
0
20
40 km

ANEXO B

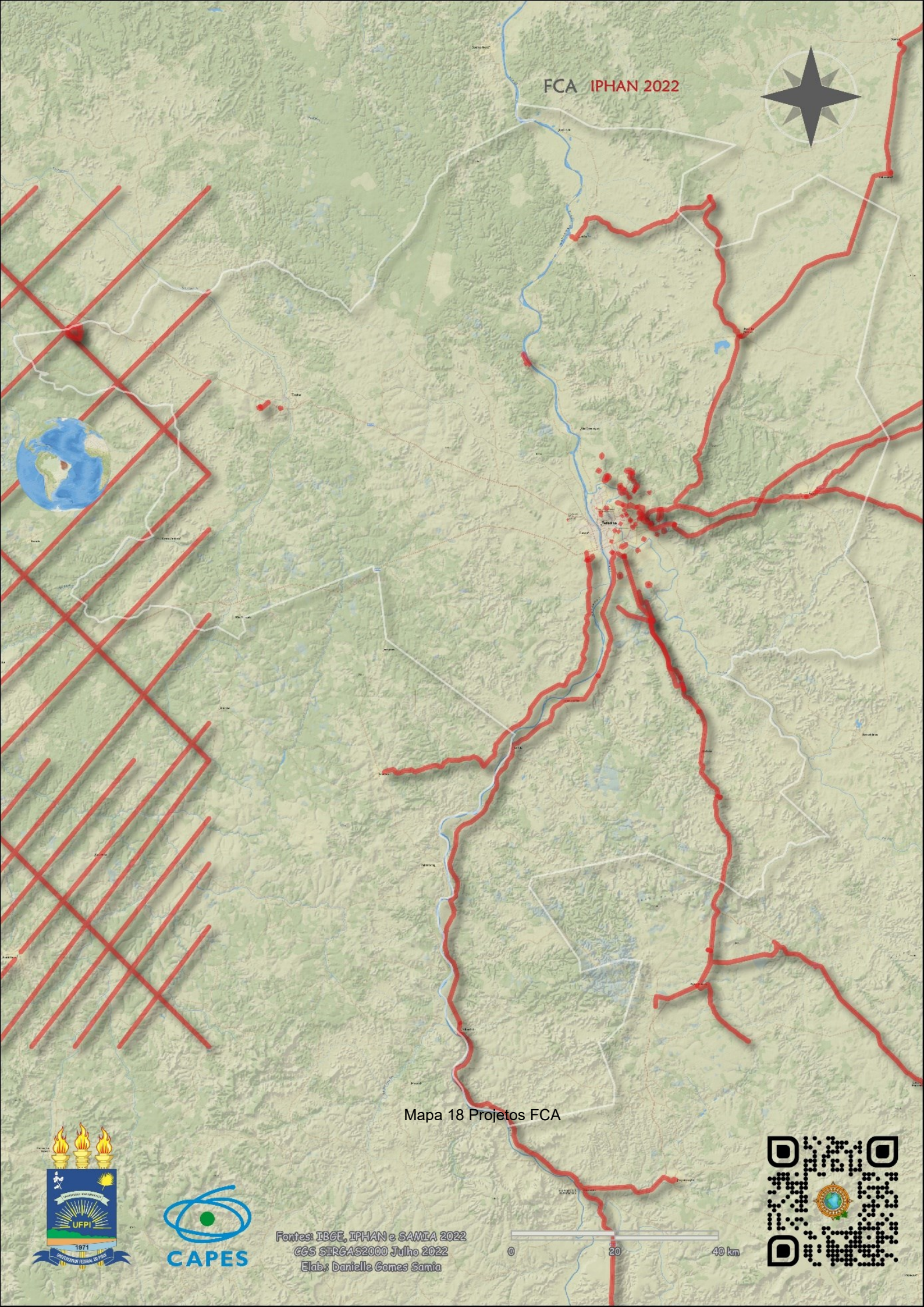
Tabela 11 Projetos Arqueologia Preventiva e Acadêmica 1998/2022

#	Projeto	Processo	ano	nível	uf
1	Pesquisa Arqueológica nas Ruinas do Morro do Alecrim, Caxias-MA	01494.000261/97-00	1998	0	MA
2	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Teresina I e Teresina II	01494.000015/01-15	2001	0	PI
3	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Presidente Dutra e Teresina	01494.000139/01-09	2001	0	PI
4	Projeto de Prospecção Arqueológica na Avenida Marginal Leste do Rio Poti	01494.000029/01-39	2001	0	PI
5	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	01496.000048/2004-98	2004	0	PI,CE
6	Inspeção Arqueológica - Etapa de Implantação das torres da LT 500 kV - Teresina II - Sabral III - Fortaleza II - Circuito 2	01496.000052/2005-37	2005	0	PI
7	Levantamento Arqueológico Etapa III da LT PResidente Dutra / Teresina II - Circuito2	01402.000019/2005-17	2005	0	PI
8	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	01402.000007/2006-65	2006	0	RS
9	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	01402.000007/2006-65	2006	0	RS
10	Levantamento do Potencial Arqueológico na Área de Abrangência do Projeto Florestal da Suzano no Estado do Piauí	01402.000251/2009-13	2009	0	PI
11	Levantamento Arqueológico Prospectivo para o Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais na Área de Influência do Sistema Xingó	01450.007456/2010-45	2010	0	BA
12	Diagnóstico Arqueológico na Área do Empreendimento Industrial da Suzano Papel e Celulose em Palmeirais/PI	01402.000502/2010-51	2011	0	PI
13	Monitoramento, Salvamento e Educação Patrimonial na Área de instalação do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ILHAS RESORT.	01402.000484/2011-98	2011	0	PI
14	Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Complexo Ferroviário de Teresina	01402.000189/2013-01	2013	0	PI
15	Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a LT 230KV Teresina II – Teresina III e Subestação Teresina III 230/69KV	01402.000434/2012-91	2013	0	PI
16	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica CTR Altos	01402.000321/2013-77	2013	0	PI
17	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	01450.013902/2013-01	2014	0	CE
18	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica na área de implantação do Residencial Miguel Arraes	01494.000383/2014-88	2014	0	MA
19	Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Parque Solar São Luís	01494.000116/2015-91	2015	0	MA
20	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	01450.013902/2013-01	2015	0	MA, CE, PI
21	Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 KV - Presidente Dutra - Teresina II - Sobral III C3 e Subestações Associadas	01450.013902/2013-01	2015	0	MA, CE, PI

22	Diagnóstico Arqueológico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 KV – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	01450.013902/2013-01	2015	0	MA, CE, PI
23	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Residencial Santa Rosa	01494.000318/2015-33	2015	0	MA
24	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano Alphaville Teresina 2	01402.000249/2015-40	2015	0	PI
25	Diagnóstico Arqueológico interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial Para a linha de transmissão 230KV Teresina II-Teresina III	01402.001024.2015-19	2015	0	PI
26	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano-Alphaville Teresina 2	01402.000249/2015-40	2015	0	PI
27	Cidade Jardins I	01494.000319/2015-88	2015	1	MA
28	Extração de areia, no Rio Parnaíba, no município de Caxias/MA	01494.000444/2015-98	2015	3	MA
29	Loteamento Santa Rosa	01494.000318/2015-33	2015	2	MA
30	Geofísica Maranhão - Levantamento Geofísico Terrestre	01494.000330/2016-29	2016	2	MA
31	Loteamento Campo Lindo	01402.000030/2018-93	2018	2	PI
32	Subestação Teresina III	01450.002515/2018-46	2018	3	BR
33	LT 230 kV Piripiri - Teresina III CS	01450.002515/2018-46	2018	4	BR
34	SE 230/69-13,8 KV Caxias II	01494.000172/2018-79	2018	3	MA
35	Spe Barra Sul Village	01402.000028/2018-14	2018	1	PI
36	Residencial Vitória e Residencial Conquista	01402.000319/2018-11	2018	2	PI
37	Loteamento Residencial Villa Imperial	01402.000666/2018-35	2018	3	PI
38	Loteamento Diuza Gonçalves	01402.000036/2019-41	2019	1	PI
39	Sítio Paraíso Verde	01402.000305/2019-70	2019	2	PI
40	Residencial Área Hortas da Redonda condomínio 01 e 02	01402.000093/2019-21	2019	2	PI
41	Mix Ceasa Teresina	01402.000576/2019-25	2019	1	PI
42	Loteamento Reserva dos Babaçus	01402.000023/2019-72	2019	3	PI
43	Loteamento Residencial Paraíso.	01402.000019/2019-12	2019	2	PI
44	Condomínio Reserva do Leste	01402.000387/2019-52	2019	0	PI
45	Linha de Distribuição 69 Kv Teresina II - Espanada/Conexão Linha de Distribuição 69 KV Nazária e Subestação EsplanadaTeresina	01402.000532/2019-03	2019	1	PI
46	Edifício Kennedy Tower	01402.000431/2019-24	2019	1	PI
47	Nova Imobiliária de Teresina LTDA.	01402.000469/2019-05	2019	2	PI

48	Loteamento Reserva do Angelim	01402.000482/2019-56	2019	1	PI
49	Piauí Conectado	01402.000643/2019-10	2019	1	PI
50	Condomínio Residencial Ipanema	01402.000476/2019-07	2019	0	PI
51	Prédio Comercial	01402.000766/2019-42	2019	2	PI
52	Seccionamento da LD CAXIAS – TG AGRO 69 KV para interligação ao Suprimento de Caxias II	01494.000172/2020-93	2020	1	MA
53	Terrazzo Carnaúba e Terrazzo Oiti	01402.000056/2020-56	2020	3	PI
54	Usinas Fotovoltaicas Caxias e Sistemas Associados	01494.000214/2020-96	2020	3	MA
55	Hiper Mateus	01402.000054/2020-67	2020	3	PI
56	Loteamento Sonho Meu	01402.000058/2020-45	2020	2	PI
57	TCE Engenharia Ltda	01402.000008/2020-68	2020	2	PI
58	Expansão de galpão anexo ao prédio do Atacadão para uso de depósito	01402.000047/2020-65	2020	2	PI
59	Implantação do Projeto SE Palmeirais 34,5 Kv.	01402.000163/2020-84	2020	1	PI
60	Implantação do Sistema Ininga: LD 69 kV SATÉLITE - ININGA	01402.000170/2020-86	2020	1	PI
61	Loteamento Boa Vizinhança Teresina I	01402.000278/2020-79	2020	2	PI
62	Condomínio de Lotes Burle Marx	01402.000239/2020-71	2020	2	PI
63	Engecopi Depósito Cerâmicas	01402.000238/2020-27	2020	0	PI
64	Loja Engecopi Home Center	01402.000225/2020-58	2020	0	PI
65	Condomínio Matrinchan	01402.000042/2020-32	2020	0	PI
66	Sendas Distribuidora S. A. (Assaí Atacadista) - Teresina	01402.000224/2020-11	2020	3	PI
67	Vila di Fiori	01402.000217/2020-10	2020	3	PI
68	Terrazo Firenze	01402.000216/2020-67	2020	1	PI
69	Mirante dos Morros Residence SPE LTDA	01402.000214/2020-78	2020	2	PI
70	Jardins di Roma	01402.000285/2020-71	2020	2	PI
71	Loteamento Boa Vizinhança Teresina II	01402.000279/2020-13	2020	3	PI
72	Mateus Supermercado	01402.000326/2020-29	2020	3	PI
73	Pinheiro Park	01402.000339/2020-06	2020	2	PI
74	Vila Zoe	01402.000374/2020-17	2020	2	PI
75	EDIFÍCIO DECK TROPICAL	01402.000202/2021-24	2021	3	PI
76	Condomínio Royal Ville	01402.000143/2021-94	2021	1	PI
77	Condomínio Vale do Arvoredo	01402.000149/2021-61	2021	3	PI

78	Condomínio Stella Morros Residenciais.	01402.000157/2021-16	2021	0	PI
79	Condomínio Stella Vitta Morros Residências	01402.000157/2021-16	2021	0	PI
80	Loteamento Recanto do Sul	01402.000119/2021-55	2021	3	PI
81	PRÉDIO COMERCIAL	01402.000026/2021-21	2021	3	PI
82	Linha de Distribuição LD Teresina III – Satélite 69 kV C1 e C2	01402.000316/2021-74	2021	1	PI
83	Linha de Distribuição LD 69 kV Teresina II (RB) – Demerval Lobão	01402.000318/2021-63	2021	1	PI
84	Condomínio Residencial multifamiliar Connect Life	01402.000296/2021-31	2021	0	PI
85	Villa Unique	01402.000260/2021-58	2021	3	PI
86	Grand Cristal	01402.000268/2021-14	2021	3	PI
87	Condomínio Residencial multifamiliar East Side 3003	01402.000297/2021-86	2021	0	PI
88	Construção da nova Subestação a ser instalada no município de Demerval Lobão 69/13,8 kV	01402.000318/2021-63	2021	3	PI
89	Solaris Plus	01402.000565/2021-60	2021	2	PI
90	Galpão Comercial - Avinor	01402.000595/2021-76	2021	3	PI
91	Cidade Reserva	01402.000019/2022-18	2022	3	PI
92	Joia Park	01494.000075/2022-62	2022	3	MA
93	Loteamento Reserva dos Babaçus II	01402.000108/2022-56	2022	3	PI
94	Residencial Renascer Clube II	01402.000091/2022-37	2022	3	PI
95	Comercial Ferronorte - CD (Ampliação)	01402.000215/2022-84	2022	3	PI
96	Melhoramento e Pavimentação da Rodovia: MA-040/Acesso à Matões Trecho: Entr. BR-226 (Timon)/ Entr. MA-040 (Pov. Barra da Ininga)/Matões, Extensão de 74,48 km	01494.000246/2022-53	2022	2	MA



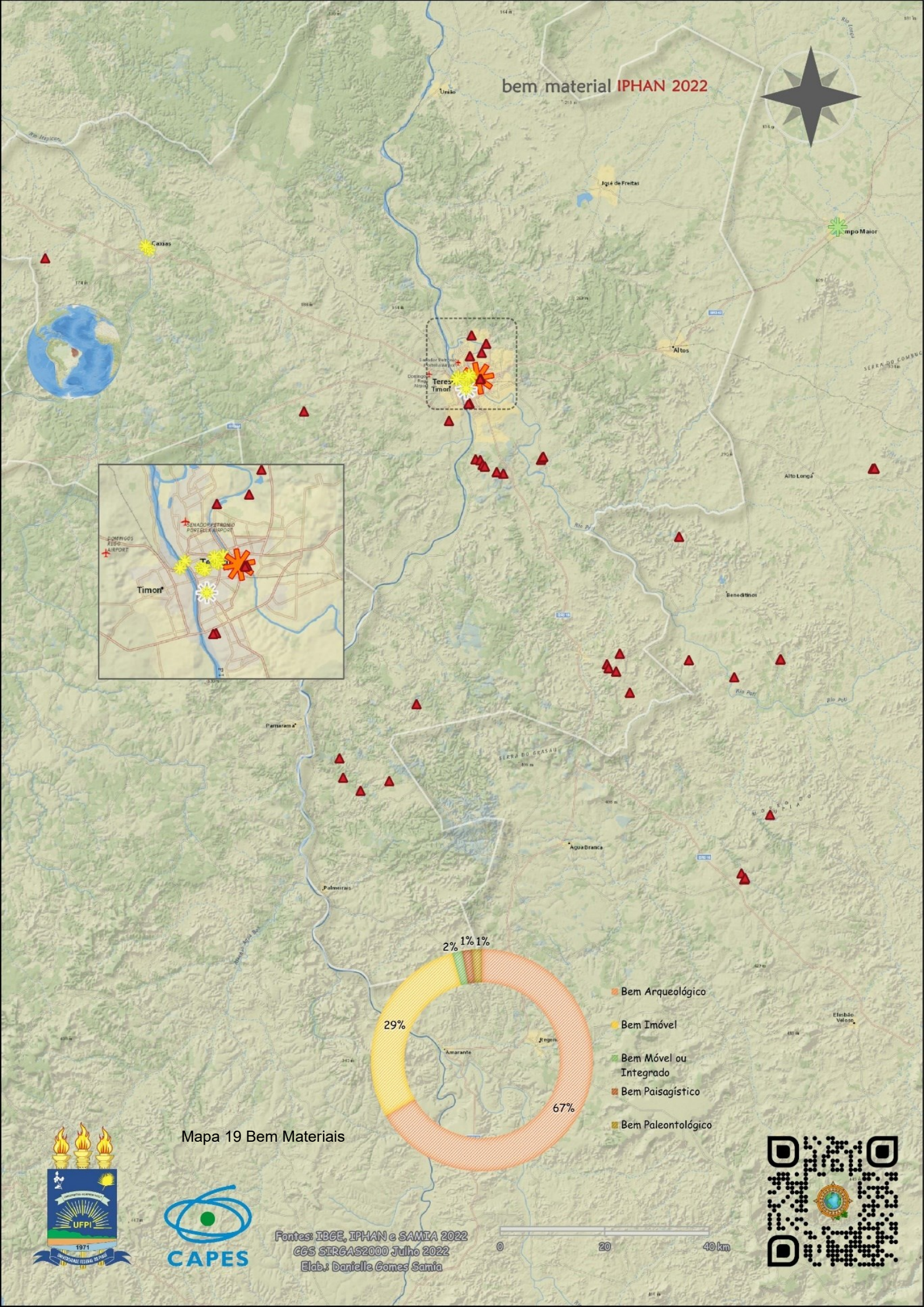
Mapa 18 Projetos FCA

ANEXO C

Tabela 12 – Bens Patrimoniais Materiais

Identidade	Código	Natureza do Bem	Classificação	Cadastro
Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	PI2211001BICA00001	Bem Imóvel	Conjunto arquitetônico	27/01/2015
Ponte João Luis Ferreira	PI2211001BIOE00001	Bem Imóvel	Obras de engenharia	27/01/2015
Igreja de São Benedito	PI2211001BIED00001	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	28/01/2015
Armazém 2	MA2103000BIED00001	Bem Imóvel	Edificação	11/06/2015
Cemitério do Batalhão	PI2202208PSJD00001	Bem Paisagístico	Sem classificação	12/06/2015
Floresta Fóssil do Rio Poti	PI2211001BPST00001	Bem Paleontológico	Sítio	12/06/2015
Igreja Nossa Senhora de Lourdes e bens móveis e integrados	PI2211001BIED00002	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	12/06/2015
Armazém 1	MA2103000BIED00002	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	22/06/2015
Estação Ferroviária do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	PI2211001BIED00003	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	24/06/2015
Casa de Marcenaria do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	PI2211001BIED00006	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	10/04/2017
Estação de Caxias	MA2103000BIED00003	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	24/05/2017
Casa do Agente com Anexo (do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina)	PI2211001BIED00008	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	21/03/2018
Igreja São Benedito	PI2211001BIED00009	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	02/08/2018
Armazém 1 (do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina)	PI2211001BIED00011	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	29/11/2018
Armazém 2 (do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina)	PI2211001BIED00012	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	29/11/2018
Oficina do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	PI2211001BIED00013	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	29/11/2018

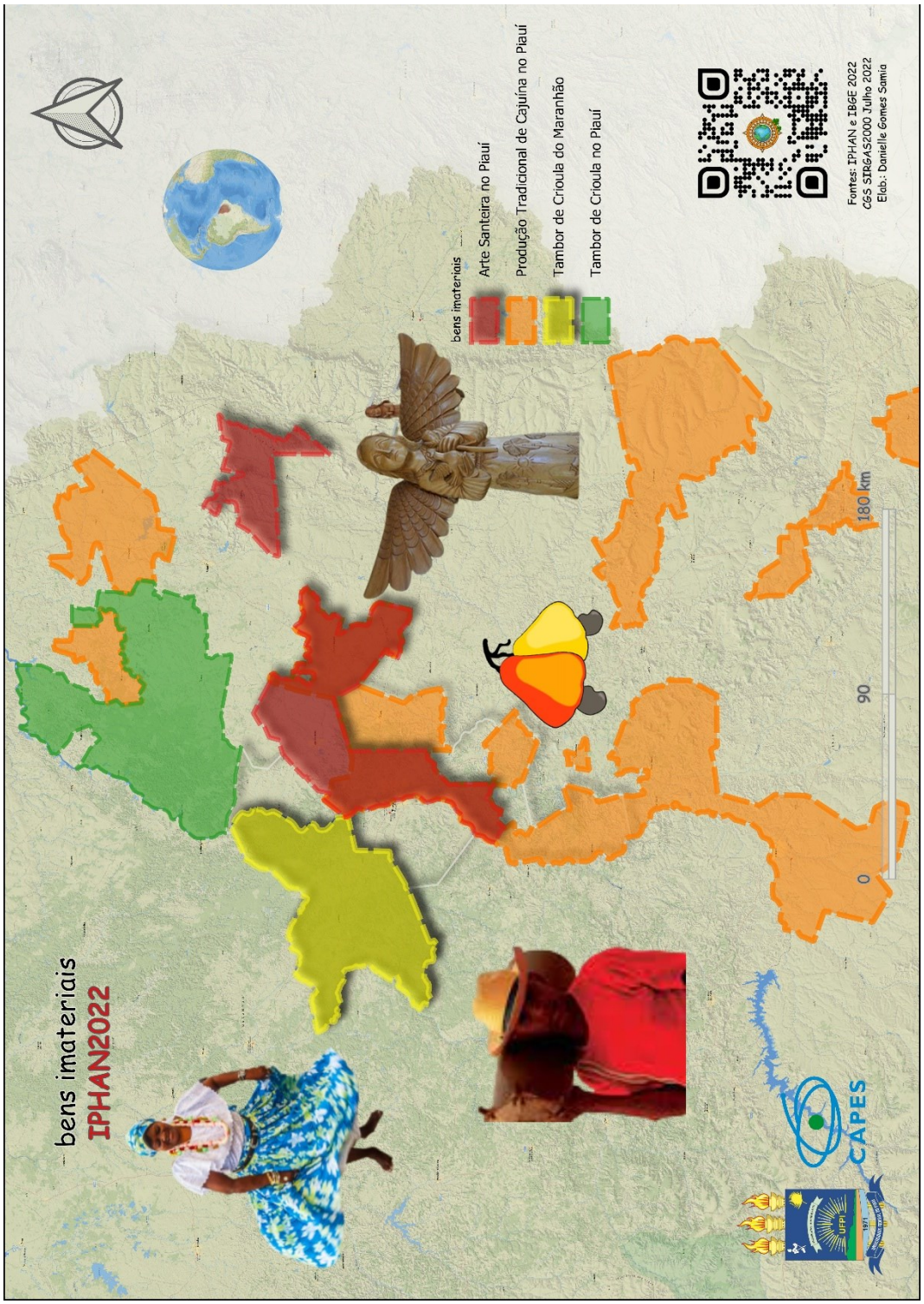
Antigo escritório do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	PI2211001BIED00014	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	29/11/2018
Pátio Ferroviário de Teresina	PI2211001BIED00015	Bem Imóvel	Arquitetura de transportes	29/11/2018
Imóvel situado à Rua Álvaro Mendes, n. 1450 Entorno PI-2211001-BI-ED-00009	PI2211001BIED00016	Bem Imóvel	Arquitetura civil	24/07/2019
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	PI2211001BIED00017	Bem Imóvel	Arquitetura oficial	02/10/2019
Acervo da Igreja Nossa Senhora de Lourdes	PI2211001BMAC00001	Bem Móvel ou Integrado	Objetos cerimoniais	09/11/2020
Ponte João Luís Ferreira	PI2211001BIOE00002	Bem Imóvel	Ponte/Viaduto	16/03/2022
Ponte João Luís Ferreira	MA2112209BIOE00001	Bem Imóvel	Ponte/Viaduto	16/03/2022



Mapa 19 Bem Materiais

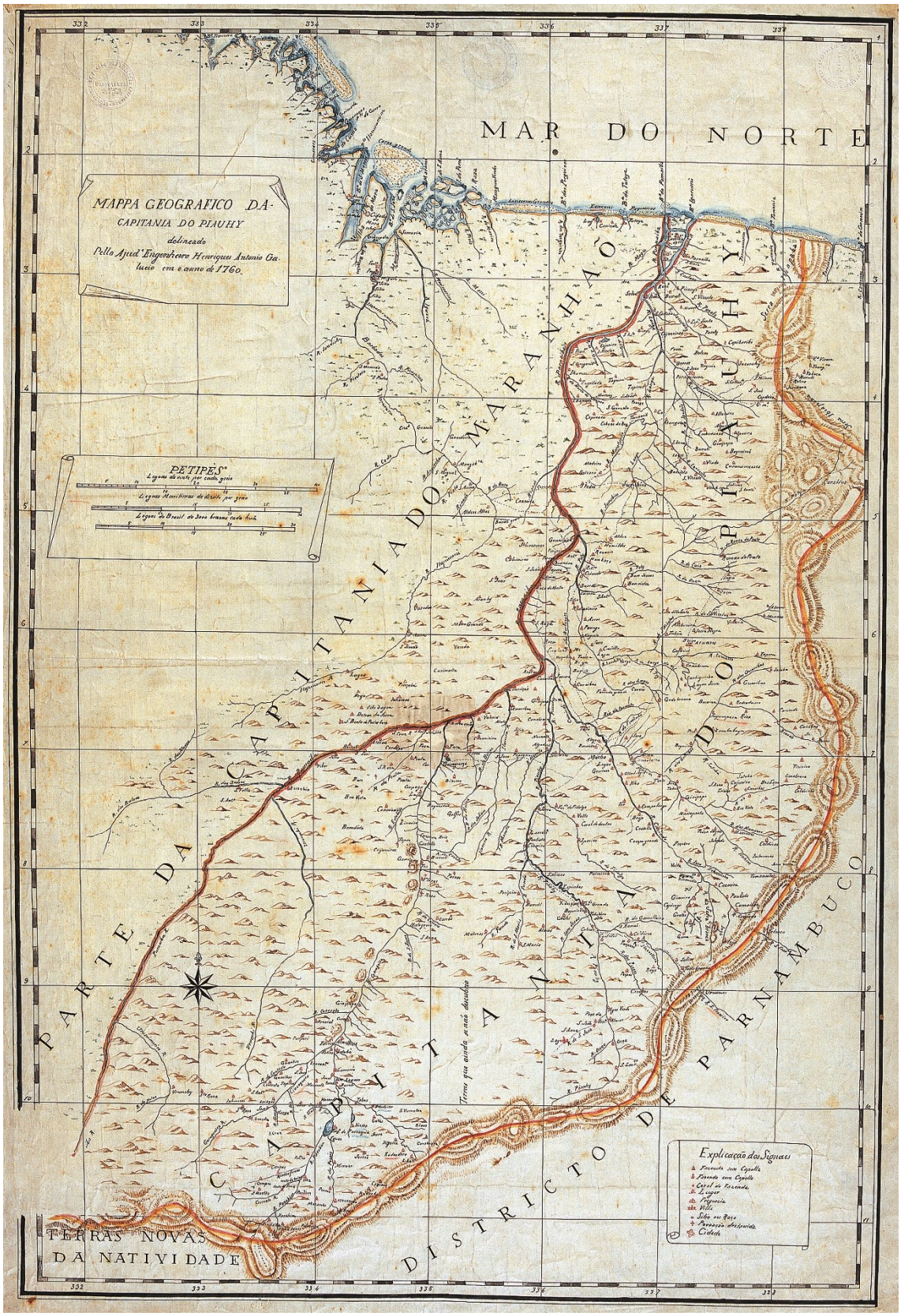
Fontes: IBGE, IPHAN e SAMIA 2022
CGS SIRGAS2000 Julho 2022
Elab.: Danielle Gomes Samia

ANEXO D



Mapa 20 Bem Imaterial

ANEXO E


MAR DO NORTE
MAPPA GEOGRAFICO DA
CAPITANIA DO PIAUHY
delineado
Pello Ajud.te Engenheiro Henriques Antonio Ga-
lucio em o anno de 1760.
PETIPES
PARTE DA CAPITANIA DO MARANHÃO
CAPITANIA DO PIAUHY
DISTRICTO DE PARNAMBUCO
TERRAS NOVAS
DA NATIVIDADE
Explicação dos Signaes


PI-001
632x.449
PROVINCIA
DO
PIAUHY
Segundo o projecto de nova divisão do Imperio
PELO
DEPUTADO CRUZ MACHADO
MANDADA LITHOGRAPHIAR PELO
ILLmo EXmo Snr. CONSELHEIRO
JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA
MINISTRO DO IMPERIO
e desenhada por
José Ribeiro da Fonseca Silvares
1873
DIRECTORIA DE ENGENHARIA
ARCHIVO DE PLANTAS
E
DOCUMENTOS
CAXIAS
TERESINA
MISTIÇO
GRAJAHU
BOA VISTA
XIQUE XIQUE
PERNAMBUCO


Capitania
do
Maranhão
Capitania
do
Ceará
Capitania
da Natividade

ANEXO F

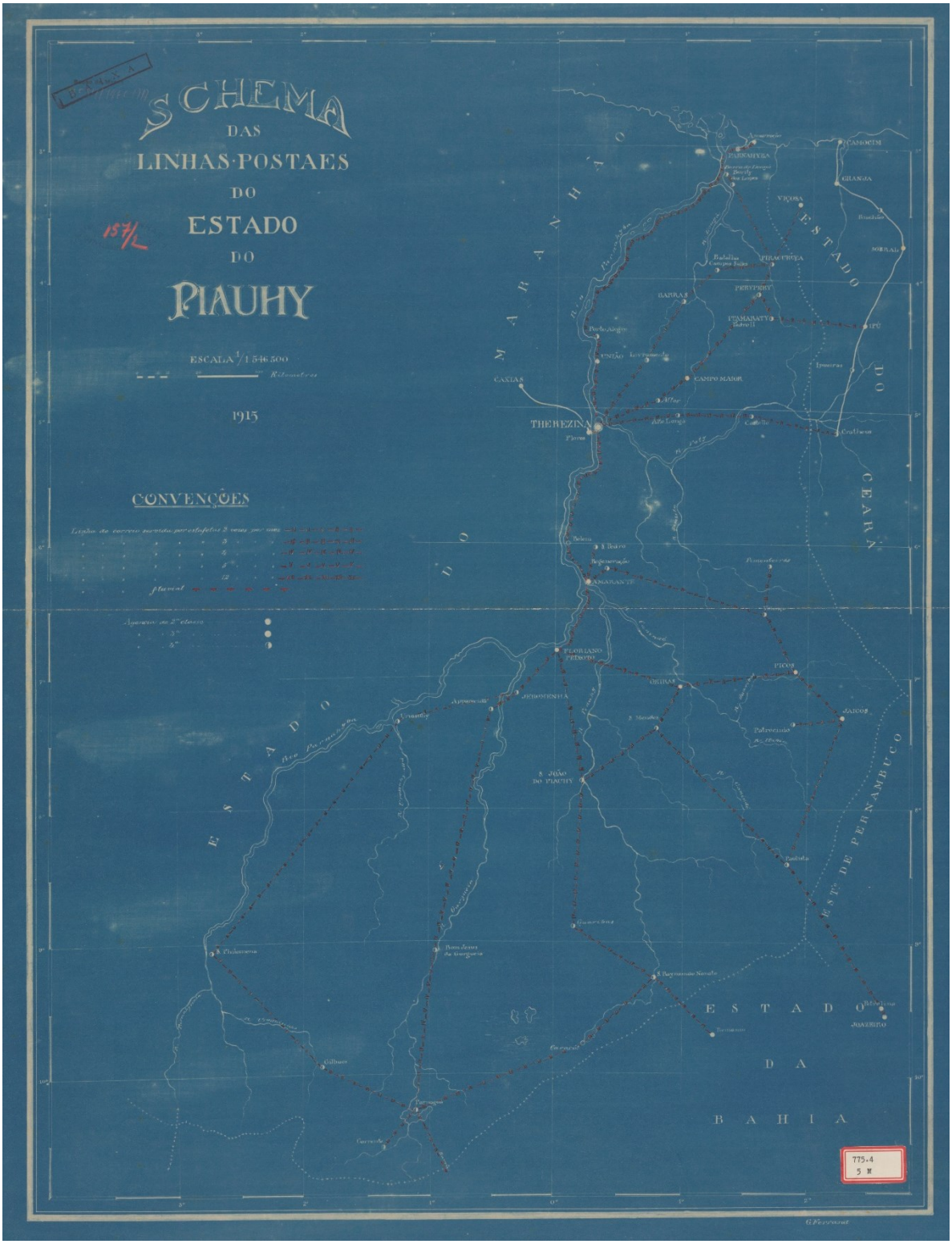
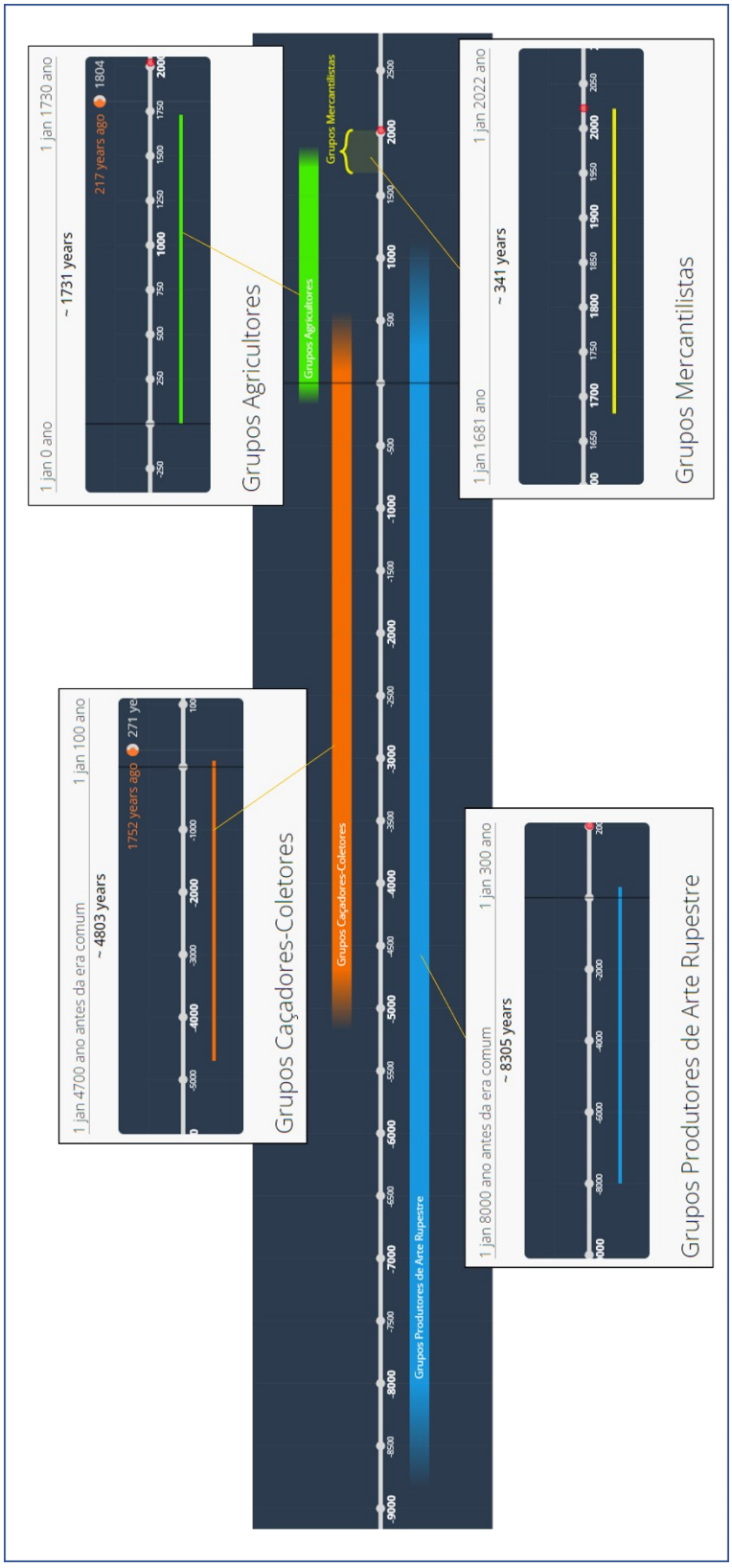


Figura 77: Mapa Linhas Postaes Piauí, seculo XX (BR_RJANRIO_F4_0_MAP_0595_m0001de0001)

ANEXO G


Grupos Agricultores
1 jan 0 ano
1 jan 1730 ano
~ 1731 years
217 years ago
1804
Grupos Mercantilistas
1 jan 1681 ano
1 jan 2022 ano
~ 341 years
Grupos Caçadores-Coletores
1 jan 4700 ano antes da era comum
1 jan 100 ano
~ 4803 years
1752 years ago
Grupos Produtores de Arte Rupestre
1 jan 8000 ano antes da era comum
1 jan 300 ano
~ 8305 years